



REFLEXÕES COLETIVAS SOBRE UM PERÍODO UM TANTO DESAFIADOR DE GESTÃO DO CRP-PE

60 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PSICOLOGIA
NO BRASIL

ORGANIZAÇÃO

ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU

DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO



Organização

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

**REFLEXÕES COLETIVAS SOBRE UM
PERÍODO UM TANTO DESAFIADOR
DE GESTÃO DO CRP 02:**

60 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO
DA PSICOLOGIA NO BRASIL

FASA

1ª edição

Recife/PE

2022

Copyright © 2022 by

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau | Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Organizadoras

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Autores

Adriana Paula Barbosa de Miranda

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau

Ana Lúcia Francisco

Anamaria Faria Carneiro

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Elane Cristina Lima de Aguiar Pereira

Elizete Maria Viana Maciel

Gioconda de Sousa Silva Lima

Luis Felipe Andrade Barbosa

Marcela Calheiros Leite Barros

Márcia Noelma Gonçalves

Maria Christina Barbosa Veras

Maria da Conceição Leite

Maria das Graças Victor Silva

Maria de Jesus Moura

Maria Valeria de Oliveira Correia Magalhães

Mírla Melo Loureiro

Nathaly Maria Ferreira Novaes

Sanches Max Jesus Viana

Selma Maria Samico da Rocha Rêgo

Silvannir Ferreira Jaques da Silva

Stephanie Araújo Ribeiro de Souza

Telma Maria Albuquerque Gonçalves de Melo

Thaís Emanuella Ferreira Lopes Araujo

Wellington Albuquerque

Wilson Costa Melo Junior

Editoração Eletrônica

Kamyla Brito - FASA GRÁFICA

Designer da Capa

Silvannir Jaques - Assessoria de Comunicação CRP-PE

FICHA CATALOGRÁFICA

R332 Reflexões coletivas sobre um período um tanto desafiador de gestão do CRP 2 : 60 anos de regulamentação da psicologia no Brasil / organização Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau, Daniele Cristine Cavalcanti Rabello. — Recife : FASA, 2022. 243 p.

ISBN 978-65-86359-94-7

1. Conselho Regional de Psicologia (2. Região) - História
2. Psicólogos - Brasil - Regulamentação. 3. Psicologia - Pernambuco.
I. Boulitreau, Alda Roberta Lemos Campos, Org. II. Rabello, Daniele Cristine Cavalcanti, Org.

CDU 159.9(81)

Pollyanna Alves - CRB 4/1002

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2ª REGIÃO
XVI PLENÁRIO (2019-2022)

Diretoria

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau - CRP-02/6.280 - Presidente

Larissa de Melo Farias - CRP-02/14.616 - Vice Presidente

Norma Maria de Sousa Cassimiro - CRP-02/5.693 - Tesoureira

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello - CRP-02/13.213 - Secretária

Conselheiras(os) Titulares:

Adriana Paula Barbosa de Miranda - CRP-02/20.087

Anamaria Faria Carneiro - CRP-02/13.596

Denise Boff - CRP-02/11.785

Fernando Augusto Albuquerque da Cruz Silva - CRP-02/18.840

Gioconda de Sousa Silva Lima - CRP-02/15.423

Mamede Silva Junior - CRP-02/13.380

Priscilla Gadelha Moreira - CRP-02/12.904

Telma Maria Albuquerque Gonçalves de Melo - CRP-02/6.195

Vanessa Rocha Novaes - CRP-02/14.560

Conselheiras(os) Suplentes:

Antônio Gabriel Araújo Pimentel de Medeiros - CRP-02/19.999

Daniel Coelho Silva Brandão - CRP-02/21.693

Elcio Ricardo de Melo Farias - CRP-02/15.198

Gabriela Danúzia Freire Florêncio - CRP-02/20.648

Ioneide Almeida de Menezes - CRP-02/9.809

Maria da Conceição Correia Pereira - CRP-02/1.376

Williane Karen de Araújo Farias - CRP-02/18.119

APOIO PARA PUBLICAÇÃO
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
XVIII PLENÁRIO (2019-2022)

Diretoria

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega - Presidente
Anna Carolina Lo Bianco Clementino - Vice-presidente
Losiley Alves Pinheiro - Secretária
Norma Celiane Cosmo - Tesoureira

Conselheiras(os) Titulares:

Robenilson Moura Barreto - Secretário Região Norte
Alessandra Santos De Almeida - Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves - Secretária Região Centro Oeste
Neuza Maria De Fátima Guareschi - Secretária Região Sul
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos - Conselheiro 1

Conselheiras(os) Suplentes:

Katya Luciane De Oliveira- Suplente
Izabel Augusta Hazin Pires - Suplente
Rodrigo Acioli Moura - Suplente
Adinete Souza Da Costa Mezzalira - Suplente Região Norte
Maria De Jesus Moura - Suplente Região Nordeste
Tahina Khan Lima Vianey - Suplente Região Centro Oeste
Célia Zenaide Da Silva - Suplente Região Sudeste
Marina De Pol Poniwas - Suplente Região Sul
Ana Paula Soares Da Silva - Conselheira Suplente 1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: TRAJETÓRIA DESTA OBRA.....	9
DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU	
CARTAS PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DE PERNAMBUCO.....	12
ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU ANA LÚCIA FRANCISCO MARIA CHRISTINA BARBOSA VERAS DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO MARIA DAS GRAÇAS VICTOR SILVA MARIA DE JESUS MOURA	
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 2ª REGIÃO (CRP-PE): FUNCIONAMENTO, AVANÇOS E DESAFIOS.....	40
THAÍS EMANUELLA FERREIRA LOPES ARAUJO ELANE CRISTINA LIMA DE AGUIAR PEREIRA SILVANNIR FERREIRA JAQUES DA SILVA LUIS FELIPE ANDRADE BARBOSA	
NUTEP - NÚCLEO TÉCNICO POLÍTICO: AÇÕES E DESAFIOS NA GESTÃO DO XVI PLENÁRIO.....	65
MARCELA CALHEIROS LEITE BARROS MARIA DA CONCEIÇÃO LEITE E SILVA MARIA VALERIA DE OLIVEIRA CORREIA MAGALHÃES	
ASPECTOS JURÍDICOS DOS PILARES DE ATUAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE PERNAMBUCO.....	83
LUIS FELIPE ANDRADE BARBOSA	
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL ESTRATÉGICA NA AUTARQUIA PÚBLICA: UMA POLÍTICA DE ENGAJAMENTO NAS MÍDIAS EM PROL DA CATEGORIA E A SERVIÇO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - PE.....	103
SILVANNIR FERREIRA JAQUES DA SILVA	
UM BOM CAFÉ PARA FICAR PENSANDO MELHOR.....	130
ADRIANA PAULA BARBOSA DE MIRANDA	

PSICOLOGIA E PESSOA IDOSA: E-BOOK 60 ANOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL.....148

ELIZETE MARIA VIANA MACIEL
SELMA MARIA SAMICO DA ROCHA RÊGO
MÁRCIA NOELMA GONÇALVES
MIRLA MELO LOUREIRO

TECENDO PRÁTICAS COM MASCULINIDADES: ITINERÁRIOS BRASILEIROS DA PSICOLOGIA NA DISCUSSÃO DE GÊNERO.....159

WILSON COSTA MELO JUNIOR
SANCHES MAX JESUS VIANA

A PSICOLOGIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS: A EXPERIÊNCIA DO CRP/PE NO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.....177

ANAMARIA FARIA CARNEIRO

COMISSÃO DE SAÚDE E HOSPITALAR: ATUAÇÕES, DESAFIOS E COLETIVIDADE.....189

DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO
NATHALY MARIA FERREIRA NOVAES
STEPHANIE ARAÚJO RIBEIRO DE SOUZA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO DO CRP/02 NO CONSELHO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO RECIFE.....203

WELLINGTON ALBUQUERQUE

COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO: MEMÓRIAS, DESAFIOS E ATRAVESSAMENTOS 2019-2022.....218

GIOCONDA DE SOUSA SILVA LIMA

SOBRE AS REDES NA GESTÃO DO CRP-PE DURANTE O XVI PLENÁRIO E O BALANÇAR O MUNDO.....230

TELMA MARIA ALBUQUERQUE GONÇALVES DE MELO
ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU
DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO

QUEM SOMOS: AS ORGANIZADORAS.....243

ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU
DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO

APRESENTAÇÃO

TRAJETÓRIA DESTA OBRA

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau

Se essa gestão foi marcada por desastres e emergências, não deixou a desejar nos afetos e no coletivo como registros de um percurso desafiador e instigante. O que nos permitiu continuar foi a liga das relações, o calor e o cuidado em parceria.

Foi pensando, então, na intensidade desse período e o quão pouco registramos nossa história no CRP 02 que adveio a ideia deste trabalho, como um produto concreto dos frutos desse período, imensuráveis em sua totalidade, assim, o registro torna-se também história, ciência e referência.

A ideia foi lançada para todo o plenário e colaboradoras/es, bem como funcionárias/os do CRP 02, sem obrigatoriedade. Considerando a importância da proposta, muitas pessoas engajaram-se e o processo teve continuidade.

É fato indiscutível que escrever, revisar, organizar, construir de forma séria e ética, buscando ainda uma fluidez para a leitura, não é fácil, e foi na complexidade que intentamos aprofundar e aproximar-nos de um contar da história mais próximo da sua vivência, de maneira que as atuais e futuras gerações da psicologia possam compreender sua importância e a relação com os tempos.

E se o tempo constrói e imprime as trajetórias, como forma de homenagear e ouvir as mensagens de nossas ancestrais da ciência e profissão que já a delineiam desde outrora, convidamos mulheres expoentes da Psicologia para escreverem-nos. Iniciamos, então, a

leitura com cartas de Ana Lúcia Francisco, Christina Veras, Graça Victor e Maria de Jesus Moura. A elas, todo o nosso respeito, admiração e homenagens. As cartas são dialogadas com as organizadoras, permeadas por fundamentações e afetações. É um capítulo regado a muitas emoções e revivências de um passado que, tantas vezes, vem à tona, fazendo refletir o papel e a importância da psicologia nas expressões e (re)construções da sociedade, especificamente a pernambucana.

Em seguida, vamos adentrar nos capítulos tratados por funcionárias/os do CRP, que também desejaram abordar esse período deste lugar, de dentro da estrutura e cotidiano do fazer. É uma visão bastante interessante que leva ao conhecimento público de como ocorre a relação das demandas emergentes e cotidianas, das relações internas e externas, da dimensão política e estrutural organizacional. Ainda temos, em alguns, a possibilidade de pensarmos o quanto são importantes as relações multiprofissionais e o olhar visto de outras dimensões, por outras categorias inseridas no Sistema Conselhos e no CRP de nosso estado. Não existimos sós, e quão importantes são os conhecimentos somados que dão base ao funcionamento global!

Seguimos, assim, com os capítulos que abordarão acerca das experiências das comissões ou Grupos de Trabalho existentes neste período, naquilo que decidiram ser a melhor história a ser contada. Trataram da história, temáticas, processos e atuações, bem como da importância de existirem.

Por fim, consideramos fundamental falarmos um pouco de quem somos, todas as mãos que desenharam estes textos, que se unificaram para se formarem num só. É bem verdade que essas descrições são breves e objetivas, de forma a apontar em alguma medida, a lógica desta construção, já que toda escrita é recortada pelo tempo e contexto cultural e sócio-histórico.

Este livro não é e nem tem por objetivo ser um processo final, mas apenas um começo de mais uma parte da história, a continuidade dela e pensamentos para seu porvir. Trata-se de uma relação concreto-abstrata e invisível que nos une em prol de uma Psicologia antirracista, antiproibicionista, antimanicomial, pela redução de

danos, anticapacitista, anti etarista, feminista, pela diversidade, política, plural, ilibertadora das subjetividades, pelos direitos humanos e vidas dignas, democráticas, implicadas e transformadoras, por uma sociedade com justiça social.

Foi ainda desta forma que decidimos somar a outros eventos que estão ocorrendo por todo o país, e em nosso estado, esse registro que demarca a comemoração dos 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Muito já foi vivido e há muito por se fazer.

Desejamos que a leitura seja fluida, leve e divertida. E ainda, que seja reflexiva e potente, que nos una, ainda mais, em nossas bases, que nos ampare e acolha, e que também nos desloque dos lugares estáticos e cristalizados. Estimamos uma boa leitura!

CARTAS PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DE PERNAMBUCO

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau

Ana Lúcia Francisco

Maria Christina Barbosa Veras

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Maria das Graças Victor Silva

Maria de Jesus Moura

A ideia de escrever, de documentar a história da psicologia no nosso estado, Pernambuco, fez com que viajássemos por meio do pensamento para um passado de uma ciência novinha, 60 anos, mas com muita coisa para contar. Logo nos primeiros encontros surgiu a proposta de escrevermos homenageando e reconhecendo mulheres psicólogas com contribuições relevantes para o Sistema Conselhos e para a Psicologia Brasileira, surgiram centenas de possibilidades, mas nossa escolha também passou pelo afeto, pelo que elas fizeram e fazem nas nossas vidas como profissionais de psicologia. A ideia das cartas veio em seguida, para mostrar que a história tem muitas formas de ser vivida, sentida e contada. E foi assim que solicitamos às nossas referências a quem direcionamos essas escritas afetuosas e potentes em forma de cartas. Esperamos que você, que está lendo agora, sinta o carinho e o respeito com a psicologia e com cada profissional que dedica sua vida à nossa profissão, e sinta-se também, inserida nesta homenagem.

Destacamos que decidimos manter as cartas encomendadas em sua íntegra, entendendo estas psicólogas como coautoras da vivência da história da psicologia, e, por isso, desta escrita. A seguir, estão as cartas, como cada uma sentiu e expressou-se conforme nossa solicitação. Os títulos e assinaturas também foram mantidos da forma que cada uma escreveu, respeitando seus entendimentos das próprias expressões e identidades.

Nossa escolha, então, foi por uma escrita, almejando, também, uma leitura que dialogue com as cartas de forma fluida, fundamentada e reflexiva, que possibilite os processos de troca entre autoras e leitoras/es que se unem por uma psicologia potente pelas subjetividades livres e diversas.

Carta 1

Profª Drª Ana Lúcia Francisco para as psicólogas do Nordeste:

Estamos em 2022, ano que marca os sessenta anos de regulamentação de nossa profissão. Certamente, é um momento de celebração, mas também, como é de costume quando aniversariamos, olhar para trás, refletir sobre a trajetória, sobre os percalços, realizar uma utopia, tal como sugere Boaventura de Sousa Santos (1996). Não como algo abstrato, ideativo, mas, sim, uma utopia traçada a partir de uma profunda reflexão sobre o que foi feito, o que não foi e que alternativas são possíveis. Um olhar para trás que nos oriente, ajude-nos a examinar quem fomos e o que estamos em vias de nos tornarmos. E, olhando para trás, lembro-me de que, ainda que regulamentada a profissão em 1962, somente em 1971, foram criados o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais; e, mais ainda, só instalados em 1974. Esses intervalos parecem indicar a difícil tarefa de afirmar a Psicologia como ciência e profissão, sobretudo, se atentarmos para o fato que 2 anos depois da regulamentação, veio a ditadura militar, contexto que não pode ser ignorado, pois foi neste solo, durante 20 anos, que a Psicologia Brasileira construiu-se e legitimou-se. Sou antiga, meu CRP tem o número 0086. Sinto-me privilegiada por ter participado, direta e indiretamente, nesse processo de crescimento, de amadurecimento da psicologia, como ciência e profissão. Tive a riquíssima experiência de estar na presidência do Conselho Federal de Psicologia e deste Conselho Regional, além de conselheira, fazendo parte de várias comissões, experiência que me oportunizou acompanhar de perto, em muitos momentos, corpo a corpo, militantemente, o crescimento do Sistema Conselhos e suas riquíssimas contribuições para a psicologia como

ciência e profissão. Venho de um tempo em que a preocupação inicial centrava-se em, de fato, regulamentar, legitimar, e seu eixo operativo era a fiscalização. O que não era de se estranhar em tempos de ditadura, onde pesam os fortes movimentos de resistência ao contexto em que vivíamos, o que não deixava de afetar, profundamente, nossa prática profissional. Os bolsões de miséria herdados da ditadura, obrigavam o Estado a ouvir a precarização da vida de milhares de brasileiras/os, seja no campo da saúde, da educação, da moradia, apenas citando alguns, e o Sistema Conselhos atento a esta nova realidade, colocou-se como protagonista na luta pelos direitos fundamentais da pessoa humana. Colocou-se lado a lado, ensejando, tornando-se parceiro na expansão do mercado de trabalho, para uma formação voltada para à população brasileira, pela luta antimanicomial, pelos direitos humanos, por uma psicologia que considerasse as questões raciais, entre tantas outras de igual relevância. Que caminhada!!!! Não foi e não é tarefa fácil, mas, como antiga, permito-me dizer, é preciso seguir adiante e isto depende de nós, a velha geração, mas, sobretudo, de vocês, a nova. Sei que deixamos um legado fortalecido!

Recife, 02 de maio de 2022

Profa. Dra. Ana Lúcia Francisco - CRP 02/0086

E quanta emoção ler as palavras desta mulher tão significativa para nossa história, enquanto profissionais e pessoas em construção contínua, nesta relação com a história que herdamos e continuamos a tecer! Ela lembra-nos da importância da regulamentação para a estruturação da psicologia enquanto ciência e profissão, apontando, em sua sensibilidade, o quanto esta deu-se por dentro dos contextos sociais em que esteve inserida. E, assim, continua a ser, as pautas e as buscas baseadas nos direitos humanos, entendidas, sim, como caminhos políticos, uma vez que, como Ana Lúcia rememora, não há ciência e profissão, não há fazer humano, que se desloque de contexto, e, assim, da dimensão política.

Não nos referimos, aqui, à política partidária e cheia de atravessamentos de ordem individualista ou de pequenos grupos dominantes, mas à dimensão do existir, que nos aponta como caminho

as micropolíticas cotidianas de (des)construções ante as realidades de desigualdade das vidas em que a psicologia esbarra. É preciso teorizar e atuar em prol das vidas, de forma afirmativa, contra-atacando as políticas neoliberais que intentam destituir os direitos humanos. Para tanto, não há como fugir dos atravessamentos históricos em busca de práticas neutras. O surgimento da psicologia não foi neutro, tampouco sua história, e só faz sentido como teoria e prática do cuidado se se produzir imbricada na vida, numa dimensão histórica e política. É preciso questionar as normas e o discurso hegemônico político-econômico, aliando-se aos direitos humanos (COIMBRA, 2007).

E por falar em direitos humanos, a psicologia é balizada por esta perspectiva, como definido no primeiro princípio fundamental do nosso Código de Ética que a psicóloga “baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005/2022, p. 7’).

A professora convida-nos assim, para o fundamental e ativo fortalecimento da psicologia enquanto ciência e profissão, que possui, por tarefa base, a potencialização das vidas, libertação da existência e justiça social, não fazendo sentido sem a mesma, incluindo o campo de construção científica e suas legislações e normativas como espaços importantes na consolidação desta ciência e prática. Estes precisam ainda estar em relação contínua com as políticas públicas, em abrangência das coletividades em suas necessidades de cuidado e atenção, de forma plural e com suas especificidades, objetivando e promovendo qualidade das vidas.

Carta 2

Christina Veras às psicólogas do Nordeste:

Agradeço o convite da Diretoria do XVI Plenário do CRP-PE por

¹ Esta edição no ano atual de 2022 do Código de Ética profissional do Psicólogo, realizada pelo XVIII Plenário - Gestão 201-2022, é comemorativa dos 60 anos de regulamentação da Psicologia no país. Marca ainda o ano final da gestão, que vivenciou uma pandemia em quase todo o seu decorrer, e ano eleitoral bastante preocupante com as eferescências de uma democracia jovem e cheia de complexidades e questionamentos.

esta oportunidade de dirigir-me às colegas psicólogas e registrar meu olhar sobre estes 24 anos de militância na Psicologia, quando estive (e estou) engajada com as lutas que cuidam do Compromisso Social da nossa profissão.

O Compromisso Social da Psicologia é um legado de histórica importância, fecundado e gestado em um período político brasileiro marcado pela ditadura militar, mas produziu bons frutos dos questionamentos que se desenvolveram no âmbito da psicologia. Proliferaram-se os debates em muitos espaços - acadêmicos, profissionais, sindicais e estudantis, sobre a relação que a psicologia mantinha com a sociedade e as contribuições que ela poderia oferecer para melhorar as condições de vida da população. A professora Sílvia Lane é uma das pessoas importantes nesta trajetória, pois contribuiu, significativamente, com sua produção científica para os questionamentos epistemológicos que permitiram o esboço de um novo projeto para a profissão. Este legado foi tomado por adoção, por alguns coletivos de psicólogos, dentre eles um, de docentes da PUC-SP, vanguardado pela companheira Ana Bock e, posteriormente, pelo Movimento Cuidar da Profissão que não hesitou em tomar o compromisso social como bandeira de luta e projeto para as entidades da Psicologia.

Um projeto que tornou visível e evidente, para a categoria, as reais condições de vida de pessoas historicamente silenciadas, não escutadas, nem acudidas em suas reivindicações. Solidarizamo-nos, em prol do rompimento com várias formas de opressões banalizadas e consolidadas em nossa sociedade e até protegidas sob um manto de frequentes discursos passivos, como: *Isto não diz respeito à Psicologia; Isso não tem a ver com Psicologia; Nada a fazer, porque a situação não vai mudar mesmo.*

O Movimento resistiu, bravamente, na defesa intransigente dos Direitos Humanos e de uma ética que não se opõe à barbárie - ao genocídio, às omissões do Estado, às violações domésticas e institucionais, à perpetuação de variadas práticas de racismo, homofobia, feminicídio e tantas outras formas de discriminações que esvaziam o sujeito de sua autoestima e de sua dignidade.

Visivelmente, o projeto do Compromisso Social da Psicologia avançou no Brasil. Conquistamos assento e voto em diversas instâncias governamentais, visualizando interferir na produção das políticas públicas para o campo prático e para o campo da formação de profissionais da Psicologia. Por gravidade, nossa participação e inserção possibilitou a instalação de um pensamento crítico em oposição a uma densa colonização teórica e uma participação servil, indiferente e cruel, que muitas de nós prestou à ditadura militar, à modernização das elites do capital e da meritocracia, especialmente, no mundo escolar e do trabalho – selecionando, padronizando e excluindo pessoas.

Sobre este período, afirma Jessé Souza (2010): "...uma modernidade que admitiu explicitamente a desigualdade e uma democracia que naturaliza a existência de uma ralé de imprestáveis, reproduzida continuamente e aceita por todos."

Nós avançamos, mas não chegamos lá. Não chegamos, porque a desigualdade social ainda é marca forte de nossa sociedade e aquelas pessoas que, compõem a chamada *ralé*, são ainda desprezadas em suas necessidades e sofrimentos, ao mesmo tempo que são criaturas humanas carentes de produzir para si uma identidade favorável e positiva – e isto, sem sombra de dúvidas, diz respeito à Psicologia.

Avançamos, mas ainda são incontáveis as urgências daqueles que não têm seus direitos garantidos. Avançamos, mas ainda temos colegas negociando conhecimentos psicológicos para favorecer a ditadura dos algoritmos e das inteligências artificiais, por exemplo. Avançamos, mas ainda não chegamos lá.

Sabendo ser Memória e História temas preciosos para a Psicologia, trouxe-lhes este breve fio de memória e história dos caminhos que percorri. O país mais solidário, democrático e menos desigual que desejamos, pode começar rimando Psicologia com democracia, e posicionando-nos do lado daqueles que mais precisam do nosso saber.

Parabenizo, nesta data, todas as psicólogas pelos 60 anos da profissão e expresso meu orgulho de pertencer ao coletivo que compõe o Instituto Silvia Lane de Psicologia e Compromisso Social e ao Movimento Cuidar da Profissão. Despeço-me assegurando que com

nosso afeto, ética, conhecimento e coragem ocuparemos um importante papel para que este país torne-se o que a gente quer que ele seja.

Christina Veras - CRP-PE 02/2220

Tomando a força de nosso âmago neste processo de viver e praticar a psicologia, trazendo à tona as lágrimas sentidas, que insistem em não descer, para dar continuidade à luta e à ética que este fazer de maneira digna e a própria escrita solicita-nos, Chris - como carinhosamente é conhecida no meio psi - parece dialogar com Ana Lúcia, não por acaso. De forma consistente e fundamentada, ela reafirma o compromisso da psicologia com a transformação social e com as condições de vida e de dignidade de todas as pessoas. A percepção de que a democracia, mais do que uma instituição política ou econômica, constitui-se num modo de relacionamento humano, fundamentado em valores, construídos e apreendidos pela e na cultura (CFP, 2010, p.15).

Também tocando nas questões sociais e políticas, ela aponta para a importância de cuidar das pessoas mais marginalizadas da sociedade, no intuito de promover transformações em prol de justiça social.

Compreendendo a psicologia como ciência e profissão, implicada com as vidas, somos levadas a concluir que em qualquer e todo subcampo de seus fazeres, deve-se estabelecer um olhar social e na relação com a saúde mental das pessoas e coletividades, sendo assim, é premente destacar os marcadores e realidades experimentadas pelas existências. Em 2006 o CRP 02, de onde falamos no presente, realizou o III Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, com o propósito de consolidar a psicologia como ciência e profissão, refletindo sobre "Direitos Humanos pra quem?", discutindo várias temáticas ligadas aos DH.

Deste evento, tivemos uma publicação, onde Marcus Vinícius Oliveira² questiona sobre a construção de uma divisão dos sujeitos em aprazíveis e desprezíveis, num viés elitista. Os aprazíveis são assim compreendidos e valorizados devido a suas condições econômico-sociais, culturais, estéticas e intelectuais. Os desprezíveis seriam categorizados pelo contrário destas tais condições. São as definições

² Marcus Vinícius foi psicólogo e vice-presidente do CFP, conhecido como Matraga. Ele foi militante dos Direitos Humanos, em prol das populações mais vulneráveis. Assassinado na Bahia, município de Pirajuaia, distrito de Jaguaripe, em 4 de fevereiro de 2016, até hoje não houve um desfecho do caso. Sempre é lembrado na história da psicologia por suas lutas e dedicação.

dados como naturais por meio dos marcadores sociais e suas interrelações (2007).

Assim como Marcus Vinícius é compreendido, Chris coloca-se como militante da psicologia, enfatizando-nos que todo fazer é uma ação política e precisamos definir as nossas lutas. As da psicologia estão baseadas na liberdade das subjetividades e nos direitos humanos. No entanto, é uma disciplina que se constrói ante uma sociedade que precisa ser repensada.

Portanto, é fundamental a militância e reflexões contínuas para que este saber e prática mantenham-se na defesa da diversidade humana e do cuidado que promova a diminuição das desigualdades e proporcione justiça social. Entendemos por justiça social a busca pela diminuição das desigualdades, fundamentadas por princípios de igualdade, acesso a direitos e solidariedade comunitária (NOGUEIRA, 2019).

Carta 3

Prof^a Jesus Moura para as profissionais de Psicologia:

Hoje, eu escrevo essa carta pra você, principalmente pra você que nunca me viu, que não sabe quem eu sou, pra você que já me viu, mas desconhece-me e pra você que já me viu, sabe quem eu sou, mas não me considera. Eu sou uma pessoa negra. Muitas vezes estive perto de você, com você e ainda assim, na maioria das vezes, quando te perguntam sobre mim, você diz que não me conhece.

Eu sou uma mulher, eu sou um homem, eu sou uma criança. Eu sou uma pessoa que tem uma história, que faz uma história e ainda assim você não me conhece. Mas o que te impede de me ver e saber quem eu sou? Você já se perguntou?

Eu vejo a barreira que impede a sua afetação. Será que você consegue? Será que você consegue perceber a estrutura dessa barreira? Eu consigo. Você sabe por que eu consigo? Porque ela impede-me, destrói a minha identidade, machuca-me, fere-me, violenta-me, tira a minha liberdade, destrói a minha dignidade e mata-me. Se você não vê

é porque ela não lhe afeta, não lhe impede, não destrói a sua identidade, não lhe machuca, nem fere, nem violenta, não tira a sua liberdade, não destrói a sua dignidade e não lhe mata. Eu vejo, sinto e faço o possível para tirar esse peso de cima de mim, para sanar essa dor, para sarar as feridas e conviver com as marcas deixadas por essa barreira, por esse Racismo. Sim, isso é Racismo.

O racismo é essa estrutura que, diante do preconceito, produz uma ignorância racial que resulta em impedimentos, destruições, feridas, violências, cerceamento da liberdade e morte das pessoas negras.

Essa carta é pra você, que não é uma pessoa negra e que não se afeta com o racismo.

Essa carta é para você psicóloga, psicólogo, psicólogoue que não vê proximidade com o tema, e, por isso, não faz qualquer movimento para entender a realidade racial negra do Brasil. Certamente, isso vai implicar na prática profissional. Não é mais admissível achar que o sofrimento consequente do racismo não existe, ou que é “mi, mi, mi”.

Essa carta é também para você psicóloga, psicólogo e psicólogoue que se afeta com o racismo, que sabe quem eu sou, reconhece e respeita a minha história, mesmo não sendo negra, negro, negre. É para vocês, aliados nessa luta contra o racismo, cada um assumindo seu lugar de fala, buscando desconstruir as relações de privilégio atribuídas às pessoas brancas. É para você que faz da psicologia um instrumento de luta contra o racismo. É também para reafirmar que essa luta não é fácil, mas é possível, necessária e urgente.

A psicologia não pode ser conivente com o racismo.

Resolução CFP nº 18/2002 - Art. 1º - As (os) psicólogas (os) atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Recife, 05 de maio de 2022

Jesus Moura CRP 02/4617

Para quem conhece “a” Jesus Moura, sabe do que estamos falando, mulher negra que, em seu lugar de fala, provoca a reflexão do papel e da escolha do lugar da negação, da omissão, da conivência ou

da luta no enfrentamento ao racismo no exercício da nossa profissão. Escolhemos a luta com ela, afetamos-nos com sua história e sentimo-nos convocadas a refletir e a estudar sobre o racismo, mas, mais que isso, a praticar, cotidianamente, uma psicologia comprometida com o antirracismo.

Historicamente, o Brasil constituiu-se como uma colônia, com naturalização de práticas escravistas e de racismo. Fanon, em seu livro *Os condenados da terra*, aborda que quando a existência de alguém é negada, o colonialismo leva o povo dominado a perguntar-se constantemente: “Quem sou eu na realidade?” (FANON, 1965).

Achille Mbembe apresenta-nos o conceito de Necropolítica, como o poder soberano do Estado de decidir quem pode viver e quem deve morrer, quem são os corpos matáveis. Na economia do biopoder, a função do racismo é a de regular a distribuição de morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. (MBEMBE, 2020).

Jesus, assim como as autoras anteriores em suas cartas, aponta que toda psicologia é social porque tem por obrigação estar implicada com as relações humanas, que são, por natureza, sociais. Os anos 70, no Brasil, foram palco de muitos movimentos sociais, e, em contraposição, as práticas psicológicas e psicanalíticas eram, em sua maioria, distanciadas destes. É preciso não esquecer, para não repetir, que as práticas *psis* foram importantes no fortalecimento de modelos hegemônicos de individualismo, psicologismo e familiarismo, para produção de padrões universais. Produziram, inclusive, por meio de um saber científico interessado, categorias como drogado e subversivo, utilizadas pela ditadura militar, nomeando pessoas entendidas como antissociais, contra a família, a religião, a moral e a civilização. Perfis psicológicos foram construídos, concluindo, de forma estereotipada, que as/os tais jovens subversivas/os eram oriundos de famílias desajustadas e de pais separados. Jovens militantes foram considerados como “doentes mentais, desadaptados, carentes e desestruturados, aliando à dor de suas mortes e desaparecimentos [...] a desqualificação dos projetos, sonhos e utopias que acalentavam” (COIMBRA, 2007, p. 41). A ideia de desajuste e configurações familiares, nesta época, leva-nos a refletir, mais uma vez, quem eram essas pessoas, que marcadores constituíam-nas. Os dados apontam para gênero, sexualidade, classe e raça.

Embora, ainda, possuímos movimentos conservadores, que desconsideram os marcadores e a natureza social, histórica e política da psicologia, muitos avanços foram produzidos. As regulamentações da profissão são o meio pelo qual é possível tanto disciplinar quanto, paradoxalmente, buscar assegurar a práxis pautada na ética libertária. A psicologia que queremos é pautada no não julgamento e respeito às existências. É previsto, pelo código de ética (2005), que a/o psicóloga/o “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (p. 7). No Art. 2º afirma-se ainda: “ao Psicólogo é vedado: (...) b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (p. 9).

Voltamos, assim, à ideia de Cecília Coimbra (2007) acerca da micropolítica do cotidiano, por meio das reinvenções necessárias, como alternativa para uma psicologia implicada com os direitos humanos. Não basta afirmar que todas as vidas importam e são diversas, é preciso afirmar os marcadores que precisam de atenção e políticas especializadas. É preciso fortalecer a perspectiva de uma psicologia antimanicomial, antiproibicionista, feminista, anticapacitista e antirracista, compreendendo, ainda, que esses aspectos interligam-se. dizendo de outra forma, são os corpos negros que, em sua maioria, são trancafiados, manicomializados, interditados, violentados e mortos ou deixados para morrer.

Morgani Guzzo (2021) presenteia-nos com entrevista à Conceição Evaristo, trazendo falas dela mesma, como a abordagem sobre as mulheres negras apontando que “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande e, sim, para acordá-los de seus sonos injustos” (s/p.). É também pelo campo da escrita e de suas vivências que Jesus, mulher negra e psicóloga, nos convida a assumir nossa elaboração diante desta ferida social: “nossa tarefa, negras e brancas, é destruir o racismo e acabar com esse abismo³”.

³ Essa frase foi utilizada por Jesus em conversa pelo whatsapp no ano de 2022 sobre o racismo e a importância da unificação da luta antirracista, com protagonismo das pessoas negras e participação ativa das pessoas brancas. E, como os ensinamentos dela são nas práticas diárias de formas oportunas, a frase marcante foi trazida aqui.

Muitos sofrimentos e adoecimentos mentais são resultantes da opressão, da dominação e de outras formas de violências. Esperamos, com uma forte dose de esperança, que você entenda a sua responsabilidade como profissional de psicologia de mudar essa história. O que você pode fazer em sua atuação profissional para combater o racismo? O que nós podemos fazer? Você vem conosco nessa luta?

Carta 4

Prof^a Graça Victor - CRP 02/10.500

Ser psicólogo é conhecer-se e escutar-se para cuidar dos outros. Espero que os relatos da minha trajetória e essas reflexões não sejam um carimbo do passado, mas uma condição de alerta, que se renova para o presente e para o futuro do país e da nossa psicologia.

Honradamente, fui convidada pelo Conselho Regional de Psicologia para escrever uma carta aos psicólogos, amigas, amigos, companheiras e companheiros de trabalho, relatando experiências e compartilhando reflexões sobre os saberes e fazeres dessa profissão que, muitas vezes, extrapola a instância individual e alcança o foro coletivo.

Escrever o percurso da minha trajetória profissional, na psicologia, coloca-me, simultaneamente, nas dimensões individual e social da subjetividade que marcam os acontecimentos vividos no nosso país nos últimos trinta anos.

Recordar e narrar um pouco dessa história é olhar, com nitidez, as costuras que foram tecendo e produzindo novas formas de subjetivação, que se refletiram em diversos momentos do meu exercício profissional. Elas permitiram-me ultrapassar um discurso subjetivista, idealista, elitista e a-histórico, para atingir uma perspectiva marcada por um novo discurso: o do compromisso social da psicologia, provocando, assim, o rompimento de um processo ideológico conservador e alienado. Esse discurso foi se tornando princípio para um novo rumo modelar, inovador e democrático na

construção de um projeto de psicologia no Brasil e até em países vizinhos da América Latina.

Psicóloga, professora e militante, posso elencar participações em várias representações institucionais, como membro do Conselho Federal de Psicologia, vice e depois Presidente do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco. Numa sequência contínua e envolvente, fui Presidente da Associação Brasileira do Ensino da Psicologia (ABEP), momento em que, no Brasil, processavam-se as mudanças para as novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação promovidas pelo MEC. Mais tarde, acumulei participações em outras diretorias que se seguiram na ABEP. Tais participações foram por mim percebidas como uma extensão da universidade. Nesses contextos, aprendi, mais concretamente, sobre os problemas da categoria que implicavam uma base epistemológica, prática e transformadora da psicologia nos diversos âmbitos sociais. Assim, percebi como essa ciência torna-se uma exigência radical para entender e interferir na diversidade das suas demandas, tanto dos setores da psicologia como dos setores das instituições governamentais. Este processo de convívio com grandes psicólogos brasileiros, como: Ana Bock, Marcos Ferreira, Marcus Vinícius, Graça Machina, Cecília Coimbra, Odair Furtado, Lumena Furtado, Sueli Terezinha Martins, Sandra Amorim, Christina Veras, Ana Jacob Vilela, e tantos outros parceiros inestimáveis, foi de singular importância em meu caminhar. Essas referências foram determinantes para minha maturidade intelectual, política e trajetória profissional. Sou grata pelo privilégio dessa convivência, pelos desafios nos últimos vinte e cinco anos e por deixar minha história escrita, podendo servir de reflexão para as atuais e futuras gerações de psicólogos.

Aqui, deixo algumas ideias sobre meu trajeto nos diversos lugares por onde transitei e ainda estou transitando; funções nas quais foram acumuladas muitas experiências ao longo do tempo. Nas clínicas privada e pública, atendi crianças e adultos no início da década de 1980. Pouco tempo depois, ingressei no Ensino Superior, numa atividade pedagógica que já passa dos trinta anos e ainda me mantém ativa, ensinando na graduação, na pós-graduação e em atividades de extensão, como um compromisso apaixonante da própria vida.

Foi de grande relevância, para minha trajetória profissional e pessoal, o ingresso no Conselho Federal de Psicologia, ocasião em que me aguardavam grandes mudanças na conjuntura política, após anos de ditadura e transição para o Estado Democrático de Direito. A partir desse período, tive a oportunidade e o privilégio, como já citei, de manter convívio com os psicólogos de referência no Brasil, na América-Latina e na América do Norte, participando de mudanças estruturais da psicologia, que foram se definindo e aprofundando-se no exercício da sua democratização. Neste ínterim, foram realizados contatos e diálogos com vários setores governamentais.

Foi ainda na década de 1980, no Brasil, com a nossa profissão regulamentada e com os conselhos profissionais oficializados pelas leis N.º 4.119/62 e N.º 5.766/71 respectivamente – marcos fundamentais da nossa psicologia –, estando eu já, plenamente, mergulhada no universo da profissão, que vivi um período marcante que repercutiu, sobremaneira em minha trajetória. A partir dessa década, uma notícia importante circulava em nosso meio, a inscrição de uma chapa no Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, articulada por Madre Cristina Sodré D ria, educadora e psicóloga comprometida com a defesa dos Direitos Humanos e da liberdade de expressão, fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, rede de resistência permanente para a c es transformadoras.

Estive e continuei presente em quase todos os eventos aqui mencionados. Em alguns, atuei diretamente e, em outros, fui participante atenta, sempre buscando conhecimentos que contribuíssem para a historiciza o do movimento que fez avançar a psicologia.

Assim, no ano de 2000, na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, ouvi Ana Bock dizer que essa atividade marcava um novo compromisso dos psicólogos e da psicologia, no qual se buscava promover sua inser o social nas políticas públicas, momento em que psicólogos brasileiros definiam e postulavam, nesse encontro e de forma criativa, seu espaço de práticas profissionais. Em 2002, ano do I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, ocorrido em São Paulo, continuavam os avanços de transforma o da profissão, contribuindo para o entendimento dos compromissos éticos, pluralismo

teórico, e dos questionamentos sobre as relações sociais no país e suas relações com educação, trabalho, raça, violência e Direitos Humanos que, necessariamente, apontavam rebatimento profundo com políticas públicas. Nesse processo, levantavam-se questionamentos sobre os fazeres e saberes da psicologia, indicando mudanças na técnica e nos métodos de como pensamos, trabalhamos e qualificamos nossos profissionais.

É necessário lembrar que, desde 1994, como um dos principais avanços dessa trajetória, acontecia a realização do I Congresso Nacional de Psicologia, com o título “Processo Constituinte: Repensando a Psicologia”. A partir desse evento, todos adotaram temáticas específicas referindo-se às demandas da psicologia com a sociedade, o mais recente, em 2022, tematizou o Impacto da Pandemia nos Processos Psicológicos.

Relembrando mudanças significativas na psicologia, julgo importante citar a Mostra Nacional de Práticas em Psicologia e Compromisso Social; a criação do Congresso Nacional de Psicologia, atualmente na 11ª edição; o Movimento da Luta Antimanicomial pela Reforma Psiquiátrica; as Comissões dos Direitos Humanos no Sistema Conselho; a psicologia na Internet; a elaboração de documento para o processo do Projeto de Residência em Psicologia, com base no Projeto de lei n.º 4.210/1998 (do qual fui coordenadora); a reformulação radical da avaliação psicológica, criando o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI; a organização de Seminários sobre Políticas Públicas em Saúde, Educação e Assistência, seguindo princípios da psicologia aliada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); a constituição do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia; a institucionalização do registro de especialistas pela ABEP; a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia; o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas; a Psicologia das Emergências e dos Desastres; a Psicologia dos Povos Indígenas; a reforma do Código de Ética Profissional do Psicólogo; o projeto sobre a memória da psicologia brasileira que resultou na organização da coleção e publicação da “História dos Pioneiros da Psicologia Brasileira”, cumprindo o papel de retirar do silenciamento a

construção do campo profissional no Brasil, por eminentes estudiosos e pesquisadores da psicologia, dentre eles: Paulo da Silveira Rosas, Eliezer Schneider, Nise da Silveira, Ulisses Pernambucano, Silvia Lane, Durval Marcondes, Antônio Gomes Penna, Dante Moreira Leite, entre outros; e o importante “Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil”, organizado pela psicóloga e psicanalista Ana Maria Jacó-Vilela.

As mudanças supracitadas foram acontecendo a partir de mudanças sociais exigidas em cada momento, sempre de forma democrática, com a voz dos psicólogos presente nos Congressos Nacionais de Psicologia. Ressaltamos, porém, que nem todas as ações realizadas estão aqui incluídas.

Foram mais de três décadas atravessando esses espaços e vivendo as mudanças da pós-ditadura militar, do liberalismo ao neoliberalismo, que a ciência psicológica e suas instituições tiveram de enfrentar, para alcançar, hoje, uma psicologia madura, democrática e comprometida socialmente com as grandes questões do país.

Passados mais de cinquenta anos, a psicologia brasileira vem se consolidando e avançando. Faz jus ao ser reconhecida nacional e internacionalmente, com mais de 420 mil psicólogos ativos e seus mais de mil cursos implantados entre graduação e pós-graduação, contabilizando o maior número de profissionais no mundo e em constante movimento para lidar com a sociedade na qual está contextualizada.

São enfrentamentos estruturais, históricos, científicos, políticos, jurídicos, culturais e religiosos, cujos rebatimentos, frente à conjuntura conservadora, autoritária e de base neofacista dos últimos quatro anos do governo do nosso país, juntam-se à dramática pandemia mundial da covid-19. Esta acentuou e deu visibilidade às desigualdades sociais, retirou do convívio familiar e social mais de 670 mil brasileiros, principalmente, os mais pobres. Além disso, favoreceu um conjunto de obstáculos que dificultam o funcionamento das práticas psicológicas em vários espaços, tais como o desmonte das políticas públicas; o recrudescimento do racismo, da misoginia, da homofobia, da violência; o aumento das desigualdades sociais e a recolocação do Brasil no mapa da fome, dentre outros problemas de igual gravidade.

A psicologia, ao longo do tempo, implicou-se e deu respostas à sociedade brasileira de diversas maneiras, nomeadamente a veiculação de Carta Aberta em face dos desmandos políticos e jurídicos do país; carta sobre os assassinatos de lideranças de vários movimentos sociais que lutaram pelos seus direitos e tantas outras formas de violência, que têm marcado a conjuntura política e social do Brasil. A isso, chamamos de Compromisso Social da Psicologia, que, há longas datas, assumiu essa discussão no “Movimento Cuidar da Profissão” e, há mais de vinte anos, organiza um novo coletivo que já conhecemos como “Frente em Defesa da Psicologia”, inaugurando um novo momento chamando a psicologia para a diversidade, a participação coletiva e a democratização, fomentando, assim, decisões, projetos e novas práticas. Como diz Marcos Oliveira, a psicologia move-se a partir de como se representa, e é representada, socialmente, entre interesses diversos, com os princípios que devem norteá-las: Compromisso Social, Ética e Direitos Humanos.

Marcus Vinicius, a quem já nos reportamos, em uma de suas palestras, chama atenção para uma questão presente na sociedade brasileira atual – o racismo –, afirmando que a psicologia precisa vencer essa lacuna na formação dos psicólogos, em grande parte, desconhecida por estes. Dizia, então, que os negros constroem, psiquicamente, sua identidade e etnia de forma negativada, com base na sua condição social e nas heranças atávicas do passado colonial de 300 anos de escravidão; que possuíam uma extensa nomeação sobre seu povo, como exemplo, “gente sem eira nem beira, gentinha, gentalha, pobre, desclassificado”, entre tantas outras. E mais ainda, que carregavam os atributos dessa limitação, cuja origem tinha um nome: desigualdade. Tais negatividades eram baseadas nas dimensões fenotípicas, corporais e culturais alimentadas pelas ontologias humanas.

Nesta minha história, face a tantos avanços e recuos, coloque-me, sempre, em prontidão para avançar, para acompanhar saberes e práticas, movimentos, posições e como, democraticamente, tem pensado a psicologia.

Compreendi, desde cedo, o quão necessário era estar em contato com leituras, participar de seminários, de eventos locais, nacionais e até internacionais e de me manter atenta às recomendações e regulamentações dos Conselhos Regional e Federal, acessando seus sites e fazendo consultas ao Código de Ética. Sempre reconheci

a importância da leitura dos periódicos das diversas associações psicológicas que compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, bem como a participação em coletivos organizados pela psicologia.

Assim, desde o início dos meus estudos na universidade, procurei fazer psicoterapia e análise. Entendi que precisava entrar no universo do campo literário, das diversas ciências que dialogam com a psicologia: a literatura, a antropologia, a sociologia, a história, a política, a geografia, a nutrição e mais aquelas sobre os diversos campos que constituem a saúde, a educação e a assistência e, por último, a filosofia, mãe de todas as ciências. Comecei a compreender que a psicologia exige também erudição. Não foi fácil debruçar-me nessas leituras e no preparo das atividades por elas exigidas, considerando-se as longas jornadas de trabalho profissional. Entretanto, devo dizer que sempre gostei de fazê-las. É muito prazeroso o enriquecimento pessoal e intelectual que elas devolvem-nos.

Acredito que o conhecimento aproxima-nos da verdade, e da verdade sobre nós mesmos. Ainda assim, enganamo-nos, afastamo-nos das possíveis verdades, criamos ilusões e fantasias pela força do nosso desejo e dos mecanismos sociais, impostos pelo capitalismo, determinantes para afastar-nos desta busca sob a égide do poder e do consumo, que caracterizam a patologização da sociedade brasileira, na qual os sujeitos desenvolvem-se e constroem suas subjetividades.

Hoje, percebo que uma das coisas mais importantes, nesta minha história, é aprender a conhecer-se e a escutar-se. Pode parecer fácil, mas, na maioria das vezes, não é assim. Pode ser difícil entender-se como sujeito na concretude do mundo; não aquele sujeito idealizado, perfeito e manipulado tiranicamente pela mídia, a partir dos interesses que levam a um indivíduo, próprio da sociedade de consumo, a enfrentar valores, nem sempre compatíveis com valores éticos, pessoais e profissionais por outras escolhas, mas o sujeito cujos valores originam-se nos Direitos Humanos, na solidariedade como um bem social para todos.

A historicidade revela-nos que não somos iguais, embora singulares, porque encontramos um fosso entre as classes sociais numa sociedade desigual. Assistimos à miséria e à riqueza, à violência

e à solidariedade, à discriminação de pessoas que não contam socialmente, tornando-se invisíveis aos nossos olhos. Como entendê-las nas suas subjetividades, ante a tanta discriminação, exclusão e violência; ante os seus direitos quanto ao seu lugar social, raça, gênero, diversidade sexual, além do sofrimento físico e psíquico provocados por esse processo de exclusão, fome e miséria? A que dimensões essa escuta leva-nos? Nesse sentido, a dimensão ético-política torna-nos alunos e psicólogos críticos, criativos, de olhos bem abertos para essas realidades, marcas sociais que devem estar profundamente engajadas no ato do discurso e das intervenções psicológicas.

Como professora alfabetizadora, no interior do estado e na capital, desde cedo escutava as crianças das periferias, ouvindo, na sua realidade de pobreza, os seus desejos tão contraditórios com o lugar social a eles destinados: “Professora, eu quero ser médico. Eu quero ser soldado. Eu quero ser pedreiro. Eu quero ser doutor”.

Era preciso reconhecer-me o tempo todo, identificar meus valores, meu ideário e consciência política, para lidar com tanta gente, tantos sonhos, tantos desejos, tanta gana de sair vencedor, numa sociedade que lhe condiciona a um só futuro, à pobreza como uma sentença de destino social.

Na clínica, o conhecer-se é imperativo, seja nas reflexões pessoais seja nos processos psicoterápicos. Como conhecer o outro sem compreender que também sou humana, que sofro, que me culpo, que posso ter más e boas intenções, que posso usar poderes para manipular, dominar, discriminar esse e tantos outros que desconheço? Como escutar aquele que chega de fora, que me avalia, que diz não ter nada, que silencia, que quebra minha segurança e que se apresenta, não como um problema científico que emerge das nossas teorias, mas como gente que se faz na concretude do mundo?

Sofremos juntos os males que criamos e os males do mundo que recaem sobre nós. Como poderei escutar seus conflitos, suas dores, seus medos, seus temores, suas incertezas, seus desejos contidos e incontidos, todos os seus males que se ocultam sob a vergonha e humilhação social? Sendo esta última o conceito estudado por José Moura (2005), referindo-se a uma modalidade de angústia projetada

pelo impacto traumático da desigualdade de classes. Esses conflitos e dores parecem se ocultar sob o signo da vergonha de tê-los, senti-los e dizê-los, como tantos outros esquecidos pelo funcionamento de determinados processos psíquicos que teimam em nos lembrar e que, muitas vezes, por meio das tecnologias leves da psicologia, suas diferentes formas de intervenção, podem reconstruir vidas produzindo saúde mental.

O conhecer-se e o escutar-se expressam-se pela nossa linguagem, porque a escuta compreende o falar que se manifesta nas nossas relações com os outros desde tenra idade. Aprendemos que tais relações são feitas de ideias, pensamentos e palavras que atravessam a escuta nos processos de comunicação. Daí a importância do que escuto, como escuto e do que falo, porque esta linguagem é acompanhada de conteúdos que aprendemos numa sociedade que nem sempre se faz ouvir, principalmente, aqueles que são oprimidos pela própria sociedade.

Às vezes, as respostas que as escutas colocam-nos constituem um risco na devolução, dado o uso que fazemos das palavras. O que se diz ao outro que me escolhe para conhecê-lo, escutá-lo e ajudá-lo no seu sofrimento?

Escutar, como decorrência do conhecer-se, também é uma forma de aprendizagem, do mesmo modo que, escutando-me, conheço-me e reconheço como sujeito, começando a escuta de mim mesma, que se torna exigência simultânea em busca da alteridade. É nesse interstício que, ao colocar-me nesse lugar, surge, então, uma escuta que, pelas palavras de Christian Dunker (2019), pode ser transformadora.

Aprendi que se escutar demanda conhecer-se e, portanto, implicar-se nas ações e atos psicossociais/psicoterapêuticos, ou não, para um convívio solidário que deve resultar em proveito da saúde mental para todos.

Reconheço a importância de meu preparo e conhecimento histórico, político, cultural, técnico e ético em todos os momentos da minha trajetória como psicóloga, à medida que fui compreendendo a complexidade, cada vez mais intrincada, do homem no século XXI. Pergunto-me por que, com tanto conhecimento sobre o homem, pensamos que sabemos mais sobre a vida deles do que eles mesmos,

dificultando o conhecimento e a escuta sobre as possibilidades de sua transformação. Respondo: porque essa escuta está sob a dependência das relações de poder e no desconhecimento da alteridade, em qualquer instância ou território que se pode transitar.

Todos esses processos e mudanças, nos lugares pelos quais passei, sinalizaram para a importância de um conhecimento político, bem como de uma escuta qualificada e de uma fala politizada. Era preciso concordar, discordar, acrescentar e reconhecer-se em um diálogo permanente com os pares, com as políticas, com os órgãos governamentais, universidades e psicólogos. Há necessidade de saber de si, porque, nesses e em outros encontros, há sempre a possibilidade de desestabilizar-nos, porque nos põem fora do nosso lugar, em momentos nos quais é absolutamente necessário, estar no lugar de escuta e de fala, assumidos enquanto sujeitos éticos e profissionais da psicologia, que se deseja ética, diversa e democrática para todos.

O fato é que sempre estamos precisando nos reencontrarmos nos diversos momentos que a vida coloca-nos. É um desafio ético/epistêmico e, ao mesmo tempo, um privilégio ser psicóloga/psicólogo. Foi, e ainda é, um desafio ao longo da minha caminhada até os tempos atuais.

A psicologia, hoje, mostra-se como uma ciência forte e necessária em uma sociedade que passa por uma grande crise de valores de ordem política, social, cultural e ética que atinge não só a psicologia, mas a nossa existência como cidadãos e profissionais desta ciência.

Acredito ter apontado, ao longo desta história, como nossa psicologia produziu vários movimentos de construção de nossa inserção profissional em novos dispositivos sociais e na preservação da democracia. Tal fato obriga-nos a mobilizar para enfrentamentos na defesa de um exercício profissional, na busca de proteção e cuidado com a população para sua saúde mental.

Aqui ressalto a importância dos autores que li e leio, das falas dos meus professores, dos meus pacientes, dos meus alunos, dos meus parceiros institucionais; as falas daqueles que me acompanharam em minha vida, meus pais, amigos, filhos e netos, meus alunos, companheiros de instituições por onde passei. Deles, tomei emprestados seus discursos, modos de ver o mundo que também me constituíram enquanto sujeito que sou.

Mikhail Bakhtin, linguista, teórico da literatura, considerado o “filósofo da interação”, ajuda-me nessa forma de pensar quando diz que há um diálogo constante entre os diversos sentidos dos discursos, sendo esse dialogismo permanente à condição de tais sentidos e o princípio que constitui a linguagem. Desse modo, meu discurso é permeado por todos aqueles que constituíram a minha formação e que também foram por mim influenciados.

Espero que essas reflexões não sejam um carimbo do passado, mas uma condição de alerta, que se renova para o presente e para o futuro do país e da nossa psicologia.

Fico feliz e parablenizo os meus colegas psicólogos que escolheram a complexa profissão de cuidar dos outros e de si, cuidando da profissão simultaneamente, e, com isso, cuidando das pessoas, transformando-as e dando-lhes um novo significado para a vida.

Finalizando, expresso a minha gratidão a Alda Roberta Campos, Presidente do Conselho Regional de Psicologia, pelo encantador convite para escrever esta carta; aos meus pais, meus filhos, a todos os meus professores, de todas as épocas e formações, por permitirem-me construir a profissional que sou; e todos que se tornaram professores como eu; aos meus alunos e alunas, que pela escuta atenta e participação singular em nossos encontros fizeram e fazem o crescimento da nossa psicologia, e à professora Maria do Carmo (Mima) Catunda pelas contribuições na edição de linguagem e revisão textual.

Graça Victor.

Prof^a Graça convida-nos a olhar para dentro, escutar-nos, aponta-nos o autoconhecimento como o único caminho para escutar o outro. O poder do encontro e sua capacidade transformadora. A necessidade de ampliar o acesso à psicologia em tempos de tantas perdas de direitos.

A psicologia completa 60 anos de regulamentação no Brasil, ainda sem piso salarial e sem jornada de trabalho definida, além de, em muitas situações, vínculos trabalhistas precarizados, mas, apesar disso, acreditamos na possibilidade de mudança desta realidade. Segundo dados do CFP (2022), somos mais de 16 mil profissionais atuando em Pernambuco e cerca de 425 mil no Brasil, fazendo psicologia em diversos

locais, nas políticas públicas, nos hospitais, empresas, escolas, na rua, nos presídios, em consultórios, nas instituições de ensino, jurídicas, entre outros; gente encontrando gente e cuidando de gente.

Muito se avançou, mas muito ainda se tem por lutar. O compromisso social da psicologia, precisa continuar pelos próximos anos e esta tarefa também é sua. Essa é mais uma vez a reflexão trazida pelas cartas de nossas referências.

Dimenstein (2000) aborda sobre uma psicologização do cotidiano e do social, num esvaziamento político, por meio da privatização, nuclearização da família, descoberta de si mesmo como proposta de libertação das repressões em detrimento do coletivo. Produziu-se assim referenciais estéticos, modelos de ideal de sujeito psicológico, que se tornaram hegemônicos, mesmo na identidade e cultura profissional de psicólogas e psicólogos.

É neste sentido que Favacho (2012) convida-nos a pensar o currículo da psicologia como um campo de disputa, como parte das relações e estratégias de poder. Luís Cláudio Figueiredo (1993), por sua vez, compreende que nossas experiências na psicologia dão-se por meio de uma multiplicidade ante a identidade, posições e entendimentos profissionais. Destaca a pluralidade das práticas, que são balizadas ainda pelas experiências pessoais, apontando que precisamos lidar com a ausência de parâmetros rígidos de atuação, mas reitera que “as estratégias de autolegitimação baseadas em processos de exclusão geram alianças totalmente espúrias e insustentáveis” (p.92). Entende, então, que é preciso assumir a multiplicidade em nós e no outro, promovendo encontros de subjetividades. O que só é possível em contextos democráticos, que possibilitem a existência da diferença como demarcador de humanidade.

No entanto, estamos no sul do globo, na América Latina, região das veias abertas problematizada por Galeano (2018/2010). Tudo sempre foi capturado e acumulado pelos países dominantes do norte do globo.

Fica explícito o quão fundamental é o posicionamento político da psicologia, em prol de uma decolonialidade, reconhecendo os imbricamentos dos modos de subjetivação e do sofrimento psíquico com o sociopolítico. É por esta razão que a psicologia torna-se alvo da ideologia conservadora e excludente.

Concordando com Cláudia Costa (2014), propomos a Decolonialidade como um caminho afirmativo, uma vez que intenta desconstruir as estratégias da Colonialidade - escravização das pessoas, retirando suas escolhas e posicionamentos, bem como sua cultura, ou seja, uma negação do sujeito. É no bojo da diáspora que se tecem as teorias decoloniais e pós-coloniais, expressões de resistência. A pós-colonialidade, demarcada pela pós-estrutura, é demarcada pela contraposição às invisibilizações e recolonizações históricas e geográficas cotidianas. É desta forma que podemos compreender o termo decolonial e suas teorias e expressões como identidade (RABELLO & VIEIRA, 2019).

Pelo campo científico teórico e prático, a psicologia vem demonstrando que as singularidades não precisam ser patologizadas, uma vez que a multiplicidade é-nos constituinte, e, por isso, precisa ser estudada e cuidada em seus marcadores sociais. Estudos sobre sexualidade, gênero, famílias, raça, território, e as diversidades em geral, tornaram-se caminhos de resistência, além de expressões democráticas de produções que baseiam práticas mais dignas e comprometidas com o cuidado de forma libertária.

Paulo Freire (1987/1970) considerava o aprendizado social, político e econômico, produzindo conscientização. Essa é a base libertária para lutar com elementos opressores, por meio do protagonismo e autonomia, em busca de transformação social e identidade cultural.

É no bojo de outras propostas metodológicas, imbricadas com a militância tecida nos espaços de construção de conhecimento que podemos ainda construir outras maneiras de olhar o humano, que não as conservadoras padronizantes, as reinvenções das quais fala Cecília Coimbra. Encontramos lugar para tal na pedagogia feminista, que se delinea a partir da noção de gênero a cuidando das diferenças reiteradamente produzidas entre homens e mulheres. A invisibilização das mulheres para manutenção dos homens é um processo histórico que urge passar por transformações constantes e refazedoras. Mais uma vez, sentimos, aqui, a convocação de uma relação com a sociedade na tessitura de suas estruturas que necessitam ser rompidas, onde os movimentos feministas e sociais, que se unem a esta luta específica,

vêm propondo há anos, almejando o fortalecimento das mulheres, no plano psíquico e social (SANTOS & BONFIM, 2010).

Guacira Lopes Louro (2015), orienta-nos a pensar que há mesmo uma relação entre militância e vida acadêmica, uma vez que, no Brasil, a eclosão do movimento feminista dá-se no período da ditadura militar, entre estudiosas e militantes. Esses grupos de estudos de gênero e sexualidade sofreram resistências inúmeras e dificuldades de expansão. Propõe como possibilidade a perspectiva pós-estruturalista - que se baseia na quebra de estruturas rígidas e fixas - em diálogo com as teorias *queer*⁴, termo que não possui tradução própria, mas lança uma proposta de não estrutura, de quebra de padrões universais na compreensão das expressões humanas, como as de gênero e sexualidade. Uma relação que rompe certezas, permeando uma abertura ao pensamento e conhecimento. Afirma, ainda, que não se trata de praticidade, mas de trilhar pelas incertezas potentes.

A América Latina vem sendo cenário de uma psicologia de resistência coexistente com proposituras de psicologias capitalistas excludentes, buscando, insistentemente, oposição aos modelos hegemônicos do norte do globo. Espaços de relação com os movimentos sociais e com as realidades locais e contextuais das pessoas, num fazer respeitoso, ético e comprometido com o social, que se sustenta numa ciência, metodologias e profissão levadas a sério.

⁴ Queer pode ser traduzido como estranho, excêntrico, mas a expressão também é utilizada de forma pejorativa para se referir a homens e mulheres homossexuais. Para alguns movimentos homossexuais assume uma vertente de oposição à heteronormatividade e à não-normatividade, com uma forma de ação mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001)

NOSSA MENSAGEM PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS...

Nossa gratidão às nossas mestras e a todas as companheiras e companheiros de profissão, em especial, aos que participaram e participam do Sistema Conselhos de Psicologia e do XVI Plenário do CRP 2ª Região. Que continuemos na construção da psicologia ética e comprometida com a defesa dos direitos humanos.

Representadas por estas cartas, e mais, por estas mulheres, em suas histórias de tantos fazeres e lutas, sabendo ainda que cada uma/um que aqui se dispõe à leitura possui também sua luta diária, sentimos tocadas a reiterar o convite para o fazer coletivo. Muito já foi feito por nossas ancestrais, mas, como descendentes dessas histórias e tantas outras desconhecidas mas herdadas, sentimos o dever ético de dar continuidade. Uma psicologia comprometida com o social e com as vidas de forma digna não é natural, é construída.

O marco de 60 anos da psicologia emociona-nos e tece a rede da memória, aqui, lembrada por mulheres que nela estiveram, assim como continuam junto conosco, e aponta para essa não naturalidade que precisa ser insistida e investida. Este capítulo soa como um convite para a luta coletiva pelo fortalecimento de uma psicologia democrática, antirracista, antimanicomial, antiproibicionista, anticapacitista, feminista, em prol das pessoas e das políticas públicas e libertária.

REFERÊNCIAS

- COIMBRA, Cecília. **Direitos humanos e práticas psi**. In: SANTANA, Severina (Org.). **Seminário de Psicologia de Direitos Humanos: direitos humanos pra quem?** Recife: EDUPE, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, 2022. Reedição do trabalho original publicado em 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Democracia e Subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos**. 2a Edição - Revista. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Infográfico atualizado em maio de 2022**. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/> Acesso em: 25 Maio 2022.
- COSTA, Claudia. **Feminismos descoloniais para além do humano**. Rev. Estudos Feministas, set.-dez., Florianópolis: 2014.
- DIMENSTEIN, Magda. **A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde**. Estud. psicol., Natal,v.5, n.1, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100006Acesso em: 08 abr. 2016
- LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Revista Estudos Feministas [online]. 2001, v. 9, n. 2 [Acessado 26 Maio 2022] , pp. 541-553. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>>. Epub 20 Maio 2002. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Ed. Ulisseia, 1965.

FAVACHO, André Picanço. **O que há de novo nas disputas curriculares?**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 929-932, Set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300015&lng=en&nrm=iso Acesso em: 25 Maio 2022.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. Sob o signo da multiplicidade. Cadernos da Subjetividade, ed. 1. 1993/3, v. 1, pp. 89-96.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Trabalho original publicado em 1970.

GUZZO, Margoni. **Conceição Evaristo**: a escrivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. Geledés, Instituto da mulher negra, online. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/> Acesso em: 25 Maio 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Edições. 8ª impressão, 2020.

NOGUEIRA, Bruno César Barreto Moreira Sarrazin. **Justiça social: relação entre justiça e direitos sociais e a onda neoconservadora atual**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1122_11225cca08c1b0c64.pdf Acesso em: 25 Maio 2022.

OLIVEIRA, M. V. **Direitos humanos e práticas psi**. In: Org.: SANTANA, Severina(org.). **Seminário de Psicologia de Direitos Humanos: direitos humanos pra quem?** Recife: EDUPE, 2007.

RABELLO, Daniele; VIEIRA, Luciana. **Compreendendo as interações entre gênero, sexualidade, família e religião na formação em psicologia**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36054/1/TESE%20Daniele%20Cristine%20Cavalcanti%20Rabello.pdf> Acesso em: 26 Maio 2022.

SANTOS, Ana Célia; BONFIM, Maria do Carmo. **Pedagogia Feminista na Construção de uma Alternativa de Gênero**. Diásporas, Diversidades e Deslocamentos, Fazendo Gênero 9, 23 a 26 ago., 2010.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2 ed. - São Paulo: Cortez, 1996.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 2ª REGIÃO (CRP-PE): FUNCIONAMENTO, AVANÇOS E DESAFIOS

Thaís Emanuella Ferreira Lopes Araujo

Elane Cristina Lima de Aguiar Pereira

Silvannir Ferreira Jaques da Silva

Luís Felipe Andrade Barbosa

INTRODUÇÃO

O referido capítulo apresentará o funcionamento do Conselho Regional de Psicologia através do olhar das Assessorias. As ações desenvolvidas com as gestões, em especial, o XVI Plenário (2019-2022). O crescimento do CRP-02, os avanços, desafios e a proximidade da categoria. A função precípua do Conselho e compromisso social da Psicologia.

Nas palavras de Maria Sylvania Zanella di Pietro (2007), o termo “Autarquia” teria sido utilizado pela primeira vez na Itália, no final do século XIX, por Santi Romano, quando este escreveu sobre o tema “descentramento administrativo” para a Enciclopédia Italiana. Segundo a autora, “o vocábulo Autarquia fazia referência às comunas, províncias e outros entes públicos existentes nos Estados unitários” (p.397).

A palavra público significa “relativo ou pertencente a um povo”, a uma “coletividade”. Escrever sobre as autarquias é destacar processos e procedimentos que contêm procedimentos administrativos necessários para o andamento dos processos que são regidos por Lei.

As Autarquias são entes criados por lei específica para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram melhor funcionamento na gestão administrativa e financeira, assim, são figuras indispensáveis no melhor desempenho das atividades públicas.

Os conselhos profissionais são indispensáveis para garantir uma atuação profissional coerente ética e tecnicamente, de tal modo a zelar pelo cumprimento do Código de Ética e pela proteção de pacientes/usuários, profissionais e a sociedade em geral.

O Conselho Regional de Psicologia é uma autarquia que possui como função precípua orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão, de acordo com o artigo 7º da Lei nº. 5.766/71, b. Esta condição possibilita o compromisso firmado em seu código de ética, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o bem-estar e a transformação social.

Desse modo, o texto a seguir apresentará o funcionamento do CRP-02, os desafios, avanços, o papel das Assessorias que atuam em conjunto com as deliberações da gestão, no recorte do XVI Plenário (2019 a 2022) e, ainda, como tem sido o funcionamento do CRP-02 a partir da pandemia.

ESTRUTURA DO CRP-02

O Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco - 2ª Região (CRP-PE) é uma autarquia federal, criada através da Lei nº. 5766/71 e pelo Decreto nº. 79.822/77, que regulamenta a lei de criação, dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira. Iniciou suas atividades em 30 de agosto de 1974, no Centro de Orientação Psicológica, situada à Rua Costa Gomes, 129, Torre, Recife/PE.

Em sua composição funcional, possui 29 funcionárias/os sendo quinze empregadas/os, cinco comissionadas/os, cinco terceirizadas/os e três estagiárias, lotadas no Núcleo Administrativo - NUAD, no Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e na Assessoria de Comunicação e Imprensa - ASCOM.

Na Sede do CRP-02 com atuação em Recife e Região Metropolitana, são três Núcleos, sendo Administrativo - NUAD, Financeiro - NUFIN e Técnico Político - NUTEP. No que diz respeito à composição de gestão, conforme Resolução CFP nº. 003/2007, a quantidade de conselheiras/os está diretamente ligada à quantidade de inscritas/os. Assim, o CRP-02 possui 26 conselheiras/os, sendo 13 titulares e 13 suplentes.

Por meio da Resolução CFP nº. 14/98 o Sistema Conselhos institui e regulamenta as seções no âmbito dos Conselhos Regionais de Psicologia. Desse modo, a partir da identificação de mobilização e organização das (os) psicólogas (os); número de profissionais e contribuição profissional arrecadada, o CRP-02 aprovou através de Resoluções as Subsedes - Vale do Ipojuca, Agreste Meridional e Sertão do São Francisco. Em cada Subsede temos 01 funcionária, sendo em Caruaru, no momento, contrato por via terceirizada, até que novo concurso seja realizado.

Entende-se como seção o núcleo administrativo subordinado ao Conselho Regional de Psicologia e com atuação sobre uma parte da área de jurisdição do respectivo Conselho Regional.

A Subsede do Vale do Ipojuca, com sede em Caruaru, criada através da Resolução CRP-02 nº. 002/2009, possui jurisdição nos municípios de Caruaru, Agrestina, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Camocim de São Félix, Frei Miguelinho, Gravatá, Jataúba, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, São Caetano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes.

A Subsede do Agreste Meridional, com sede em Garanhuns, criada através da Resolução CRP-02 nº. 003/2009, possui jurisdição nos municípios de Garanhuns, Alagoinha, Arcoverde Angelim, Águas Belas, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Correntes, Cachoeirinhas, Capoeiras, Cupira, Iati, Itaíba, Ibirajuba, Jupí, Jucati, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Manari, Palmerina, Paranatama, Pedra, Pesqueira, Poção, Panelas, Quipapá, Saloá, São Bento do Una, São João, Terezinha, Tupanatinga, Venturosa.

A Subsede do Sertão do São Francisco, com sede em Petrolina, criada através da Resolução CRP-02 nº. 004/2009, possui jurisdição nos municípios de Petrolina, Afrânio, Araripina, Belém do São Francisco, Bodocó, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Cedro, Dormentes, Exu, Floresta, Granito, Ipubi, Itacuruba, Jatobá, Lagoa Grande, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolândia, Salgueiro, Santa Cruz, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, São José do Belmonte, Serrita, Tacaratu, Terra Nova, Trindade, Verdejante.

Destacando as atividades desenvolvidas pelos Núcleos, iniciamos pelo Núcleo Administrativo, que recebe todas as solicitações da categoria, como inscrição, reinscrição, título de especialista, segunda via de carteira, carteira de identidade profissional definitiva e inscrição de Pessoa Jurídica. Para tais atividades, contamos, atualmente, com oito funcionárias/os e uma estagiária.

O setor administrativo tem sido cada vez mais convocado a ser estratégico para o atendimento das demandas da categoria, considerando que, atualmente, são mais de 30 Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de Psicologia, e, como consequência, a cada ano identificamos um aumento significativo de inscrições de novas/os profissionais.

Por ano, são mais de 1.000 solicitações de inscrições recebidas e efetivadas no CRP-02. Identificamos, também, aumento nas solicitações de reinscrições, sobretudo, nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia da covid-19.

O Núcleo Financeiro compõe as atividades de contas a pagar e contas a receber. Atualmente, são cinco funcionárias/os que atuam no Núcleo Financeiro. Nele, destaca-se o Núcleo de Cobrança, setor responsável pela atividade de contas a receber. A partir desse Núcleo, algumas ações foram iniciadas com o intuito de identificar a inadimplência do Conselho e propor estratégias de proximidade com a categoria com o objetivo de arrecadar as anuidades vencidas, evitando a prescrição do débito, à luz do Código Tributário e Resoluções vigentes do Conselho Federal de Psicologia – CFP.

A Campanha de Negociação “Fique legal com o CRP-02” propôs à categoria a possibilidade de negociar débitos com a flexibilidade de

parcelamento em até 12 vezes, sempre observando o equilíbrio entre as demandas da categoria e a saúde financeira da instituição.

Destacam-se algumas ações realizadas em 2019:

- Realização de mutirões - 12;
- Campanha Fique Legal com o CRP-02 - 4982 e-mails (entre os exercícios 2018 e 2019);
- Protesto judicial - 81;
- Execução fiscal - 183;
- Disponibilização de Whatsapp para negociação;
- As ações para redução da inadimplência (anuidades anteriores a 2019)

A referida campanha passou por algumas atualizações desde 2019 e o principal objetivo é possibilitar a atuação profissional de forma regular, acolhendo a demanda da categoria e cumprindo com as exigências dos órgãos de controle que auditam as contas dos Conselhos de classe.

Através do acolhimento, de forma presencial, via telefone, whatsapp e e-mail, o núcleo de Cobrança apresenta uma proposta de negociação, possibilitando o pagamento integral das anuidades vencidas com redução de 100% de juros e multa, de acordo com a Resolução CFP nº. 46/2018.

O Núcleo Técnico Político - NUTEP atua na orientação e fiscalização, composto por três psicólogas. O atendimento ocorre por telefone, de forma presencial e também por e-mail. A autorização para atendimento online, através da plataforma do E-psi, também faz parte das atividades do referido Núcleo.

É importante registrar o aperfeiçoamento dos procedimentos do CRP-02, através de Resoluções e do Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros - Resolução CFP nº.020/2018.

Por meio de Oficinas, Estudos de Casos e Reuniões mensais com a equipe CRP-02 e as equipes administrativa, financeira e técnica, busca-se o acompanhamento efetivo das demandas, a celeridade no atendimento e nas respostas e os desafios identificados em cada núcleo, considerando as especificidades de cada setor.

PANDEMIA – FUNCIONAMENTO DO CRP-02 E DESAFIOS

Iniciando o exercício 2020, em março, fomos surpreendidas/os com o anúncio da pandemia. A primeira medida a ser adotada pela Diretoria foi a preservação da saúde do corpo funcional. Desse modo, iniciamos o trabalho home office, com pouca estrutura, sem conhecer o que viria por diante.

A primeira ação foi pelo isolamento social da equipe, assim, iniciamos o trabalho totalmente remoto, com atendimento prioritário por e-mail e whatsapp.

Na sequência, a estrutura foi organizada de forma a possibilitar o atendimento por telefonia móvel, com plantões realizados pela Diretoria e Coordenação.

O CRP-02 procedeu com a disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI), tais como álcool em gel, máscaras, face shield, óculos; transporte à equipe para realização de plantões; a estrutura da instituição foi adaptada considerando o distanciamento social; houve o investimento em tecnologia da informação, equipamentos que pudessem garantir inicialmente o trabalho remoto, em seguida os plantões.

Considerando o atendimento remoto, os fluxos, processos e procedimentos foram ajustados, com o intuito de atender à categoria de forma eficiente, sem prejuízos. Certidões foram adaptadas, requerimentos, prazos com o intuito de garantir o atendimento à categoria.

O CRP-PE desde o início preocupou-se com a manutenção das atividades, o cuidado com a saúde mental da equipe, plenário, colaboradoras/es e colocou-se disponível para contribuir com a sociedade e a categoria.

Na ocasião, reuniões mensais com a equipe eram realizadas de forma virtual, bem como reuniões com cada núcleo. Nessa reestruturação necessária, diversos atos foram publicados para informar a categoria sobre o atendimento, carteira de identidade profissional e prazos processuais.

Destaca-se a Portaria CRP-02 n. 012/2020 - Dispõe sobre o funcionamento do CRP-02; Portarias nº. 013/2020, 017/2020; 018/2020; 024/2020; 025/2020; 026/2020; 029/2020; 030/2020 - Todas as Portarias versam sobre o atendimento do CRP-02, prorrogação de prazo e a forma de funcionamento. A cada orientação das autoridades sanitárias e avaliação da gestão, era publicada uma Portaria atualizando a equipe e categoria sobre a situação de pandemia vivenciada.

A Portaria CRP-02 nº. 015/202, institui o Comitê de Crise no âmbito do CRP-02. Desse modo, diversas ações foram realizadas em conjunto com outras Instituições e Conselhos de Classe, Conselheiras/os, Funcionárias/os, Colaboradoras/es.

Dentre as principais ações, destacam-se:

- Nota Técnica nº. 001/2020 - Informações sobre o Exercício Profissional diante da pandemia;
- CRP-02 assina Ofício endereçado ao MPPE que visa à inclusão de todas as profissionais de saúde na preferência da vacina contra a covid-19;
- Realização de quase 50 lives (2020 a 2022) contemplando temas dos mais variados de interesse da Psicologia;
- Mais de 10 Notas de Posicionamento desde o início da pandemia, a fim de tratar de assuntos que versam sobre população negra, luta pelo fim da transfobia, pela saúde mental dos povos indígenas, entre outros. Tudo para defesa da vida, do SUS, da democracia e Direitos Humanos como um todo.

O CRP-PE elaborou um Plano de Convivência com a covid-19, que avaliava, diariamente, a evolução da pandemia no Estado, seguindo as recomendações das autoridades sanitárias locais, publicado através da Resolução CRP-02 nº. 002/2020.

Ainda em 2020, através da Portaria CRP-02 nº. 031/2020, os atendimentos, a partir de 05/10, seriam retomados, presencialmente,

de forma parcial, via agendamento prévio. No exercício 2021, o CRP-PE continuou os cuidados com a proteção e saúde do corpo funcional e os atendimentos foram ampliados de acordo com a necessidade. Em julho de 2021 retomamos por completo o atendimento na sede, ainda por agendamento, mantendo os cuidados necessários para enfrentamento da pandemia.

A partir do exercício 2022, o CRP-02 ampliou os atendimentos na Sede e Subsedes, através de agendamento e demanda espontânea. O desafio ainda tem sido o de retomar por completo as atividades na Sede e Subsedes, as Reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho, Rodas de Diálogos e outros eventos de forma presencial, continuando os cuidados necessários ainda impostos pela pandemia.

O Sistema Conselhos de Psicologia passa por muitas mudanças em 2022, migração de sistemas de cadastro/financeiro, implementação do SEI, implementação da nova Carteira de Identidade Profissional.

O CRP-02 vivencia a mudança com muita expectativa, sobretudo, no que diz respeito à informatização dos processos, que se iniciam de forma remota, aperfeiçoamentos dos processos através da implementação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, que vem permitindo a virtualização dos processos e a celeridade no atendimento.

Um destaque importante e necessário é a possibilidade de dar autonomia à categoria, com o acesso por meio do site às certidões, boletos e agendamento para atendimento presencial, processos que estão em implementação no CRP-02.

Uma ação importante realizada pelo CRP-02 é a Reunião de Acolhimento, que ocorre de forma virtual desde 2021, em razão da pandemia. Foi um desafio para a instituição acolher as novas demandas dos/as profissionais sem o contato físico, de forma remota. Todavia, a versão virtual da Reunião de Acolhimento garante uma participação maior, haja vista que as plataformas podem receber até 300 pessoas por reunião, e desse modo tem sido possível orientar e acolher as novas psicólogas aptas a exercer a profissão a partir da entrega da Carteira de Identidade Profissional.

TRABALHO DAS ASSESSORIAS

O Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região possui cinco Assessorias que atuam diretamente com a gestão e diretoria executiva no cumprimento das ações e da função precípua do Conselho. Destacamos as Assessorias e rotinas de trabalho.

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Criada a partir da alteração da estrutura organizacional da Autarquia, por meio do Plano de Cargos e Salários de 2004, aprovado por meio da Resolução CRP-02 nº 05/2004 quando se percebeu a necessidade do cargo de secretária. Em 03 de novembro de 2008, considerando o apontamento do planejamento estratégico para adequar a estrutura organizacional da Autarquia, houve, novamente, a alteração da nomenclatura do cargo para Assessoria de Apoio, aprovado pela Resolução CRP-02 nº 02/2008. Em 2017, considerando a atualização da estrutura das responsabilidades que o cargo requer, fez-se necessária mais uma alteração na nomenclatura do cargo para, enfim, o de Assessoria Administrativa.

A Assessoria Administrativa do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região é o cargo designado à/ao profissional responsável por operacionalizar as demandas administrativas direcionadas ao plenário, diretoria e coordenação geral.

Inicialmente, o objetivo do cargo era de assessorar, apenas, ao plenário e diretoria e dar suporte à coordenação geral, no entanto, ao longo dos anos, surgiram outras necessidades que fizeram com que a assessoria se estendesse aos colaboradores de comissões e grupos e representantes da Instituição em outros espaços de representação.

Atualmente, a Assessoria administrativa está presente na Comissão de Eventos do CRP-02 como integrante e, ainda, oferece suporte administrativo às ações do Comitê de Crise da Autarquia, bem como, a ações de outras comissões, sendo permanentes ou temáticas.

Dentro da área atribuída, assessorar a gestão do CRP-02 é criar condições e conhecimentos embasados na administração pública de forma a contribuir para o entendimento e tomada de decisão por parte da alta gestão da Autarquia e, de maneira indireta cooperando no controle interno para que a gestão alcance seu planejamento dentro das normas legais e regimentais.

São atribuições da Assessoria Administrativa:

- Assessorar, administrativamente, à Coordenação e Diretoria Executiva, no que concerne à elaboração de atas em plenária, reuniões e/ou assembleias, providenciando as convocatórias e na agenda de reuniões;
- Realizar atendimento ao público, presencial e por telefone, para tratamento de pedidos de negociação de dívida dos profissionais, quando não solucionados diretamente pelo Núcleo Financeiro – NUFIN – em conjunto com a Coordenação Geral;
- Elaborar documentos de comunicações internas - C.I.'s, contendo procedimentos, avisos ou ordens da Diretoria, bem como ofícios para Instituições de Ensino Superior - IES, Ministério Público e Conselhos Estaduais e Municipais;
- Providenciar os pedidos de ajudas de custo da Diretoria e receber os pedidos de ajudas de custo das Comissões e Grupos de Trabalho, encaminhando-os para aprovação da/o Conselheira/o Tesoureira/o e Presidente, e, por fim, enviando-os ao Núcleo Financeiro através de protocolo para o efetivo pagamento;
- Emitir passagem e reservar hospedagem e valor de diárias, tanto para viagens nacionais, quanto internacionais;

- Monitorar a assinatura de documentos pela Diretoria, observando-se os prazos, incluindo cheques, documentos financeiros, contratos, Carteira de Identificação Profissional - CIP, após a assinatura, direcionar ao Núcleo/ Assessor competente;
- Dar suporte às ações das Comissões e os Grupos de Trabalho (GT) quanto às rotinas administrativas, elaboração de C.I. e recebimento de ajuda de custo, dentre outras rotinas;
- Apoiar a realização dos eventos, quando necessário, prestando o suporte administrativo necessário;
- Controlar o uso de Voucher e emitir relatório mensal ao Núcleo Financeiro para fins de pagamento ao fornecedor;
- Receber os e-mails e direcioná-los aos Núcleos e Assessorias competentes, por meio físico e virtual;
- Despachar, entre os Núcleos e Assessorias, os documentos emitidos pela Diretoria e Coordenação Geral através de protocolo;
- Receber todas as solicitações encaminhadas à Coordenação Geral e Diretoria e encaminhá-las através de Despacho por meio físico;
- Agendar reuniões quando solicitadas pela Diretoria Coordenação Geral, enviando CI ou Ofício, monitorando o retorno e organizando os espaços para a realização da referida reunião, bem como controlar e agendar a utilização das salas do CRP-02 disponíveis para reunião, através de planilha com data da reunião, horário e responsável, disponibilizando a informação para conhecimento da Diretoria, Núcleos e Assessorias;
- Participar das Plenárias providenciando as Atas e remetê-las, posteriormente, para análise e aprovação da Diretoria e Plenário;
- Realizar contato com os fornecedores, tais como - abertura de chamado, comunicação sobre alteração de jornada de trabalho, através de e-mail ou ofício, quando necessário;
- Organizar o arquivo da Diretoria/Coordenação.

ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-PE) é o setor responsável por fornecer subsídios jurídicos para o Plenário, Diretoria e demais setores da autarquia. As atividades desempenhadas pelo setor possuem natureza essencialmente preventiva e contribuem para a segurança jurídica dos atos praticados pelo CRP-PE, envolvendo várias áreas do Direito, diante da necessidade de observância do regime jurídico de direito público.

Para além deste trabalho preventivo, essencial para a atividade administrativa da instituição, em especial para a formalização e o acompanhamento das licitações e dos contratos celebrados pela autarquia, há a promoção e acompanhamento de outros procedimentos administrativos internos e procedimentos instaurados pelo Ministério Público e outras instituições, além das ações judiciais, seja mediante provocação do Poder Judiciário, ou mesmo diante de necessidade de promoção de execuções fiscais, em situações de inadimplência permanente.

As orientações e demais manifestações jurídicas do setor são realizadas mediante a observância das leis, princípios e atos normativos que regem a atuação pública, notadamente das orientações do Tribunal de Contas da União – TCU. Portanto, a atividade da Assessoria Jurídica é voltada para garantir que as decisões administrativas estejam amparadas nos princípios regentes da atuação da Administração Pública.

Dessa forma, as atribuições da Assessoria Jurídica são, especialmente, voltadas para:

- Assessorar juridicamente o CRP, incluindo a Sede e Subsedes, fornecendo segurança jurídica, garantindo que os processos estejam dentro da legalidade, considerando o âmbito do Direito Administrativo, Civil, Processual, Tributário e Trabalhista;
- Emitir opiniões e parecer jurídicos para fundamentar análises e a tomada de decisões.

- Realizar o acompanhamento de licitações e contratos administrativos – validação e execução contratual;
- Realizar o controle efetivo dos processos em fase de execução fiscal.
- Distribuir e acompanhar os processos físicos ou eletrônicos, com visitação in loco nos tribunais, quando necessário;
- Analisar as demandas trabalhistas e a negociação de acordos sindicais, emitindo parecer jurídico;
- Analisar, preventivamente, as comunicações e ofícios externos quanto ao risco de exposição do CRP 02;
- Atender demandas externas do MPE, MPU, Prefeitura, Secretaria do Patrimônio da União;
- Acompanhar os processos disciplinares administrativos, como também, os disciplinares éticos;
- Acompanhar os processos sigilosos da Diretoria e do Conselho.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA

A Assessoria de Comunicação e Imprensa do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-PE) é o setor responsável por dar visibilidade interna e externamente às ações realizadas pelo Conselho. Essas atividades advêm do planejamento periódico da gestão política, ou mesmo solicitadas mediante a demanda de ocasionalidades que a autarquia estiver direta ou indiretamente envolvida.

Detentora de um Manual de Comunicação, desenvolvido pela profissional vigente na autarquia, a Ascom integra duas Comissões Temáticas do Conselho: a Comissão da Política de Comunicação e a Comissão de Eventos. Desde que instituído e até os dias atuais, também coordena as estratégias de Comunicação do Comitê de Crise

da autarquia. Além disso, presta apoio técnico junto ao Comitê de Transparência do CRP-02.

Segundo Koplín e Ferrareto (2001), a Assessoria de Comunicação Social presta um serviço especializado, coordenando as atividades de comunicação de um assessorado com seus públicos e estabelecendo políticas e estratégias que englobam iniciativas nas áreas de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda.

Dentre as principais funções da assessoria, destacamos os seguintes itens:

- Assessoria às conselheiras, colaboradoras/es e funcionárias/os do CRP-02 em relação às questões que envolvam a comunicação interna e externa da instituição (Imprensa e Media Training);
- Clipagem em Geral;
- Atualização de contatos de mídia (mailing) e follow-up com jornalistas;
- Participação em reuniões em geral para levantamento de informações que possam gerar pautas e para condução dos trabalhos do setor, análise comunicacional mediante deliberações, planejamento estratégico sobre a imagem da instituição em decorrência de deliberações da gestão;
- Planejamento, produção e cobertura comunicacional de eventos e encontros que o CRP-PE realize ou dos quais esteja envolvido (conforme solicitação da Diretoria Executiva);
- Cobertura fotográfica dos eventos e ocasiões que se julgar necessária;
- Acompanhamento/produção de determinados serviços de comunicação a exemplo de produções gráficas como elaboração de cards e banners virtuais e/ou impressos, logotipos, vídeos, animações em geral, etc;
- Atualização do site institucional;
- Criação e edição de One Pages Temáticas;

- Atualização, monitoramento e análise de insights das redes sociais oficiais do CRP-PE (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube);
- Manutenção, monitoramento e atualização de listas de transmissão do whatsapp institucional - notícias;
- Resposta aos e-mails relacionados à comunicação e acompanhamento das notícias que possam gerar pautas;
- Criação de Campanhas estratégicas para desenvolvimento do marketing de mídia e campanhas internas;
- Apoio Técnico junto ao Comitê de Transparência do CRP-02;
- Integrante da Comissão de Eventos do CRP-PE;
- Recebimento e captação de convênios/parceiros;
- Supervisão de estágio em Comunicação Social – Jornalismo.

A COORDENAÇÃO GERAL

A administração pública assenta numa estrutura organizacional em diferentes áreas. O Conselho Regional de Psicologia, como autarquia, possui diversos processos administrativos necessários para o cumprimento de sua função.

Coordenar uma instituição com tamanha diversidade e especificidades requer conhecimento, persistência e muito trabalho, que se divide em todas as áreas, sobretudo, administrativa e financeira. É preciso acompanhar os processos, propor melhorias, identificar o atendimento, estar próxima da equipe, cada núcleo e suas necessidades.

O objetivo é atender de forma qualificada, dar respostas com celeridade e acolher as/os profissionais em suas demandas, com respeito, orientar o exercício da profissão com vistas a garantir à sociedade um trabalho com qualidade, ético e comprometido com a função social do Conselho.

É muito satisfatório identificar o crescimento do CRP enquanto instituição pública. Acompanhar e participar do aperfeiçoamento

dos procedimentos que envolvem o Conselho, no atendimento, na orientação, no acolhimento das demandas e na resposta eficaz e célere que toda administração pública deve prestar.

O processo de aperfeiçoamento não é tão rápido quanto se deseja, mas a persistência, através da continuidade, desenvolvimento e ação coletiva, trará resultados mais efetivos no que diz respeito ao cumprimento da função precípua do CRP, já destacada anteriormente.

Dentre as atividades realizadas pela Coordenação, destacam-se:

- Coordenar as atividades administrativas e financeiras, realizadas pelos Núcleos Administrativo e Financeiro, bem como, as atividades administrativas desempenhadas pelas assessorias Jurídica e de Apoio;
- Coordenar as rotinas de inscrição e reativação, transferência e cancelamento de registros dos profissionais;
- Analisar os pedidos de isenção de débitos, quando não solucionados pelo Núcleo Financeiro, emitindo parecer e encaminhando-os para conhecimento e anuência da Diretoria, por fim, devolvendo-os para a execução do Núcleo Financeiro;
- Acompanhar a execução dos contratos de fornecedores e as respectivas revisões, através de despachos e remetendo-os para análise final e assinatura da Presidência e Tesouraria;
- Participar das Reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL, emitindo opinião sobre a fase interna, analisando edital, elaborando o Termo de Referência, acompanhando a pesquisa de mercado e por fim, assinando os despachos que serão também assinados pela Presidência e Tesouraria;
- Conferir e monitorar a elaboração da folha de pagamento e também, o registro do ponto eletrônico;

- Realizar o monitoramento da evolução do Planejamento Estratégico quanto aos indicadores de gestão e às ações realizadas pela Diretoria;
- Acompanhar a realização dos eventos promovidos pelo CRP 02. (executa também suporte administrativo, logístico);
- Motivar a realização da pesquisa de mercado (execução) em conformidade com a Lei 8.666, definir o fornecedor fundamentando parecer para aprovação da Diretoria;
- Acompanhar a arrecadação, inadimplência, as atividades do Contas a Pagar e do Contas a Receber;
- Propor à Diretoria ações de melhoria e aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e financeiros do CRP-02, sobretudo, redução da inadimplência e ampliação das fiscalizações;
- Coordenar a execução dos serviços de manutenção predial e infraestrutura.
- Acompanhar as reuniões de Diretoria e Plenária, assessorando nas demandas recebidas, especificamente, nas questões administrativas;
- Elaborar relatórios gerenciais com os dados de monitoramento da equipe e dos Núcleos Administrativo e Financeiro.;
- Tomar decisões com base no Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros do Conselho Federal de Psicologia – CFP;
- Realizar capacitações e Grupos de Estudos com os Núcleos e Assessorias do CRP-02;
- Supervisionar as atividades do Almoxarifado e Patrimônio do CRP-02 através dos relatórios emitidos pelos núcleos responsáveis;
- Gerenciar o calendário de obrigações do CRP-02, tais como as Assembleias, Eleições e o COREP – Congresso Regional de Psicologia;

- Propor a aquisição de serviços e materiais para o funcionamento do Conselho;
- Propor ações de melhorias através da política de Gestão de Pessoas da Instituição.

O trabalho da Coordenação, junto às Assessorias, ocorre de forma integrada. Semanalmente, é realizada uma Reunião para despachos das demandas, que, sobretudo, conta com a participação da Assessoria Administrativa e Assessoria de Comunicação e Imprensa. No entanto, há momentos de despachos com a Assessoria Jurídica, para dialogar e acompanhar os contratos, aditivos, execuções fiscais e demais atividades que necessitam de uma orientação jurídica.

Ainda destacando o trabalho das Assessorias, é pertinente registrar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Eventos do CRP-02, que conta com a participação das Assessorias de Comunicação e Imprensa, Administrativa, Coordenação Geral, CREPOP, Tecnologia da Informação - TI e Conselheira responsável.

A Comissão de Eventos do CRP-PE tem um importante papel na autarquia quanto ao gerenciamento, planejamento, produção e execução principal nas iniciativas promovidas pelo Conselho. Ela esquematiza todas as etapas, para junto às Comissões e Diretoria Executiva transcorrer sobre as incumbências de cada núcleo ou setor específico, proporcionando que tudo seja realizado com excelência. Um trabalho coletivo que respeita as leis que regem o Conselho, seja sob a ótica administrativa e financeira, além de nortear um melhor roteiro programático e estratégico para execução de cada eventualidade.

Em meio às transformações impostas pelo momento pandêmico, a Comissão de Eventos do Conselho Regional de Psicologia precisou também reinventar-se, aos moldes em que vinha gerindo e produzindo as iniciativas propostas pela gestão. Comparado ao quantitativo e ferramentas usadas, além do investimento tecnológico e humano, a referida Comissão acompanhou a evolução pedida mediante a ocasião e, com isso, a autarquia continuou a levar, para a categoria, informação sobre os mais variados temas.

No ano de 2020, pico alto da pandemia, de maio até dezembro, foram quase 60 eventos on-line envolvendo desde assuntos técnicos, em destaque para Resoluções e aprofundamento do exercício profissional, quanto temáticos alusivos às datas fixas do calendário de pautas fundamentais para a ciência da psicologia. E, inclusive, orientações a fim de fomentar as psicólogas quanto ao seu papel frente à saúde mental que tanto fez-se necessária, sobretudo, no cenário caótico em que pouco se sabia em relação aos grandes danos que a covid-19 estava a causar no Brasil, em nosso estado, e nas vidas de cada uma das pessoas.

Utilizando-se de ferramentas gratuitas que, após serem testadas pela assessoria de comunicação e imprensa, e, posteriormente, o TI, foram colocadas à disposição da Comissão de Eventos. As várias plataformas e ferramentas possíveis foram testadas, a fim de promover as iniciativas virtuais para levar à categoria, da melhor forma, o conteúdo orientador a ser apresentado.

Dentre as diversas ferramentas utilizadas até os dias de hoje, destacamos as seguintes: Stream Yard (software operado através de navegador de internet que funciona como um estúdio virtual, onde é possível fazer transmissões ao vivo e serem vistas através de redes sociais); Sympla Streaming (inicialmente chamado de "beta" para elencar uma possível fase de teste, a plataforma de eventos on-line da Sympla colocou a serviço dos produtores de eventos um mecanismo de gerenciador de inscrições, fornecimento de certificado, aglutinado ao Zoom – software de sala virtual de até 8h – tudo de forma gratuita. Instagram (uma das redes sociais que mais cresce no Brasil e no mundo, o produto da Meta, organização do Mark Zuckerberg, por meio de suas constantes atualizações, foi possível a realização de várias Rodas de Diálogo com múltiplas pessoas em tela).

Ainda se tratando dessa linha do tempo de investimentos quanto à maneira de levar os eventos à categoria, a presença constante da tecnologia foi ampliada, seja como forma de terceirização pontual, como, posteriormente, contando com uma permanência mais presente dos representantes da empresa mantenedora do contrato de tecnologia nas ações do CRP-PE. Com essa turbinada no time, a Comissão

de eventos redistribuiu as atividades dando mais dinamicidade na execução das inúmeras funções que envolvem a produção das etapas dos eventos.

Em 2021, era chegado o momento de retomar a tão tradicional Reunião de Acolhimento. E, obedecendo ao que preconizavam os protocolos sanitários regidos pelos municípios, assim como estando a autarquia com expertise nas plataformas virtuais, iniciamos enfim tal momento tão precioso para as psicólogas recém chegadas, as boas-vindas on-line.

O momento de orientação realizado pelo Nutep (Núcleo Técnico e Político) uniu-se à Comissão de Eventos para levar, até as psicólogas, o compilado de conhecimento essencial para a entrada na profissão, que sempre foi realizado, presencialmente, na sede e nas subsedes por meio das Comissões Gestoras. Contabilizamos 60 eventos virtuais, contando com as Reuniões de Acolhimento, Temáticos, Reuniões Ordinária e Extraordinária e, ainda, tivemos eventos do Processo Congresso Nacional de Psicologia - CNP e Congresso Regional de Psicologia - Corep.

Chegamos em 2022, ano do sexagenário da Psicologia no Brasil, com uma maturidade diferente da obtida nas décadas anteriores. Trabalhando com cada uma/um das/os integrantes e na Comissão de eventos como um todo, a serviço do CRP, um fazer eventos a fim de reduzir danos imensuráveis que a covid-19 causou, mas sem perder de vista a essência de levar até a categoria o diálogo e formação para um fazer profissional ainda mais nutrido de ética. Não importa o cenário, é preciso mover-nos em defesa dos Direitos Humanos. Promover tantas iniciativas é sim para dar continuidade ao que ao longo dessa trajetória de profissão e em respeito à luta de muitas pessoas que estiveram envolvidas desde a regulamentação da profissão, até todas as gestões que já deixaram seu legado no CRP-PE.

Tomando como exemplo esse trabalho coletivo que tem uma historicidade, citamos a produção de uma live, que até chegar a um abrir ao vivo, passa por um complexo planejamento e colocação de investimentos, de pessoal (assessorias e funcionárias em geral), tecnológico, teórico e prático na criação das temáticas e divulgações,

financeiro que são oriundos da categoria, seja com a contribuição de sua anuidade, que custeia a entidade, como também do teor humano, pois, na comissão de eventos, também há psicóloga, e a gestão que norteia os muitos eventos, formada por psicólogas que estão a serviço da categoria e para um fazer profissional cada vez mais forte.

E tudo isso se volta para a sociedade! Um ciclo infinito de continuação e legado que mesmo tão jovem já é possível contar tantas histórias. Só para ter um quantitativo breve, até julho deste ano já foram realizados, ao todo, mais de 30 eventos, inclusive, no processo de retomada, com todos os cuidados sanitários, iniciativas presenciais de proporção estadual (COREP) e II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS - Edição Nordeste.

XVI PLENÁRIO

O XVI Plenário iniciou suas atividades em setembro de 2019 com pautas administrativas e políticas. Em especial, destacamos as pautas administrativas, financeiras, quais sejam:

- Análise de todos os contratos;
- Locação da Sala 01, situada no Empresarial The Plaza;
- Aperfeiçoamento no atendimento à categoria, através de telefone e e-mail;
- Aperfeiçoamento do atendimento presencial;
- Aperfeiçoamento na comunicação com a categoria;
- Controle e acompanhamento das despesas do CRP-02;
- Aquisição e Investimento com prudência, considerando a necessidade e o vantajosidade;
- Acompanhamento das receitas através de emissão de relatório, planilhas;
- Quitação de empréstimos junto ao Conselho Federal de Psicologia;

- Cumprimento de todos os pagamentos previstos.

Ainda em 2019, foi efetivada a locação do imóvel (Loja 01) situada no Empresarial The Plaza. Com a receita do aluguel, o CRP procedeu investimento a fim de reverter na reforma do imóvel situado na Rua Afonso Pena, 475, Santo Amaro, Recife/PE. Ação bastante significativa para a instituição que permitiu uma receita com destinação específica.

Em 2020, como já expresso anteriormente, com o anúncio da pandemia, a gestão precisou reinventar-se ao mesmo passo que precisou cuidar da instituição, conselheiras/os, funcionárias/os, colaboradoras/es.

Apesar do trabalho remoto e através de plantões, as ações da gestão continuaram através do cumprimento da função do Conselho, realização de rodas de diálogo, eventos online, Comitê de Crise.

Continuando as ações de aperfeiçoamento do XVI Plenário, destacam-se algumas ações administrativas/financeiras, durante a pandemia. Entre elas:

- Investimento em tecnologias, através de locação de notebooks para que a equipe;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual;
- Garantia de transporte à equipe nos dias de plantões;
- Ampliação qualitativa do contrato de Assessoria de Informática;
- Contratação de Assessoria Contábil para organização dos fluxos financeiros e contábeis referentes aos exercícios de 2021 e 2022;
- Aperfeiçoamento parcial do parque tecnológico, quanto às impressoras, scanners;
- Atualização dos sistemas para iniciar a implementação do SEI no CRP-02;
- Migração do Sistema de Controle Administrativo e Financeiro para atendimento à categoria;
- Aperfeiçoamento e contratação de softwares e programas em nuvem para dar celeridade ao trabalho da equipe e ampliar as ferramentas de controle no atendimento;
- Nomeação de Assistentes Administrativos para o CRP-02;

- Revisão dos atos internos sobre contratação e compras e demais sistemas utilizados pelo CRP-02 (Almoxarifado e Patrimônio);
- Nomeação do Grupo de Trabalho “De Volta pra Casa”, para pensar, organizar e atuar na reforma do imóvel situado na Rua Afonso Pena, 475, Santo Amaro, Recife/PE;
- Autonomia às Subsedes, possibilitando o atendimento direto à categoria local, facilitando o acesso ao CRP-02 e a interiorização das ações;
- Realização de Oficinas, Reuniões com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos administrativos e financeiros;
- Realização de reuniões mensais com a equipe e com os núcleos específicos.

Ainda são muitos os desafios do CRP-PE frente à pandemia, bem como a outras vertentes. A administração da instituição pública vem sendo atacada de forma contundente, haja vista o entendimento de que o serviço público não funciona, que o valor pago pela anuidade é exorbitante, a ausência de entendimento sobre a função de um Conselho de classe, além do Projeto de Lei em tramitação PL 1885/2019 (Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional) e diversas mobilizações expostas no intuito de descaracterizar o papel de um Conselho e tornar não obrigatório o pagamento das anuidades por parte da categoria. Todavia, através do diálogo e trabalho coletivo, as ações vêm sendo desenvolvidas com os esforços e a colheita de frutos desejados.

O XVI Plenário desenvolveu ações com poucos recursos, primando pelo cuidado com o dinheiro público, com a razoabilidade presente e articulação eficiente.

São inegáveis os avanços colhidos no XVI Plenário, bem como é necessária a permanência da articulação, diálogo, respeito e senso coletivo para que as ações continuem em desenvolvimento, fortalecendo a psicologia enquanto ciência e profissão, cuidando da sociedade e da categoria para que os serviços prestados sejam de excelência, seguindo o Código de Ética da Profissão de Psicologia - CEPP.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 5.766/71, de 20 de dezembro de 1971.** Dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais. Disponível em [HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm"](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm)www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm. Acesso em: 29 Jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 79.822/77, de 17 de junho de 1977.** Regulamenta a Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia e da outras providências. Disponível em [HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d79822.htm"](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d79822.htm)www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d79822.htm. Acesso em: 29 Jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução CFP nº. 14/98, de 20 de dezembro de 1998.** Institui e Regulamenta a criação de seções no âmbito dos Conselhos Regionais de Psicologia. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-14-1998-institui-e-regulamenta-a-criacao-de-secoes-no-ambito-dos-conselhos-regionais-de-psicologia#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CFP%20N%C2%BA%2014%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO,SE%C3%87%C3%95ES%20NO%20%C3%82MBITO%20DOS%20CONSELHOS%20REGIONAIS%20DE%20PSICOLOGIA>. Acesso em: 01 Ago. 2022.

----- **Resolução CFP nº. 020/2018, de 04 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a revisão e ampliação do Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros e Contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia. (Resolução CFP nº. [HYPERLINK "https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-10-2007-institui-o-manual-de-procedimentos-administrativos-financeiros-e-contabeis?origin="](https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-10-2007-institui-o-manual-de-procedimentos-administrativos-financeiros-e-contabeis?origin=)

instituicao"10/2007). Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-20-2018-revisao-e-ampliacao-do-manual-de-procedimentos-administrativos-financeiros-e-contabeis-do-sistema-conselhos-de-psicologia-resolucao-cfp-no-10-2007> Acesso em: 01 Ago. 2022.

----- **Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS.** Novembro de 2017. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp02/wp-content/uploads/sites/22/2019/12/CRP-Politica-Salarial-Vers%C3%A3o-Final-2017-1.pdf> Acesso em: 28 Jul. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2a. REGIÃO - CRP 02. **Resolução CRP-02 nº. 002/2009, de 27 de abril de 2009.** Dispõe sobre a criação da Subsede do Vale do Ipojuca - Caruaru.

----- **Resolução CRP-02 nº. 003/2009, de 27 de abril de 2009.** Dispõe sobre a criação da Seção do Agreste Meridional - Garanhuns.

----- **Resolução CRP-02 nº. 004/2009, de 27 de abril de 2009.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Seção do Sertão de São Francisco - Petrolina.

----- **Resolução nº 05, de 10 de dezembro de 2004.** Aprova o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Conselho Regional de Psicologia-2ª Região. CRP-02. Recife, 10 de dezembro de 2004.

----- **Resolução nº 02, de 03 de novembro de 2008.** Aprova a alteração do Plano de Carreira, Cargos e Salários do Conselho Regional de Psicologia-2ª Região. CRP-02. Recife, 03 de novembro de 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito administrativo.** 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NUTEP - NÚCLEO TÉCNICO POLÍTICO: AÇÕES E DESAFIOS NA GESTÃO DO XVI PLENÁRIO

Marcela Calheiros Leite Barros

Maria da Conceição Leite e Silva

Maria Valéria de Oliveira Correia Magalhães

O Núcleo Técnico Político - NUTEP do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região foi criado a partir da Resolução do CRP-02 nº 002/2008 - aprova a alteração do Plano de Carreira, Cargos e Salários do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região - e implementado em novembro de 2019, compondo, assim, a nova estrutura organizacional do regional, juntamente com o Núcleo Administrativo - NUAD, o Núcleo Financeiro - NUFIN e as Assessorias. O NUTEP é composto por três Psicólogas Orientadoras Fiscais sob a Coordenação de uma Conselheira Efetiva e tem, como objetivo, articular as atividades das comissões, diretoria e plenário; gerar conhecimento e informações técnicas para subsidiar as decisões da diretoria e do plenário com relação aos assuntos tratados nas comissões e com relação aos assuntos da profissão e das/os profissionais, baseando-se nas diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico; orientar e fiscalizar o cumprimento das normas pertinentes à legislação que regula a categoria profissional da/o psicóloga/o; propor e implementar estratégias de fiscalização a partir dos cenários apresentados.

É importante destacar que o NUTEP cumpre as funções precípua definidas na Lei nº 5766/71, que cria o Sistema Conselhos de Psicologia e define as ações, através da Comissão de Orientação e

Fiscalização - COF, direcionadas a orientar, fiscalizar e regulamentar a profissão de psicóloga/o, além de zelar pela fiel observância dos princípios éticos e técnicos da profissão. Dentro dessa perspectiva, o Núcleo tem uma importância ímpar na estrutura do Regional. Ainda se destaca, como ações de responsabilidade do Núcleo, a realização das Visitas de Inspeção para abertura de Pessoa Jurídica, a elaboração de informes, relatórios, notas técnicas, ofícios, entre outros documentos administrativos ou técnicos, que têm por finalidade cumprir as demandas solicitadas pela Gestão.

Em relação às atividades do cotidiano do NUTEP, existe o cumprimento do Planejamento Estratégico anual que foca em contemplar o que a gestão determinar com base nas diretrizes políticas definidas no Congresso Nacional da Psicologia- CNP, sendo a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia e acontece a cada três anos. O processo convoca toda a categoria, democraticamente, para definir as diretrizes políticas de cada triênio no CFP e Regionais e no que rege à Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, conforme a Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP nº 10 de 2017.

Sendo assim, ainda com base na Resolução citada, as atividades abarcam primordialmente, a orientação de profissionais, estudantes e sociedade, quer seja presencialmente, por e-mail ou por telefone, por vídeos chamadas, além das fiscalizações presenciais ou remotas em todos os treze segmentos da psicologia. As fiscalizações podem ser demandadas pelo próprio Núcleo, por outras instâncias/ instituições ou Comissão de Orientação e Fiscalização - COF e/ou pela Comissão de Orientação e Ética - COE, que, neste caso caracteriza-se como uma diligência. As diligências, quando demandadas pela COE são realizadas pelas Psicólogas Orientadoras Fiscais e, após a conclusão, é elaborado, pelas mesmas, um Relatório de Fiscalização com detalhes do que foi solicitado para compor o processo ético instaurado ou na fase de representação.

Quanto às ações desempenhadas pelo NUTEP na atual gestão do XVI Plenário (2019 a 2022), destacam-se, logo no seu início, as dificuldades enfrentadas com a chegada da pandemia da covid-19, que

se alastrou com perdas incalculáveis mundialmente. No Brasil, trouxe uma perda significativa de quase um milhão de pessoas, gerando uma repercussão enorme na saúde mental da população e um aumento real na responsabilidade da psicologia diante desse contexto. O Conselho Federal de Psicologia aprovou várias resoluções, sendo a Resolução do CFP nº 04/2020 - Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia da covid-19, que possibilitou uma psicologia mais acessível à população nesse período. Com a preocupação de facilitar o atendimento psicológico à sociedade, esta resolução definiu novas regras para o atendimento *online*, que, na pandemia, passou a ser uma modalidade de atendimento bastante utilizada pela categoria.

Dando continuidade às atividades desempenhadas pelo Núcleo Técnico, faz-se necessário registrar a participação do NUTEP nas ações voltadas para o atendimento *online*.

Destaca-se a orientação dada às/aos profissionais neste período pandêmico para que a categoria se apropriasse das novas possibilidades de atuação e pudesse atender, de forma ética, à população. Ressalta-se que, antes da pandemia, o Cadastro E-Psi, necessário para a realização do atendimento online, conforme a Resolução do CFP nº 11 de 2018, somava apenas 192 profissionais cadastradas/os, e, com a pandemia, esse número passou para cerca de 8 mil cadastros solicitados, sendo pouco mais de 5 mil ativos e aprovados para prestar serviços online.

Quanto a esse número expressivo de novos cadastros, há uma preocupação do Núcleo com a qualidade do serviço oferecido, bem como com a atuação das/os recém formadas/os nessa modalidade online, principalmente pela falta de experiência das/os mesmas/os, por estarem iniciando o exercício profissional, e já serem confrontadas/os numa prática onde muitas vulnerabilidades e desafios fazem-se presentes. Inclusive, foi identificado, neste período, um aumento no número de solicitações de orientações em relação a este tipo de atendimento, como também solicitações referentes ao preenchimento do cadastro E-psi pelas/os psicólogas/os.

Outra demanda expressiva, neste período da pandemia, foram as fiscalizações solicitadas pelo Ministério Público de Pernambuco -

MPPE, pela Procuradoria do Trabalho e Emprego da 6ª Região – MPT e pela Defensoria Pública de Pernambuco em relação a maus tratos de usuárias/os de álcool e outras drogas internadas/os, na sua grande maioria, de forma involuntária, em Comunidades Terapêuticas e ou Clínicas Hospitalares. Essa tem sido uma demanda que requer uma atenção especial e que vem sendo foco das últimas quatro gestões deste regional, conforme publicações das Inspeções Nacionais em Comunidades Terapêuticas de 2011 e 2017 em locais de internação para usuárias/os de drogas.

É necessário pontuar que, desde 2011, que o Sistema Conselhos de Psicologia desenvolve ações voltadas para fiscalizações de lugares que se propõem a tratar pessoas com dependência química de álcool e outras drogas, preferencialmente, em parceria com o Ministério Público de Pernambuco. Dessa forma, as citadas publicações relataram sobre as Comunidades Terapêuticas inspecionadas e as quais foram notificadas pela falta de condições mínimas de funcionamento dos serviços de psicologia, além do modelo estrutural que aponta violações de direito em sua magnitude.

Atualmente, o CRP-02 tem uma preocupação em cumprir com o previsto na Resolução do CFP nº 13 de 2019 que

regulamenta e define procedimentos a serem adotados pelo Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia) quanto aos pedidos de cadastramento e registro de pessoa jurídica de Serviços de Atenção em Regime Residencial de caráter transitório e/ou clínicas e outras instituições de atendimento às pessoas em situação de uso de substâncias psicoativas - álcool e outras drogas e que realizam serviços de acolhimento, internação e similares e traz uma série de exigências técnicas e administrativas para o registro/cadastro de Pessoa Jurídica, dando uma ênfase maior à defesa dos Direitos Humanos e continuidade da luta pela Reforma Psiquiátrica.

Outro cuidado que tem sido foco na atuação do Núcleo e da gestão é com as/os profissionais que estão trabalhando nessa área, principalmente, por identificar, nas fiscalizações realizadas que muitas/os destas/es profissionais desconhecem, as resoluções do CFP, e ou

legislações referentes à saúde mental que são tão importantes para sua prática. O objetivo do NUTEP é levar a/o profissional a refletir sobre seu papel neste contexto, sobretudo que a/o mesma/o possa entender a necessidade de promover um serviço ético que não compactue com práticas desumanas ou viole os direitos das/os usuárias/os destes espaços. Também, faz-se necessário levá-lo a compreender a necessidade do conhecimento da legislação, em especial o Código de Ética Profissional.

Em relação à participação das atividades do Núcleo neste último triênio, bem como a preocupação da gestão em dar continuidade aos trabalhos realizados pelo NUTEP nas últimas gestões, também faz-se necessário ressaltar a parceria com as Instituições de Ensino Superior - IES no intuito de cuidar da qualificação na formação profissional, que é, sem dúvida, uma tarefa contínua de todo Sistema Conselhos de Psicologia. Existe um projeto que, independentemente da mudança de gestão, vem sendo executado já há alguns anos pelo Núcleo, que é o Encontro anual com os Serviços Escolas de Pernambuco. O evento tem por objetivo tratar de demandas que chegam corriqueiramente ao setor e que estão relacionadas à formação, inclusive, é importante informar que no ano de 2022, ainda no XVI Plenário, aconteceu o VII Encontro com as IES. O projeto contempla o disposto na Resolução do CFP nº 10 de 2017 e na Carta de Serviços e Estágios em Serviços Escola do CFP, da Associação Brasileira dos Ensinos de Psicologia - ABEP e Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, a qual foi publicada em 2013.

No que se refere a essa temática, é necessário pontuar que o Sistema Conselhos enfatiza o acompanhamento dos regionais à formalização dos estágios, ressaltando a importância do cumprimento das prerrogativas previstas na Lei de Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Em especial a formalização do termo de compromisso firmado entre a IES e a instituição concedente do estágio, a compatibilidade das atividades desenvolvidas no estágio, bem como o período e as disciplinas já cursadas pela/o estudante, e, sobretudo, a importância do entendimento que os estágios não obrigatórios funcionam com as mesmas exigências do estágio obrigatório.

Destaca-se o cuidado da gestão do XVI Plenário com o cumprimento efetivo e ético dos estágios; inclusive vale registrar que, durante a pandemia, as IES foram convidadas pelo Sistema Conselhos e pela ABEP para elaborar uma cartilha, no intuito de normatizar a prática dos estágios remotos. À época, a grande preocupação das referidas instâncias era adaptar estratégias de ensino, sem renunciar aos princípios defendidos pela Psicologia e sem fortalecer os processos de precarização do trabalho docente e da formação superior. A referida cartilha define as “Práticas e estágios remotos em Psicologia no contexto da pandemia da covid-19/Recomendação”, publicada em 2020, teve por objetivo contribuir com as decisões que pudessem conciliar a continuidade dos estágios, considerando o compromisso com a qualidade da formação e as restrições impostas pela pandemia. Até a elaboração efetiva da cartilha, o NUTEP participou de várias reuniões e eventos, em que se discutia primordialmente, sobre a efetivação da prática dos estágios na pandemia.

Ainda se faz necessário informar que, neste período pandêmico, o NUTEP recebeu muitas demandas das IES quanto à demissão maciça de professoras/es e a falta de compreensão na operacionalização dos estágios de forma remota. Diante desse cenário, o CRP-02 buscou, a todo momento, levar as IES a refletirem sobre a responsabilidade do cumprimento das diretrizes pensadas e compartilhadas na cartilha referente às práticas dos estágios remotos considerando as particularidades do momento que estava sendo vivenciado e o grande desafio que precisou ser enfrentado por toda a comunidade acadêmica, desde as/os estudantes, supervisoras/es e coordenadoras/es de estágios; todas/os juntas/os na defesa e luta por uma Psicologia comprometida com a ética.

Impossível não atrelar esta luta com a demanda que já vinha sendo enfrentada pela psicologia em relação ao ensino à distância, e que vem sendo acompanhada pela gestão e pelo Núcleo. O CFP reafirma sempre o posicionamento contrário ao ensino 100% à distância, de acordo com a publicação realizada em 24/11/2018, pois, sempre, entendeu que não era possível ensinar Psicologia de forma impessoal, sem considerar as interações de quem ensina e quem aprende, por considerar fundamental

uma formação humanitária no encontro com as peculiaridades de cada sujeito, centrada no cuidado ao ser humano. Sabe-se que a luta para enquadrar os cursos de saúde em 100% Ensino à Distância vem sofrendo uma grande pressão já há algum tempo, e, na pandemia a luta pela implementação dos estágios remotos só acirrou essa discussão. Desta forma, estabelecer um limite de 40% e garantir na formação uma carga horária para o estágio presencial foi um grande desafio.

Outro ponto referente às situações de estágio que vem tendo destaque junto ao NUTEP diz respeito às denúncias recebidas no Núcleo/COF de que estudantes de psicologia de algumas faculdades estavam assumindo estágios que apresentavam conteúdo incompatível com as atividades previstas na formação ou ainda estagiárias/os sem o acompanhamento efetivo da/o psicóloga/o e da/o supervisora/or da IES, o que contraria a Lei de Estágio já citada. Também, foi identificado que alguns destes estágios não cumpriam as exigências previstas na legislação e sequer tinham termo de compromisso, devidamente assinado pela faculdade e pela instituição concedente do estágio. As/Os estudantes ou responsáveis pelo local onde estes tipos de estágio vêm sendo ofertados colocavam como justificativa o fato de os estágios serem "extracurriculares". Na verdade, foi possível perceber o descaso com a legislação ou, ainda pior, o uso de legislações e ou nomenclaturas desatualizadas, sem a menor preocupação com a formalização do estágio e o cumprimento das leis que regem essa situação específica.

Para a/o estudante, as propostas de estágio tornavam-se atraentes pela bolsa oferecida, mas, na avaliação realizada nas fiscalizações, o que essa realidade caracteriza para as/os Psicólogas/os Orientadoras Fiscais é o uso das/os estagiárias/os como mão de obra barata. Ratifica-se que muitas das denúncias feitas no CRP 02 foram de estágios que estavam sendo realizados sem o controle da Coordenação de Estágio da IES e sem o compromisso ético da/o profissional da psicologia responsável pelos estágios, principalmente, os não obrigatórios. Registra-se, aqui, neste último ano, ações do NUTEP junto à algumas IES, especificamente, nestes casos de estágios não obrigatórios, quando solicitamos algumas reuniões com as coordenações de estágios no intuito de refletir sobre o papel das instituições de ensino neste cenário.

Finalizando, no relato das atividades do NUTEP em parceria com as IES, registra-se a participação do Núcleo coordenando palestras, que, frequentemente, são solicitadas por esses espaços e que contemplam uma grande variedade de temas voltados para orientação das/os estudantes quanto à questão ética, funcionamento dos regionais, do CFP- Conselho Federal de Psicologia e outros assuntos e legislações relevantes para atuação da/o futura/o profissional: Ética na Formação Profissional; Ética na Avaliação Psicológica; Atendimento Online; Publicidade Profissional, Alienação Parental; Registro Documental; dentre outros. Durante a pandemia as palestras aconteceram na modalidade online, mas, aos poucos o NUTEP retornou na modalidade presencial, mantendo em algumas situações, as palestras virtuais. Além das palestras, destaca-se a participação do núcleo nas lives promovidas pelo CRP 02.

Em função da pandemia, o NUTEP também precisou, de forma mais incisiva, cuidar de uma demanda recorrente que foi a publicidade no Instagram de estudantes de psicologia que se apresentavam como “psicóloga/o em formação”; “psicóloga/o 10/10” ou “terapeuta”, todos estes perfis com muitas/os seguidoras/es e respondendo à sociedade como se já psicólogas/os fossem. Essa situação gerou o convite por parte de muitas IES para o CRP 02 falar sobre a impossibilidade desse tipo de publicidade, que pode ser caracterizada como exercício ilegal da profissão e gerar repercussões judiciais para as/os estudantes. Inclusive, existe a Nota Técnica do CFP nº 01/2022 - Uso Profissional das Redes Sociais: Publicidade e Cuidados Éticos, que, nesse contexto acima, a/o estudante extrapola a normatização, já que ainda não é psicóloga/o.

Outra ação significativa nesta gestão do XVI Plenário, coordenada pelo NUTEP, foi a parceria estabelecida com o Sistema Único de Assistência Social de Pernambuco com objetivo de elucidar as/os psicólogas/os e assistentes sociais sobre os documentos legais utilizados pela psicologia na assistência, conforme a Resolução do CFP nº 06 de 2019. O resultado dessa parceria foi a realização de cinco oficinas que contemplaram um público alvo médio de 60 profissionais em cada uma delas. Na ocasião, foi possível tirar dúvidas, trocar experiências e compreender as limitações e possibilidades da atuação da/o psicóloga/o na assistência social. Inclusive, foram realizadas

diversas discussões referentes à participação ou não da/o profissional da psicologia na atuação direta no Benefício de Prestação Continuada.

Registra-se, também, outras atividades realizadas no cotidiano do NUTEP e que são voltadas para a categoria, a sociedade e ou o plenário do CRP 02, como cancelamento, acompanhamento das denúncias e a Reunião de Acolhimento.

Quanto ao acompanhamento das solicitações de cancelamento, a cada solicitação e preenchimento do requerimento, o NUTEP realiza uma entrevista para entender a viabilidade ou não do cancelamento. Dessa forma, identificam-se algumas situações que precisam ser indeferidas, como os casos das/os profissionais de nível superior que integram as equipes de referência e gestão do SUAS que precisam do registro no Conselho de Classe de acordo com a Resolução do CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, ou os casos das/os profissionais que estão na área de Recursos Humanos, normalmente como Analista de Recursos Humanos e compreendem que não precisam manter o registro junto ao Conselho Regional de Psicologia. Geralmente, é uma tarefa difícil explicar à/ao profissional o indeferimento do pedido e sensibilizar da necessidade de manter a inscrição junto ao CRP 02, nos casos que as atribuições e requisitos do cargo assim exigirem.

Outra atividade fundamental é a responsabilidade com as denúncias, que podem ser diretamente encaminhadas ao e-mail do NUTEP - nutep@crppe.org.br, ou serem encaminhadas para o e-mail denuncia@crppe.org.br; neste último caso, as denúncias serão recebidas pela presidência do CRP 02 que direciona para a COF ou para a COE, a depender do teor da referida denúncia. Quando direcionada para a COF, será feita averiguação na modalidade online, por telefone ou presencialmente, a depender do conteúdo apresentado. Quando a denúncia atende aos requisitos da Resolução do CFP nº 11 de 2019, que normatiza o Código de Processamento Disciplinar - CPD, seguirá o trâmite pré-estabelecido na legislação para o parecer da Comissão e anuência do Plenário para ser arquivada ou ser instaurado um processo ético disciplinar.

Ainda tratando das demandas de denúncias, foi identificado nas redes sociais muitas divulgações irregulares: profissionais

sem o número do CRP, atendimento online sem o cadastro no E-psi, associação da psicologia a outras práticas não regulamentadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, entre outros. A gravidade desses casos é que, além da divulgação inadequada realizada sem os dados completos da/o profissional, vai dificultar às/aos usuárias/os dos serviços prestados a confirmação se a/o profissional é de fato psicóloga/o, também induzir a população a associar determinadas práticas à formação da/o psicóloga/o.

A orientação do NUTEP é que a/o profissional não associe à Psicologia as práticas não regulamentadas pela ciência psicológica e/ou legislação profissional. Também, foram constatadas ofertas de serviços psicológicos com as seguintes legendas: serviços gratuitos ou voluntário, descontos atrativos, primeira consulta grátis, sorteios de livros, dentre outras formas atrativas de oferta de serviços que não são compatíveis com as resoluções do CFP, as orientações do CRP 02 e o Código de Ética do Psicólogo - Resolução do CFP nº 10 de 2005.

O CRP 02 e o NUTEP participaram da análise de um projeto a convite do Ministério Público de Pernambuco referente a uma parceria com a UFPE para desenvolver ações de formação junto à equipe técnica da Unidade da FUNASE - Pirapama. O CRP-02 sugeriu alguns ajustes no projeto e entendeu ser relevante para melhor qualificar a equipe técnica do Pirapama, a qual vem sendo classificada como uma unidade modelo.

O NUTEP também realiza, quinzenalmente, a Reunião de Acolhimento prevista na Resolução do CFP nº 10 de 2017 como sendo uma etapa primordial do processo de inscrição de pessoa física, onde a/o psicóloga/o que se inscreve pela primeira vez ou reativa a inscrição ou vem transferida/o de outro regional, dentro de um prazo estabelecido, vai poder participar deste momento. A Reunião, que sempre acontecia presencialmente, foi enquadrada na modalidade online como consequência da pandemia da covid-19. O importante é que possibilita abranger as/os novas/os psicólogas/os de todo estado, ou seja, as reuniões antes aconteciam sob a responsabilidade da equipe gestora de cada subsele e agora todas/os participam da reunião realizada pela sede com uma média de 120 profissionais. A reunião inicia com as boas vindas da Presidência, em seguida, a Assessora de

Projetos Especiais apresenta o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas e, por fim, uma Psicóloga Orientadora Fiscal destaca pontos relevantes sobre a legislação com intuito de conscientizar a/o profissional da importância de uma atuação ética que possa garantir à população a prestação de um serviço psicológico de qualidade.

Diante de tantas atividades, destaca-se, nestes últimos anos, a participação do NUTEP em diversos eventos, cursos, seminários, mesas redondas, entre outros, no intuito de se apropriar e aprimorar o conhecimento técnico como a participação na XVII Jornada de Iniciação Científica do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP/Congresso Estudantil da Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS, promovido pelo IMIP, na Reunião Nacional de COF sobre o observatório das novas práticas, nas discussões, audiência e eventos sobre a Psicoterapia, sobre a Resolução CFP 01 de 2022 acerca da concessão de registro e porte de arma, sobre CPD, na II Mostra Nacional de Práticas de Psicologia no SUAS, bem como a participação nas Oficinas do CIEE, oferecidas pelo CRP-02 no intuito de qualificar o atendimento e trabalhar questões voltadas para os relacionamentos interpessoais e trabalho coletivo, treinamento do SEI, do Office e BRC.

Existe ainda a participação do Núcleo nas Reuniões Anuais da COF, que geralmente acontecem na sede do CFP, porém, neste período, devido à pandemia, ainda não houve o retorno às reuniões de forma presencial, sendo a última que contou com a participação do NUTEP realizada em novembro de 2019. Destaque especial para Oficina dada pelo NUTEP em julho de 2020, de forma virtual, para conselheiras/os e colaboradoras/es sobre a Política de Orientação e Fiscalização, Registro Documental e Elaboração de Documentos. Outras formações foram pensadas para serem realizadas com o Plenário e com a própria equipe do núcleo.

Espera-se que a/o profissional cumpra o que diz o princípio fundamental IV do Código de Ética: “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática”, na Resolução do CFP nº 10 de 2005. Dessa forma, a/o profissional conclui a graduação, registra-

se no CRP e deverá continuar se aprimorando, buscando cursos de pós graduação, supervisão e trabalho pessoal para que, assim, possa ingressar no mercado e possa elaborar um projeto de trabalho compatível com o público alvo e as atribuições previstas na Resolução do CFP nº 13 de 2007, que trata das especialidades da psicologia. O projeto da Psicologia é fundamental e precisa ser apresentado no local de trabalho para que as pessoas entendam a dinâmica de funcionamento do serviço e respeitem a rotina definida pela/o profissional. Inclusive, é um ponto bastante comum, nas fiscalizações, encontrar a falta de um projeto de trabalho ou um projeto mal elaborado, o que, muitas vezes dificulta a inserção das/os psicólogas/os nas equipes interdisciplinares e a credibilidade dos serviços psicológicos apresentados.

Outro ponto bastante encontrado nas fiscalizações é a falta do registro documental conforme a Resolução do CFP nº 01 de 2009 ou elaboração de documentos psicológicos em desacordo com a Resolução do CFP nº 06 de 2019. É de conhecimento nacional que as Comissões de Ética têm, como maiores índices de denúncia, os documentos mal elaborados, cuja estrutura apresenta-se em desacordo com as legislações em vigor.

Também, é importante pontuar sobre as dificuldades apresentadas na avaliação psicológica que é a única atividade privativa da Psicologia. Existem muitas/os profissionais que entram em contato com o Núcleo Técnico questionando sobre o processo de avaliação em si, demonstrando, muitas vezes, desconhecimento da área e da própria Resolução do CFP 09 de 2018 que regulamenta esta prática.

Avaliação psicológica é um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas. Sendo assim, qualquer avaliação dentro da especificidade solicitada exigirá da/o profissional domínio teórico, técnico e condição pessoal para realizá-la.

Cada modalidade de avaliação requer um procedimento próprio, como, por exemplo, uma avaliação neuropsicológica, avaliação para concessão de porte de arma de fogo, concessão da carteira de

habilitação, seleção de pessoal, avaliação psicopedagógica, para cirurgia bariátrica, ou, ainda, um psicodiagnóstico para casos de interdição, avaliação para regulamentação de visita, entre outros. Nestes casos, no âmbito da justiça, é comum que a/o juiz nomeie uma/um perita/o, que deverá cumprir funções específicas para que possa fazer uma escolha assertiva sobre os procedimentos para cada caso concreto. Importante distinguir a atuação da/o perita/o nomeada/o pela/o Magistrada/o, da/o psicóloga/o que atua realizando atendimento clínico, conforme preconiza a Resolução do CFP nº 08 de 2010 que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário.

Vale salientar que a/o psicóloga/o não deve produzir provas para o Judiciário, e, sim, focar no cuidado da saúde mental da/o atendida/o na sua integralidade. Vale a pena destacar o grande número de profissionais que procuram, cotidianamente, o NUTEP para tratar destas demandas clínicas, e é importante registrar aqui que a função do Núcleo será pensar o fazer psicológico dentro das normativas e da legislação profissional. Também, existe uma demanda recorrente de profissionais que procuram o Núcleo para orientações em relação aos casos de Alienação Parental.

Em relação a esse assunto, destaca-se que o Sistema Conselhos desde 2019 vem realizando encontros nacionais para elaborar material orientativo para a Categoria sobre a condução da/o profissional diante dos casos de Alienação Parental, inclusive, preocupou-se em realizar evento em cada um dos seus regionais para discutir sobre a permanência ou alteração da Lei nº 12.318/2010 que trata sobre esse assunto. O CRP 02 realizou o referido evento em abril de 2021 contando com a participação de especialistas do regional e de outros regionais para fomentar as discussões que foram bastante elucidativas. Em seguida, o CRP 02 produziu relatório sobre o evento, que, por meio do Grupo de Trabalho do CFP, agrupou os relatórios de todos os regionais, subsidiando, assim, uma minuta sobre a temática que culminou numa "Nota Técnica sobre os Impactos da Lei nº 12.318/2010 da Alienação Parental na atuação das/os psicólogas/o", que será, em breve, publicada, uma vez que foi aprovada na APAF de maio de 2022. É relevante informar que, em 2017, foi lançada uma Cartilha de Alienação Parental que contou, na sua

elaboração, com especialistas do Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE, da Faculdade Boa Viagem/Devry, da Assembleia Legislativa de PE e de uma psicóloga orientadora fiscal do NUTEP representando o Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região.

Ressalta-se, ainda, como ação bastante significativa deste plenário XVI, diretamente acompanhada pelo Núcleo, a criação do Comitê de Crise instalado no início da pandemia. O NUTEP foi convidado para integrar o referido comitê através de uma psicóloga orientadora fiscal. O Comitê fez inúmeras reuniões para cuidar das demandas solicitadas pela categoria e pela sociedade, principalmente, situações de alta vulnerabilidade como tentativa de suicídio, automutilação, violência doméstica contra mulher e contra crianças e adolescentes, homofobia, racismo, internação involuntária em comunidades terapêuticas e tantas outras. Foi criado um e-mail que se tornou a porta de entrada das demandas e algumas/uns integrantes do grupo direcionavam para uma/um responsável responder por e-mail/telefone, assim como as demandas técnicas eram direcionadas exclusivamente para o NUTEP. O Comitê fez inúmeras reuniões e tudo foi resolvido no coletivo. Com o passar do tempo, as demandas foram diminuindo até que o Comitê parou de realizar reuniões - no início, era semanal, às vezes até duas por semana, depois, quinzenal e, por último, mensal, até que ficou suspenso temporariamente.

No entanto, com a catástrofe das chuvas ocorridas em maio e junho de 2022 no estado de Pernambuco, o Comitê foi acionado para que o CRP-02 pudesse distribuir tarefas e desse um suporte técnico às/aos profissionais na atuação direta nas emergências e desastres. Em tão pouco tempo, realizou reuniões, lives, vídeos, e uma oficina também com a participação do NUTEP, que atingiu mais de 300 profissionais que foram orientadas/os para atuarem nas demandas específicas de emergências e desastres junto às vítimas, a familiares e às equipes envolvidas. O Núcleo também participa das reuniões na Prefeitura do Recife com profissionais de outras instâncias, inclusive nacional, para operacionalizar ações, principalmente, nos focos onde a chuva trouxe maiores danos.

O NUTEP também integra, já há muitos anos, o Fórum dos Conselhos de Saúde, que reúne vários conselhos de saúde para articular ações que possibilitem o acompanhamento das demandas que envolvem situações de fiscalização e o cuidado ético na garantia à sociedade da qualidade dos serviços prestados à população, bem como, participa de reuniões com outros Conselhos de Classe, destacando o CREMEPE, CREFITO, CREFONO. Recentemente, neste ano de 2022, o NUTEP participou de reunião sobre as demandas dos laudos médicos e do direcionamento dos mesmos à prática das/os psicólogas/os desconsiderando autonomia profissional. Essa discussão permanece em andamento.

Por fim, existe um projeto já aprovado e não implementado sobre oficinas/orientações referente aos documentos legais e registro documental, exatamente, por serem Resoluções de grande importância para o exercício profissional e pouco compreendidas e cumpridas na integralidade. A proposta será desenvolver uma oficina mensal gratuita e aberta para a categoria num quantitativo limitado que possibilite um conhecimento mais profundo e a qualificação das/os profissionais.

O NUTEP será ampliado com mais duas/dois profissionais, além das integrantes que já o compõem, para cada vez mais oferecer qualidade no atendimento e nas ações compatíveis com a legislação. O trabalho é desafiador, dinâmico e de alta responsabilidade, uma vez que cumpre as funções precípua do Sistema Conselhos, e que atua, diretamente, com as/os psicólogas/os com objetivo de qualificar a prática profissional das/os mesmas/os e promover, cada vez mais o reconhecimento social da profissão.

A cada dia, o Núcleo depara-se com situações novas que nos colocam diante da complexidade da Psicologia. Desta forma, é fundamental que as/os integrantes do Núcleo possam estar, continuamente, aprimorando-se através de formações, cursos, congressos, entre outros. É que a equipe esteja coesa e integrada para que consiga atingir, com êxito, as atividades do setor, as ações do planejamento estratégico regional e as ações propostas pelo Sistema Conselhos.

REFERÊNCIAS

ALEPE. **Cartilha de Alienação Parental**, 2017. Disponível em: [HYPERLINK "https://pt.scribd.com/document/395692291/Cartilha-Alienacao-Parental-Alepe"](https://pt.scribd.com/document/395692291/Cartilha-Alienacao-Parental-Alepe)Cartilha Alienacao Parental Alepe | PDF | Difamação | Crime e violência (scribd.com) Acesso em: 10 Jul. 2022.

CFP. **Carta de Serviços sobre Estágios e Serviços Escola**, 2013. Disponível em: [HYPERLINK "https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola12.09-2.pdf"](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola12.09-2.pdf)ServicosEstagios - FINAL.indd (cfp.org.br) Acesso em: 10 Jul. 2022.

----- **Resolução CFP nº 10 de 2005** - Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005. Disponível em: [codigo-de-etica-psicologia.pdf \(cfp.org.br\)](#) Acesso em: 07 Jul. 2022.

----- **Práticas de Estágios Remotos em Psicologia no contexto da pandemia da Covid-19/Recomendações**, 2020. Disponível em: - [HYPERLINK "https://site.cfp.org.br/publicacao/praticas-e-estagios-remotos-em-psicologia-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-recomendacoes/"](https://site.cfp.org.br/publicacao/praticas-e-estagios-remotos-em-psicologia-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-recomendacoes/)Caderno-de-orientações-formação-e-estágios_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf(cfp.org.br) Acesso em: 01 Jul. 2022.

----- **Posição do CFP contra a formação em Psicologia em 100% EAD**, 2018. Disponível em: [HYPERLINK "https://site.cfp.org.br/cfp-reafirma-posicao-contr-a-educacao-100-a-distancia/"](https://site.cfp.org.br/cfp-reafirma-posicao-contr-a-educacao-100-a-distancia/)CFP reafirma posição contra a educação 100% a distância - CFP | CFP Acesso em: 08 Jul. 2022.

----- **Resolução do CFP nº 01 de 2009**. Disponível em: [HYPERLINK "https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/resolucao2009-01.pdf"](https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/resolucao2009-01.pdf)(Microsoft Word - Resolu\347\343o CFP 001-09.doc) Acesso em: 06 Jul. 2022.

----- **Resolução do CFP nº 08 de 2010.** Disponível em: [HYPERLINK "https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2010-dispoe-sobre-a-atuacao-do-psicologo-como-perito-e-assistente-tecnico-no-poder-judiciario"](https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2010-dispoe-sobre-a-atuacao-do-psicologo-como-perito-e-assistente-tecnico-no-poder-judiciario)Resolução do Exercício Profissional 8 2010 do Conselho Federal de Psicologia BR (atosoficiais.com.br) Acesso em 01 Ago. 2022.

----- **Resolução do CFP nº 10 de 2017** - Disponível em: [HYPERLINK "https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-de-fiscalizacao-e-orientacao-n-10-2017-institui-a-politica-de-orientacao-e-fiscalizacao-do-sistema-conselhos-de-psicologia"](https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-de-fiscalizacao-e-orientacao-n-10-2017-institui-a-politica-de-orientacao-e-fiscalizacao-do-sistema-conselhos-de-psicologia)Resolução de Fiscalização e Orientação 10 2017 do Conselho Federal de Psicologia BR (atosoficiais.com.br) Acesso em: 01 Ago. 2022.

----- **Resolução CFP nº 09/2018** Disponível em: [HYPERLINK "https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-9-2018-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-as-resolucoes-no-002-2003-no-006-2004-e-no-005-2012-e-notas-tecnicas-no-01-2017-e-02-2017"](https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-9-2018-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-as-resolucoes-no-002-2003-no-006-2004-e-no-005-2012-e-notas-tecnicas-no-01-2017-e-02-2017)Resolução do Exercício Profissional 9 2018 do Conselho Federal de Psicologia BR (atosoficiais.com.br) Acesso em: 06 Jul. 2022.

----- **Resolução do CFP nº 11 de 2018** - Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação - [HYPERLINK "https://e-psi.cfp.org.br/resolucao-cfp-no-11-2018/"](https://e-psi.cfp.org.br/resolucao-cfp-no-11-2018/)Resolução CFP Nº 11/2018 - Cadastro e-Psi Acesso em: 06 Jul. 2022.

----- **Resolução do CFP nº 06 de 2019** Disponível em: [HYPERLINK "https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?q=006/2019"](https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?q=006/2019)Resolução do Exercício Profissional 6 2019 do Conselho Federal de Psicologia BR (atosoficiais.com.br) Acesso em: 06 Jul. 2022.

----- **Resolução do CFP nº 11 de 2019.** Disponível em: [Resolução de Fiscalização e Orientação 11 2019 do Conselho Federal de Psicologia BR\(atosoficiais.com.br\)](#) Acesso em: 06 Jul. 2022.

----- **Resolução do CFP nº 04 de 2020.** Disponível em: [HYPERLINK "https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020"Resolução do Exercício Profissional 4 2020 do Conselho Federal de Psicologia BR\(atosoficiais.com.br\)](#) Acesso em: 06 Jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5766, de 20 de dezembro de 1971.** Disponível em: [HYPERLINK "https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128508/lei-5766-71"Lei 5766/71 | Lei no 5.766, de 20 de dezembro de 1971, Presidência da Republica\(jusbrasil.com.br\)](#)

----- **Lei de Estágio nº 11.788,** 2008. Disponível em: [L11788 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 07 Jul. 2022.

----- **Lei nº 12.318/2010,** 2010. Disponível em: [HYPERLINK "https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm"L12318 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 01 Jul. 2022.

----- **Nota Técnica nº 1 de 2022 sobre Uso Profissional das Redes Sociais:** Publicidade e Cuidados Éticos, 2022. Disponível em: [HYPERLINK "https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf"SEI_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf](#) Acesso em: 02 Ago. 2022.

CRP-02. **Resolução do CRP-02 nº 002 de 2008.** CRP-02, Recife, 2008.

ASPECTOS JURÍDICOS DOS PILARES DE ATUAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE PERNAMBUCO

Luis Felipe Andrade Barbosa

1 INTRODUÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região - Pernambuco (CRPPE) é uma instituição com contornos públicos, criada e disciplinada por lei, no formato autarquia federal, o que repercute na atuação das suas atividades administrativas, cujos pilares de atuação estão voltados para a orientação, regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Psicologia. Em que pese tal desenho de Direito Público, com atividades voltadas para a proteção da sociedade, ainda existem dúvidas sobre seu âmbito de atuação, com confusão comum pela própria categoria profissional com as atividades desenvolvidas pelos sindicatos profissionais. À luz destas questões, por meio do método indutivo e de pesquisa bibliográfica e explicativa, serão apresentados os principais aspectos jurídicos dos pilares de atuação, destacando-se as bases legais de atuação do CRPPE, um dos Conselhos de Psicologia mais antigos do país.

O CRPPE é uma autarquia federal com base constitucional no Art. 5º, XIII e 21, XXIV da Constituição Federal (BRASIL, 1988), contornos infraconstitucionais estabelecidos pela Lei nº 5.766/1971 (BRASIL, 1971) e regulamentação decorrente do Decreto-Lei nº 79.822/1977 (BRASIL,

1977). As suas atribuições típicas são voltadas para a orientação, a regulamentação e a fiscalização do exercício profissional da Psicologia no Estado de Pernambuco, possuindo autonomia e organização própria.

Neste contexto, o CRPPE é uma entidade da Administração Indireta, no formato autarquia profissional, sendo denominada como Conselho de fiscalização profissional e devendo seguir o chamado “Regime Jurídico de Direito Público”, cuja diretriz constitucional consta no Art. 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Ademais, considerando a previsão da legislação infraconstitucional, o Conselho possui uma atividade voltada para a proteção da sociedade, através da observância de normas jurídicas, adoção de instrumentos e prerrogativas de atuação pública para garantir o exercício ético da Psicologia, enquanto ciência e profissão.

Ocorre que a sociedade não possui a exata dimensão da atuação dos Conselhos de fiscalização profissional e a sua importância para a consagração do interesse público, papel principal do Estado. É comum a confusão entre a atuação dos Conselhos profissionais e aquela desempenhada pelos Sindicatos das categorias profissionais, o que gera expectativas nas categorias profissionais de que os Conselhos devem, necessariamente, representar os interesses das(os) profissionais.

Em grande medida, esta confusão decorre da ampla visibilidade da atuação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, entidade que também possui prerrogativas das autarquias profissionais, mas que possui contornos e atuação de forma diferenciada (“sui generis”), como verdadeiro órgão de classe, nos termos do entendimento sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

Dessa forma, vários aspectos jurídicos marcantes das autarquias profissionais, provenientes do regime jurídico de direito público não são observados para a OAB: normas sobre concurso público, licitação e contratos administrativos, publicidade dos atos administrativos, prestação de contas, dentre outros. Isso torna os Conselhos profissionais em geral entidades com atuação muito próxima a do Estado.

Em paralelo, importa destacar que a atuação do Sistema Conselhos de Psicologia, assim como das diversas autarquias

profissionais das profissões regulamentadas, é pautada em base normativa mínima, em atenção ao princípio da legalidade. Neste contexto, todos os atos praticados são baseados em fontes normativas próprias: princípios, leis, resoluções e entendimentos dos órgãos de controle, em especial do Tribunal de Contas da União - TCU, dado o desenho federal destas autarquias.

Portanto, a partir deste panorama inicial, por meio do método indutivo e de pesquisa bibliográfica e explicativa, serão apresentados os principais aspectos jurídicos dos pilares de atuação, previstos na legislação, do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região - Pernambuco, um dos Conselhos de Psicologia mais antigos do país.

2 OS PILARES DE ATUAÇÃO DO CONSELHO DE PSICOLOGIA DE PERNAMBUCO

O Sistema Conselhos de Psicologia constitui um conjunto de autarquias formado pelo Conselho Federal de Psicologia e 24 Conselhos Regionais de Psicologia espalhados pelo país, com sua maioria representando os estados da Federação. Dentre estes conselhos, o CRPPE é o segundo mais antigo em atuação no país, com âmbito de atuação em todo o Estado de Pernambuco.

A importância e o desenho do Sistema estão amparados na própria Constituição, a qual estabelece que o exercício profissional é livre, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei exigir, além de que a União é competente para legislar sobre os aspectos relativos à inspeção do trabalho.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

[...]

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho; (BRASIL, 1988).

De forma complementar, a legislação infraconstitucional estabelece a organização e a estrutura do Sistema Conselhos de Psicologia, com seu conjunto de prerrogativas de direito público, como atividade típica de Estado, tendo como marcos normativos principais a Lei nº 5766/1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, além do Decreto nº 79822/1977, responsável pela regulamentação da legislação mencionada.

Para além dos aspectos normativos, o desenho público como autarquias federais, entidades da Administração Indireta com atribuições típicas de Estado, é confirmado pela jurisprudência do STF, ao ser estabelecido o entendimento de que a atividade desempenhada pelos Conselhos profissionais é tipicamente pública. Segundo o STF, por meio de Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 28.469, 19/02/2013,

os conselhos de fiscalização profissional, posto autarquias criadas por lei e ostentando personalidade jurídica de direito público, exercendo atividade tipicamente pública, qual seja, a fiscalização do exercício profissional, submetem-se às regras encartadas no artigo 37, inciso II, da CB/88, quando da contratação de servidores. 2. Os conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica de autarquias, consoante decidido no MS 22.643, ocasião na qual restou consignado que: (i) estas entidades são criadas por lei, tendo personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira; (ii) exercem a atividade de fiscalização de exercício profissional que, como decorre do disposto nos artigos 5º, XIII, 21, XXIV, é atividade tipicamente

pública; (iii) têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2013).

Entretanto, em que pese a importância da atuação dos conselhos profissionais para a proteção da sociedade, notadamente no campo da Psicologia, a experiência prática demonstra situações de dificuldade de compreensão da própria categoria profissional sobre o âmbito de atuação do Regional. No dia a dia das demandas administrativas do CRPPE são identificadas demandas de responsabilidade típica dos sindicatos das categorias profissionais, pois envolvem interesses individuais ou coletivos das/os profissionais, a exemplo de demandas sobre o piso salarial da categoria, situação de psicólogas aprovadas em concursos públicos, entre outras questões.

Tal dificuldade decorre da interpretação de que o conselho profissional é entidade criada e mantida para a proteção da categoria profissional, o que foge das atribuições previstas na própria legislação. Neste aspecto, é importante destacar a previsão do Art. 1º da Lei nº 5.766/1971 (BRASIL, 1971):

Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. (grifos nossos)

A partir do dispositivo legal da lei de criação do Sistema, entende-se que o Sistema Conselhos de Psicologia é formado por autarquias públicas cujas bases de atuação típica estão voltadas para a orientação, disciplina e fiscalização do exercício profissional, direcionando seus esforços institucionais para zelar pelos princípios de ética e da disciplina da classe.

Por outro lado, os sindicatos profissionais são entidades associativas criadas para “a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”, conforme redação do Art. 8º, III da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A própria literatura aborda esse aspecto, ao conceituar

o sindicato como “uma associação permanente que representa trabalhadores ou empregadores e visa à defesa dos respectivos interesses coletivos” (RESENDE, 2022, p. 1221).

Dessa forma, não se confundem as atividades desenvolvidas por estas duas importantes instituições, que possuem seus fundamentos na Carta Constitucional de 1988. Mas qual o motivo da confusão observada entre a própria categoria profissional?

Uma das explicações possíveis é a dificuldade de compreensão, tendo em vista os parâmetros de atuação de outra autarquia profissional importante no ordenamento jurídico brasileiro, a qual possui, entretanto, prerrogativas diferenciadas: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Diferentemente do grande rol das autarquias profissionais, como é o caso das autarquias que compõem o Sistema Conselhos de Psicologia, a OAB é considerada serviço público independente, sendo uma categoria diferenciada, podendo atuar na defesa direta das/os profissionais inscritos, como órgão de defesa da classe. Este é o entendimento pacificado do STF, em julgamento proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 1º DO ARTIGO 79 DA LEI N. 8.906, 2ª PARTE. “SERVIDORES” DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. PRECEITO QUE POSSIBILITA A OPÇÃO PELO REGIME CELESTISTA. COMPENSAÇÃO PELA ESCOLHA DO REGIME JURÍDICO NO MOMENTO DA APOSENTADORIA. INDENIZAÇÃO. IMPOSIÇÃO DOS DITAMES INERENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. CONCURSO PÚBLICO (ART. 37, II DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL). INEXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A ADMISSÃO DOS CONTRATADOS PELA OAB. AUTARQUIAS ESPECIAIS E AGÊNCIAS. CARÁTER JURÍDICO DA OAB. ENTIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO INDEPENDENTE. CATEGORIA ÍMPAR NO ELENCO DAS PERSONALIDADES JURÍDICAS EXISTENTES NO DIREITO BRASILEIRO. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DA ENTIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A Lei n. 8.906, artigo 79, § 1º, possibilitou aos “servidores” da OAB, cujo regime outrora era estatutário, a opção pelo regime celetista. Compensação pela escolha: indenização a ser paga à época da aposentadoria. 2. Não procede a alegação de que a OAB sujeita-se

aos ditames impostos à Administração Pública Direta e Indireta.

3. A OAB não é uma entidade da Administração Indireta da União. A Ordem é um serviço público independente, categoria impar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro.
4. A OAB não está incluída na categoria na qual se inserem essas que se tem referido como "autarquias especiais" para pretender-se afirmar equivocada independência das hoje chamadas "agências".
5. Por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas partes está vinculada. Essa não-vinculação é formal e materialmente necessária.
6. A OAB ocupa-se de atividades atinentes aos advogados, que exercem função constitucionalmente privilegiada, na medida em que são indispensáveis à administração da Justiça [artigo 133 da CB/88]. É entidade cuja finalidade é afeita a atribuições, interesses e seleção de advogados. Não há ordem de relação ou dependência entre a OAB e qualquer órgão público.
7. A Ordem dos Advogados do Brasil, cujas características são autonomia e independência, não pode ser tida como congênera dos demais órgãos de fiscalização profissional. A OAB não está voltada exclusivamente a finalidades corporativas. Possui finalidade institucional.
8. Embora decorra de determinação legal, o regime estatutário imposto aos empregados da OAB não é compatível com a entidade, que é autônoma e independente.
9. Improcede o pedido do requerente no sentido de que se dê interpretação conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição do Brasil ao caput do artigo 79 da Lei n. 8.906, que determina a aplicação do regime trabalhista aos servidores da OAB.
10. Incabível a exigência de concurso público para admissão dos contratados sob o regime trabalhista pela OAB.
11. Princípio da moralidade. Ética da legalidade e moralidade. Confinamento do princípio da moralidade ao âmbito da ética da legalidade, que não pode ser ultrapassada, sob pena de dissolução do próprio sistema. Desvio de poder ou de finalidade.
12. Julgo improcedente o pedido. (ADI 3026, Relator(a): EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006, DJ 29-09-2006 PP-00031 EMENT VOL-02249-03 PP-00478 RTJ VOL-00201-01 PP-00093) (BRASIL, 2006).

O entendimento em tela estabelece que a OAB é considerada serviço público independente, possuindo caráter institucional e não podendo ser compreendida como um exemplo de órgão de fiscalização profissional. Dessa forma, além da não aplicação de várias normas

do regime jurídico de direito público, como as regras de concurso público, licitação e contratos administrativos ou prestação de contas, a OAB tem suas atividades voltadas para as atribuições, interesses e seleção de advogadas/os, como bem destaca a ementa do julgador.

Diante deste ponto, não há margem para confusão entre as atividades desempenhadas pela OAB e pelas demais entidades responsáveis pela fiscalização do exercício profissional, pois suas atribuições são, diametralmente, distintas.

Especificamente no âmbito da Psicologia, importa destacar que as atividades são desempenhadas tendo como preocupação central a orientação, a regulamentação e a fiscalização do exercício profissional da Psicóloga, o que precisa ser melhor esmiuçado no âmbito do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco.

2.1 PRINCIPAIS ASPECTOS JURÍDICOS DA ORIENTAÇÃO DESENVOLVIDA PELO CRPPE

Como articulado, a orientação é uma das bases centrais de atuação do Sistema Conselhos de Psicologia. No CRPPE, todos os aspectos relativos à orientação são desenvolvidos no âmbito da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), comissão permanente, de caráter auxiliar e consultivo, conforme o seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFP Nº 16/2010:

Art. 15 - São órgãos auxiliares e consultivos do CRP-02, as seguintes comissões permanentes.

I - Comissão de Orientação e Fiscalização - COF;

[...]

Art. 18 - A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) possui o objetivo de coordenar e executar em sua jurisdição as atividades de orientação e de fiscalização do exercício profissional e assistir o Plenário do CRP nos assuntos de sua competência.

É no contexto da COF que são desenvolvidos os trabalhos de orientação à categoria profissional pelas Psicólogas Orientadoras-Fiscais do Conselho, mediante provocação das/os profissionais interessadas/os, utilizando, como parâmetro, as leis e os diversos atos normativos expedidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Neste contexto, há o papel central das Resoluções emitidas pelo CFP, que possuem caráter geral e vinculante, assim como as Resoluções expedidas pelo próprio Regional, que possuem, como objetivo, a especificação das regras de atuação da Psicologia considerando a realidade local.

Além deste aspecto, a COF também é demandada, em termos de orientação, para assistir o Plenário do CRPPE nas principais questões envolvendo o exercício profissional da Psicologia, funcionando como órgão de assessoria técnica à gestão. Para a categoria profissional, a Comissão tem um importante papel na emissão de Notas Técnicas sobre o exercício profissional, de natureza nitidamente orientativa, nas mais diversas áreas de atuação reconhecidas pelo Sistema.

A Comissão também é responsável pelas manifestações técnicas sobre o exercício profissional, que são encaminhadas para outras instituições, especialmente para o Ministério Público e o Poder Judiciário, mediante provocação do Regional.

Para o desenvolvimento desta atividade, as principais fontes normativas para a orientação sobre o exercício profissional da Psicologia são o Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP Nº 010/2005 e a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia - Resolução CFP Nº 003/2007, com suas alterações posteriores. Destas normas de base, decorrem uma série de atos normativos complementares emitidos pelo Conselho Federal de Psicologia, que envolvem as diretrizes para a atuação de pessoas físicas e pessoas jurídicas.

É importante destacar que este trabalho não é desenvolvido apenas pelas Psicólogas Orientadoras-Fiscais da instituição, visto que também possuem legitimidade para a orientação sobre o exercício profissional as Conselheiras e psicólogas credenciadas pela instituição, conforme disposto na própria Resolução CFP Nº 003/2007 (CFP, 2007):

Art. 62 - A orientação e a fiscalização, diretas e imediatas, serão realizadas por Conselheiros, psicólogos devidamente credenciados ou fiscais contratados pelo Conselho Regional de Psicologia, os quais realizarão suas tarefas por intermédio de visitas de inspeção ou de outros métodos apropriados. Parágrafo único - Os agentes de fiscalização e orientação serão identificados pelo Conselho Regional de Psicologia, devendo exhibir a sua documentação no ato.

O trabalho desenvolvido visando à orientação profissional é fundamental para a melhoria da prática profissional, dentro dos preceitos técnicos e éticos exigidos para o exercício da profissão de Psicóloga/o. Em termos jurídicos, a importância da orientação para a profissional, individualmente considerada, corresponde a um respaldo técnico para o desenvolvimento das atividades profissionais.

2.2 A CENTRALIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA

A atividade de regulamentação do exercício profissional é central para a Psicologia, pois é através dela que são estabelecidas as diretrizes de atuação, dentro dos preceitos técnicos e éticos exigidos, tendo como marco normativo central o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Tal atividade é fruto de trabalhos sistemáticos desenvolvidos por núcleos temáticos, tanto a nível federal quanto a nível regional. No contexto do Sistema Conselhos de Psicologia, as principais propostas sobre o exercício profissional são discutidas na Assembleia das Políticas, Administração e Finanças - APAF, instância deliberativa do Sistema, regulamentada pela Resolução CFP Nº 03/2012.

Art. 1º A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF -, constituída por deliberação do II Congresso Nacional da Psicologia, é a instância deliberativa dos Conselhos Federal e

Regionais de PSICOLOGIA, estando subordinada às deliberações do Congresso Nacional da PSICOLOGIA.

Portanto, os principais temas que são frutos das discussões das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, além das discussões promovidas nos Congressos Regionais de Psicologia - COREP, e Congresso Nacional da Psicologia - CNP, são deliberados nesta instância. Este fluxo é fundamental para o aprofundamento das questões, levando em consideração os principais pontos identificados pelos grupos que estão pensando a Psicologia enquanto ciência e profissão e objetivando o aperfeiçoamento dos atos normativos do Sistema.

No âmbito do CRPPE, o debate sobre as principais questões da Psicologia é promovido no contexto das Comissões Permanentes, Comissões Temáticas, Comissões Especiais e Grupos de Trabalho, conforme estabelecido pelo Regimento Interno do Regional:

Art. 15 - São órgãos auxiliares e consultivos do CRP-02, as seguintes comissões permanentes.

I - Comissão de Orientação e Fiscalização - COF;

II - Comissão de Ética Profissional- COE;

III - Comissão de Políticas Públicas- CPP;

IV - Comissão de Direitos Humanos- CDH;

V - Comissões Gestoras da Subsedes-CGSs.

Parágrafo 1º - Quando necessário, serão constituídos Grupos de Trabalho, Comissões Temáticas e Especiais, para fins específicos, consoante o disposto nos arts. 29 e 30 deste Regimento.

[...]

Art. 28 - Os Grupos de Trabalho, Comissões Temáticas e Comissões Especiais serão constituídas com o objetivo específico de executar os projetos que integram o orçamento programa do Conselho Regional, além de ações específicas em função de fatos extraordinários, todos deliberados pelo Plenário.

As atividades desenvolvidas pelas diferentes Comissões e Grupos de Trabalho possuem um impacto significativo para a regulamentação do exercício profissional, sendo a justificativa

jurídica para a própria existência destas estruturas, que são abertas a conselheiras e colaboradores com interesse e atuação nas diferentes áreas temáticas da Psicologia.

Neste sentido, um dos objetivos centrais desses coletivos é a produção e o aprofundamento do conhecimento sobre aspectos relevantes da área, que causam impacto para o aperfeiçoamento da Psicologia. As discussões promovidas e os resultados obtidos são compilados em Relatório, sendo apreciados pela instância deliberativa do CRPPE - o Plenário do Regional, conforme previsão do Art. 6º do Regimento Interno (CFP, 2010).

Também, como já articulado, os estudos e os relatórios podem subsidiar a formulação de propostas para o COREP, que ocorre a cada três anos e possui, como uma de suas principais atribuições, a aprovação de propostas nos Grupos Temáticos para submissão ao Congresso Nacional da Psicologia - CNP.

Outro instrumento central para a regulamentação no âmbito do Sistema é a construção de Referências Técnicas para a atuação da categoria, abordando importantes práticas psicológicas nos vários âmbitos de atuação profissional. Segundo o CFP (2019):

as Referências Técnicas são um instrumento do Sistema Conselhos para regular o exercício da(o) profissional de Psicologia com a sua teoria acadêmica. Desta forma, o Sistema Conselhos vem construindo com a categoria, no sentido de se legitimar como instância reguladora do exercício profissional. Por meios cada vez mais democráticos, esse diálogo tem se pautado por uma política de reconhecimento mútuo entre os profissionais e pela construção coletiva de uma plataforma profissional que compreenda a sua dimensão ética e política.

Neste âmbito da regulamentação do exercício profissional da Psicologia, é salutar ainda destacar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), atualmente regulamentado pela Resolução CFP Nº 14/2022 (CFP, 2022), tendo como uma de suas principais atribuições a elaboração de referências técnicas para as psicólogas que atuam nas políticas públicas:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) como setor permanente do Conselho

Federal de Psicologia (CFP), de caráter operacional, estratégico e investigativo em Psicologia no contexto das Políticas Públicas.

Art. 2º São atribuições do CREPOP produzir referências técnicas, no campo das políticas públicas, para orientar e qualificar o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo.

Importa destacar que o trabalho de consolidação de referências técnicas não é realizado apenas pelo CREPOP, mas é um dos objetivos de toda Comissão no contexto do Sistema, sendo fundamental para o exercício profissional, a partir da consolidação das informações e das melhores práticas de atuação, trazendo segurança jurídica para as/os profissionais da Psicologia.

Os resultados de todo este trabalho são compartilhados com outras instituições, a exemplo dos órgãos do sistema de justiça (Ministério Público e Poder Judiciário), que se valem das referências técnicas para a consolidação de políticas públicas e a garantia da cidadania.

Como se percebe, o trabalho de regulamentação é prévio ao trabalho de orientação sobre o exercício profissional, a partir dos atos normativos expedidos pelo Sistema (Resoluções), que estabelecem as regras e as referências técnicas de atuação profissional da Psicologia enquanto ciência e profissão.

2.3 A IMPORTÂNCIA JURÍDICA DA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDA PELO CRPPE

Para além do desenvolvimento das atividades de orientação e regulamentação do exercício profissional, o último pilar previsto na legislação sobre a atuação do Sistema Conselhos de Psicologia é a fiscalização do exercício profissional, verdadeiro mecanismo de proteção da sociedade, garantindo que as atividades das profissionais estejam sendo desenvolvidas de acordo com os preceitos éticos e as diretrizes de atuação profissional.

Em termos jurídicos, pode-se entender que a fiscalização profissional é um poder-dever daqueles que compõem os quadros dos conselhos profissionais, notadamente para as Conselheiras e demais servidoras responsáveis pela fiscalização, a partir de um conjunto de prerrogativas que devem ser instrumentalizadas visando à verificação da atuação profissional em conformidade com os objetivos precípuos da Psicologia.

No Sistema, um dos principais marcos normativos, em termos de fiscalização, corresponde à Resolução CFP Nº 10/2017 (CFP, 2017), que instituiu a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, com as principais diretrizes e procedimentos a serem adotados nesta importante função para a Psicologia.

O principal objetivo do marco normativo mencionado é o desenvolvimento das atividades de fiscalização que garantam a qualidade dos serviços psicológicos prestados, dentro de padrões éticos e de qualidade mínimos, conforme preceitua o Art. 2º da Resolução em questão:

Art. 2º As ações de orientação e fiscalização devem ser desenvolvidas com competência, de modo que sejam garantidos serviços psicológicos com elevado padrão de qualidade e contribuam para o aperfeiçoamento técnico e ético da profissão, respeitando suas peculiaridades. (CFP, 2017).

É importante destacar que o espectro da fiscalização vai muito além da fiscalização como momento isolado, com mera identificação da situação. A legislação trata de um verdadeiro controle da atividade profissional, o que envolve a fiscalização e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas profissionais fiscalizadas, visando o aperfeiçoamento técnico e ético da profissão.

Uma das consequências lógicas da atividade de fiscalização é evitar que haja exercício da Psicologia por pessoa não habilitada, em desacordo com as exigências da legislação de regência, voltadas em especial para a formação em Psicologia e a inscrição profissional regular, nos termos dos Art. 2º da Resolução CFP Nº 003/2007 (CFP, 2007) c/c Art. 19 da Lei nº 4.119/1962 (BRASIL, 1962), abaixo transcritos:

Art. 2º - Os métodos e as técnicas psicológicas utilizados no exercício das funções privativas do Psicólogo a que se refere o § 1º do

art. 13 da Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, são entendidos da seguinte forma:

Art. 19. - Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de dois anos, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos e ao exercício profissional.

Ademais, existem providências específicas que devem ser adotadas diante da identificação do exercício ilegal da profissão, nos termos do Art. 60 da Resolução supramencionada: “os Conselhos Regionais de Psicologia representarão, por iniciativa própria, às autoridades policiais ou judiciárias, a ocorrência do exercício ilegal da profissão, apontando, sempre que possível, o nome do indiciado ou presumível infrator” (CFP, 2007).

Para além das questões práticas da atividade de fiscalização, previstas na legislação mencionada, a estrutura organizacional do Sistema é composta por centros de competência específicos para as atividades de fiscalização. No contexto federal, há a previsão da Secretaria de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia, responsável pela coordenação das atividades de fiscalização e orientação do Sistema, possuindo caráter superior e recursal para tais atividades.

Art. 4º A Secretaria de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia, órgão do Conselho Federal de Psicologia, tem a função, dentre outras, de coordenar as atividades de orientação e fiscalização da entidade, visando à unidade das diretrizes e eficiência das ações, além de assistir ao Plenário do CFP nos assuntos de sua competência.

Parágrafo único. A Secretaria de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia é instância superior e de recurso no Sistema Conselhos de Psicologia nas funções que lhe competem. (CFP, 2017).

Por seu turno, no âmbito regional, o ato normativo estabelece a existência de uma Comissão de Orientação e Fiscalização, a qual possui as atividades típicas de coordenação e execução das atividades de fiscalização e orientação, além de ser órgão consultivo sobre estas questões.

Art. 7º As Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs) são órgãos dos Conselhos Regionais de Psicologia com a função de coordenar e executar em sua jurisdição as atividades de orientação e fiscalização, e assistir ao Plenário do CRP nos assuntos de sua competência (CFP, 2017).

No contexto específico do CRPPE, a Comissão de Orientação e Fiscalização - COF é órgão auxiliar e consultivo do Plenário, sendo de caráter permanente e composto por uma Conselheira Presidente, as Psicólogas Orientadoras-Fiscais e colaboradoras/es. Portanto, no nível regional, todo o trabalho de orientação e fiscalização do exercício profissional é realizado pela COF, através de um núcleo operacional, denominado Núcleo Técnico e Político - NUTEP.

Nas atividades de fiscalização, a legislação prevê a possibilidade de vários instrumentos, a exemplo dos termos de visita, termos de notificação, relatórios de fiscalização e Termos de Ajustamento de Conduta, dentre outros instrumentos previstos, visando a adequação da conduta das/os profissionais, dentro dos preceitos técnicos e éticos da Psicologia (CFP, 2017).

Dessa forma, em um primeiro plano, a atividade de fiscalização possui um caráter notadamente preventivo e educativo, possibilitando aos profissionais a adequação técnica e ética, nos parâmetros exigidos para o exercício profissional. Entretanto, a depender da permanência das irregularidades, a fiscalização poderá proceder à interrupção das condutas irregulares verificadas.

Outro instrumento importante decorrente do controle da atividade profissional é a denúncia de irregularidades ou violação aos preceitos éticos ao CRPPE, o que pode ser exercido por qualquer cidadão/ã, no exercício do controle social, ou pode ser identificado de ofício pelo Regional, no exercício da atividade de fiscalização, nos termos da Resolução CFP Nº 10/2017.

Art. 29 Diante de denúncias, a Comissão de Orientação e Fiscalização deverá orientar aos denunciantes para que formalizem

a representação através de documento escrito e assinado contendo as informações estabelecidas no Código de Processamento Disciplinar, e dirigida ao Presidente do CRP. Caso o reclamante não queira assumir a denúncia, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) avaliará se há algum outro encaminhamento possível.

A repercussão da violação dos preceitos éticos no exercício profissional é a possibilidade de instauração de processos éticos no CRPPE, a partir da consideração dos indícios de autoria e materialidade da violação ao Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), cujo processamento disciplinar garantirá os princípios do contraditório e da ampla defesa, ou seja, do conhecimento dos fatos imputados, com a comunicação processual devida, além de todos os meios de defesa disponíveis para a profissional processada.

Toda a regulamentação sobre o processamento das infrações disciplinares no Sistema Conselhos de Psicologia é prevista no Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP Nº 11/2019 (CFP, 2019), o qual estabelece também as regras de estabelecimento das penalidades e de sua execução, em caso de decisão que reconheça a violação ao Código de Ética Profissional.

Portanto, a atuação cotidiana nos pilares do Sistema Conselhos de Psicologia deve observar todo o ordenamento jurídico vigente para a Psicologia, o que envolve as leis de regência da atividade profissional e os atos normativos expedidos pelo próprio Sistema, em estrita observância ao princípio da legalidade, que estrutura toda a atividade administrativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram destacados os contornos legais do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região - Pernambuco (CRPPE), o qual desempenha atividade tipicamente pública, como autarquia federal, de acordo com a previsão presente na Lei nº 5.766/1971 (BRASIL, 1971) e regulamentação decorrente do Decreto-Lei nº 79.822/1977 (BRASIL, 1977).

Uma das repercussões práticas do regime jurídico de direito público é que o CRPPE deve desempenhar suas atividades administrativas

sempre pautadas no ordenamento jurídico, em observância ao princípio da legalidade, parâmetro para a atuação dos entes e entidades da Administração Pública. Neste cenário, o importante papel de proteção da sociedade, garantindo o exercício profissional da Psicologia, dentro dos preceitos técnicos e éticos da Profissão, é baseado nas leis, atos normativos e orientações dos órgãos de controle, especialmente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Mesmo diante da importância da atuação dos conselhos profissionais, em especial na Psicologia, ainda se observa no cotidiano do CRPPE certa dificuldade de compreensão do público externo, notadamente da própria categoria profissional, sobre a atuação finalística do Regional. A dificuldade advém da compreensão de que a autarquia existe para defesa específica dos anseios da categoria profissional, o que tornaria os conselhos profissionais espécies de sindicatos das categorias.

Além da verificação das diferenças mais gerais entre os conselhos e os sindicatos profissionais, o trabalho defende que a dificuldade de compreensão também é decorrente da identificação da atuação da Ordem dos Advogados do Brasil, a qual possui contornos e sistemática de atuação diferenciados, que não podem ser confundidos com os conselhos profissionais.

Na realidade específica do Sistema Conselhos de Psicologia, as atividades administrativas são desempenhadas a partir de três pilares de atuação, voltados para a orientação, a regulamentação e a fiscalização do exercício profissional, dentro de um conjunto normativo que envolve, de forma especial, as leis e os atos normativos expedidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Dessa forma, o sistema possui um ordenamento jurídico próprio, que estabelece os parâmetros de atuação da categoria profissional e as diretrizes e instrumentos de atuação dos seus órgãos integrantes. A partir desta realidade, são apresentados os principais aspectos e os marcos normativos que amparam a atuação do CRPPE, no seu múnus público de garantir que o exercício da Psicologia, enquanto Ciência e Profissão, seja pautado nos preceitos éticos e técnicos estabelecidos pela legislação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 79.822**, de 17 de junho de 1977. Brasília, 1977.

BRASIL. **Lei nº 4.119**, de 27 de agosto de 1962. Brasília, 1962.

BRASIL. **Lei nº 5.766**, de 20 de dezembro de 1971. Brasília, 1971.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Ag .Reg. em Mandado de Segurança nº 28.469. 19/02/2013**. Brasília, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **ADI 3026**, Relator(a): EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006, DJ 29-09-2006. PP-00031. EMENT VOL-02249-03 PP-00478 RTJ VOL-00201-01 PP-00093. Brasília, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) nos serviços hospitalares do SUS**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-nos-servicos-hospitalares-do-sus/>>. Acesso em: 20 Ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução CFP Nº 010, de 21 de julho de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <[codigo-de-etica-psicologia.pdf \(cfp.org.br\)](#)>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Resolução CFP Nº 003, de 12 de fevereiro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <(Microsoft Word - Resolu\347\343o CFP n\272 003-07.doc)>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução CFP Nº 02, de 18 de agosto de 2010**. Regimento Interno do CRP-02. Brasília, 2010. Disponível em: <[Regimento Interno do CRP-02 - Transparência do CRP 02 \(cfp.org.br\)](#)>. Acesso em: 18 jul. 2022.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL ESTRATÉGICA NA AUTARQUIA PÚBLICA: UMA POLÍTICA DE ENGAJAMENTO NAS MÍDIAS EM PROL DA CATEGORIA E A SERVIÇO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - PE

Silvannir Ferreira Jaques da Silva

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da internet e o surgimento de novas ferramentas de comunicações virtuais, ficou cada vez mais evidente a necessidade de interação no meio on-line, nas entidades públicas e privadas. A velocidade da troca dessas informações também fez surgir uma preocupação: identificar quais plataformas adequam-se melhor para interagir com cada segmentação de internauta, a partir do perfil da referida instituição. O artigo apresentado tem como objetivo apresentar como tem sido o desenvolvimento da comunicação estratégica do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-PE) na internet e o uso eficaz das suas principais mídias digitais comparando a evolução das vitrines oficiais de seus perfis oficiais.

Atualmente, a tecnologia e a internet tornaram-se fontes indispensáveis para a comunicação em sociedade, por isso a dinamicidade da informação e a forma em que essa mensagem repercute deve ser devidamente acompanhada por profissionais especializadas/os na especificidade das referidas organizações. A maneira que elas lidam ou utilizam as redes sociais e outras mídias, no ambiente cibernético, possui impacto direto no público, provocando reações adversas, ao ponto de tornar-se os famosos “vírais”. Sendo assim, tendo em vista a repercussão dos fatos (sejam eles positivos ou negativos), o cuidado deve ser redobrado no quesito conhecimento de causa, experiência de mercado para atuar com maior segurança. Tudo isso tem total interferência na imagem da marca ou mensagem que se deseja transmitir nas mídias do assessorado. Dessa forma, fica cada vez mais evidente a importância do acompanhamento e interpretação dos dados gerados por essas plataformas virtuais, para conquista da ascensão e manutenção dela.

Com o despertar do interesse das pessoas por inovações tecnológicas em um mundo amplamente conectado, as redes sociais ganharam destaque entre modalidades de disseminação de conteúdo. O CRP-PE acompanha, incessantemente, essa presença planejada na mídia. Criações variadas e uma linguagem que dialoga com seu povo, direta ou indiretamente, são parte da receita que deu certo na arte de levar informação de qualidade e identificação imagética com as seguidoras, que variam de psicólogas, psicólogos, psicólogues, estudantes e profissionais das mais variadas profissões, além de simpatizantes da ciência e o público em geral interessado nos temas da saúde mental.

Faz parte das estratégias adotadas na autarquia entender, a partir de estudos diários, como cada mídia funciona, aprimorando o fazer comunicacional com as novas atualizações, para, conseqüentemente, trazer os melhores resultados. Esse fenômeno de estudos das redes faz com que nos adequemos às novas realidades, o que edifica a maneira de relacionamento com o público. A exemplo do *Facebook*, rede social fundada em 2004 por Mark Zuckerberg, que compõe um dos produtos oferecidos pela denominada *Meta*, que de acordo com o Relatório de

Visão Geral Global Digital 2022 – publicado em parceria com *We Are Social e Hootsuite*, é a 4ª rede social mais usada no Brasil, em 2022, com 116 milhões de contas ativas. Completo, o “face” abrange variadas funcionalidades no mesmo lugar. No gerenciamento das publicações apresenta dados relevantes para triagem do público a quem se destina a sua comunicação, como para comparação de concorrência. Por esses e outros motivos que se justifica o investimento no planejamento com foco em *Inbound Marketing*⁵.

Outra facilidade é a versatilidade de contar com um administrador próprio para agendamento de posts, o que facilita o exercício do seu trabalho. O Facebook também oferece a criação de um *ranking*, com os seus principais perfis concorrentes. Desde que os trabalhos junto à rede foram implantados, o CRP-PE sempre se mantém entre os 10 Regionais mais bem posicionados. Dentre as estratégias, alinhamos a frequência, pois quanto maior o tempo de permanência na rede, os dados na *internet* são acessados e ligados ao aumento do número de usuárias/os que engajam à rede.

Esse considerável aumento do número de conectadas/os permitiram o surgimento de outras formas de comunicação, possibilitando a intensificação das estratégias de interação, expandindo para uma maior presença do Conselho no Instagram e listas de transmissão no *Whatsapp* (também produtos da *Meta*), além do investimento no *YouTube* com a criação do canal. Todas essas ações perpassaram desde criação e expansão, principalmente, durante o XV e o XVI Plenários do CRP-PE.

Os elementos citados são considerados os carros chefes de investimento intelectual de permanência exitosa e constante. A partir disso, os resultados obtidos só fazem aumentar, comprovadamente, toda a amplitude em que as pessoas que seguem as páginas oficiais do Conselho tornem-se verdadeiramente, bem-informadas sobre o que acontece, diariamente, em sua autarquia pernambucana. Além de engajar ações do Sistema Conselhos, o que só fortalece politicamente a psicologia Estadual e Nacional.

⁵ ***Inbound Marketing*** ou também chamado de **marketing de atração** é o coletivo de estratégias de marketing que tem por objetivo atrair e converter em acessos a sua página virtual, por meio de conteúdo relevante.

A forma de se posicionar em outras redes, nas quais as profissionais de psicologia estão presentes, é uma maneira de polarizar as principais, o que aprofundaremos no decorrer do artigo. É fortalecer a informação e galgar um futuro produtivo de resultados sólidos nas mídias ascendentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA NA PRÁTICA

Através da evolução tecnológica, a forma como o homem relaciona-se com a internet ganha cada vez mais notoriedade atualmente. No site Observatório da Imprensa, no artigo de edição nº 839, Luciano Martins Costa descreve o plano atual da relação do homem/mulher e o computador:

A Web 3.0, também chamada de Web Semântica, é o processo pelo qual estamos agora passando, e se caracteriza pela ação cooperativa entre o homem e o computador, que pode ter a forma de um aparelho sobre a mesa, de um telefone celular, de um relógio, de aparelho auditivo ou praticamente qualquer coisa. A maioria dos telefones disponíveis no mercado já tem programas capazes de formular uma noção aproximada dos hábitos de seu portador, e de se adaptar a eles (COSTA, 2015, p. 01).

No trecho citado acima, é possível perceber que a relação entre homem e máquina ultrapassou as barreiras dos aparatos tecnológicos para tornar-se peça fundamental na comunicação dos dias atuais, bem como nas suas diversas formas de disseminação de informações.

No livro “Como escrever para a Web - Elementos para a discussão e construção de manuais de redação online”, escrito por Guillermo Franco (2018), a maneira como devem ser escritos os textos na internet é mencionada por meio dos resultados da pesquisa Poynter de 2000 (Eyetracking Study of the Web Readers). Nele o autor Jakob Nielsen comenta os resultados da pesquisa citada anteriormente:

O comportamento mais comum é caçar informação e ser brutal em ignorar detalhes. Mas, depois que a presa for pega, os usuários algumas vezes mergulharão mais profundamente. Assim, o conteúdo da Web precisa dar suporte a ambos os aspectos do

acesso à informação: busca e consumo. Os textos precisam ser escaneáveis, mas também devem dar as respostas que o usuário busca (NIELSEN, 2000 apud FRANCO, 2008, p. 39).

Para ele, num primeiro momento as internautas procuram um texto volátil sobre a informação desejada e, ao mesmo tempo, que possibilite uma leitura rápida sem muitos detalhes, de maneira nítida e objetiva.

Já no artigo “Pirâmides invertidas no ciberespaço”, ou “Inverted Pyramids in Cyberspace”, de 1996, Nielsen faz uma reflexão sobre a estruturação de texto com o método Pirâmide Invertida, onde a explanação das produções para a internet também deve seguir um padrão, permitindo uma leitura não linear e independência entre as informações, abrindo espaço para a utilização do hipertexto.

Portanto, esperaríamos que os escritores da Web partissem seus escritos em peças menores e coerentes, para evitar as páginas longas com rolagem vertical. Cada página estaria estruturada como uma pirâmide invertida, mas o trabalho inteiro brilharia mais como um jogo de pirâmides flutuando no ciberespaço do que como um artigo “tradicional” (NIELSEN, 1996 apud FRANCO, 2008, p. 60).

Segundo o autor, publicações muito extensas poderiam levar muito tempo para serem lidas, fazendo com que as pessoas desistissem do site e procurassem outros endereços na *web*, com textos mais curtos e fáceis de entender. No Conselho, desde que postas em prática as melhorias nas estratégias comunicacionais, são realizadas publicações específicas com quantitativo de caracteres específicos de mínimo e máximo para cada mídia, incluindo adoção de links amigáveis para o site ou mesmo links reduzidos através da ferramenta *bitly.com*.

Além da maneira como é tratada a informação na *web*, é importante entender quem faz parte do ambiente *on-line* e como eles criam conexões entre si. Wasserman e Faust (1994); Degenne e Forse (1999), definem rede social como a junção de atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais).

Define-se como interação o processo comunicacional entre os membros envolvidos nesse contexto. O aprofundamento de como

esse processo dá-se permite a análise do grau de envolvimento desse público, bem como suas trocas de mensagens e o sentido entre elas. Porém, num ambiente virtual, as formas de interação entre as/os integrantes desse processo de comunicação acontecem com algumas distinções, quando comparado com o modelo tradicional, como afirma Raquel Recuero, em seu livro “Redes sociais na internet”.

Ciberespaço e as ferramentas de comunicação possuem particularidades a respeito dos processos de interação. Há uma série de fatores diferenciais. O primeiro deles é que os atores não se dão imediatamente a conhecer. Não há pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. É tudo construído pela mediação do computador. O segundo fator relevante é a influência das possibilidades de comunicação das ferramentas utilizadas pelos atores. (RECUERO, 2009, p. 31)

Desta forma, a complexidade do *feedback* (palavra originária da língua inglesa que significa retorno, muito utilizada no campo da comunicação) é medida pelo fato de não conhecermos a fundo o receptor dessa mensagem, além de não ser possível perceber outros sinais na comunicação que não sejam os verbais.

Já as respostas no ciberespaço podem acontecer de maneira imediata ou podem levar um determinado tempo para que o internauta possa interagir. Para Primo ela pode ser classificada como interação mútua ou reativa.

(...) interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada da relação, afetando-se mutuamente; já a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta (PRIMO, 2003, p. 62).

De acordo com o tipo de relacionamento mantido com cada indivíduo na internet, a partir das redes do CRP-PE, ou até mesmo dependendo da plataforma utilizada, é possível apenas ir a um determinado hiperlink no site ou até mesmo compartilhar opiniões nos espaços destinados para comentários, tratando-se de redes sociais.

No entanto, construir ou destruir imagens institucionais ficou mais simples, quando o assunto é internet. Informações de caráter

duvidoso podem espalhar-se com uma velocidade gigantesca, causando prejuízos à imagem da organização. É o que menciona Recuero no trecho abaixo.

Outro elemento que é característico das redes sociais na Internet é sua capacidade de difundir informações através das conexões existentes entre os atores. Essa capacidade alterou de forma significativa os fluxos de informação dentro da própria rede. O surgimento da Internet proporcionou que as pessoas pudessem difundir as informações de forma mais rápida e mais interativa. Tal mudança criou novos canais e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais (RECUERO, 2009, p.116).

Esse fato ocorre porque a capacidade de propagação de informações não está, exclusivamente, relacionada a páginas oficiais, e, sim, a qualquer pessoa que possua uma conta na internet. Portanto, é fundamental conhecer como acontece a comunicação no ciberespaço e as vertentes que envolvem esse processo para evitar que eventuais erros e impactos negativos prejudiquem a figura imagética da organização.

3 OBJETO DE ESTUDO

Em concordância ao que se destina esse material, proponho uma análise observacional e técnica sobre as principais mídias digitais adotadas pelo Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-PE) para publicização on-line de suas ações. Estão contempladas com mais detalhamento qualitativo e quantitativo os insights advindos: site institucional e páginas oficiais do Facebook e Instagram (<https://www.facebook.com/crppernambuco/> e <https://www.instagram.com/crppe02/>). Além disso, rotinas e especificidades da comunicação implementadas pela assessoria a fim de difundir e evoluir as pautas da Psicologia que são oriundas da autarquia.

3.1 HISTÓRICO

O órgão representativo das profissionais psicólogas⁶ é formado pelo Sistema Conselhos, ao qual compõem um total de 24 unidades Regionais que representam parte dos estados brasileiros, além da entidade representativa nacional denominada de Conselho Federal de Psicologia (CFP). O primeiro Plenário do CFP instalou-se em Brasília, em dezembro de 1973. Em 1974, instalaram-se os sete primeiros CRPs, incluindo o CRP-02 que contabiliza um quantitativo de mais de 16 mil profissionais inscritos ativos. O CFP e os Conselhos Regionais foram criados pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977.

O CRP-PE é uma Autarquia de Direito Público, com a missão de “orientar, disciplinar, fiscalizar e regulamentar o exercício da profissão de psicóloga/o”⁷. Ainda de acordo com a Resolução CFP Nº 023/2011 (Art. 2º), zelar pela fiel observância dos princípios éticos e técnicos, assim como contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, são algumas das atribuições do Conselho.

Para contemplar a amplitude longitudinal da profissão que se expande por todo estado, o Conselho possui três Subsedes: Vale do Ipojuca – Caruaru; Agreste Meridional – Garanhuns; e Sertão do São Francisco – Petrolina. Toda e qualquer comunicação oficial, mesmo sendo originada pelas ações ocorridas na abrangência de cada subsede é gerida pela matriz do CRP-02. É o que preconiza o Manual de Comunicação em vigor na entidade, atualizado no ano de 2019.

Politicamente, o Conselho é formado por meio de suas/seus gestoras/es que juntas/os formam o plenário deliberativo. O grupo de conselheiras/os decide os rumos administrativos, financeiros e políticos para as integrantes da área do conhecimento. Eleitas/os

⁶ Ao se referir à profissão da profissional psicóloga, mantenho o gênero linguístico feminino, adotando uma política interna do Sistema Conselhos de Psicologia, justificada pela sua majoritária presença de mulheres no quantitativo de pessoas inscritas na autarquia Federal.

⁷ Trecho do Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região, ao qual trata da natureza e fins. Resolução CFP nº 023/2001, Art. 2º.

sob forma de voto, a cada triênio, os membros da gestão direcionam os rumos das ações estratégicas que são planejadas. As comissões permanentes e temáticas, além dos grupos de trabalho, desempenham iniciativas que fundamentam os objetivos, valores e visão da psicologia no Estado. A Comissão de Política de Comunicação, junto à Diretoria Executiva, acompanhada da Assessoria de Comunicação e Imprensa (Ascom), planejam e direcionam tudo que compete às estratégias comunicacionais da autarquia.

A comunicação direcionada também à sociedade norteia um importante compromisso do Conselho em detrimento da prática psicológica em favor do sentido humano e social. A categoria deve acompanhar esse comprometimento com a defesa dos direitos humanos e dignidade das pessoas. Quando julgar necessário, o órgão promulga divulgações a fim de exercer o seu papel orientador publicando assuntos de caráter geral relacionados à profissão, bem como atividades do próprio CRP-PE, outro Regional, CFP e organizações diversas de interesse da psicologia, a exemplo do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) que condiz a um conjunto de instituições de notoriedade nacional, sejam elas científicas, profissionais, sindicais e estudantis.

As Leis que regem os direitos da/o cidadã/ão englobam toda e qualquer ação de uma entidade pública, e o Conselho desempenha tal papel. Portanto, em cumprimento à Lei Nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o direito, previsto na Constituição Federal, onde qualquer pessoa pode solicitar e receber dos órgãos públicos, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas, e assim o CRP-02 estabelece suas vias de Comunicação institucional.

Outro compromisso com a legalidade, ao qual a comunicação está integrada, é o apoio informacional quanto ao conteúdo voltado da página oficial *web*, e explicitação sobre coleta, armazenamento e tratamento de dados na navegação virtual. A Ascom participa ativamente da composição instrutiva explícita de cookies do domínio crpe.org.br a fim de contemplar a Resolução CRP-02 Nº 004/2021 - Institui a Política de Privacidade do CRP-02, em cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.

3.2 CONTEXTO DE MÍDIAS DIGITAIS DO CRP-PE

Preocupados com a máxima amplitude das informações que são passadas para as profissionais psicólogas e a sociedade em geral, o Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-PE) utiliza de um endereço eletrônico digital, originado por seu site institucional www.crppe.org.br. Para aliar necessidade de maior alcance à interação junto às pessoas, a organização está presente também nas redes sociais. A análise comunicacional deste artigo abordará as duas mais acessadas: *Facebook* e *Instagram*.

A escolha por tais plataformas de comunicação justifica-se inicialmente pelo perfil da entidade, pois sendo uma organização de representatividade profissional, a imagem institucionalizada viria por meio de um site estruturado, e nele, posto o padrão a ser regido pelas/os integrantes e simpatizantes da categoria. E, remetendo às redes sociais, a utilização do Facebook e Instagram pela autarquia é devido ao nível de alcance de resultados satisfatórios no quesito comunicação com o seu público.

No Brasil, a profissão de psicóloga é regulamentada há 60 anos, entretanto esse número a torna relativamente jovem. Essa jovialidade vive o ineditismo das redes sociais com grande força. Em um balanço divulgado no ano de 2015, no site da Revista Época Negócios, o Facebook atingiu a marca de 1,49 bilhões de usuários ativos por mês - aumento de 13% em relação ao mesmo período do ano passado. Na mesma comparação, os usuários ativos por dia chegaram a 968 milhões. No ano de 2020, de acordo com a página da Revista Exame, esse quantitativo chegou à marca de 2,8 bilhões de pessoas on-line na rede social. No ano de 2019, o número ficou em 2,5 bilhões, o que se conclui, ainda que abaixo da média, um crescimento considerável. Com isso, torna-se imprescindível a presença ativa na rede citada.

O CRP-02 contabiliza números ascendentes em engajamento no popularmente conhecido “face”. No ano de 2016, registrava-se um montante de mais de 6.426 curtidas e era notório a expressividade, mesmo sob caráter orgânico de publicações. Atualmente, contamos com 9.688 de curtidas na página.

Com o alto nível de exigência de informações por diversas plataformas que sempre foi crucial à necessidade e benefício da categoria, as gestões do Conselho estiveram em comum acordo com a estratégia de comunicação proposta pela Assessoria de Comunicação. Sendo assim, foi implantada a conta do *Instagram*. A rede social com foco direcionado em imagens e vídeos está presente na vida *on-line* de “1 bilhão de usuários, sendo 99 milhões de contas brasileiras”, são números divulgados no site da Shopify (2021). Com uma conta recém-criada, pela presente Ascom da autarquia, em 2016, o Conselho contabilizava mais de 140 publicações, 380 seguidoras/es. Nos dias atuais, fruto de empenho, estudos e investimento especializado diário, ao longo dos anos, contabiliza mais de 1.950 publicações e mais de 16.575 seguidores.

O também chamado de “*insta*” tem um futuro promissor na rotina de contas organizacionais, devido à sua nova forma de postagem via anúncios pagos, essa que é gerenciada pela conta do *Facebook*, visa atingir um público maior de expectadoras/es, principalmente, com a constante integração com outros produtos da Meta e os ascendentes resultados com a lucratividade obtida pelas/os investidoras/es na mídia, além do engajamento com o grande público.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO COMPARATIVA

4.1 SITE INSTITUCIONAL CRP-02

O site institucional do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-02) foi desenvolvido em meados de 2012, embora, desde o ano de 2015 sua formatação atual passa por alterações em seu layout e atualizações pontuais em sua estrutura, como também de inclusão de conteúdo.

Imagem 1: Site Institucional do CRP-02, em 2016.



Imagem 2: Site Institucional do CRP-02, em 2022.



Com as ilustrações acima, é possível perceber que ao acessar o endereço HYPERLINK “<http://www.crppe.org.br>”/www.crppe.org.br_a/o internauta deparava-se anteriormente, com muitas lacunas

pouco exploradas na página e com imagens mais simples. Mas, com o passar dos anos, outras redes sociais foram sendo criadas, ampliando a gama de informações repassadas à categoria, assim como uma melhor disposição do conteúdo de fundamental acesso para o público, como também melhor localização dos dados mais vistos, tais como os serviços e protocolos orientadores, tendo em vista ainda a temporada da covid-19.

4.2 Redes Sociais – Página Oficial Facebook

Imagem 3: Página Oficial Facebook CRP-02, em 2016.



Imagem 4: Página Oficial Facebook CRP-02, em 2022.



Com o objetivo de ampliar a visibilidade das ações do Conselho junto à sua categoria profissional, assim como a sociedade civil, a autarquia resolveu aderir aos perfis oficiais nas redes do *Facebook* e *Instagram*. A popularidade que essas redes alcançam torna a informação mais massificada, dinâmica e ao mesmo tempo interativa, pois proporciona o contato mais aproximado, seja via troca de textos ou imagens.

As redes sociais utilizadas pelo Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco possuem técnicas peculiares na escolha da postagem; embora muitas publicações presentes no *Facebook* estejam também no *Instagram*, a obrigatoriedade da imagem e/ou vídeo para essa segunda rede restringe determinadas opções de *post*, obedecendo sempre o plano estratégico para cada rede social. Em detrimento disso, as imagens precisam estar em voga e em consonância com os padrões de qualidade visual. Sobre o formato, foi delimitado um padrão de artes produzidas de tamanho quadrado, seja de 1080x1080px, na proporção de 1:1, ou ainda, imagens verticais devem seguir a proporção de 4:5 e, se possível, possuir dimensões de 1.080 por 1.350px. A exposição do arquivo é homogênea e linear aos olhos das/os usuárias/os, abrindo em toda extensão limite da rede.

No livro de Martine Joly, "Introdução à Análise da Imagem", a autora retrata, exatamente, a idealização de uso em detrimento do perfil do *Facebook* quando resgata a não obrigatoriedade da imagem.

Deste modo, a conotação não é inerente à imagem, mas é necessário considerá-la como constitutiva da significação pela imagem, no surgir de uma teorização acerca do seu modo de funcionamento. É particularmente necessária para denunciar a cegueira da analogia e constituir a imagem como signo ou, mais exatamente, como sistema de signos. (JOLY, 2007, p. 96)

A diversidade de postagens também é um fator predominante, em que o CRP-02 realiza divulgações de variados teores, entretanto, sempre voltadas à área da psicologia ou mesmo temáticas de interesse desse público. Seja em formato de link de seu site institucional, ou mesmo sob forma de compartilhamento

de sites parceiros, via ferramenta complementar denominada Repost. Isso dinamiza e flexibiliza as formas de publicizar conteúdo.

Segundo a permissibilidade na rede social do Mark Zuckerberg, no Facebook, é possível a publicação de textos de até 2 mil caracteres. Porém, é ideal que o texto não ultrapasse os 480 caracteres (com espaços) para que não fique escondido com a menção: “Continue lendo”. Embora o Conselho não tenha um padrão rígido sob esse viés, que conta pontos para o aumento do engajamento, há registro de postagem neste ano, com mais de oito mil visualizações orgânicas.

De acordo com o site Viver de Blog, não há uma regra básica para estabelecer horários de postagens. Todavia, nas redes do CRP-PE, os picos de audiência estão, sobretudo, no turno da tarde e da noite. Uma estratégia importante é levada em consideração para obtenção de prática de resultados: 1 – planejar uma tabela de publicações e frequência inicial; 2 – analisar os indicadores de engajamento; 3 – repetição do processo para os melhores horários e alterar quando necessário.

Outra padronização para angariar resultados condizentes à imagem organizacional do CRP-PE é voltada à língua culta e formal do português, em que se abrem precedentes justificáveis por seu público jovem para o uso também de terminologias por vezes informais, mas, acima de tudo, diretas e consonantes com a gramática. Mesmo se tratando de uma autarquia, a forma de tratamento deve ser humanizada, capaz de aproximar o seu público e promover o mais rápido e dinâmico diálogo com a categoria, a fim de transmitir, com sucesso as informações. Ainda se tratando de escrita, é importante pontuar a adoção da linguagem não-sexista e antirracista que adere ao projeto ético-político da instituição.

4.3 REDES SOCIAIS – PÁGINA OFICIAL INSTAGRAM

O perfil do *Instagram* Oficial do Conselho de Psicologia de Pernambuco foi criado no ano de 2015, e alcança um engajamento maior

junto à categoria, comparado ao tradicional *Facebook*. A categoria das profissionais psicólogas e demais interessadas na área tem aumentado o nível de engajamento na rede. Em 2016 registrávamos em torno de 160 publicações e 386 seguidoras/es; esse número passou para 1.950 publicações e mais de 16,5 mil seguidoras/es.

Imagem 5: Perfil Instagram CRP-02, em 2016.



Imagem 6: Perfil Instagram CRP-02, em 2022.



As publicações visam atingir um público exigente e bem-informado em relação às mídias digitais e profissionais jovens, especialmente das gerações denominadas de Y, que compreendem aqueles que nasceram no final dos anos 70 e início dos anos 90. Essa

geração, desenvolveu-se em um período dos constantes avanços tecnológicos, o que justifica sua aproximação com esse tipo de rede social. Com o aumento da categoria, e difusão da profissão, a denominada geração Z, formada por pessoas nativas digitais⁸, os nascidos a partir dos anos 2000, já tornam populosa a presença nas Universidades e, conseqüentemente, nos cursos de Psicologia. Isso resultará em uma necessidade de maior rapidez, expansão da criatividade e investimento tecnológico, visto que o perfil é de pessoas altamente conectadas e aderidas às novas mídias. Logo, a autarquia adequar-se-á para angariar, ainda mais, novos recordes de metas atingidas em sua comunicação na rede.

Observa-se que houve um vasto investimento no quesito estratégico por parte da equipe de comunicação, mas a própria rede social ampliou seus critérios para obtenção do tão sonhado alto padrão de engajamento. Ao longo dos anos, foram vários recursos criados com o objetivo de evoluir em números, mas, sobretudo, em experiência de navegabilidade. Na imagem 6, é possível perceber a presença dos destaques, altamente explorados com padrão de *bio* (abreviação da palavra *biografia* que se refere a descrição do perfil na rede social) estabelecido e de cores harmônicas ao padrão de logotipo, além de criações especiais temáticas.

Outro investimento está no quesito vídeos. Seja em formato dos *stories*, ao vivo (*live*) ou mesmo o mais recente “queridinho” do feed chamado de *reels*, o CRP-PE possui excelência de produção nos mais diversos formatos. Assim um destaque para o período de alta complexidade estrutural dos mecanismos de comunicação e adequação ao gerenciamento tradicional, com a deflagração pandêmica os vídeos foram um ponto forte.

Para ter-se uma noção prática de envolvimento e aproveitamento exitoso da oportunidade de crise, decorrente da pandemia, ampliamos as exibições de áudio visual, salvos advindos dos eventos ao vivo no “*insta*”. Desde que deflagradas as questões envolvendo a covid-19, de 2020 a 2022, foram realizadas em torno

⁸ Nativos/as digitais - nomenclatura criada que significa que determinada pessoa nasceu e cresceu fazendo uso das tecnologias digitais em sua vivência.

de 50 lives. Tratando-se de produções com elementos gráficos são 36 *uploads* disponíveis, com repercussão expressiva, contendo vídeo com mais de 5 mil visualizações. São essas produções estudadas, estruturadas com pesquisa de elementos em sua individualidade, captura e seleção de trilha sonora, gravação e limpeza de áudio, somada a variação nos mais diversos formatos dimensionais.

O Instagram tem se popularizado cada dia mais no campo organizacional, e o Conselho de Psicologia mantém-se firme nessa rede. Com isso, precisou investir em estudos diários nas especificidades do mundo "instagramável", no sentido de atrair mais seguidoras/es assíduas/os ao perfil, consolidando o alcance junto ao público. Um exemplo disso é que nos últimos 30 dias as interações com o conteúdo publicado ultrapassaram a marca de 9 mil contas, sendo em sua maioria seguidoras/es do perfil. Com isso a credibilidade da autarquia só propicia a ascensão em sua imagem virtual.

5. A ESSÊNCIA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA PARA A PSICOLOGIA PERNAMBUCANA

A autarquia pública, caracterizada como grande porte aos padrões do Sistema Conselhos de Psicologia, precisa de uma comunicação bem estruturada e fincada sob raízes condizentes ao projeto ético-político seguido pela autarquia e embasada nas teorias da comunicação. E, para isso, conta, estrategicamente, com este cargo enquanto cargo de confiança, proporciona uma imersão da técnica superior da Comunicação Social, a serviço de toda e qualquer necessidade do Conselho.

O cargo comissionado (cargo de confiança) da Assessoria de Comunicação e Imprensa do CRP-PE faz parte do nicho estratégico do plano de cargos e carreiras do Conselho. Por meio de seleção, a escolha para ocupação dessa função é baseada no currículo, comprovação de

habilidades, além da experiência comprovada, pois assumir com êxito do qual a autarquia necessita, requer aptidões, conhecimentos e alto poder de persuasão para gerenciamento de situações adversas.

Com criatividade, planejamento, organização e integração aos demais setores, a Ascom tem a função de cuidar, internamente e externamente, de estratégias de comunicação que atinjam seu público e personas às quais se destina toda e qualquer mensagem. Todas as atividades detalhadas estão disponíveis no Manual de Comunicação desenvolvido pela atual assessoria. O material foi desenvolvido com o objetivo de apresentação da equipe atuante no setor, assim como nortear a metodologia de trabalho adotada, mantendo uma melhor organização.

A partir das muitas designações da autarquia, levar até a sociedade, por meio dos veículos de comunicação com o trabalho da Ascom no assessorar das proposições de pautas, os temas da Psicologia, são mais que uma prestação de serviço público. É, sim, um compromisso com a raiz da comunicação que se faz presente por meio do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que em seu artigo 1º tem por “base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”. Em seguida, retrata no que tange ao acesso à informação de relevante interesse público. E tudo que gira em torno da Psicologia é com a visão de cuidado integral das pessoas e isso é para além de interesse público, é sim uma missão de vida.

5.1 EVOLUIR E COMPARTILHAR CASE⁹ CRP-PE – FORMAÇÕES PARA FORMAR

Para o fazer profissional do jornalismo dentro da Assessoria de Comunicação e Imprensa do CRP-PE ser cada vez mais exitosa em sua teoria e prática, os estudos precisam ser contínuos. E os estudos vão além das especificidades comunicacionais, mas sobre toda pauta relevante para a execução de novas técnicas a serem aglutinadas no dia a dia.

⁹ Case – Significado para a terminologia “caso”. São menções muito usadas na linguagem da comunicação, publicidade e marketing em geral.

No ano de 2019, a atual assessoria esteve presente no Cresça com a Google, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco, que proporcionou certificação sobre várias ferramentas e conhecimentos sobre marketing digital, como websites, mídias sociais, links patrocinados e analytics.

Entre outras formações múltiplas, destaco a Reaprendizagem Criativa, criada pelo palestrante, professor e fundador da Keep Learning School, Murilo Gun. Segundo ele, desaprendemos a ser criativos ao longo do tempo e essa formação fez grande sentido no alimentar desse potencial para poder reciclar a forma de como é possível desenvolver essa característica tão fundamental que é a criatividade no fazer profissional do CRP-PE.

A mais recente formação está sendo no conhecimento específico da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. E o que a Ascom do CRP-PE tem a ver com isso? A obrigatoriedade de adequar-se fez com que a assessoria precisasse se debruçar para melhor argumentar, escrever e se colocar à disposição para contribuir com o pleno rigor da lei. Contribuiu, ativamente, junto à empresa gerenciadora do site institucional, para a política de uso dos cookies¹⁰.

Abarcando tantos saberes, compartilhá-los é sem dúvida uma forma de multiplicar todo aprendizado adquirido ao longo de uma vida. Assim é a condução da função de supervisão de estágio no CRP-PE. Como diria Paulo Freire: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Mais que o ato de contar com um ou uma estudante de jornalismo para trabalhar nas atividades da comunicação, é poder contribuir para a formação profissional de alguém. Uma responsabilidade que revigora e faz pulsar o coração, pois uni teoria e prática jornalística em todas as suas formas de fazer comunicação, a serviço da ciência da Psicologia que respira saúde pública, ao fazer parte de uma essencialidade para a vida da sociedade. E, em tempos de pandemia, nunca se falou tanto em saúde mental. Certamente a formação jornalística dentro do CRP-PE nesse período foi a mais desafiadora, mas também a de maior aprendizado no caráter de urgências e emergências.

¹⁰ Os cookies são arquivos que contêm pequenos fragmentos de dados.

Seleção de estágio com metodologia on-line, além de plano de trabalho virtual com reuniões diárias, visando manter uma presença virtual constante. Essas foram algumas das alternativas implementadas para garantir a permanência da singularidade da sinergia do trabalho da dupla supervisora e supervisionada em plena harmonia. E, com o processo de retomada, a compatibilidade entre a atual estudante, Vitória Moura, e a supervisão associada à nova rotina local, a partir do planejamento adotado não houve ruptura ou quebra na construção que vinha sendo desenvolvida.

Hoje, podemos dizer que há um trabalho maduro, conciso, coeso e solidificado em resultados ascendentes. Coerente com a linha de valores assumidos pela autarquia, juntamente com o fazer comunicacional da equipe que se desafia na busca por novas maneiras de galgar a carreira dentro do setor público.

Na obra de Gaudêncio Torquato, “Comunicação nas organizações – empresas privadas, instituições e setor público” (2015) descreve o caminho da comunicação no campo das empresas que se assemelha muito com a que é realizada no Conselho.

A comunicação, como processo e técnica, fundamenta-se nos conteúdos de diversas disciplinas do conhecimento humano, intermedeia o discurso organizacional, ajusta interesses, controla os participantes internos e externos, promove, enfim, maior aceitabilidade da ideologia empresarial. (TORQUATO, 2015, p.26).

E que fique explícito que esse “controlar” dito por Torquato é muito mais no sentido de gerir a comunicação com as participantes envolvidas nas comunicações desenvolvidas pelo CRP, o que promove toda uma credibilidade e identificação com as produções. O resultado de aprendizagem contínua, múltipla e multimídia resultante de anos fazendo comunicação revolucionária que busca partilha, colaboração e aprofundamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, dar destaque à comunicação institucional tornou-se peça-chave para ampliar a propagação da informação. Desta forma, também é indispensável a preocupação por empresas públicas ou privadas no que diz respeito ao uso eficaz das mídias e redes sociais. É indiscutível que esses tipos de plataformas somam significativamente na aproximação com as/os internautas, em um ambiente tão misto e desbravador que é a internet.

No case do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – 2ª Região (CRP-PE) ficou evidente e comprobatório a necessidade de órgãos públicos, a exemplos de autarquias representativas de categorias profissionais, alargarem sua visão sobre as diversas maneiras de interagir no meio on-line. Sendo indispensável o estudo técnico das ferramentas de uso das redes sociais de grande popularidade, como é o caso do *Facebook* e *Instagram*, além de investir na criação e melhoria de estrutura gráfica dos sites institucionais. É com o aprofundamento de como funcionam esses tipos de canais de interatividade que é possível encurtar distâncias entre as pessoas e organizações. Como consequência disso, o serviço prestado à sociedade ganha qualidade, a exemplo do CRP-PE, que tem tido cada dia mais uma qualificação notória virtualmente e presencialmente falando, pois, esse ganho ultrapassa as vias da *web*, a ponto de ser notada tal propriedade em ocasiões de meio físico.

A disseminação de informação no ciberespaço também exige das instituições comprometimento com veracidade, objetividade e direção da mensagem, bem como fazer-se entender para um público vasto, com características diferentes, em um curto espaço de tempo. Hoje em dia, o imediatismo na internet também se tornou um desafio a mais para aqueles que almejam construir laços nas redes.

Diante das análises propostas neste artigo, ficou provado que a confiabilidade e a permanência das pessoas, nas páginas oficiais,

só acontecem através de esforços voltados para o planejamento estratégico e no uso dessas ferramentas. Faz-se necessária a constante revisão das políticas de monitoramento e ações nas plataformas virtuais, que permitam a redução de impactos negativos à imagem da empresa e que, ao mesmo tempo, reúnam esforços para manter um bom relacionamento com seu público-alvo.

REFERÊNCIAS

CARDIA, Wesley. **Crise de imagem e gerenciamento de crises**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

CARVALHO, Henrique. **Infográfico**: os melhores horários para publicar nas redes sociais. Disponível em <<http://viverdeblog.com/melhores-horarios-para-postar-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

CARVALHO, Henrique. **Infográfico**: como usar o instagram para alavancar seus negócios. Disponível em <<http://viverdeblog.com/instagram-marketing/>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

CARVALHO, Maytê. Persuasão – Como usar a retórica e a comunicação persuasiva na sua vida pessoal e profissional. 1ª ed., São Paulo: Editora BUZZ, 2020.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 02 – CRPPE. **crppe.org.br**. Disponível em <<http://www.crppe.org.br/>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

----- **Facebook.com/crppernambuco**. Disponível em <<https://www.facebook.com/crppernambuco/>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

----- **Instagram.com/crppe02**. Disponível em <<https://www.instagram.com/crppe02/>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

COSTA, Luciano Martins. **O que será o jornalismo?** Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed839_o_que_sera_o_jornalismo/>. Acesso em: 17 de março de 2016.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Facebook alcança 1,49 bilhão de usuários no 2º trimestre de 2015.** Disponível em <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2015/07/facebook-alcanca-149-bilhao-de-usuarios-no-2-trimestre-de-2015.html>>. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

FILHO, Wilson Gotardello. **50 dicas para montar (ou turbinar) o seu site.** Disponível em <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI81884-17156,00-DICAS+PARA+MONTAR+OU+TURBINAR+O+SEU+SITE.html>>. Acesso em: 18 de março de 2016.

FRANCO, Guillermo. **Como escrever para a web: Elementos para a discussão e construção de manuais de redação online.** Uma iniciativa do Centro Knight para o Jornalismo das Américas da Universidade do Texas em Austin. 2008.

G1. **Instagram tem 29 milhões de usuários ativos por mês no Brasil.** Disponível em <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/11/instagram-tem-29-milhoes-de-usuarios-ativos-por-mes-no-brasil.html>>. Acesso em: 22 de Janeiro de 2016.

JANSEN, Thiago. **Número de internautas no Brasil alcança percentual inédito, mas acesso ainda é concentrado.** Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/numero-de-internautas-no-brasil-alcanca-percentual-inedito-mas-acesso-ainda-concentrado-13027120>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem.** 70ª ed., Lisboa, 2007.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

LEÓN, Lucas Pordeus. **Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet.** Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de Imprensa – Como se relacionar com a mídia.** 4ª ed., São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MESQUITA, Renato. **O Tamanho Ideal de Todas suas Postagens Online.** Disponível em <<http://marketingdeconteudo.com/tamanho-ideal-de-todas-suas-postagens-online/>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

NIELSEN, Jakob. **Inverted Pyramids in Cyberspace.** Disponível em <<http://www.useit.com/alertbox/9606.html>>. Acesso em: 29 de março de 2016.

NIELSEN, Jakob. **Long vs. Short Articles as Content Strategy.** Disponível em <<http://www.useit.com/alertbox/content-strategy.html>>. Acesso em: 31 de março de 2016.

NIELSEN, Jakob. **Eyetracking Study of the Web Readers.** Disponível em <<http://www.useit.com/alertbox/20000514.html>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

SIGNIFICADOS. **O que é Hashtag.** Disponível em <<http://www.significados.com.br/hashtag/>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

PINTO, Áureo Magno Gaspar; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. **A análise de redes sociais como ferramenta de diagnóstico das relações de poder.** Disponível em <<http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/138.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

PLANALTO. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 15 de março de 2016.

PORTO, Camila. **Facebook Marketing.** 1ª ed., São Paulo: Novatec, 2015.

PRIMO, A. **Interação Mediada por Computador: A comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional.** Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação em março de 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** 1ª ed., Porto Alegre: Sulina, 2009.

RESOLUÇÃO CRP-02 Nº 004/2021. **Institui a Política de Privacidade no âmbito do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região – CRP-02.** Disponível em <<https://transparencia.cfp.org.br/crp02/legislacao/resolucao-crp-02-no-004-2021/>>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

ROCHA, Matheus. **Importância das redes sociais em estratégias de marketing digital.** Disponível em <<http://www.academiadomarketing.com.br/importancia-das-redes-sociais-em-estrategias-de-marketing-digital/>>. Acesso em: 04 de março de 2016.

SILVA, Jaqueline do Socorro Costa. **Um estudo sobre a língua escrita na rede social Facebook: vale a pena curtir?** Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/um-estudo-sobre-a-lingua-escrita-na-rede-social-facebook-vale-apena-curtir/86605/>>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

VOLPATO, Bruno. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais.** Disponível em <<https://bit.ly/3NDCXqy>>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

VITORIO, Tamires. **Facebook fica mais perto de 3 bilhões de usuários ativos e receita cresce em 2020.** Disponível em <<https://exame.com/tecnologia/facebook-fica-mais-perto-de-3-bilhoes-de-usuarios-ativos-e-receita-cresce-em-2020/>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

YUGE, Claudio. **Facebook fecha o 4º trimestre de 2019 em alta de 25% e receita de US\$ 21,08 bi.** Disponível em <<https://canaltech.com.br/resultados-financeiros/facebook-fecha-o-4o-trimestre-de-2019-em-alta-de-25-e-receita-de-us-2108-bi-159721/>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

WALLITER, Carolina. **8 estatísticas Instagram para acertar na mosca e fazer dinheiro.** Disponível em <<https://www.shopify.com.br/blog/estatisticas-instagram>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

UM BOM CAFÉ PARA FICAR PENSANDO MELHOR

Adriana Paula Barbosa de Miranda

Ah, se me sobrasse grana!

Eu rodaria o sertão

Comendo bucho de bode

Com farinha e feijão

Galinha de capoeira

Um pirão feito na feira

Lá no bar de bastião (...)

(Sander Brow, poeta paraibano)

Quando pensamos em uma boa conversa, pensamos logo em um bom café. O café sempre marca bons encontros, boas amizades e trocas significativas de experiências interpessoais, além de estimular e dar energia para seguir com tantos afazeres do dia a dia. Queríamos ter algo que nos aproximasse da categoria e que pudéssemos falar sobre os temas pertinentes à Psicologia e aos Direitos Humanos, então, surgiu a ideia de colocarmos em prática encontros mensais e descentralizados da sede do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – CRP 02. E, nos dias seguintes, participaríamos do Fórum dos Conselhos Profissionais de Saúde de Pernambuco - FCPS-PE, com um evento em

alusão ao Dia Mundial da Saúde. Queríamos contribuir para a construção de uma Psicologia transformadora, com respeito às diferenças, descobrir possibilidades de ação/intervenção.

O dia 14 de abril de 2019 seria uma manhã como outra qualquer, não fossem as inquietações que povoavam as mentes questionadoras inspiradas por respirações profundas que denunciavam o quase cansaço de conviver com as dores da humanidade. Estávamos participando do FCPS-PE, no evento em alusão ao Dia Mundial da Saúde.

Neste dia, Jesus Moura, psicóloga, cuja trajetória marca a história da Psicologia em Pernambuco, fazia-se presente numa mesa na rua enfeitada pela Bodega do Veio, para presentear-nos com sua história e conhecimentos; ela e Ana Melo, também psicóloga e membra da Comissão de Direitos Humanos, nomearam nosso encontro de “Café com Direitos Humanos”. Tínhamos levado café, bolo, biscoitos, bolachas, mesa e bancos de acampamento para dialogarmos sobre a aproximação da Psicologia, tanto da categoria profissional quanto das comunidades, e sobre a importância do Conselho de Classe para a sociedade. Juntaram-se a nós transeuntes, pessoas em situação de rua, que queriam um café, um bolo.... E, em meio aos goles de café, espantavam-se com as possibilidades que lhes eram apresentadas sobre seus direitos.

“E a gente tem direito disso?” Olhares de surpresa, quase desconfiados, quase alegres, faziam-nos mexer em direção a práticas psicológicas que pudessem inquietar e mobilizar pessoas para romper com a dominação estabelecida na sociedade. Eis que lembramos:

Artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos -Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (UNICEF, 2022).

Começar pelo direito básico remete-nos à selvageria que faz parte da história da humanidade; uma história de desprezo às minorias, aos vulneráveis, aos menos favorecidos. Lembra-nos do motivo pelo qual escolhemos a Psicologia como profissão e por que o nosso Código de Ética é norteado, também, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH.

No artigo “Na sua prática psicológica: onde estão os Direitos Humanos?”, encontramos que “embora a pauta dos direitos humanos esteja muito associada à diversidade humana, não está restrita a ela. Existem outros direitos fundamentais que têm relação direta com práticas psicológicas em todos os espaços onde as/os profissionais de Psicologia atuam” (ENTRELINHAS, 2018, online)”

Aqui, materializa-se o desafio a nós imposto na mesa com o café: concretizar ações nas quais estejam presentes os direitos humanos, uma Psicologia de mãos dadas com a construção política e social da/o cidadã/ão. E, assim, entre transeuntes e pessoas em situação de rua, nasceu o Café com Direitos Humanos, com o objetivo de alcançar para além da categoria, pessoas de comunidades, coletivos e fazer uma Psicologia para todas as pessoas.

Abrçar este desafio, levou-nos a rememorar o jovem Wilhelm Reich, pai da Psicologia corporal, cuja preocupação social fê-lo revelar os limites do atendimento individual convencional, construindo uma clínica popular pautada na prevenção e, ousaríamos dialogar com esse pensamento e a ideia preconizada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, que entende a saúde como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, posse da terra e acesso a serviços de saúde. Assim, as ideias de Reich fizeram-nos pensar sobre as possibilidades de uma ação que devolvesse ao sujeito a capacidade de usufruir do seu prazer de viver (o que Reich chamava de energia sexual):

As condições fundamentais de uma autorregulação da vida sexual poderão dar-se no capitalismo? Não, porque a educação sexual capitalista destrói sistematicamente a capacidade de satisfação sexual e o processo de trabalho capitalista, de exploração desenfreada e de cadências infernais, destrói as forças corporais (REICH, 1978, p. 93).

Compreendemos, portanto, que estávamos diante de um desafio que remetia a questões estruturais da construção da sociedade, e buscamos encontrar rotas de fuga para atingirmos um maior público. Propusemo-nos a realizar até o final daquele ano, uma vez ao mês, o Café com Direitos Humanos em bairros diferentes e, se possível, em

idades no interior de Pernambuco, com a sociedade e, principalmente, psicólogas e psicólogos, levando as pautas da profissão e dos Direitos Humanos. Queríamos levar o CRP 02 a todos os espaços, possibilitando a facilidade na aproximação da categoria com o Conselho de Classe, além de ampliar esta relação e os conhecimentos acerca das temáticas. O primeiro tema discutido foi o sofrimento psíquico e o trabalho: reflexões sobre a dignidade humana. Convidamos profissionais da área de Recursos Humanos- RH e afins para realizarmos uma discussão que se aproximasse mais da realidade que elas/es vivenciavam nos ambientes de trabalho. Levantaram-se temas como qualidade e dignidade do trabalho, direitos e deveres, além de inquietações com a saúde mental das/os trabalhadoras/es. A partir desse encontro e do conteúdo debatido, mais uma vez, referimos-nos à Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigo 23

- Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses (UNICEF,2022,online).

Trouxemos, ainda, os seguintes temas: em junho de 2019 falamos sobre: “Psicologia e Sexualidade”, realizado em parceria com o Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo (GTP+) e mediação da psicóloga Patrícia Bleuel Amazonas, à época Presidenta da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-02. Participaram ainda, o então estudante de Psicologia: Petros Bergoleon, coordenador do GEGESE

(Grupo de Estudos de Gêneros e Sexualidade ESUDA) e Fabianna Mello, ativista de DH Coletivo da Amotrans (Articulação e Movimento para Travestis e Transsexuais de Pernambuco).

Agosto foi marcado pelo encontro no Centro Cultural Grupo Bongar - Nação Xambá, com o tema abordado: "Reflexões sobre mulheres negras, latino-americanas e caribenhas", em alusão ao dia 25 de julho, em que se comemora internacionalmente um marco na luta e resistência de mulheres negras latino-americanas e caribenhas.

Mantínhamos uma intensa articulação para os próximos Cafés, com a ideia de novos espaços em comunidades; estávamos ainda mais inspiradas, pois no Café realizado em outubro com a participação da colaboradora da Comissão de Direitos Humanos - CDH Camila Almeida e com a presença do nosso querido Itamar Sousa, também psicólogo, na Ocupação Carolina de Jesus, com o tema: "A Psicologia e o direito à terra/território", sentíamos que estávamos cada vez mais próximas da proposta que o Café com Direitos Humanos oferece. A experiência na Ocupação foi ímpar, fomos acolhidas pela comunidade que ali se fazia presente para nos ouvir, mas usando de sinceridade, fomos nós que mais ouvimos e aprendemos com elas/es, nós que fomos presenteadas com exemplos de força, coragem e determinação de vida. E ali, em meio a várias crianças, idosos e líderes da comunidade, aprendemos que a união da coletividade tem o poder de transformar o mundo e que a vida é muito mais do que conhecemos em nossas bolhas capitalistas.

O encontro sobre o tema: "A Psicologia e as facetas do racismo" foi realizado em novembro de 2019, no Museu de Artes Afro-Brasil Rolando Toro e tivemos como convidada a psicóloga Jesus Moura, o psicólogo Wellington Albuquerque, integrante da Comissão de Enfrentamento ao Racismo do CRP-02, a assistente social Girlana Diniz e a socióloga e, na ocasião ainda estudante de Psicologia, Lillian Alves. A discussão trouxe-nos a realidades de experiências vividas pelas convidadas e participantes que estavam presentes e mostrou a realidade sobre o racismo que está muito longe de ser sanado.

Segundo o documento Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o), a prática de racismo institucional pode ser considerada a principal responsável pelas violações de direitos

dos grupos raciais subalternizados. Efetivada em estruturas públicas e privadas do país, essa prática é marcada pelo tratamento diferenciado, desigual. Indica, pois, a falha do Estado em prover assistência igualitária aos diferentes grupos sociais (CFP, 2017).

No mês de dezembro do mesmo ano, discutimos na sede do CRP -02, e quase de modo premonitório com tudo que aconteceria no ano seguinte, começamos a discutir a possibilidade de transmitir o Café com Direitos Humanos naquele mês, também, através das redes sociais e com intérprete em Libras. E, assim, aconteceu o Café com o tema: “A Psicologia e um Novo Olhar Sobre a Pessoa com Deficiência”. Fomentaram a discussão o teólogo Luiz Carlos Loreto, a enfermeira sanitária Laise Bulhões, a psicóloga Juliete Matias e a psicóloga e membra da CDH Viviane Salgado. Foi um encontro maravilhoso, regado a bom papo, trocas de experiências, muitas risadas e um bom café feito pelo querido Wagner, funcionário do CRP02, que muito aquece nossos corações. Aprendemos a pensar aspectos importantes como o capacitismo e a sexualidade das pessoas com deficiência.

Ao revelar o que deve permanecer oculto, o corpo monstruoso subverte a mais sagrada das relações entre a alma e o corpo: a alma revelada deixa de ser uma alma, torna-se, no sentido próprio, o reverso do corpo, um outro corpo, mas amorfo e horrível, um não-corpo (GIL, 2006, p. 79).

Mal sabíamos que aquele seria um dos últimos encontros presenciais por um bom tempo. Talvez, se soubéssemos, teríamos abraçado mais pessoas, sorrido mais e bebido mais cafés em boas companhias.

Já articulando uma agenda para 2020 – já em nova gestão do CRP 02 -, inclusive com a interiorização do Café, realizamos a última edição presencial do Café com Direitos Humanos no dia 14 de março, no Armazém do Campo, tendo como convidadas Alda Roberta L. Campos Boulitreau (psicóloga e Presidente do CRP 02 – Plenário XVI) e Vera Regina Paula Baroni (ativista negra e advogada), com o tema “Não vem com esse papo que mulher tem que ser...” Na ocasião, tínhamos no evento em sua maioria, mulheres e fomentamos uma importante discussão sobre os lugares que as mulheres ocupam em nosso país,

fazendo diferença na construção e constituição de cada sujeito. Foram relatos de força e coragem de mulheres e sobre a invisibilidade que ainda existe; falamos, ainda, a respeito das formas do racismo e como afetam suas vidas e saúde mental.

Assim, a dor em carne viva desses traumas provoca silêncio, grito e choro. Muitas vezes, a estratégia psíquica utilizada é de capturar o pensamento para o trabalho psíquico de evitar o sofrimento. Entretanto, a denegação do racismo nos discursos vigentes também coloca a dúvida quanto à veracidade da violência causada por gestos e falas que reafirmam a estratificação social. O não dito, mas que é atuado pela exclusão social em diversas situações recorrentes, como nas ruas, portarias de prédios e lugares cujo acesso é restrito indiretamente a brancos, pode culminar no limite da experiência de desrealização. Dar voz a isso que está emudecido é movimentar a esfera das representações, de como são feitas as imagens, testemunhar e tratar desse pesadelo social. A violência cotidiana do "racismo cordial", típico da brasilidade, nega a negritude e mantém o negro na condição de vítima da violência. Ao escolher politicamente afirmar sua negritude, os movimentos militantes negros apresentam um ponto de partida para a saída dessa condição de vitimização: estabelecem diferentes linhas de força para além da dor, por meio da adoção de um projeto de identidade firmado na valorização de seus traços (VANUCCHI, 2017 apud CARRIJO & MARTINS, 2020, online).

No mesmo mês, tudo mudou com o início da pandemia, isolamento social e medo, muito medo de nem terminarmos aquele ano. O Conselho precisou reestruturar-se para funcionar de acordo com as medidas de restrições sanitárias que foram construídas no sentido de orientar a categoria para uma melhor prevenção e cuidados com a pandemia da covid-19. Por vários dias e semanas, debruçamos-nos sobre as questões da pandemia e adaptações ao modelo remoto de funcionamento e perguntávamos umas/uns às/aos outras/os se tínhamos estrutura para dar suporte tecnológico ao cenário que se apresentava. Como falar com a categoria sobre o que discutíamos nas rodas de conversas através das redes sociais? Bem, seguimos em movimento, pois não podíamos parar as atividades e nem o Café com Direitos Humanos. Nunca imaginávamos, no dia em que essa Plenária tomou posse, que viveríamos a gestão mais difícil da história da

Psicologia. Ninguém sabia como atuar num contexto daqueles; ninguém nos preparou para isso. E ousamos dizer, sem medo de errar, que esse sentimento foi de todos os Conselhos Regionais que assumiram no final de 2019 e do Conselho Federal de Psicologia - CFP no início de 2020. Porém, não podíamos desistir, não podíamos nos entregar ao cansaço que sentíamos em nossos corpos. Assumimos um compromisso com a categoria e precisávamos seguir em frente.

Assim, no mês de junho daquele ano, ressignificamos o espaço e a proposta inicial do Café com Direitos Humanos e passamos a realizá-lo através de Lives transmitidas pelo Instagram do CRP020. A primeira Live nesse período foi "Psicologia, isolamento social e violência sexual infantil", conduzida pela querida agora já psicóloga integrante da Comissão de Direitos Humanos Lilian Alves e o convidado, também psicólogo e conselheiro de direitos do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de Recife (COMDICA) Itamar Sousa de Lima Junior. O tema foi de relevante importância, principalmente no contexto vivido, pois o isolamento social, colocado como parte dos protocolos de prevenção à covid-19, empurrou nossas crianças e jovens ao cárcere de seus predadores sexuais, quando esses eram identificados na própria família.

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7-36% das meninas e 3-29% dos meninos sofreram abuso sexual (WORLD, 2003, p.8).

Sentimo-nos distantes, sem o calor que os encontros proporcionavam a nós, sem quase interação das pessoas que assistiam à Live, sem bolo e nem café. Mas, precisávamos falar sobre questões que se faziam urgentes, precisávamos trazer inquietações à categoria e às demais pessoas que assistiam ao nosso Café Virtual com Direitos Humanos.

Seguimos realizando Lives durante os meses seguintes, e em julho de 2020 discutimos sobre "Jovens em privação de liberdade e os Direitos Humanos em tempos de pandemia". Como mediadora, tivemos a participação da psicóloga e, na ocasião, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP-02 Adriana Miranda e, como

convidado, o psicólogo Romero Silva, professor e pesquisador da Escola de Conselhos de Pernambuco, coordenador de projetos do GAJOP e Presidente do CEDCA/PE. Momento importante que possibilitou levantar questionamentos sobre a situação dos jovens em privação de liberdade em nosso Estado. Se no ano anterior havíamos realizados visitas às unidades de socioeducação e encontramos várias e várias violações de Direitos Humanos, tudo piorou durante a pandemia. A falta de estrutura e higiene nas unidades vistas anteriormente denunciavam como estariam aqueles jovens convivendo com a atual situação. Uma crise sanitária era o que temíamos acontecer a qualquer momento.

Segundo o Art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: V - ser tratado com respeito e dignidade; IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade (ECA, 2019).

No mês de agosto, o tema foi “Psicologia, lutas populares e exercício profissional”, tendo como mediador o psicólogo e, na ocasião, vice- coordenador da Comissão de Direitos Humanos, Mamede Silva Júnior, como convidada, a psicóloga Valdinete Martins Barbosa, especialista em Psicologia da família e realidade social, atuante na proteção de Direitos Humanos. O encontro foi enriquecedor e elucidativo sobre o tema, tivemos uma ótima noite de aprendizado, mesmo com as dificuldades que “o novo normal” trouxe-nos. Perdemos algumas vezes a conexão com a internet e, ainda, brigávamos com o tempo limitado que o Instagram disponibilizava para as Lives. Porém, conseguimos atingir o objetivo e mais uma vez resistimos.

A psicologia tem um papel de transformar a sociedade e chamar atenção para lutas e conquistas populares, legitimando esse espaço.

As mobilizações da sociedade civil organizada, como as marchas, paradas, ocupações, podem ser definidas como ritos, ao romperem temporariamente com a rotina e realizarem performances de identidades e papéis sociais não-hegemônicos (JESUS, 2010, online).

É importante que a psicologia participe dos espaços de discussão entre as pessoas da sociedade civil organizada e instituições

gerando força nas lutas realizadas. E, ainda, com essa energia, discutir sobre a importância de organizarmos-nos e falarmos sobre as lutas e desafios. Precisávamos falar sobre muitos temas importantes e, principalmente, sobre os grupos que entendíamos que poderiam ser mais afetados com o advento da pandemia. Resolvemos, então, falar no mês de setembro sobre “Os Direitos Humanos e a pessoa idosa: contribuições da Psicologia para a convivência com a covid-19”. O mediador foi o psicólogo e membro da Comissão de Direitos Humanos Edson de Souza Lima, especialista em Neuropsicologia e em Direitos Humanos, mestrando em Psicologia da Saúde. A convidada foi a psicóloga Cirlene Francisca Sales da Silva, mestra e doutora em Psicologia e especialista em Gerontologia. O encontro fez-nos pensar sobre como nós psicólogas podemos contribuir em nossa atuação profissional com a população idosa do país.

*Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.
Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração
que nem se mostra.
Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
- Em que espelho ficou perdida
a minha face? (MEIRELES, 2001).*

Cada vez mais inquietas/os após tantos temas importantes discutidos ao longo dos meses, continuamos trabalhando de maneira online com o Café, sentindo que faltava mais interação com as/os convidadas e participantes. Então, no mês de outubro de 2020, realizamos o Café com Direitos Humanos pela plataforma do Facebook, que permitia um número maior de pessoas nas discussões. Falamos sobre o tema “Psicologia e Direitos Humanos: o impacto da pobreza no desenvolvimento do ser criança”. A mediadora foi a querida Camila Almeida, psicóloga e integrante da Comissão de Direitos Humanos, e os convidados foram Lilian Alves, psicóloga, socióloga e mestranda em Psicologia Clínica; Ivanilson Santos, pedagogo, especialista em Gestão Educacional e mestre em Educação; João Batista Junior, jornalista, educador social e coordenador do MNMMR-PE e membro do Comitê Estadual POP Rua. O encontro foi maravilhoso, conseguimos sentir um pouco mais a interação que tínhamos antes no modelo presencial. O pedagogo Ivanilson Santos não conseguiu participar devido às dificuldades da vida online, em que os compromissos chocam-se por necessidade de ajustes em horários. Mesmo assim, o evento foi marcado por conteúdos significativos e provocativos, que nos chamou a refletir sobre não apenas as consequências da pandemia na educação das/os nossas/os jovens, mas para além disso, sobre uma conjectura que se instalou nos últimos anos e que fez com que a pobreza se tornasse banal, que a fome voltasse às famílias.

A investigação das causas do baixo rendimento escolar, bem como de outros problemas, precisa ser feita a partir de um mergulho na vida cotidiana das instituições de ensino e do conhecimento direto das pessoas envolvidas, em seus bairros, em suas casas, em suas relações com a vizinhança e com as instituições públicas. Por meio da convivência prolongada e da criação de espaços de diálogo, identificamos a presença de preconceitos contra famílias pobres, os quais se tornam recursos utilizados pelos educadores e pela escola para se desvencilhar da culpa que recai sobre eles próprios. Alvo fácil de um ensino que não produz resultados, os educadores nomeiam a mãe, a família que muitas vezes desconhecem e a pretensa desnutrição das crianças como as causas dos problemas escolares (SAWAYA, 2006, p. 142-143).

Naquele ano, havíamos chegado a marcas inimagináveis de mortes em consequência da covid-19, famílias precisando lidar com a dor, o País precisando lidar com o luto de uma nação que, por muitas vezes, foi banalizado.

Em meio às divulgações de Notas de Pesar por perdas de queridas e queridos psicólogas/os de nosso Estado, o psicólogo e membro da Comissão de Direitos Humanos Rui Gonçalves mediou a conversa sobre “Morte, luto e subjetividades: conversando sobre modelos explicativos”. Queríamos trazer à categoria uma visão sobre o tema através de diferentes abordagens da Psicologia, de maneira que pudesse embasar os olhares em seus consultórios. Para isso, tivemos o convidado: Alan Paulo Borges do Nascimento, psicólogo clínico, mestre em Literatura e Interculturalidade (UEPB), idealizador e coordenador do grupo de estudos online Narrativas da Finitude, que debate articulações entre morte e luto no cinema, na literatura e na arte em geral, a partir de uma perspectiva psicanalítica, membro do grupo Psigamers Advanced, no qual se produzem projetos articulando a gamificação à prática psi, dentro e fora dos consultórios. E, junto com ele, Patrícia Guimarães Interaminense, psicóloga da UFRPE, professora de pós-graduação e pós-graduada em TCC; e Bruno Fernandes Borginho, psicólogo clínico, neuropsicólogo e psicólogo da Saúde, especialista em saúde pelo programa de residência multiprofissional da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás.

O ano estava findando e só aumentava o sentimento de saudade antecipada, então, resolvemos fazer algo diferente naquele mês. Precisávamos continuar falando sobre a campanha promovida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que nos provoca com um questionamento: “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, além de realizarmos mais uma edição do Café com Direitos Humanos.

Para conversar sobre o assunto, não poderíamos deixar de convidar algumas pessoas de referência no tema. Com a mediação da psicóloga e membra da Comissão de Direitos Humanos Lilian Alves, e a contribuição da querida Jesus Moura, psicóloga e Conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), mestra em Psicologia pela UFPE, fundadora e integrante da Articulação Nacional de Psicólogos(os)

Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP), referência em estudos de relações étnicos raciais em Pernambuco e no Brasil; Maria Lúcia da Silva, Coordenadora da ANPSINEP e integrante do Conselho Consultivo do instituto AMMA Psique e Negritude; Edinaldo Rodrigues, psicólogo, especializado em Saúde Indígena e álcool e outras drogas psicoativas, referência técnica dos programas de saúde mental, pessoas com deficiência, saúde na escola e medicina tradicional no Distrito Sanitário Especial Indígena Pernambuco, e Gioconda Sousa, integrante da Comissão de Enfrentamento ao Racismo, mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, pesquisadora das relações raciais.

Foi um encontro muito especial, cheio de conteúdos significativos, que só nos fez ter certeza de estarmos conseguindo fechar o ano com o sentimento de missão cumprida, evidente que dentro das condições que a ocasião permitia. Mas, não paramos por aí, naquele mês seria o aniversário da nossa companheira Jesus Moura e aproveitamos para homenageá-la trazendo parentes, amigas e ex-alunas/os, que presentearam Jesus com falas emocionantes, tocando-nos profundamente. Sentimos que todas nós precisávamos de um pouco de calor humano e reconhecimento. Foi assim que nos despedimos de 2020.

O primeiro encontro do ano de 2021 foi no mês de março com o tema “A escola durante a pandemia: possíveis impactos no bem-estar e desenvolvimento de jovens da periferia”. O mediador na ocasião foi Mamede Silva Júnior, psicólogo, vice-coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-02; mestre em Desenvolvimento Humano, doutor em Estudos Socioculturais. Nossa convidada, Clécia Marinho, psicóloga clínica na rede pública e particular; especialista em atendimento de crianças e adolescentes. Pudemos perceber como, possivelmente, as/os jovens em condições economicamente menos favoráveis serão afetadas/os com as consequências do estudo durante este período. Quantos, possivelmente, não retornarão às salas de aula e quantas perdas teremos em nossa história? Eram questionamentos que fazíamos.

(...) quais as educações disponíveis para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos reconhecidos como de algum modo pertencentes a “classes”, “camadas”, “segmentos” ou “culturas” populares hoje, no Brasil? E quero chamar a atenção para o fato de que “popular” não precisa ser tomado aqui como um adjetivo de teor ideológico, no mais das vezes associado a alguma “política de esquerda”. O próximo censo do IBGE haverá de nos demonstrar que entre mendigos confessos (se é que o censo os ouve), desempregados crônicos, famílias abaixo do nível social da pobreza, segundo critérios da ONU, trabalhadores submetidos a um dos mais baixos salários mínimos do Continente, as pessoas populares somam cerca de dois terços de quem somos: os(as) brasileiros(as). O fato de que algumas revistas de elite prefiram tratá-los como a faixa nível “C” ou “D” da população brasileira, pouco significa, no caso, principalmente se levarmos em conta o fato de que quem assim pensa e classifica os outros está na “faixa A”. Pois bem, de que “educações” pode ou deve participar esta imensa maioria de pessoas?” (BRANDÃO, 2002, p. 170).

Recebemos, ainda, uma grande missão vinda da Comissão Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia: buscar em nossos arquivos, livros e registros online tudo referente à temática racial nos últimos 30 anos, sendo palestras, eventos, convidadas/os, colaboradoras/es e qualquer outro meio que possa haver referência em cada CR do País. Assim, tivemos que pausar com as Lives do Café com Direitos Humanos e realizamos uma intensa pesquisa do que nos foi pedido.

Retomamos o projeto do Café online em novembro de 2021, tendo como tema: “Comunicação e Direitos Humanos”. O Conselheiro e vice-coordenador da Comissão de Direitos Humanos Mamede Silva Junior teve um papo descontraído com a convidada Maria Lúcia Duarte de Oliveira, formada em Comunicação Social - Rádio, TV e Internet pela UFPE, atuou em projetos de defesa às minorias políticas na comunicação, como o programa “LGBT no Ar” e “Chega Junto” do coletivo negro Obirin. Tivemos uma noite de muita informação e pudemos observar como as questões raciais perpassam as maneiras de se comunicar e de mostrar conteúdos nas mídias.

Iniciamos 2022 cheias/os de vontade de voltarmos com os encontros presenciais, porém, ainda não era o momento, visto que os

casos de infecção por covid-19, que haviam sido reduzidos, tiveram um aumento após as festas de final de ano. Assim, continuamos com o Café online.

O primeiro tema foi “A Psicologia no Sistema Prisional”, mediado pelo nosso companheiro Anderson dos Santos Ferreira, colaborador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-02, Especialização em Sexualidade Humana pela Universidade Católica PE, Especialização em Análise Bioenergética - Libertas; Trabalhou na Secretaria Executiva de Ressocialização - SERES, Unidade de Apoio à Saúde do Servidor do Sistema Penitenciário de Pernambuco - UNIASPE, Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Política Sobre Drogas - SDSDHJPD e a convidada Alissandra de Cássia Menezes Pessoa, Especialização em Gestão em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ/MS, Especialização em Psicologia Jurídica pela Faculdade de Filosofia do Recife-FAFIRE, Especialização em Saúde Mental, Faculdade Cidade Verde, FCV, Brasil. Atualmente coordena a Unidade de Apoio à Saúde do Servidor do Sistema Penitenciário de Pernambuco - UNIASPE, atuando na prevenção e promoção de saúde mental. Discutiuse sobre as dificuldades do fazer psicológico no sistema prisional e da importância do serviço para a saúde mental.

Para Rauter (2012, p. 72) “as prisões só sobrevivem e se expandem enormemente no mundo atual, onde se generaliza o estado penal em substituição ao estado de bem-estar, graças ao funcionamento dessa enorme rede, formada por dispositivos ‘extramuros’. Intra e extramuros, os discursos psi tem contribuído fortemente para compor essa rede de dispositivos disciplinares, cuja produção discursiva fortalece estratégias de controle social. Como apontam Rauter (2012) e Karam (2011) essa engrenagem discursiva assume um viés sombrio, mortífero, trágico tanto do ponto de vista clínico, quanto do ponto de vista político, portanto, com efeitos tanto para a malha seletiva que compõe a massa carcerária e seus arredores, quanto para os(as) profissionais que atuam ali dentro e para toda a sociedade. Nesse sentido é que tomamos “emprestado” uma provocação de Cristina Rauter (2012): Como essas engrenagens discursivas têm afetado nossa prática? O que significa trabalhar nas prisões? Existe um caminho a ser trilhado, em uma perspectiva crítica, pautada nos preceitos dos Direitos Humanos para a atuação do psicólogo no sistema prisional? (BARROS e AMARAL, 2016, p.60).

Apesar de termos tido uma participação significativa e de grande importância nos últimos meses, percebemos que, definitivamente, esta nova maneira de funcionar não combinava com a proposta do Café, na energia e força que a Comissão acredita e que são trocadas nos encontros, sem falar que acabamos restringindo o público que tínhamos como meta a ser alcançada através do Café. Muito pelo fato de todas/os estarmos cansadas/os dos eventos online, e a pouca adesão aos eventos mostrava isso, diminuimos cada vez mais as Lives do Café, sem deixarmos de acreditar no potencial da proposta e a necessidade de mantermos viva a ideia do Café com Direitos Humanos.

Podemos afirmar que a palavra foi “resistência”. Nós precisamos ser resistência numa pandemia que devastou o mundo, que nos fez perder parentes, amigos e figuras importantes para a história. A pandemia levou-nos a ficarmos ainda mais ligadas/os nas telas dos celulares e computadores, ligadas/os a uma realidade que muitas vezes não era condizente com a verdadeira. Pessoas explorando esse novo universo digital, esse “novo normal” que todas/os falavam o tempo todo, com o intuito também de trazer alívio às pressões impostas pelo viver online, suavizar as novas couraças adquiridas para sobreviver em tempos de pandemia.

O trabalho online encontrou profissionais já com habilidades para esse novo modelo, mas, infelizmente, algumas/uns ainda precisariam adquirir competências e normas técnicas e éticas referentes a esse formato. E nós apenas queríamos poder nos encontrar, abraçar e tomar um Café regado ao bom papo descontraído e muito cheio de energias positivas que alimentavam nossa alma e nosso conhecimento. Foi-nos tirado o direito a sentir o calor humano e as trocas fraternais mensais através dos Cafés com Direitos Humanos. Foi-nos imposta uma nova condição de aproveitamento dos saberes e vivências, colocando-nos por trás de minúsculas telas de celulares que nos forçam, hoje, a enxergar através de lentes de óculos.

Falamos acima “foi-nos imposta” e referimo-nos às possibilidades de lidar com a pandemia; sob outra ótica, não fechamos os olhos às ações cotidianas “nos nossos quintais”, os quintais de todas/os nós, ações que não contribuem para a nossa saúde, a saúde dos nossos corpos, mentes, emoções e do nosso planeta: a nossa saúde.

Que venham outros cafés, há muito o que aprender!

REFERÊNCIAS

BARROS, Vanessa Andrade de; AMARAL, Thaísa Vilela Fonseca. **O Trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional:** Problematizações, ética e orientações, pp.55-72. In FRANÇA, Fátima; PACHECO, Pedro; OLIVEIRA, Rodrigo Tôrres. / Conselho Federal de Psicologia.- Brasília: CFP, 2016. Disponível em: [O trabalho da \(o\) psicóloga \(o\) no sistema prisional: Problematizações ética e orientações - CFP | CFP](#) Acesso em 24 Abr. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação popular na escola cidadã.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CARRIJO, Christiane e MARTINS, Paloma Afonso. **A violência doméstica e racismo contra mulheres negras.** In: Rev. Estud. Fem. 28 (2), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721> Acesso em 24 Abr. 2022.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Relações Raciais:** Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

ENTRELINHAS. Edição nº 80 – **Na sua prática psicológica: onde estão os direitos humanos?** . Disponível em: [CRPRS – Revista Entrelinhas – Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul](#) Acesso em: 24 Abr. 2022.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf> Acesso em: 07 Maio 2022.

GIL, J. **Monstros.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

Jesus, J. G. **O protesto na festa:** política e carnavalização nas paradas do orgulho LGBT (Tese de doutorado). Universidade de

Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: [_https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8042/1/2010_JaquelineGomesdeJesus.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8042/1/2010_JaquelineGomesdeJesus.pdf) Acesso em: 08 Ago.2022.

MEIRELES, Cecília. **Retrato**. In: MEIRELES, Cecília. Antologia Poética. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

REICH, Wilhelm. **O combate sexual da juventude**. Trad. A. Fontes. Lisboa: Antídoto. 1978. Original publicado em 1932.

SAWAYA, Sandra Maria. **Desnutrição e baixo rendimento escolar: contribuições críticas**, pp.133-147. In: Estudos avançados 20 (58), 2006. v. 20, n. 58 (2006). Estudos Avançados usp.br Disponível em: [v. 20 n. 58 \(2006\)|Estudos Avançados\(usp.br\)](https://www.studiosadvancados.usp.br/EstudosAvancados(usp.br)/) Acesso em: 24 Abr. 2022.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: [Declaração Universal dos Direitos Humanos \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos) Acesso em: 24 Abr. 2022.

WORLD Health Organization. **Guidelines for médico-legal care for victims of sexual violence**. 2003. Disponível em: [MedLeg \(who.int\)](https://www.who.int/publications/m/item/guidelines-for-medico-legal-care-for-victims-of-sexual-violence) Acesso em: 24 Abr. 2022.

PSICOLOGIA E PESSOA IDOSA: E-BOOK

60 ANOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL

Elizete Maria Viana Maciel

Selma Maria Samico da Rocha Rêgo

Márcia Noelma Gonçalves

Mirla Melo Loureiro

INTRODUÇÃO

A Psicologia, enquanto ciência moderna, teve com Wilhelm Wundt em 1879 o seu fundador através do primeiro laboratório de psicologia experimental na Universidade de Leipzig, na Alemanha. A partir do século XIX, ocorreu um crescimento no estudo da mente, envolvendo percepção, memória, aprendizagem e observações clínicas. No Brasil, em meados de 1890, ocorreu a defesa da tese do José Estelita Tapajós sobre Psicofisiologia da Percepção e das Representações, e outras teses que marcaram o início da Psicologia em nosso país, com temas diversos e importantes para atuação da/o profissional em psicologia. Instituiu-se 27 de agosto como o Dia Nacional da/o Psicóloga/o, marcado pela conscientização e reconhecimento da importância de nosso papel para a sociedade (SOARES, 2010).

No tocante a tantas formas de atuação para a/o profissional de psicologia, ficamos com a reflexão: será que a Psicologia está preparada para cuidar das pessoas idosas? Enquanto ciência e profissão, quantas/os estamos sabendo lidar com o processo do envelhecimento,

independente de ser da forma natural ou crônica. Partindo do princípio que todas as crianças, jovens, adultos tendem a se tornar pessoas idosas, como está o nosso olhar para esta população?

A/O psicóloga/o, em todas suas variantes de atuação, está preparada para dar atenção, em pleno século XXI, ao maior quantitativo de pessoas na faixa etária 60+? Além de ter que olhar para a tríade: família x cuidadoras/es x pessoa idosa. Enquanto profissionais, temos o compromisso de promover a saúde e a qualidade de vida para todas/os, independentemente de qualquer condição. Em nosso Código de Ética da Profissão, em seu artigo II, está descrito que "o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005, p. 07).

É preciso considerar, ainda, a importância de a psicologia estar, diretamente, ligada às questões sociais e às políticas públicas, embasada no princípio das leis que promovem o direito universal de todas as pessoas em nossa sociedade. Destacamos, aqui, o recorte do envelhecimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENVELHECIMENTO

O envelhecimento populacional, que ocorre devido à diminuição da mortalidade e da fecundidade, afeta, diretamente, as políticas públicas, envolvendo uma necessidade de aprimoramento de profissionais que lidam com o envelhecimento. Sabemos que o Brasil não está preparado para ter o contingente em torno de 15% da população sendo idosa em 2025 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005) e refletimos sobre como fica a psicologia neste cenário que aumenta a cada dia.

Neste sentido, é essencial quando tratamos de envelhecimento ir além das esferas operacionais, jurídicas e sociais. O papel da/o psicóloga/o é conhecer a vida humana, em suas dimensões biopsicossociais, trazer a psicogerontologia como ação, dando um novo significado ao processo de envelhecimento, enquanto saúde mental. Para isso, temos leis, elaboradas em prol deste cuidado, o que podemos considerar como um grande marco para as pessoas idosas.

A Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, assegura os direitos sociais da pessoa idosa, incluindo promover a autonomia, integração e participação no contexto social. Neste sentido, sabemos o quanto o processo da pandemia trouxe inúmeros problemas na ordem da saúde mental, devido à necessidade de frear a autonomia e a participação efetiva na sociedade, com o objetivo de diminuir os riscos de contrair a covid-19.

Em 2003, foi finalmente elaborado o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003. Em seu art. 2^o informa-se dos direitos fundamentais para a pessoa idosa, através da preservação da saúde física e fatores psicológicos, considerados os mentais, que estão diretamente ligados à saúde física.

Os fatores psicológicos, além da afetividade, incluem a inteligência e a capacidade cognitiva, facilitadores da habilidade de resolver problemas e adaptar-se às mudanças e perdas. Normalmente, na velhice, algumas capacidades cognitivas como rapidez de aprendizagem e memória diminuem. Essas perdas podem ser compensadas por ganhos em conhecimentos e experiências. O declínio cognitivo é muitas vezes provocado pelo desuso da cognição, doenças, fatores comportamentais como o uso de fármacos e outras drogas, fatores psicológicos como falta de motivação, de confiança e de expectativas, mais do que o envelhecimento em si (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005).

Diante do exposto, percebemos as mudanças emergenciais decorrentes da covid-19, e como o distanciamento social e a necessidade dos rompimentos dos grupos sociais, das visitas, passeios e o convívio com familiares, afetaram de forma a abrir um espaço de reflexão para a atuação de profissionais de psicologia no tocante aos cuidados inerentes

ao processo de envelhecimento em conjunto com o ser humano que está fragilizado e necessita de aparato para restabelecer as condições mínimas para continuar a viver, independentemente de ter ou não a covid-19.

Importante destacar que o envelhecimento mudou e a psicologia abriu um novo olhar para os cuidados com as pessoas idosas, realizando buscas e espaços de discussões sobre a temática do envelhecimento, fortalecendo a categoria e, ao mesmo tempo, promovendo conscientização nas Instituições de Ensino Superior, onde novas/os profissionais são formadas/os.

ENVELHECIMENTO NO BRASIL

Desde 1980, através do Censo no referido ano, pelos dados apresentados, já se esperava que a população idosa teria um aumento significativo com relação à população mais jovem, associada à diminuição da taxa de natalidade.

Segundo Beauvoir (2018), “para compreender a realidade e a significação da velhice, é indispensável examinar o lugar que é destinado aos velhos, que representação se faz deles em diferentes tempos, em diferentes lugares”.

E é neste lugar enquanto Grupo de Trabalho, intitulado Estudos e Práticas do Psicólogo no contexto do envelhecimento populacional, que estamos em constantes reuniões que buscam cumprir, por meio das políticas públicas, o favorecimento aos cuidados com a pessoa idosa. Em seu Art. 3º o Estatuto do Idoso enfatiza:

é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (p. 01).

Nesta construção do cuidado pertinente à pessoa idosa, tivemos uma preocupação intensa no ano de 2020, o qual foi marcado

pela covid-19, com sua origem na cidade Wuhan, na China, alastrando, rapidamente, o número de pessoas infectadas, sendo declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia do novo coronavírus. Diante disto, iniciou-se uma corrida contra o tempo para tomar medidas de segurança, com o distanciamento social, uso de máscara facial e higienização das mãos. A partir desta determinação pela OMS o mundo mudou e, conseqüentemente, tudo em nossa volta modificou-se. Passamos a viver incertezas, perdas, distanciamento, morte e luto, fatos que trouxeram impactos diretamente em nosso cotidiano e na saúde mental.

Esses foram significativos para a população idosa, sendo o principal grupo de vulnerabilidade à doença. Medidas de quarentena, distanciamento social, controle e vigilância - algumas das ações tomadas para tentar evitar perdas significativas de pessoas. A pessoa idosa passou a ser vista como fragilidade, aprisionamento e considerada como descartável, no contexto sócio-político, e para algumas/ns cuidadores, embora como perdas e cuidado significativos para algumas famílias.

A Síndrome Respiratória Aguda Grave tornou-se mais grave para as pessoas idosas, principalmente, por conta das diversas comorbidades como a diabetes, doenças coronárias, obesidades, problemas renais e pulmonares, as quais favoreceram em aumentar o risco para a população com mais de 60 anos, além do quadro de imunodeficiência multifatorial, decorrente do processo de envelhecimento (DALIA, MUZY e DAMACENA et. al., 2021).

Não podemos pensar que o envelhecimento é sinônimo de doença, mas um processo natural, como uma das etapas existentes em nossas vidas. Salientamos que a expectativa de vida aumentou, podendo ter uma maior fragilidade ou condições melhores para envelhecer, dependendo de fatores ambientais, funcionais e da saúde mental.

O processo da aceitação em seguir as medidas preventivas elevou o número de pessoas idosas com quadros depressivos. O apoio familiar na manutenção do tratamento adequado é essencial para evitar um maior adoecimento, bem como esse apoio pode evitar a deterioração da saúde mental desta população. O isolamento social fez-se necessário, porém houve um aumento do sedentarismo, perda da funcionalidade e

autonomia, perda de apetite e um sentimento de maior ênfase para a solidão. Em decorrência desta solidão, podemos observar aumentos nos casos de alcoolismo, em decorrência de depressão; diminuição da funcionalidade e dos casos de violência contra a pessoa idosa.

No contexto do sofrimento mental enfrentado pelas pessoas idosas em decorrência da pandemia, podemos evidenciar: o medo de ter a covid-19, ou de perder algum ente querido, elevado aumento nos quadros de estresse, ansiedade, dificuldades em dormir, aumento da percepção da solidão e possíveis tentativas de suicídio. Na parte cognitiva, fatores como falta de interação social devido ao isolamento, perda de memória, esquecimento, negligência nos cuidados das pessoas idosas e dificuldades em exercer atividades da vida diária e atividades instrumentais da vida diária. O estado emocional ficou bastante fragilizado e sentimentos como tristeza, medo, raiva, solidão, nojo, foram identificados, além da necessidade de carinho, atenção, afeto e amor (DALIA, MUZY e DAMACENA et. al., 2021).

Para diminuir essa ausência e distanciamento, em alguns lugares, foram adotadas as chamadas “cortinas de abraços”, utilizadas em Instituições de Longa Permanência, Casa Dia, e adotadas por familiares. Os abraços vinham através de uma proteção plástica, porém o carinho e o amor eram sentidos como se as peles pudessem ser tocadas. Percebemos o quanto a saúde mental foi prejudicada e o quanto o papel da/o psicóloga/o, no contexto do envelhecimento, faz-se de suma importância.

Sabemos que os danos da pandemia afetaram pessoas idosas que tiveram ou não a covid-19. Vários sentimentos são aflorados, e vivenciamos, desde o final de 2019 até os dias de hoje, uma mistura e, ao mesmo tempo, uma dificuldade de identificar e correlacionar esses sentimentos diretamente ligados à pandemia.

Todos os sentimentos podem ser representados através da expressão facial, o rosto humano e suas emoções e sentimentos. Cabe a nós profissionais identificar a comunicação não verbal que os sentimentos representam. “A expressão facial é a consequência da experiência dos estados psicológicos e emocionais” (FREITAS, 2013).

Nossa voz, gestos e movimentos corporais, remetem a significados que traduzem a comunicação que a pessoa idosa não consegue expressar. Neste contexto, o papel da/o psicóloga/o é obter mecanismos de interação e vínculo para reconhecer o estado emocional.

A palavra emoção vem do latim "emovere", que significa abalar, sacudir, deslocar. Esta, por sua vez, deriva de "movi", que significa literalmente, pôr em movimento, mover. Logo, emoção, antes de mais nada, significa movimento (FREITAS, 2013).

A psicologia, enquanto ciência e profissão, torna-se mensageira para que a pessoa idosa compreenda que cada emoção tem a sua funcionalidade, e, ao mesmo tempo, facilita ao ser humano a compreensão das diferentes emoções.

A pandemia trouxe sequelas, que entraram e pegaram-nos de surpresa, não tivemos tempo suficiente de processar e avaliar os danos causados, mas sabemos que existem e, a partir desta existência precisamos atuar como profissionais do acolhimentos, da escuta da fragilidade do outro, que, neste processo, foi jogado e está, por vezes perdido em uma reconstrução para uma nova etapa da vida. Esta/e profissional de psicologia, com todos os sentimentos de perdas e lutas que também vivencia solidariza-se e, ao mesmo tempo, fortalece e busca priorizar o cuidado de si mesmo e do outro. É desta forma e diante das indagações aqui trazidas anteriormente que o GT de Estudos e Práticas do Psicólogo no Contexto do Envelhecimento Populacional, busca, diariamente, um olhar diferenciado para uma população que é história e que ainda tem muito para contribuir no contexto da psicologia e da sociedade.

HISTÓRICO DO GT DE ESTUDOS E PRÁTICAS DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - CRP 02

O Grupo iniciou-se em agosto/2015, tendo como coordenador o psicólogo André Cabral, com objetivo de aprofundar o conhecimento e ações sobre o fenômeno do envelhecimento, as mudanças ocorridas em meados dos anos 40 a 70 e sua relação com a natalidade e mortalidade. Os estudos também envolveram as políticas públicas, a questão da mobilidade em espaços públicos e também da acessibilidade.

O papel da/o psicóloga/o e sua formação nas Instituições de Ensino Superior, no contexto do envelhecimento, foram algumas das reflexões de suma importância, além do conhecimento e discussões acerca do Estatuto do Idoso, da Política Nacional do Idoso e da Política Estadual do Idoso, em conjunto com as regras existentes da Previdência Social para a aposentadoria.

Por meio do GT, foram realizadas participações em Conferência Estadual, Congresso, Visita em Instituições de Longa Permanência e Casa Dia, parceria com Instituições de Ensino Superior e Conselhos Municipais e Estaduais. Desta forma, podemos considerar que, desde 2015 estamos trazendo contribuições significativas para uma psicogerontologia envolvendo a pessoa idosa, cuidadoras/es, familiares e profissionais enquanto equipe multiprofissional.

Uma das nossas maiores contribuições refere-se ao e-book: Mais Psicologia para um país que envelhece - Grupo de Trabalho Estudos e Práticas do Psicólogo no Contexto do Envelhecimento Populacional no ano de 2017, sob a Coordenação do Psicólogo André Cabral e várias/os colaboradoras/es.

Psicólogas/os que iniciaram o grupo e que tiveram a sua participação na construção e fortalecimento: André Cabral, Ana Cristina, Marina Andrade, Shirley Fernandes, Rubenita Paula, Christina Veras, Vitoria Luna, Poliana Oliveira, Haroldo Medeiros, Virginia Neves, Luana Silva, Gorete Lyra, Eugenia Moraes, Eliane Oliveira, Juliana Gomes, Auxiliadora França, Rosimeri Dantas, Pauline e Rita de Kássia. Psicólogos que fazem parte atualmente: Elizete Maciel, Selma Samico, Márcia Noelma, Maria Helena e a colaboradora Mirla Loureiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO. **GT Envelhecimento e Saúde Coletiva**: Pandemia da Covid-19 e um Brasil de desigualdades: populações vulneráveis e o risco de um genocídio relacionado à idade, ABRASCO, Rio de Janeiro, 2020, sp. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtenvelhementoesaudecoletiva/2020/03/31/pandemia-do-covid-19-e-um-brasil-de-desigualdades-populacoes-vulneraveis-e-oriscodemgenocidio-relacionado-a-idade/> Acesso em: 14 abr. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2ª REGIÃO - CRP 02. **Mais Psicologia para um país que envelhece** - Grupo de Trabalho Estudos e Práticas do Psicólogo no Contexto do Envelhecimento Populacional / Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região, Recife: CRP-02, 2017.

BEAUVOIR, SIMONE DE. **A Velhice**. Tradução Maria Helena Franco Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei 10741 de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 4. ed., 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm Acesso em: 14 Abr. 2022.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei 8842 de 04 de janeiro de 1994. Brasília, DF: Senado Federal, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm Acesso em: 14 Abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. **Exposição 50 anos da psicologia no Brasil**: A História da psicologia no Brasil. São Paulo: CRPSP, 2011.

FREITAS, ELIZABETE VIANA DE; PY, LIGIA. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan LTDA, 2013.

NITAHARA, AKEMI. **Brasileiros com 65 anos ou mais são 10,53% da população**, diz FGV. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/brasileiros-com-65-anos-ou-mais-sao-10-53-da-populacao-diz-fgv/> Acesso em: 14 Abr. 2022.

SANTOS, MARIA TEREZA. **As diferenças e semelhanças entre outros coronavírus e o Sars-CoV 2**. Veja Saúde, 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhancas-entre-os-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/> Acesso em: 14 Abr. 2022.

SOARES, A.R. **Psicologia**: Ciência e Profissão, 2010, 30 (núm. esp.), 8-41.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde; tradução Suzana Gontijo; Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005. 61p.

<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos>

ROMERO, DALIA; MUZY, JÉSSICA; DAMACENA, GISELI. Et. Al. **Idosos no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. Cadernos de saúde pública, Fiocruz, Espaço temático: ConVid - pesquisa de comportamentos, 2021. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-37-03-e00216620.pdf> Acesso em: 03 Set. 2022.

TECENDO PRÁTICAS COM MASCULINIDADES: ITINERÁRIOS BRASILEIROS DA PSICOLOGIA NA DISCUSSÃO DE GÊNERO

Wilson Costa Melo Junior

Sanches Max Jesus Viana

GÊNERO E MASCULINIDADES: PERCORRENDO CONCEITOS

Dentro dos estudos de gênero, uma vertente cada vez mais emergente, nas últimas décadas, são os estudos sobre masculinidades. Tais enfoques teóricos e de pesquisa no Brasil têm se ocupado, a partir, principalmente, das teorias construcionistas sociais, teorias feministas e de gênero, em um percurso a fim de compreender, justamente, as construções das masculinidades e as relações de gênero que se imbricam e afetam mulheres e homens, nas dadas proporções e com suas interseccionalidades (CAVALER; BEIRAS, 2021).

Sabe-se que algumas áreas de conhecimento, principalmente, dentro das ciências humanas e sociais, vêm, ao longo das últimas décadas, inteirando-se e construindo saberes a respeito de masculinidades, como: Antropologia, Sociologia, Filosofia e também a Psicologia, dentre outras. Os movimentos e grupos de mulheres

das décadas de 1970 e 1980 vêm inspirando homens a se reunirem para compartilhar e refletir a respeito das suas histórias de vida, sexualidade, o cotidiano e a violência de gênero, com ênfase nas transformações dos papéis e relações de gênero.

A identidade masculina, ao ser vista como um conceito institucionalizado e determinante na sociedade, acaba por definir e justificar o papel social do homem, suas ações e comportamentos. Por um viés psicológico e simbólico, observa-se que o construto do ideal masculino inicia seu ponto de partida já durante a gestação, no momento que o pai e mãe começam a imaginar como esta criança será e apresentar-se-á ao mundo baseado em seu sexo. A sua performatividade começa já a coexistir e acaba por tornar-se esperada antes de seu nascimento. A sociedade ocidental contemporânea, em sua construção sócio-histórica, delimitou a partir da família, religião, escolas, produtos de mídia e nos demais contatos sociais, maneiras explícitas e dissimuladas que seriam os comportamentos definidores de o que é ser homem (NADER, 2002).

Segundo Judith Butler (2018), expoente dos estudos de Gênero como construção social, ao referir-se à identidade de gênero, todavia, como performatização de signos,

a distinção de gênero faz parte da “humanização” dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; [...] Como não existe uma “essência” que o gênero expresse ou externalize nem um objetivo ideal ao qual aspire; como o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero; sem esses atos, não haveria gênero. O gênero, portanto, é uma construção que oculta regularmente a sua própria gênese. O consentimento tácito coletivo quanto a representar, produzir e sustentar gêneros polarizados e distintos como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade concedida a sua própria produção. Os autores do gênero ficam encantados com suas próprias ficções; desse modo, a própria construção faz com que se acredite que ela é necessária e natural (BUTLER, 2018, p. 06).

De acordo com Boris e Lins (2022), nas sociedades ocidentais, a partir de uma análise de seu tecido histórico, diversas concepções a respeito da diferença entre homens e mulheres, em sua maioria,

mostram-se como a raiz de várias justificativas à dominação masculina. Nos anos iniciais do século XX, surgiram teorias que pretendiam definir se as diferenças entre os gêneros seriam explicadas por determinantes biológicos ou, em contrapartida, haveria neste íterim construções socioculturais e, portanto, ideológicas.

Para Foucault (1999), o sexo seria um depositário vazio de conteúdo, sendo assim, uma interpretação cultural. O homem recebe a inscrição social de uma suposta masculinidade, mimetiza esses atributos e existe a partir disto, valendo o mesmo para a mulher e sua feminilidade. Muitas vezes, torna-se complexo desvendar as hipóteses sobre o meio como a biologia, supostamente, determina o comportamento humano, devido à grande abundância de fenômenos incoerentes ou ligeiramente desconexos que são disseminados sob essa chancela.

Não se pode garantir que as diferenças biológicas originam construções de gênero e, por conseguinte, não pode existir um sentido unitário ou essencial atribuível à categoria “mulher” ou à categoria “homem”. Ou seja, nesta perspectiva, as diferenças de gênero e as relações de gênero são culturais e historicamente mutáveis. Sendo assim, a biologia pode ser compreendida como componente dinâmico de nossa existência, e não um determinante de mão única (MOORE, 1997).

Conforme Moore (2015), na cultura ocidentalizada em que o Brasil encontra-se, a sexualidade masculina e os indivíduos do gênero masculino são retratados como operativos, agressivos, poderosos e fortes, conquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são apontadas, como que de forma natural, passivas, submissas, fracas e pacientes. Observa-se que esses discursos binários, bem construídos e estruturados, vão depender muito do contexto que essas pessoas estão inseridas, como classe social, religião, etnia e outras ferramentas construtoras de uma sociedade.

Partindo deste ponto, percebe-se que as representações do que é da ordem do feminino e do masculino são estabelecidas pela sociedade em um determinado momento histórico. Em resumo, os estudos antropológicos, históricos e sociais demonstram que os seres humanos constituem-se em constante socialização durante toda a vida, para adequar-se aos conceitos, tabus e condutas predeterminadas pelas instituições sociais, e não conforme determinismos naturalistas.

Nesta linha de raciocínio, o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder (PISCITELLI, 2009).

Tanto nas academias quanto na sociedade de forma geral, as discussões sobre representatividade social, orientação sexual e identidade de gênero foram se tornando mais presentes e importantes na sociedade, fomentando novas perspectivas de se pensar sexo e gênero nas relações interpessoais, identificando que traços de caráter são aprendidos antes mesmo da criança nascer. Portanto, nota-se que a cultura determina, em alguma medida, os papéis das mulheres e dos homens, aprisionando corpos dentro de conceitos fechados, segregando quem não se sente confortável com esse modo de divisão.

Com o início dos estudos sobre homens e masculinidade, é dado o ponto de partida no conceito de repensar o “ser masculino” como uma construção social, histórica e cultural. Não obstante, não é mais compreendido masculinidade no singular, como se emulasse a ideia de existir uma essência que expresse e determine uma identidade masculina como universal e deslocada de seu tempo histórico, mas é notório que, em uma perspectiva plural, o uso do termo masculinidades vem tornando-se mais representativo por expressar esta diversidade de formas de atuação dos gêneros (BORIS, 2022). Portanto, daqui em diante, o uso da nomenclatura “masculinidades” será, eventualmente, destinado a tudo que envolva identidades e construções do masculino.

Seguindo este fio, é possível entender que as características que anteviam uma suposta identidade masculina não são nada além de uma frágil e melindrosa construção social, pois o que é considerado típico da natureza masculina nada mais é que a consequência de uma necessidade de autoafirmação para continuar preenchendo espaços e contextos de disputa de poder e manter privilégios herdados e, violentamente, impostos na construção do patriarcado. Sendo assim, os homens, enquanto classe social, gozam de inúmeras vantagens com relação às mulheres por performatizar um gênero legitimado como dominante nas esferas públicas e privadas (VINUTO; ABREO; GONÇALVES, 2017).

Contudo, quando o feminismo, dentro de suas inúmeras pautas, luta pela igualdade de gênero e a criação de políticas que protegessem e integrassem as mulheres na vida pública, a estabilidade, aparentemente, inabalável do homem sucinta uma cascata de transformações no papel masculino e cria um abalo neste totem idealizado da masculinidade como única, fixa e intransponível. Apesar deste momento poder ser tratado como uma crise da masculinidade hegemônica, pode-se dizer que surge, deste espaço em crise, uma terra fértil de possibilidades e ressignificações para aprender a viver novas formas de masculinidades (NOLASCO, 1995).

PSICÓLOGAS/OS COMO AGENTES POLÍTICAS/OS: TRANSITANDO EM PRÁXIS PROPOSITIVAS

É notório identificar, a partir de Nolasco (1995), desde o início do século XX, porém, mais ainda a partir do engajamento das mulheres no movimento feminista, que se instalou um mal-estar masculino na sociedade. Contudo, a quantidade de homens que não se reconhecem mais através deste imaginário performático e hegemônico de apenas um modo de exercer a masculinidade vem se tornando cada vez mais representativa.

Todos os seus códigos foram sendo construídos para ser como uma antítese que se afastasse dos signos impostos ao universo feminino, como ser forte, viril, construir relações dominantes e ocupar espaços deveras competitivos, evitar demonstrações de afeto e expressar sentimentos, assumir a responsabilidade de ser o total provedor familiar e ser capaz de resolver qualquer problema. No modo que, assim como na mulher, pertencer ao gênero masculino, obriga-os a preencher um repertório de comportamentos que estabeleça um guia de como exercer a masculinidade na sociedade (NOLASCO, 1995).

Segundo Henrique Restier (2021),

é possível constatar uma lacuna no Brasil de análises sócio-históricas que se debruçam sobre os processos de constituição das masculinidades dos homens que fizeram parte de movimentos sociais negros [...] Concepções de homem marcadamente atreladas aos seus contextos, regiões e projetos políticos, mostrando que a construção da masculinidade dos homens negros se dá não somente entre homens negros e brancos, mas também entre homens (e mulheres) negros em diferentes tempos históricos e geográficos. Isso pode parecer óbvio, mas quando temos concretamente as variações no modelo de masculinidade, a obviedade abstrata ganha materialidade empírica. (COSTA, 2021, pp.15 e 167).

Nesta perspectiva, estudar gênero e masculinidades está para além de uma elaboração teórica e maior contribuição para as ciências sociais, mas ela insere-se e atua, sobretudo, como campo de ação política, desde o/a pesquisador/a até a ponta de atuação da/o profissional de psicologia (LANE, 1989). Ela/ele coloca-se em um lugar para além da ideia de neutralidade positivista, pois, ao associar os estudos teóricos e a prática e repensar sua atuação sobre o conceito de gênero e masculinidades, seu papel de agente político estabelece uma nova forma de agir em suas relações sociais e profissionais.

Ainda para Lane (1989), a/o profissional de psicologia, na perspectiva de sua práxis, é um/a agente direta/o de confronto social e promotor de mudança, onde sua atuação propõe-se a colaborar com a quebra da reprodução de desigualdades, da opressão do ser em seu meio social e na emancipação dos indivíduos. Ou seja, a/o psicóloga/o tem a responsabilidade ética de trabalhar “visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 07).

Lima, Ciampa e Almeida (2009), pontuam que é necessário que a prática da/o psicóloga/o, em meio à tecnicidade do seu modo de trabalhar, permita estabelecer um campo relacional de visões de mundo mais humanizantes, onde seja possível conceber criar espaços de convivência social mais justos e igualitários. Construir um conhecimento e um fazer científico apartado de uma reflexão pode levar a uma prática racionalizada e coletivamente compreendida como ideologia.

As relações sociais e a construção do indivíduo se estabelecem através de uma complexa rede de indicadores que se atritam, confluem, e criam concepções de ser e de mundo, desde níveis cognitivos e afetivos, até estéticos, morais, corporais e políticos. Por isso, ao passo que o ser desenvolve sua capacidade de agir e falar, seu processo de autorreconhecimento e de ser reconhecido pelas outras pessoas estabelece um significado de afirmação de si. Este processo de crescimento e desenvolvimento pessoal atualiza-se, constantemente, e cabe à/ao psicóloga/o, dentro do seu escopo de trabalho, proporcionar que esta autoafirmação caminhe junto de um sentido de emancipação e autonomia do ser (LIMA, 2005).

Neste processo de construção de identidade contínua, é importante para a/o profissional de psicologia atualizar-se teoricamente, sobre os estudos de gênero e masculinidades. Em uma sociedade que tem o patriarcado como um de seus pilares, é preciso entender que o papel social e político do homem representa o lugar de um ser que detém uma cascata de privilégios e que aprendeu a atualizar este lugar promovendo opressão e violências e que, em contrapartida, este homem também pode sofrer e sentir-se compelido a viver aprisionado em um único modo de existência de reprodução de opressão.

Esta prisão o ensina, através de inúmeros estímulos que o condicionam a manter formas de se relacionar baseadas na supressão de seus afetos não-violentos, que para ser homem é necessário ser “forte” e não demonstrar grandes emoções, pois isto o expõe a um lugar de fragilidade que, nesta perspectiva de uma masculinidade bélica e tirana, vai de encontro ao conceito hegemônico de masculinidade viril e dominante, vigente atualmente. Neste sentido, a/o psicóloga/o que esteja inserida/o nesta discussão e em constante atualização teórica, pode proporcionar uma práxis que estimule a emancipação deste ser masculinista para uma atuação mais saudável. Sendo assim, “emancipação” torna-se um conceito quase sinônimo de “revolução” (LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009).

Todavia, para Lima, Ciampa e Almeida (2009), esta revolução não pode ser pensada apenas para afetar o cliente no seu potencial individual pois, ao tocar nestas estruturas, existem valores e

pensamentos estabelecidos cristalizados e que serão provocados. A/o psicóloga/o, sobretudo, também se encontra neste local de instigar que o ser humano repense seu modo de vida e de como estabelece suas relações com a sociedade e tudo que as atravessa. Ou seja, proporcionar ao indivíduo a criação de novas conexões mentais que o permitam produzir relações menos impositivas e mais propositivas. Com isso, este ato revolucionário acaba por não se restringir apenas ao indivíduo, pois seus efeitos podem ser percebidos na sociedade, tornando-se uma cultura mais plural. É preciso estar disposta/o a engajar-se, politicamente, a transformar a sociedade.

A/O profissional atuante da psicologia precisa sair de um lugar de encastelamento da racionalidade técnica e burocrática para um local de reconhecer-se como alguém que dedica sua prática a provocar, junto com o outro, a produção de novas formas de existir, ou seja, construir em conjunto com o/os indivíduo/s um lugar seguro para que cada homem viva a emancipação e autonomia de suas masculinidades. Contudo, isto é um processo que exige que uma linguagem própria seja redescoberta, onde a/o psicóloga/o também proporcione mudanças existenciais, sociais e políticas, pois é necessário que a/o profissional construa um posicionamento que é conflitivo em relação ao opressor que há dentro e fora dela/e (LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009).

Sendo assim, a/o psicóloga/o, sua atuação profissional está para além de cumprir sua responsabilidade ética, em que esta

define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo [...] com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática (CFP, 2005, p. 07).

Assim, tal prática pode apontar para transformações sociais, para além das idealizações, transformações estas que se viabilizem e concretizem-se no cotidiano das pessoas. Desde o combate às violências estruturais baseadas nas construções de gênero, vocalizando e defendendo as políticas públicas construídas e implementadas

até então, ao mesmo tempo em que se pode fazer uma espécie de reorganização da psicologia na sua comunicação com a sociedade, visando um convite a co construção de novas frentes de lutas que se ocupem de novas realidades, onde as violências têm ganhado novos contornos, como por exemplo as redes sociais na internet.

O CRP COMO AGENTE POLÍTICO: O TRAJETO PARA UMA PRÁXIS PROPOSITIVA

Pensar e refletir na nossa práxis é estar disposta/o a promover mudanças sociais. Não é possível fechar-se apenas numa reflexão que considere a/o profissional isolada/o em suas práticas particulares, mas que considere a profissão como um todo, uma vez que os principais dilemas éticos não se restringem a práticas específicas, podendo surgir em quaisquer contextos de atuação (CFP, 2005).

Uma das formas de continuar a desenvolver a psicologia e ampliar nosso campo relacional através de temáticas pontuais que contemplem a diversidade de problemáticas possíveis de serem abordadas pode ser encontrada no próprio Conselho através de Grupos de Trabalho - GT. Um GT traz um enriquecimento teórico e prático, além de propor a criação de ações que intervenham, diretamente, nas esferas públicas e privadas; não obstante, uma oportunidade de colocar-se empaticamente, na prática profissional e também de ser atuante como cidadã, cidadão e agente de transformação social.

Neste caso, a elaboração deste conteúdo compõe mais uma ferramenta importante de reflexão e atuação do GT Gênero e Masculinidades, um espaço de estudos, discussões e de propor ações em torno de pensar masculinidades, com a intenção de aprofundar o conhecimento teórico, onde este interfere, diretamente, na atuação das/os profissionais envolvidas/os no grupo.

Sobretudo, de forma categórica e objetiva, nossos saberes científicos precisam retornar em ações éticas e saudáveis para a

população, pois, ao iniciar um curso superior até a tão sonhada atuação profissional, assumimos o compromisso de prestar nossos serviços a todas e todos com imparcialidade, respeito e igualdade de direitos.

Dentro das perspectivas de atuação da/o profissional de psicologia em um trabalho focado numa temática, com um corpo de diretrizes técnicas baseada em um rico arcabouço teórico-científico, a escolha das intervenções configura-se como uma parte importante para nortear sua atuação frente ao indivíduo ou ao grupo de indivíduos em seu momento de trabalho. Para isso, além de ser preciso ter dedicação à temática e entender que ela não é apenas um material abstrato e distante, apresenta-se também como fator importante para o desenvolvimento teórico e profissional que estes espaços de problematização da nossa atuação, como Comissões Temáticas e GT, instiguem e provoquem o desenvolvimento de Referências Técnicas que contribuam para uma práxis responsável e mais acolhedora.

E sobre a atuação das/os psicólogas/os ao tratar masculinidades, foi observado que na maioria dos espaços em que ocupamos, têm sido realizados trabalhos de Grupos Reflexivos, tanto por meio particular e da ordem do privado, quanto por locais de cunho público. Existem diversas iniciativas no Brasil, mapeadas por diferentes pesquisas que apresentam a amplitude desses grupos e de suas ações, além de não necessariamente terem uma/um profissional da psicologia, já que a psicologia não é o único campo do saber que se ocupa de tais discussões (INSTITUTO PAPO DE HOMEM, 2019; CAVALER; BEIRAS, 2021).

Segundo Ferreira e Soares (2021), estes grupos são ainda estratégias de combate à violência contra a mulher, pautados na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), nos art. 35 e art. 52 que estabelecem a criação de centros de educação e reabilitação para agressores e o comparecimento destes em programas de recuperação e reeducação, para sensibilização sobre suas práticas violentas e possibilidades de mudanças a respeito de como vivem e relacionam-se socialmente. Existem autores que fazem um contraponto sobre as terminologias inicialmente utilizadas como “educação” e “reabilitação”, pois derivam de ações prisionais, que usam tais termos. No Brasil, atualmente, falamos de grupos reflexivos para autores de violência. “Ademais, não

entendemos que os homens estão sendo reabilitados ou educados, a ideia não é educar e sim refletir, promover mudanças de pensamentos, ações, significados, ideias. A proposta é reflexiva e não de aulas ou de reinserção social especificamente” (CAVALER; BEIRAS, 2021, p. 10).

Para Prates e Andrade (2013), pode-se observar a respeito dos grupos com homens autores de violência, a partir das experiências brasileiras, que elas antecedem a Lei Maria da Penha e têm sido adaptadas à mesma de diferentes formas, ainda que os estudos feministas e de gênero fundamentem a maioria das ações. Facilitadoras/es e participantes das experiências brasileiras têm pontuado, a partir das pesquisas, que os grupos configuram-se como: espaço de escuta, reflexão e aprendizado. A partir da ótica de responsabilização e desconstrução de padrões de gênero hegemônicos, homens e mulheres podem ser afetados com tais contribuições (VASCONCELOS; CHAVES, 2019).

Acosta, Andrade Filho e Bronz (2004) descrevem que os grupos possuem a potencialidade de favorecer a compreensão de como as violências são construídas nas relações e reproduzidas na vivência cotidiana, de forma cultural. Sobre um estudo com homens que participam de grupos reflexivos:

[...] os resultados apontam que homens que participaram do grupo reflexivo, inicialmente, sentem-se vitimizados e injustiçados diante da medida judicial de participação no grupo, não se identificam como autores de violência, apresentam concepções tradicionais do padrão de masculinidade hegemônica. No decorrer do processo, com o acolhimento e a vinculação do grupo, bem como as intervenções, permitem que suas visões de mundo sejam ampliadas, principalmente nas questões relacionadas à violência, gênero, masculinidades e direitos. A maioria referiu adoção de novas posturas e atitudes frente às situações de conflito, procurando, assim, evitar o uso de violência em seus relacionamentos (PRATES e ANDRADE, 2013, p. 9-10).

Berlarmino e Leite (2020) apontam que outros estudos convergem com os resultados alcançados pelos grupos no Brasil, resultados estes que nem sempre são quantificáveis. Existem grupos que são ambientes propícios de produção e atualização de repertórios discursivos acerca das relações de gênero e dos modos de subjetivação

sobre a violência. Assim, os grupos reflexivos impulsionam reflexões aos homens a respeito de como estabelecer novas maneiras de se relacionar com as mulheres. “Análise-se como positiva a proposta e o alcance dos grupos reflexivos em estimular os participantes a se apropriarem de novas formas de agir e pensar, sobretudo, acerca dos conflitos interpessoais e familiares” (FERREIRA e SOARES, 2021, p. 180-181).

Apesar da mudança e avanço legislativos com a Lei 13.984/2020, na qual, que torna obrigatória a participação em grupos reflexivos para homens autores de violência, é importante pontuar que o impacto desses grupos será maior potencializado com a consolidação e os investimentos em políticas públicas, visando, por exemplo, à capacitação de profissionais e estruturas adequadas para atender as demandas desses homens (CAVALER; BEIRAS, 2021).

Além disso, existem também outras limitações que precisam ser discutidas, como:

o acompanhamento sistemático de homens que participam de Grupos Reflexivos após a participação nos grupos; uma definição metodológica que viabilize a padronização dos resultados dessas intervenções em diferentes regiões do país; uma investigação que verificasse a reincidência a partir do registro de boletins de ocorrências policiais, já que nem todas as denúncias tornam-se processos judiciais (VASCONCELOS e CHAVES 2019, p. 12).

De acordo com Morena (2021), é necessário problematizar, nos espaços dos grupos reflexivos, não só as desigualdades entre os gêneros, mas como essa construção hegemônica e normativa não comporta todas as experiências do masculino, marginalizando, assim, homens negros, gays, bissexuais, indígenas, transgêneros e suas respectivas masculinidades.

Diante de algumas metodologias de grupos com homens existentes no Brasil, como, por exemplo, o Instituto Noos, o Iser, programas como o “E Agora, José?”, entre outros, podem-se destacar os campos epistemológicos similares e em comum que fundamentam as existências de tais iniciativas, ao mesmo tempo que existem diferenças bem demarcadas, desde a caracterização dos participantes, da própria equipe técnica, das intervenções aplicadas aos grupos,

bem como dos recursos e materiais utilizados como ferramentas. Enquanto existem autoras/es e profissionais que defendem uma maior padronização, há outras/os que adotam uma postura mais livre e menos direcionada metodologicamente. Apesar da Psicologia brasileira ter um compromisso social e político bem delineado sobre desigualdades e violências, e possibilidades de espaços de discussão e trabalho acerca de tais compromissos, atualmente, nota-se uma ausência de uma orientação técnica e teórica, mais direcionada e construída por psicólogas/os a respeito de grupos com homens e masculinidades, como um recurso, instrumento de pesquisa e aparato técnico-metodológico, como temos para outros campos e temas.

Ao compreendermos as questões de gênero como transversais e atravessando-nos como gente e como profissionais, e nesses atravessamentos que ultrapassam os limites demarcados pelas nossas áreas de atuação na psicologia, é preciso repensar nossos protagonismos em tais práxis e atualizar nossas referências técnicas, desenvolvendo e entregando à nossa categoria orientações que possam compor mais segurança para a/o psicóloga/o e contribuindo, também, para a sociedade como um todo. Os Grupos de trabalhos que integram um Conselho Regional de Psicologia podem ser veículos de construção, propagação e democratização de informação e conhecimento científico. Existem diversas ferramentas e possibilidades dos GTs vincularem-se e mediar a organização política da sociedade, para que a mesma participe da troca de saberes e da elaboração de iniciativas que promovam dignidade e bem viver para todas e todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos itinerários apresentados e discutidos até aqui, pensamos em considerar por meio de alguns questionamentos, reflexões sobre nossas práticas individuais, coletivas, multi e interprofissionais, privadas e institucionais na psicologia.

É notório o compromisso da Psicologia brasileira com as questões sociais, principalmente, as discussões sobre gênero e masculinidades. Os GT no Sistema Conselhos exemplificam tal compromisso. Mas como não notar a ausência ainda de uma publicação oficial, como uma norma técnica ou cartilha de orientação que nos apresente direções, experiências, metodologias e práticas para o trabalho com homens e masculinidades? Temos materiais de alguns institutos, e iniciativas de algumas/uns pesquisadoras/es e psicólogos/os, mas acreditamos que esse questionamento é importante para nos mobilizar-nos.

Ao mesmo tempo em que provocamos, também nos implicamos na responsabilidade de construir um material como esse, juntamente com outros GT do Conselho regional da 2ª Região, ou com GT de gênero e masculinidades, entidades, instituições e iniciativas vinculados aos outros Conselhos Regionais do Brasil. Será que não precisamos repensar nossos protagonismos em tais práxis, considerando intersecções dos GT que compõem nossos Conselhos regionais e das iniciativas de ação que temos construído?

Ao compreendermos as questões de gênero como transversais e atravessando-nos como gente e como profissionais, é possível e é esperado que tais atravessamentos ultrapassem os limites demarcados pelas nossas áreas de atuação na psicologia? Para além da área social, comunitária e jurídica, a prática com homens e masculinidades podem adentrar em áreas como: Organizacional, Escolar, Esporte, Saúde, Hospitalar, Trânsito, e outras, visto que as construções de masculinidade

hegemônica afetam todos esses espaços? Será que essas práticas conseguem se interseccionar na práxis com gênero e masculinidade, já que os atores sociais que transitam em cada espaço desse acabam se atravessando na vida cotidiana?

Nos 60 anos da Psicologia, pensamos em contribuir e juntarmos-nos a essas reflexões. Qual psicologia e que práticas estamos construindo? Esperamos que continuemos a zelar pela nossa prática e cada vez mais comprometer-nos de forma ética, política e socialmente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, F.; ANDRADE FILHO, A., BRONZ, A. **Conversas homem a homem**: grupo reflexivo de gênero. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

ACOSTA, F.; SOARES, B. M. **Serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra mulheres**: proposta para elaboração de parâmetros técnicos. ISER, 2011.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, set. 2016.

BELARMINO, V. H.; LEITE, J. F. **Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência**. *Psicologia & Sociedade*, n. 32, e218781, 2020.

BOMBINI, REGINALDO. **Programa “E Agora José?”**: grupo socioeducativo para homens responsabilizados pela Lei Maria da Penha. *Mandrágora*, v.23. n. 1, p. 93-112, 2017.

BORIS, G. D. J. B.; LINS, D. S. **Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza**: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade. Mesa Redonda sobre Pesquisas com Enfoques de Gênero – Teorias e Metodologias, durante o 1º Encontro Cearense de Estudos de Gênero – Enfoques Teóricos e Metodológicos. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF. 2002.

BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero**: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. Texto original: *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory*. In: *Theatre Journal*, Vol. 40, No. 4, (Dec., 1988), p. 519-531. *Caderno de Leituras*, n 78. Ed. Chão da Feira, junho de 2018. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno78/>. Acesso em: 12 Abr. 2022.

CAVALER, C. M.; BEIRAS, A. **O Trabalho com Homens Autores de Violência contra Mulheres**: uma Entrevista com o Professor Dr. Adriano

- Beiras. Revista psicofae- Pluralidades em Saúde Mental, v.10, n.1, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, Resolução n.º 10/05, 2005.
- FERREIRA, F. C.; SOARES, G. R. L. **Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica**: uma estratégia de combate à violência contra a mulher In: SIQUEIRA, L. F. S.; SILVA, M. C. O. (orgs). Violência doméstica e direitos humanos das mulheres. São Luís-MA: Editora Expressão Feminista, jun. 2021.
- FOUCAULT, M. (1999). **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1999.
- INSTITUTO PAPO DE HOMEM. **O Silêncio dos Homens**: uma pesquisa com mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil. Instituto PDH. Vol 1, Youtube, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/NRom49UVXCE>. Acesso em: 06 Abr. 2022.
- LANE, Sílvia. **A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia**. Em Lane, Sílvia. T. M.; CODO, W. (Orgs.) Psicologia Social: O homem em movimento. (8ª ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LIMA, A. F. A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do 'eu' por meio da oficina terapêutica de teatro. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: PUCSP, 2005.
- LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C.; ALMEIDA, J. A. M. **Psicologia Social como Psicologia Política?** A Proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane Psicologia Política. Vol. 9, Nº 18. p. 223-236. Jul.- Dez. 2009.
- MOORE, H. L. **Fantasia de poder e fantasia de identidade**: gênero, raça e violência. Em torno das corporalidades, p. 13-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635341>. Acesso em: 06 Abr. 2022.
- MORENA, G. **Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual**: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. Nova Perspectiva Sistêmica, v. 30, n. 69, p. 113-116, abr. 2021.
- NADER, Maria Beatriz. **A condição masculina na sociedade**. Dimensões: Revista de História da. UFES, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

NOLASCO, S. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero**: a história de um conceito. Sociedade em Foco, São Paulo: Berleandis, 2009.

PRATES, P. L.; ANDRADE, L. F. **Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher**: o contexto sócio-histórico. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 06 Abr. 2022.

SILVA, F. A. et al. **Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher**: uma construção participativa. Pesquisas e Práticas Psicossociais n.10, São João del-Rei, 2015.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. **De pé como homem...: a construção da masculinidade na Frente Negra Brasileira e no Teatro Experimental do Negro Rio de Janeiro**. 2021. (Tese de Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2021. 176p.

VASCONCELOS, C. S. S.; CHAVES, L. I. **Caracterização, reincidência e percepção de Homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos**. Psicologia & Sociedade, n. 31, v.3, e179960, 2019.

VINUTO, J. ABREO, L. de O. GONÇALVES, H. S. **No fio da navalha**: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.54-77. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcco.2017.126635>. Acesso em: 06 Abr. 2022.

A PSICOLOGIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS: A EXPERIÊNCIA DO CRP-PE NO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Anamaria Faria Carneiro

UM PASSO À FRENTE E VOCÊ JÁ NÃO ESTÁ NO MESMO LUGAR

Enquanto estudante de psicologia, tive pouca noção do quanto nossa prática profissional poderia ter implicação potente na construção das políticas públicas. No momento da formação, estamos muito preocupadas em estudar teoria, técnicas e práticas da psicologia aplicada à clínica, psicologia social, escolar, do trabalho dentre tantos outros campos do saber voltados à saúde mental sugeridos pela grade curricular da academia. A participação no movimento estudantil, no diretório acadêmico de psicologia, os encontros de estudantes com certeza fizeram a base de uma participação política para uma futura prática profissional alinhada com os princípios de igualdade social em defesa da garantia dos direitos humanos, por uma psicologia acessível para todas as pessoas. Enquanto estudantes dessa área de conhecimento, é muito importante a participação nos espaços de controle social, para o entendimento do que são as políticas públicas, sua aplicação, incidência e, para além delas, de como a ciência

psicológica tem importância fundamental na melhoria da qualidade de vida de uma população.

Assim que comecei a atuar no controle social representando o Conselho Regional de Psicologia – CRP/02, uma querida professora da disciplina de psicologia social da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Aparecida Craveiro, convidou-me para falar com estudantes sobre objetivos e importância da participação das profissionais da psicologia na construção, avaliação e monitoramento das políticas públicas, com o objetivo de instigar as/os discentes a estudar mais sobre o tema e iniciarem essa atuação nas diversas áreas de atuação da psicologia na saúde mental. Assim, a partir de várias provocações vividas nesses espaços, fomos instigadas a documentar essa prática, com o objetivo de informar e orientar profissionais, estudantes da psicologia e demais interessadas/os na atuação no controle social, nesse caso, especificamente, voltado para política sobre drogas.

UMA TELA EM MOVIMENTO

Estar no controle social, torna-se imprescindível que compreendamos um pouco mais sobre o processo histórico-político brasileiro, entendendo em maior detalhe como se desenvolveu nossa construção política, até chegar no que vivemos hoje, entendendo melhor como esse sistema recai diretamente em nossas vidas, nos serviços que acessamos, no trabalho que oferecemos, etc. Então, vamos contar um pouco de um pequeno recorte da história no Brasil...

O processo de redemocratização do Brasil que aconteceu no final da década de 70 e meados dos anos 80 conduzia um país que vinha do regime militar para a volta de um governo democrático, época marcada por grandes disputas e violências; o período da ditadura militar impôs um regime autoritário de repressão e censura. Em 1985-1987, quando esse regime supostamente chega ao fim, o processo da constituinte anuncia a inovadora abertura à ampla participação popular num debate rico e democrático com a participação ativa

dos movimentos sociais, sendo essas entidades que ressaltaram a necessidade da democratização do Estado, apontando os mecanismos necessários para torná-lo público. Foi o movimento social que trouxe para o processo constituinte a reivindicação sobre o controle social, exigindo uma democracia participativa, com a atuação da sociedade civil organizada na gestão pública em cinco dimensões: formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas (NASCIMENTO, 2014).

Seguindo na história, os conselhos são institucionalizados a partir da Constituição de 1988, sendo registrados como órgãos colegiados, permanentes, consultivos ou deliberativos, incumbidos, de modo geral, da formulação, da supervisão e da avaliação das políticas públicas de garantia dos direitos humanos, em âmbito federal, estadual e municipal.

De acordo com o artigo 8º da lei 11.343 de 2006, um conselho de políticas sobre drogas tem como principais objetivos: Auxiliar na elaboração de políticas sobre drogas; colaborar com os órgãos governamentais no planejamento e na execução das políticas, visando à efetividade dessas; propor a celebração de instrumentos de cooperação, visando à elaboração de programas, ações, atividades e projetos, e promover a realização de estudos, com o objetivo de subsidiar o planejamento das políticas sobre drogas.

Para a realização dessas ações os conselhos precisam ter uma composição paritária, regulamentada pela legislação Estadual e/ou Municipal, sendo 50% de representação governamental e 50% de representação da sociedade civil. O quantitativo dessa composição pode variar de acordo com a realidade do estado/cidade. O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Recife conta com um total de 22 representações cada, entre sociedade civil e governo.

Vamos entender como funciona na prática a partir do relato de experiência a seguir. Atuamos enquanto representantes da sociedade civil organizada, no seguimento trabalhadoras/es, representando, nesses espaços, as profissionais da psicologia, trabalhadoras da cidade do Recife. A participação dá-se inicialmente, através de participação de reuniões plenárias, sendo elas ordinárias ou extraordinárias, e, também, através das comissões permanentes e grupos de trabalho que se fizerem necessárias durante o mandato.

As demandas recebidas podem chegar pela via governamental, pela sociedade civil, e por qualquer cidadão/ão que tenha necessidade e interesse em participar. As reuniões são abertas e nelas tratam-se assuntos de interesse público referentes às políticas públicas sobre drogas, em todos os níveis de atuação, saúde, assistência social, segurança pública, educação, cultura, entre outros.

Durante o período da gestão de 2018 a 2020, nós do CRP/PE ocupamos o lugar da presidência; a função é rotativa entre sociedade civil e governo, sendo essa a primeira vez que a sociedade civil ocupava a presidência no Compad-Recife, sendo, também, o primeiro momento de retomada do COMPAD depois de um período suspenso. Conquista importante para trabalhadoras/es da saúde mental do Município, que, em maioria absoluta, votaram no CRP para ocupar essa posição. A nomeação do CRP/PE na presidência causou inquietação por parte de representante da câmara de vereadores, que também compõe a plenária, cogitando a não legitimidade de um conselho de classe representar a sociedade civil naquele espaço, ancorada pelo decreto nº 9.759 de 2019, publicado pelo atual presidente da república, Jair Bolsonaro, que versa sobre a extinção de conselhos e estabelece diretrizes, regras e limitações para os colegiados da administração pública federal. A efervescência através desses movimentos anti-democráticos do Brasil atual, como a extinção do conselho nacional sobre drogas aguçou o desejo de retirar as trabalhadoras dos processos decisórios e de poder que abarcam a administração pública. Diante dessa primeira represália no momento da posse do Compad buscamos aporte jurídico do CRP/PE que provou a legitimidade da ocupação desse espaço do controle social pelos conselhos de classe e, assim, seguimos.

Desde o seu início, como se pode observar, lidamos com muitos desafios. Dessa forma, buscamos trazer, aqui, uma sucinta apresentação da vivência no campo de atuação no conselho de políticas sobre álcool e outras drogas de Recife. Nossa gestão, à frente do Compad-Recife, iniciou em dezembro de 2018, vivemos o percurso anterior e, durante o surgimento da pandemia da Covid 19, esse fato trouxe impactos importantes sobre a atuação e objetivos de um conselho de políticas públicas sobre drogas diante um processo pandêmico com proporções de catástrofe mundial.

Munidas/os do sentimento que precisávamos seguir, mesmo frente às inúmeras perdas e mortes que estavam acontecendo, frente às adaptações de novas rotinas de trabalho vivenciadas por nós que integrávamos aquela plenária, reconhecemos que, na realidade, esse seria o momento primordial para fazer a atuação no controle social para assegurar a implementação de programas, projetos, ações e cuidados em saúde. Considerando esse contexto, foi preciso recalcular e mudar a rota: a plenária decidiu suspender a atividade que estava em curso, que era o processo conferencial para realização da 1ª Conferência Municipal de Políticas sobre álcool e outras Drogas, e voltamos o olhar para o que mais foi emergente durante a pandemia - o acesso aos serviços públicos que estavam sendo ofertados à população em situação de rua.

Durante o processo da pandemia da Covid-19, o Compad-Recife recebeu denúncias de que os espaços de atendimento e acolhimento da população em situação de rua em Recife haviam sido restringidos a um menor quantitativo de atendimentos. Essa demanda foi discutida nas reuniões plenárias do conselho e, nesses debates, buscou-se olhar a situação por diferentes perspectivas, trazendo a experiência das representações que ali atuavam, sejam usuárias, trabalhadoras/es ou gestoras/es, na direção de problematizar o que o controle social pode fazer para fomentar a acessibilidade às políticas públicas no campo da saúde mental, sobre álcool e outras drogas em execução pelo município, permaneçam de fácil acesso para todas as pessoas que dela precisam, principalmente, no momento em que as pessoas expostas à situação de maior vulnerabilidade mais necessitam. Nesse caso, a demanda foi levada para a comissão de normatização e fiscalização, que avaliou a necessidade de buscar mais informações diretamente nos serviços que atendem a população em situação de rua em Recife, através de visitas de fiscalização e, assim, ter uma análise fidedigna da realidade dos serviços.

Diante desse encaminhamento, visitamos as unidades de atendimento à população em situação de rua, entrevistamos profissionais, gestoras/es, usuários e usuárias dos serviços da assistência social e da saúde, a fim de compreender como o atendimento vinha sendo realizado diante da pandemia da covid-19. Dessa ação, foi produzido um relatório detalhado encaminhado, posteriormente, a

todos os serviços públicos municipais, com as informações colhidas em campo, produzimos, também, uma nota de recomendação à Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política Sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife sobre o atendimento e acolhimento da população em situação de rua durante a pandemia, mostrando os resultados colhidos e sugerindo melhorias urgentes nas políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

Esta ação produziu elementos que se juntaram a outras iniciativas de diversos segmentos sociais para subsidiar a formulação e execução de práticas em saúde e assistência social que promovam uma melhor qualidade de vida para as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Outra atividade produzida foi a realização das pré-conferências, em que o processo visava anteceder a realização da 1ª Conferência Municipal sobre álcool e outras drogas, participação que assegura o exercício da cidadania e incidência da população na construção e implementação das políticas públicas. De um total de 6 pré-conferências conseguimos a realização de 4, uma vez que as duas últimas precisaram ser canceladas devido ao início da pandemia da covid-19.

No dia 12 de março de 2020, estávamos no auditório quase lotado da Policlínica Agamenon Magalhães no bairro de Afogados, quando recebemos o comunicado oficial que a prefeitura da cidade estava cancelando todos os eventos com mais de 50 pessoas. Uma mistura de surpresa, medo e frustração tomou conta dos presentes que ainda não tinham noção do que iria significar o impacto da pandemia em nossa sociedade.

A construção do processo conferencial nutriu-nos de muita experiência. Produzir um campo dialógico, produtivo e coerente entre representações de diferentes campos e práticas foi desgastante e, ao mesmo tempo, muito potente e legítimo. Debater com representações como a Marcha da Maconha, movimento de trabalhadoras/es, movimento antiproibicionista, comunidades terapêuticas, com o governo, segurança pública, educação, juventude, etc., evidencia a inerência da transversalidade dos campos de saber quando se quer pensar políticas públicas sobre drogas.

Nesse contexto, houve necessidade de reafirmar os fundamentos da reforma psiquiátrica, da redução de danos, do olhar integral não punitivista e segregador, onde a espiritualidade seja respeitada nas suas diversas apresentações. No sentido do fortalecimento da rede de atenção psicossocial, pública, equânime, alinhada com a defesa dos direitos humanos. Apontando a necessidade de uma mudança paradigmática na implementação de ações a partir do reconhecimento que estamos vivenciando um momento de crises econômica, política, ideológica, moral, transversalizadas pelo racismo (SANTOS, 2020).

É sabido que, durante o processo da pandemia, os índices de pobreza e desemprego aumentaram (NOAL, PASSOS e FREITAS, 2020) e, como profissionais da saúde mental, sabemos que a escassez, e não efetivação das políticas públicas, acarretam, também, a diminuição do acesso aos direitos básicos, e esse é um elemento que agrava a condição de saúde mental das pessoas. Antes de chegar à funcionalidade do mundo do trabalho, esse público tenta sobreviver sem acesso à água, moradia e saneamento básico, Como pontua Santos (2020),

os desdobramentos da pandemia da Covid-19 numa sociedade estruturada pelo racismo penalizam grupos vulneráveis, especialmente entre pessoas negras, está diretamente relacionado à polícrise sanitária, social, política, econômica, moral, crise na globalização e os fluxos migratórios etc. Essa conjuntura influencia e direciona as decisões políticas e a elaboração de estratégias de proteção social, como políticas públicas na área social e da saúde (s/p.).

Atuar pela defesa da qualidade de vida, de saúde mental no contexto das políticas públicas, no Nordeste, mais especificamente em Pernambuco, é também olhar para as marcas históricas que o sofrimento deixa e reatualiza-se, como as marcas da colonização, do processo de escravidão, das invasões e abusos vividos nesse território, um sofrimento decorrente da consciência de como a lógica excludente opera. Bader Sawaia (2001) fala sobre o sofrimento ético-político que acomete os indivíduos:

o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor

que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 2001, p.104).

Quando um conselho de classe propõe-se a ocupar um conselho de direitos, tem como objetivo primordial a defesa, promoção e fortalecimento dos direitos sociais. Nesse campo, buscamos atuar pautadas na Reforma Psiquiátrica, no Paradigma Antimanicomial e Antiproibicionista, pela Política de Redução de Danos, pelas Políticas Públicas de Saúde Mental - a Rede de Atenção Psicossocial.

Sobre a Reforma psiquiátrica, como delineada por Birman, no princípio da estruturação desse movimento: “o que está em pauta de maneira decisiva é delinear um outro lugar social para a loucura em nossa tradição cultural” (BIRMAN, 1992, p. 71), e nesse sentido, elaborar referências para que se construísse outras estratégias e dispositivos políticos, sociais e culturais, e não apenas clínicos e terapêuticos. Uma destas estratégias foi o estímulo à participação social na construção das políticas, tanto no âmbito dos serviços, quanto nos conselhos, conferências e fóruns mais gerais, além de um forte protagonismo dos sujeitos do movimento antimanicomial (AMARANTE, 2018).

Na década de 70 e início dos anos 80, o movimento da Reforma psiquiátrica desenvolveu forte crítica à institucionalização da loucura, e, no final dos anos 80, surge a perspectiva de criar serviços que pudessem dar início a práticas inovadoras no cuidado em saúde mental. Um longo e potente caminho foi sendo confeccionado até a implementação da rede de atenção psicossocial - RAPS, que foi instituída em 2011 (Portaria GM/MS nº 3.088 de 23/12 de 2011). A RAPS possibilitou uma nova dimensão ao conjunto das ações em saúde mental no Sistema Único de Saúde - SUS, cujos objetivos principais foram definidos como a ampliação do acesso à atenção psicossocial da população, em seus diferentes níveis de complexidade (AMARANTE, 2018).

A proposta de redução de danos surgiu incentivando formas de auxílio cujo principal objetivo não era eliminar o uso de substâncias

psicoativas, mas melhorar o bem-estar físico e social dos/as usuários/as, minimizando os prejuízos causados pelo uso das substâncias (MARLATT, 1999). Na perspectiva da redução de danos, o sujeito é ativo em todos os processos que envolvem sua vida, buscando compreender a complexidade da abordagem sobre saúde e uso de substâncias, com uma reflexão crítica acerca do que torna determinadas drogas proibidas, e os efeitos sociais do proibicionismo e punitivismo, em que bases racistas, higienizantes, colonizadoras e eurocêtricas cunham marcas de muito estigma e de segregação no cuidado em saúde mental.

Refletindo sobre os princípios do SUS de universalidade, integralidade, equidade, questionamos o estatuto de que certas vidas são consideradas como merecedoras de existência, proteção e passíveis de luto, enquanto outras não. O genocídio das pessoas negras segue em curso, pautadas numa guerra “contra as drogas”, mas que na realidade executam com a autorização do Estado a vida de pessoas negras.

Frente aos conceitos acima explanados, abrangendo a psicologia aqui em Pernambuco, um alinhamento vem sendo construído ao longo dos anos pelo conselho Regional de Psicologia, através de interlocução com diversas frentes: comissões internas, GT’S, movimentos sociais, conferências, instituições de ensino, outros conselhos de classe, nos congressos regionais e nacional de psicologia. Destacamos, ainda, precursores importantes no nosso estado, como Ana Lúcia Francisco, Telma Melo, Alda Roberta Campos, Jesus Moura, Ceça Costa, Melissa Azevedo, Hermes de Azevedo, Paulo Aguiar, Rafael West, Priscilla Gadelha, dentre tantas outras profissionais que trilham o caminho da psicologia, seja diretamente ligadas ao CRP, seja construindo essa rede nos movimentos sociais, na RAPS, nas Instituições de ensino, preparando um terreno forte e coerente para os que viriam em seguida. A elas, registramos nosso total reconhecimento.

Sentir-se respaldadas num grupo, numa categoria profissional, é fundamental para quem vai estar representando uma entidade como o conselho regional de psicologia. Ter essa segurança faz nossa fala ter consistência prática e teórica.

Nessa atuação, agregamos temas transversais à psicologia. A abordagem interseccional permite atuar na problemática do uso abusivo

de drogas de maneira que as questões de raça, classe e gênero sejam entendidas como basilares para pensar eficazes políticas públicas que de fato vão favorecer a justiça social e o bem estar biopsicossocial das pessoas que, historicamente, foram negligenciadas a esse acesso.

Torna-se importante entender um pouco do processo histórico da construção da política pública sobre drogas no nosso estado, que também é reflexo das diretrizes nacionais. Analisar as práticas públicas sobre determinado tema dá-nos um recorte exato do que somos enquanto sujeitos, situados histórica e culturalmente, evidenciando que as políticas sobre drogas, quando mal utilizadas pelo aparato do Estado, reproduzem o racismo, o machismo e reforçam a exclusão de grupos expostos a situações de vulnerabilidade.

A ciência psicológica bem amparada cientificamente precisa estar a favor da vida, do acolhimento e do respeito às diferenças. Agradeço as parcerias da sociedade civil do período que o CRP/PE esteve na gestão do COMPAD-Recife: CRESS - Pollyanna Pimentel, Trabalhadoras/es do SUS E SUAS - Hélder e Priscilla Viegas, Marcha da Maconha - Natália Mesquita e Juliana Trevas, Coletivo antiproibicionista - Arturo Escobar, RECUPERARTES - Diego Coutinho, Instituto Raid - Joana Caldas.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo e Nunes, Mônica de Oliveira **A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2018, v. 23, n. 6.

ÂMBITO JURÍDICO. **O processo constituinte de 1987/1988 e a participação da sociedade na elaboração do texto constitucional: uma conquista de direitos fundamentais**. Outubro, 2013. Online. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-processo-constituente-de-1987-1988-e-a-participacao-da-sociedade-na-elaboracao-do-texto-constitucional-uma-conquista-de-direitos-fundamentais/> Acesso em: 08 Maio 2022.

BIRMAN, J. **A cidadania tresloucada**. In: Bezerra B, Amarante P, organizadores. *Psiquiatria sem hospício. Contribuições ao estado da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1992. p. 71-90.

BRASIL. **Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm Acesso em: 04 Maio 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional da Psicologia**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Acesso em: 06 Maio 2022.

DHNET. **Controle social e conselhos de direitos no Brasil**. Online. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/control.html#1> Acesso em: 10 Maio 2022.

MARLATT G.A. **Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas**

à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na covid-19.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS nº 3.088 de 23/12 de 2011, Brasília, 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html Acesso em: 04 Maio 2022.

MORONI, José Antônio. **Participamos, e daí?** Colegiado de Gestão do Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos – Inesc, dezembro de 2005.

NASCIMENTO, Mariana L. **A construção de uma Constituição: um resgate histórico do processo constituinte de 1987/1988 a partir do Diário da Assembléia Nacional Constituinte.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3918, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/27145>.

NERY FILHO, A., e t al. orgs. **Toxicomanias:** incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009.

NOAL, Débora, PASSOS, Maria Fabiana Damasio; FREITAS, Carlos Machado de. **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 342 p.

OLIVEIRA, Tatiana Coura, Abranches, Monise Viana e Lana, Raquel Martins **(In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2.** Cadernos de Saúde Pública [online]. 2020, v. 36, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00055220> Acesso em: 06 Maio 2022.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. **População negra e covid-19: reflexões sobre racismo e saúde.** Estudos Avançados [online]. 2020, v. 34, n. 99 [Acessado 3 Agosto 2022], pp. 225-244.

SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão:** Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

UCHOA, Roberta, PIMENTEL, Pollyanna, LINS, Juliana. **Sobre drogas e redução de danos:** o cotidiano dos profissionais no programa + vida em Recife. Recife, 2010.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes et al. **Atuação do psicólogo em situações de desastre:** reflexões a partir da práxis. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2015, v. 19, n. 53 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0564> Acesso em: 06 Maio 2022.

COMISSÃO DE SAÚDE E HOSPITALAR: ATUAÇÕES, DESAFIOS E COLETIVIDADE

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Nathaly Maria Ferreira Novaes

Stephanie Araújo Ribeiro de Souza

(...) Bom, o meu problema não é tudo isso

Oprimindo, abafando, forçando o meu peito

É que apesar dessa opressão meu coração

Ainda bate

(Flaira Ferro, Composição Ulisses Morais)

A regulamentação da Psicologia Hospitalar pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, há um pouco mais de duas décadas – através da Resolução 014/2000 (CFP, 2000) – e o seu crescimento vertiginoso na prática e na pesquisa, situam o reconhecimento daquela especialidade profissional no Brasil com uma construção ética, teórica e pragmática. Mais do que referência a um local de atuação, a Psicologia Hospitalar trata-se de um campo de conhecimento que vem posicionando o psicólogo na atividade de profissional de saúde (BRUSCATO; BENEDETTI e LOPES, 2004). Esse processo construtivo tem se dado dentro, através e com importantes tensionamentos epistemológicos em um campo amplo, plural e interdisciplinar sobre práticas de saúde.

Na prática, temos observado que a Psicologia Hospitalar pernambucana busca ampliar as suas capilaridades com posicionamento

em favor da radicalização do direito à saúde e à vida com dignidade, ao passo em que enfrenta travamentos de embates simbólicos, históricos e estruturais com a ética biomédica - que, ainda, parece ser cânone nos hospitais - e com a lógica neoliberalista, que está cada vez mais expandindo-se e imperando o exercício das políticas de saúde pública em nosso Estado.

Esse cenário, em nosso território estadual, é um sintoma dos atravessamentos das questões psíquicas, sociopolíticas e históricas, ao mesmo tempo em que produz e perpetua um Brasil ocupante do sétimo país de maior desigualdade social do mundo (CHANCEL et al., 2021). Reconhecer esse contexto tem sido fundamental para nos situarmos enquanto Conselho Regional de Psicologia e refletirmos quanto à nossa responsabilidade e aos nossos desafios na representação e suporte da categoria atuante no hospital.

Considerando tais aspectos, seguimos uma bússola capilarizada por prerrogativas anunciadas no Código de Ética do Psicólogo, (CFP 2005) que nos direcionaram para a necessidade de uma atuação da/o psicóloga/o hospitalar dialogada com os valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, também presentes nos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 1990) e da Política Nacional de Humanização - PNH (BRASIL, 2008). Desse modo, considerando a conjuntura mencionada anteriormente, podemos afirmar que a Psicologia Hospitalar é uma zona de trincheira de debates, no modo como vai se ocupando, reocupando e pré-ocupando espaços como coletividade profissional especializada e qualificada nos níveis secundários e terciários de atenção à saúde.

Desse modo, neste capítulo, dedicamos lugar ao compartilhamento com a categoria quanto aos principais movimentos da Comissão de Saúde e Hospitalar, na gestão do CRP 02, vigente nos últimos três anos em Pernambuco. Para essa construção, foram resgatados registros das/os integrantes da comissão elaborados no decorrer desse tempo, a partir do qual será possível, a seguir: 1) apresentar a composição da Comissão de Saúde e Hospitalar e a construção do seu objetivo; 2) descrever os principais desafios, ações e conquistas no trabalho da equipe; 3) refletir sobre as reconstruções

e redirecionamentos durante o trabalho da equipe; 4) extrapolar uma breve reflexão sobre os passos dados e os que ainda se mostram como caminhos a serem explorados nos anos vindouros, com o intuito de fazer coro na luta por garantia de uma Psicologia Hospitalar crítica, plural, antirracista, antimanicomial, antiproibicionista, feminista, pautada nos direitos humanos, na diversidade e na redução de danos, bem como com condições dignas de trabalho.

1 - CONSTRUÇÃO E ALINHAMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE E HOSPITALAR DO CRP 02

A Comissão de Saúde e Hospitalar do CRP 02 possui uma história anterior aos últimos três anos, porém, como ocorre nos espaços de construção coletiva, as integrantes estavam com outras demandas e a comissão vinha um tanto desmobilizada, com dificuldades de dar continuidade ao trabalho e seu aprimoramento. Sendo assim, era necessário reconstruir neste período a sistematização que se daria para este importante trabalho.

Dessa forma, aberta para quem quisesse e estivesse apta/o pelos critérios do Sistema Conselhos de Psicologia a participar, uma nova coordenação foi assumida e membros novos engajaram-se ao grupo. Havia profissionais da área específica e de áreas afins que quiseram contribuir, bem como estudantes que se interessavam pelo recorte da profissão e ciência.

Ao iniciar a gestão atual do CRP 02, a Comissão de Saúde e Hospitalar precisou tomar fôlego para a compreensão de seu funcionamento e propostas para os três anos que viriam. Até aí, ninguém imaginava o quanto fôlego seria algo tão refinado quanto essencial. Tampouco, seria possível, naquele momento, sequer imaginar o quão desafiador seria manter esse fôlego até o

final, após tudo o que viveríamos. Na necessidade de reconhecer o campo a ser trabalhado, já que um grupo novo formava-se nesta tarefa, começamos pelas reuniões de planejamento.

Os encontros eram regados de sorrisos e descobertas e, não podendo ser diferente, o primeiro passo foi identificar pelo caderno de deliberações do 10º Congresso Nacional de Psicologia – CNP, como se iriam ordenar as indicações da categoria ao trabalho que precisávamos realizar. Isto é, quais seriam as demandas, quais eram urgências, emergências ou que iriam necessitar de maiores prazos.

Ao realizar uma avaliação do material, tal foi a surpresa ao identificarmos que a maior demanda girava em torno da comunicação em saúde. A maior parte das deliberações da categoria descritas no caderno referiam-se à relação entre a psicologia da saúde e hospitalar e seus processos de comunicação, seja com a categoria ou com a sociedade.

Após coletados e ordenados os materiais, tínhamos em mãos um caminho a seguir a partir de uma hierarquia construída pelas demandas da categoria, além de um grupo cheio de vontade de produção coletiva em prol da categoria, da ciência e da profissão nesta área. No entanto, foi no respiro do direcionamento a seguir que nos deparamos com mais que o novo, o inesperado, a pandemia do novo coronavírus.

2 - DESAFIOS E CONQUISTAS DE UMA NOVA TRAJETÓRIA

Após a Organização Mundial de Saúde – OMS caracterizar o estado pandêmico em 11 de março de 2020 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020), houve um progressivo aumento de mortes que ocasionou pânico em todas as populações mundiais atingidas. Em particular, no Brasil, a incidência de óbitos por covid-19 aumentou exponencialmente ao longo dos meses, alarmando toda a população brasileira, principalmente no que diz respeito às/aos profissionais de saúde que atuavam nos espaços da saúde.

O que a categoria já sentia como necessidade reafirmou-se ainda mais intensamente e fundamental. Numa situação desconhecida e de crise, as informações sérias, fundamentadas e bem transmitidas são o caminho mais eficaz para mitigar os sofrimentos. Foi preciso muito trabalho, que não podia ficar apenas internamente na comissão, mas contando com todos os espaços possíveis para fortalecer as ações.

O processo de gestão de crises normalmente é feito por representantes de todas as áreas, e, nessa situação, é desenvolvido um manual com as principais ações a serem adotadas para cada tipo de problema. O gerenciamento adequado vai desde a avaliação dos perigos e da criação do plano de contingência até o domínio dos meios de comunicação (ROSADO e LACERDA, 2020, p.12).

Desta forma, era necessário em paralelo intensificar a comunicação e, ainda, modificar suas bases, tornando o campo virtual o espaço de contato por excelência da comissão e de todas as suas relações com a categoria, o CRP 02 e os demais espaços que foram necessários contatos.

O escasso conhecimento científico quanto ao novo coronavírus, sua vertiginosa disseminação e alta terminalidade, somados ao contexto de fragilidade socioeconômica, condições precárias de habitação e saneamento encontrados no Brasil (WERNECK e CARVALHO, 2020), desafiaram as entidades estatais e científicas para a elaboração de estratégias de enfrentamento da pandemia. Paralelamente, a polarização no contexto político nacional transformou a questão de saúde pública em uma questão ideológica, política e partidária, que minaram a unificação política brasileira para erradicar o vírus, gerando insegurança e incerteza na população quanto às estratégias de proteção a serem utilizadas.

Assim, no que diz respeito às/aos profissionais de saúde e diante das divergências políticas quanto às recomendações protetivas, tiveram que buscar as recomendações estaduais, entidades e instituições reconhecidas profissional e cientificamente para encontrar instruções e protocolos de biossegurança.

O processo inicial da comissão, logo após um primeiro planejamento que nos permitiria ir a uma prática estratégica e

organizada, foi inserido nesse contexto de pandemia do novo coronavírus, sendo inevitável focar no engajamento com a própria plenária do CRP e o Comitê de Crise por ela criado para gerenciar esta emergência de saúde pública com alcance inestimável. Dentre as ações emergentes que não podiam aguardar, precisamos criar protocolos de atuação, com base no que preconizava o governo estadual e as orientações de biossegurança das autoridades sanitárias, voltadas para as diversas áreas da Psicologia. Dentre eles, nesta comissão criamos, em junho de 2020, o protocolo de atuação para profissionais na área hospitalar, de forma a protegerem a si e aos outros (CRP 02).

Considerando os impactos biopsicossocioespirituais relacionados à pandemia do SARS-CoV-2 e às medidas federais, estaduais e municipais para contê-la, podemos classificar a covid-19 como uma crise epidemiológica, e também, psicológica. Diante disso, foi necessário compreender as novas demandas da atuação psicológica do contexto da saúde, com a finalidade de prover orientações e auxílio às/aos profissionais que se encontravam na atuação direta ou no contato com a Doença do Coronavírus - a covid-19, atuando na prevenção e promoção de saúde da população (CREPALDI et al, 2020).

Não há como não referirmos o quanto este contexto pandêmico foi, especialmente, intenso para a categoria da área hospitalar, uma vez que era o espaço de excelência do cenário caótico em que a pandemia se instalava. Entre "fiquem em casa", expressão utilizada para estimular o isolamento social e diminuição do contágio pelo vírus entre as pessoas; "anjos sem asas", termo direcionado a profissionais de saúde que realizavam os cuidados biomédicos tão necessários para quem era acometida/o pelas formas graves da covid-19; as escutas psicológicas faziam-se alento ante os sufocamentos de todas as ordens.

Outro aspecto que impactou na saúde mental da população e da categoria foi a maneira como as informações foram repassadas. A mídia, sendo necessária nesse período com a finalidade de expandir as informações sobre a pandemia e principalmente sobre as orientações sanitárias de proteção e prevenção, por outro lado, deu-se através de supervalorização dos profissionais de saúde, em contraposição ao próprio medo destas/es, que terminou por ser camuflado e até

interditado. Além disso, estes canais introduziram e fomentaram medo, ansiedade e insegurança na população, por meio de um estado de alerta constante, principalmente, diante das contradições e divergências governamentais quanto à gravidade da doença e as formas de prevenção (DANZMANN; SILVA e GUAZINA, 2020).

Foi ante vulnerabilidades de todas as ordens exacerbadas, medo, dor, perdas, adoecimentos de covid-19 e psíquicos, afastamentos, permanências, isolamento dos afetos familiares e de amigos, falta de lazer, tendo que permanecer no ritmo frenético do trabalho que suspirava a finitude o tempo todo, que fomos afirmando nossa essencialidade no campo da saúde. Nunca se falou tanto em saúde mental, inclusive identificada como a quarta onda da pandemia a eclosão de transtornos mentais e sofrimentos psíquicos, diante do prolongamento da pandemia e seus efeitos. Uma pesquisa da Associação Brasileira de Psiquiatria apresentou um aumento significativo dos quadros e agravamentos psiquiátricos. Incluem “aumento da sintomatologia ansiosa e de quadros de depressão, ansiedade e transtorno de pânico, bem como alterações significativas no sono” (ABM+SAÚDE, 2021).

Profissionais de saúde, sobretudo as/os que se sentiam mais expostas/os à Covid, precisaram lidar não apenas com os intensos sentimentos e dores das outras pessoas que precisavam ser acolhidas, mais ainda com as próprias. Medos, fantasias baseadas numa realidade crítica e dolorosa, lutos, sobrecarga de trabalho e estresse, ambientes ansiogênicos e estressores, tornaram-se o cotidiano. Ainda é preciso considerar que haviam as realidades de cada família, de cada indivíduo, de como era ou não possível cuidar das comorbidades mais vulneráveis aos agravamentos da doença e ainda as condições sócio-econômicas diversas entre a categoria. Dizendo de outra forma, os marcadores sociais estão intimamente relacionados nas realidades, mas as vulnerabilidades são ampliadas nas emergências, e no recorte da pandemia, abrangendo profissionais de saúde, que estão por excelência mais expostas/os à contaminação viral e ainda precisando lidar com tantos sentimentos diante de suas vivências (RADIS, 2020).

Compreende-se como as repercussões sobre o impacto psicossocial nas vidas da população relacionam-se, diretamente, com

as consequências da pandemia, bem como o nível de vulnerabilidade das pessoas. Tais atravessamentos na saúde mental não se limitaram ao período crítico da pandemia, podendo já serem observados prejuízos na qualidade de vida da população, principalmente na parcela mais vulnerável (DANZMANN; SILVA e GUAZINA, 2020).

Fazemos um parênteses, aqui, para afirmar que foi com base na saúde mental, presente em toda a psicologia, que defendemos a presença da categoria em todos os espaços de cuidado em saúde, na perspectiva da integralidade do sujeito. Sobretudo pensando acerca das vulnerabilidades vividas de formas diferentes, na consideração dos direitos humanos na relação com as subjetividades e suas vivências que não podem ser observadas sem o olhar para os marcadores sociais, as interseccionalidades (IASC, 2020).

Defendemos uma psicologia plural, antirracista, antimanicomial, antiproibicionista, feminista, pautada nos direitos humanos, na diversidade, na redução de danos. E desta forma, era mais que nunca que essas questões não podiam ser deixadas de lado, frente à intensidade da emergência acometida. Nem todas as pessoas respiram da mesma forma, nem todas recebem o mesmo ar. Para tanto, foi crucial a afirmação do SUS no momento em que faltavam leitos e nos espaços públicos a equidade era baseada na gravidade dos casos.

Outra frente fundamental de atuação foi a cobrança por convocações de concursos públicos vigentes, enviando ofícios acerca da importância da categoria compondo as redes de saúde, bem como realizando reuniões com autoridades responsáveis por dimensionamentos e chamadas de profissionais. Estas ações foram estreitadas em parceria com o sindicato de psicologia.

Para trabalhar as interseccionalidades foram realizadas, em conjunto com o plenário e o comitê de crises um trabalho que não se configurou mais por uma seção, mas por todo o CRP 02 como um olhar para as pessoas e suas diversidades, sobretudo as vulnerabilidades, por meio de comunicação ao vivo, falas, debates, discussões. Entretanto, é importante demarcar que, por mais intenso que tenha sido o trabalho, as vulnerabilidades de alguns segmentos da população são tão intensas que não se torna possível sanar ante uma emergência de tamanha

gravidade, ainda considerando as polarizações e desfazimentos da ciência que se colocaram ante as ações em prol das pessoas. Sendo assim, afirmamos a necessidade de um constante olhar e cuidado às populações vulnerabilizadas como as pessoas negras, indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência (IASC, 2020).

3 - NOVOS CENÁRIOS: RECONSTRUÇÕES E REDIRECIONAMENTOS EM EQUIPE

Durante o período de gestão do XVI plenário do CRP 02, a comissão reconfigurou-se, como é o próprio movimento humano de idas e vindas. Algumas pessoas permaneceram desde o início, outras cabeceando sempre, umas se vão para outros respiros e outras se achegam renovando os ares. As que permaneceram encabeçando conduziram as ações e produziram reflexões importantes.

Dentre os pensamentos levantados, um importante foi discutido com a coordenação de outra comissão e levada para debate na plenária, que terminou por concordar com a questão: diante das sobrecargas, mas, sobretudo, na perspectiva da saúde e do sujeito integral, por que não unificar as comissões de saúde e hospitalar e a comissão de saúde mental, álcool e outras drogas? Entendemos que, em um recorte de tempo, esta separação foi fundamental para pautar e dar destaque a cada uma dessas áreas. Entretanto, após debates que venceram quaisquer dúvidas a respeito da essencialidade das áreas, e na compreensão de que saúde mental está em toda a Psicologia, foi unânime a conclusão de que a unificação das comissões traria benefícios ao trabalho pela saúde.

Foi com esta nomenclatura então que definimos, no dia 05 de maio de 2022, que o grupo passaria a ser denominado como Comissão de Psicologia da Saúde, na perspectiva da integralidade, antimanicomial, antiproibicionista, antirracista e baseada nos direitos humanos e na

diversidade. Junto, ainda, com a esperança retomada ante a mitigação da pandemia, retorno gradativo às atividades presenciais, diminuição das medidas de controle de contágio, e somando forças neste novo coletivo, estamos neste momento em novos ares. Poder compartilhar desta atmosfera é potente e, mesmo com todos os desafios, e com o cansaço advindo de todo este processo, o coração ainda bate!

A partir de então, novas formatações foram pensadas, reorganização da coordenação da comissão única, novo horário e agendamento das reuniões e novos direcionamentos que emergem. As temáticas discutidas perpassaram pensamentos, previamente, existentes nas duas comissões, bem como novas/os integrantes aderiram ao novo grupo, trazendo também uma reoxigenação ao corpo que se formava, fazendo pulsar mais uma vez a circulação necessária das ideias e ações.

4- ALGUNS PASSOS JÁ TRILHADOS E OUTROS OBJETIVOS TRAÇADOS

É bem verdade que todo esse período foi permeado de grandes desafios, que sentimos muito na imersão de todas essas vivências, que cansamos. Por outro lado, também compartilhamos ideias, lutas, coletivo e, sobretudo, esperança.

Os três anos foram se mostrando num delineamento do novo, das incertezas, das emergências que não aguardavam planejamentos, grandes estudos nem preparação de qualquer ordem, mas foi pela união do coletivo, entendido aqui na relação com as outras comissões, com o CRP e o CFP, no diálogo com a categoria, com a sociedade e com o que a ciência ia produzindo e orientando-nos, que nos fortalecemos e nos tornamos capazes de conduzir a crise. E o coração não parou!

A unificação com a outra comissão foi mais um passo de enfrentamento ante os grandes desafios, pois as consequências da

pandemia e a forma desigual como ela atinge as pessoas, bem como outras emergências que se colocam nas realidades das pessoas mais vulneráveis, ainda perdurarão, e são cotidianos para algumas/uns.

No ano de 2022, foi necessário enfrentar, em Pernambuco mais uma vez, os desastres ocasionados pela falta de estrutura para lidar com as fortes chuvas no primeiro semestre, que atingem diretamente com sérios prejuízos, certas parcelas da população. Novamente, foi preciso agir junto ao CRP 02 e ao comitê de crise para atuar em prol da população e preparar a categoria para lidar com esta crise. Foi realizada uma oficina e outras discussões como forma de suporte profissional, estando à frente a que também esteve cabeceando o comitê de crise durante todo esse período, por seu vasto conhecimento na área de emergências e desastres: a psicóloga e conselheira Maria da Conceição Pereira, conhecida como Concita.

Com um maior controle, apesar de ainda estarmos na pandemia ao final da gestão, outras temáticas voltaram a tomar lugares mais específicos, como o aborto e os direitos humanos em geral. Entretanto, continuamos a lutar pelas chamadas nos concursos públicos realizados, condições de trabalho e salário, e permanecemos discutindo as consequências da pandemia.

Assim, há ações que continuam e novos projetos também vêm sendo traçados, mas com o grande aprendizado que a categoria já sinalizava de que a comunicação é o caminho de estreitamento e consolidação. É assim que nos propomos a continuar discussões e ações nos anos vindouros, com o intuito de fazer coro na luta por garantia de uma Psicologia Hospitalar e da saúde mental, uma Psicologia da Saúde que atravessa todos os espaços, crítica, plural, antirracista, antimanicomial, antiproibicionista, feminista, pautada nos direitos humanos, na diversidade e na redução de danos, bem como com condições dignas de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABM+SAÚDE. **Pandemia e a quarta onda:** a possível eclosão de transtornos mentais. Outubro, 2021. Disponível em: <https://revistaabm.com.br/artigos/sera-a-quarta-onda-possivel-eclosao-de-transtornos-mentais>. Acesso em: 09 Maio 2022.

BRASIL. **Lei n.º 8080, de 19 de setembro de 1990.** Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

BRASIL. **Humaniza SUS:** documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Série B textos básicos de saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, 2008.

BRUSCATO, Wilze Laura; BENEDETTI, Carmen; LOPES, Sandra Ribeiro de Almeida (Orgs.). **A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo:** novas páginas de uma antiga história. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 17-31. Acesso em: 28 Ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/JHXxwcXNsqNk3f3pfsyhhFP/>

CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. et al. **World Inequality Report 2022, World Inequality Lab, 2021.** Acesso em: 28 Ago. 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ccb.org.co/handle/11520/27510>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Caderno de deliberações 10 CNP** - congresso nacional da psicologia: o (im)pertinente compromisso social da psicologia na resistência do estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais. CFP: Brasília, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Caderno_delibera%C3%A7%C3%B5es_10_CNP_web_8_outubro_FINAL.pdf Acesso em: 15 Ago. 2022.

----- **Resolução Administrativa/ Financeira n.º 14, de 20 de dezembro de 2000.** Brasília, 2000.

----- **Resolução n.º 10/2005, de 21 de julho de 2005.**
(Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o)) Brasília, 2005.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 2a. REGIÃO - CRP 02.
PROTOCOLO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA PARA O PLANO DE CONVIVÊNCIA DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS - COVID 19 (Junho/2020), 2020. Disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/22/2020/06/PROTOCOLO-DO-CRP-02-PARA-O-PLANO-DE-CONVIV%C3%8ANCIA-DA-SECRETARIA-ESTADUAL-DE-SA%C3%9ADE-DE-PERNAMBUCO-PARA-ENFRENTAMENTO-DA-PANDEMIA-DO-CORONAV%C3%8DRUS-COVID-19_Junho2020-1.pdf Acesso em: 09 Maio 2022.

----- **Resolução CRP-02 No. 002/2020.** Junho, 2020. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/22/2020/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-N%C2%BA-02-2020-CRPPE.pdf> Acesso em: 09 Maio 2022.

CREPALDI, Maria Aparecida. Et al. **Terminalidade, morte e luto na pandemia de covid-19:** demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. *Estud. Psicol.*, 37, 2020.

DANZMANN, Pâmela Schultz; SILVA; Ana Cláudia Pinto da; GUAZINA, Félix Miguel Nascimento. **Atuação do psicólogo na saúde mental da população diante da pandemia.** *Jornal of Nursing and Health*, 10, 2020.

IASC - Inter-Agency Standing Committee. **Como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de COVID-19.** Versão 1.5, março 2020. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2020-03/IASC%20Interim%20Briefing%20Note%20on%20COVID-19%20outbreak%20Readiness%20and%20Response%20Operations%20-%20MHPSS%20%28Portuguese%29.pdf> Acesso em: 15 Ago. 2022.

RADIS, 2020. **Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19.** Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid->

19?msclkid=72709fbacb2b11ec896c9f4bb62e047d Acesso em: 15 Ago. 2022.

----- **Resolução CRP-02 No. 002/2020.** Junho, 2020. Disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/22/2020/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-N%C2%BA-02_2020-CRPPE.pdf Acesso em: 09 Maio 2022.

FERRO, Flaira. **Canção Bom dia, doutor.** Composição Ulisses Morais, 2015. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/flaira-ferro/bom-dia-doutor/> Acesso em: 09 Maio 2022.

ROSADO, Ana Cristina; LACERDA, Leandro (orgs.). **Ensaios sobre gestão de crise em comunicação na covid-19.** Rio de Janeiro: Facha Ed., c 2020. Livro digital. Disponível em: <https://faculdade.facha.edu.br/pdf/ebook/ensaios-sobre-gestao-de-crise-covid-19-versao-final.pdf> Acesso em: 15 Ago. 2022.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de covid-19 no Brasil:** crônica de uma crise sanitária anunciada. Cad. Saúde Pública, 36(5). 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19** - 11 March 2020. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> Acesso em: 22 Maio 2022.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO DO CRP/02 NO CONSELHO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO RECIFE

Wellington Albuquerque

INTRODUÇÃO

Os Conselhos de Classe, são compreendidos como autarquias que buscam regulamentar, orientar e disciplinar determinada categoria que desempenha uma função teórico-científica na sociedade. Na lógica de funcionamento da Psicologia, temos o Conselho Federal de Psicologia (CFP) enquanto a instituição magna da categoria. Tem como objetivos, além do que já citados anteriormente, o de promover discussões relevantes sobre os temas que circundam a atuação profissional e a produção científica, alinhadas com o compromisso social da Psicologia, alicerçadas nos três princípios basilares do Código de Ética (CFP, 2005).

No seu artigo primeiro, o/a profissional de Psicologia, na sua atuação, deve apoiar-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, respeitando e promovendo a dignidade da pessoa humana, sua liberdade, igualdade e integridade. No segundo artigo, identificamos que a/o Psicóloga/o deve atuar na promoção da saúde e da "qualidade de vida das pessoas e das coletividades". É sua responsabilidade, portanto, atuar no combate e no enfrentamento de quaisquer formas de violência,

discriminação, exploração e/ou negligência. Por fim, no terceiro artigo basilar, é dever da/o profissional atuar de forma responsável e crítica, analisando os contextos políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos que incidem na experiência coletivas e individuais.

O Brasil possui 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), sendo um dos mais histórico, o de Pernambuco (CRP/02). O CRPPE, instituiu em 2016 a Comissão de Enfrentamento ao Racismo enquanto uma comissão temática que tem como objetivo combater o racismo estrutural e institucional nas mais diversas esferas.

A nível teórico-científico de orientação e sensibilização da categoria, esse grupo desenvolveu ações como: Psicologia e Igualdade Racial: Velhos e Novos desafios no contexto atual (2017); O Compromisso Social da Psicologia: das lutas pelos direitos das mulheres negras aos 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial (2020); Saúde da População Negra e a pandemia da COVID-19 (2020); “Por que falamos de uma Psicologia Antirracista?” (2020); Interseccionalidades: Masculinidades negras, indígenas e quilombolas (2021).

Participou de debate como: A (Des) Patologização da criança e adolescente em tempos de crise (2018); A Psicologia e as facetas do racismo (2019); Desastres climáticos e o compromisso ético científico da Psicologia no enfrentamento ao racismo ambiental (2022).

Posicionou-se em datas alusivas a pautas raciais como: o Dia da Consciência negra de 20 de novembro (2017-2020); dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo 13 de maio de 2020; 25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (2017-2020); 24 de março, Dia Internacional para o Direito à Verdade sobre as Graves Violações de Direitos Humanos e pela Dignidade das Vítimas (2018).

Desenvolveu campanhas como: Trajetórias e contribuições de Mulheres Negras em alusão aos 10 anos do Estatuto de Igualdade Racial (2020). Tivemos o intuito de homenagear mulher negras fundamentais para a história do combate ao racismo no Brasil; Campanha “a Psicologia no Enfrentamento ao Racismo”. Buscamos desenvolver uma série de cardes com perguntas fundamentais que surgem no debate racial do dia a dia. Foram trabalhadas quatro questões, O

que é o racismo estrutural? Por quê, eu, branco, sou responsável pelo racismo mesmo quando não o pratico? Por quê não devemos acreditar em racismo reverso? Você sabe o que é racismo recreativo?

Enquanto uma das estratégias fundamentais estabelecidas pela Comissão de Enfrentamento ao Racismo estava a participação institucional nos conselhos de controle social. O Conselho Municipal da Política de Promoção da Igualdade Racial (CMPPIR), enquanto um mecanismo de combate ao racismo, configura-se como um espaço potente para participação efetiva do Conselho de Psicologia para o enfrentamento eficaz do racismo a nível das políticas públicas. Além disso, o encontro com movimentos sociais, governo e sociedade civil oportuniza que a própria Psicologia, enquanto ciência e profissão, repense suas práticas e transforme sua teoria.

O CONSELHO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO RECIFE

O Conselho Municipal da Política de Promoção da Igualdade Racial do Recife (CMPPIR-Recife) foi instituído pela lei 17.311 de 2007 e tem como objetivo basilares a luta contra o racismo e o preconceito étnico-racial. Diante desse princípio ético-jurídico, o CMPPIR possui um papel fundamental no monitoramento, análise, execução e construção da Política Pública de Igualdade Racial no e do território.

O Mecanismo político-institucional do CMPPIR alinha-se à responsabilidade do Estado, promulgados na Constituição Federal de 1988, em prover espaços de participação da sociedade na construção e avaliação das políticas públicas. A participação social pode se dar nos níveis dos três poderes, seja no legislativo (o direito ao voto), no judiciário (nos júris populares constituídos por pessoas que não possuem a formação em Direito), e pelo executivo (através dos conselhos de políticas públicas e os comitês).

Algumas das funções fundamentais do CMPPIR são a formulação, monitoramento, construção e avaliação da política municipal de promoção da igualdade racial; a promoção de planejamentos e metas para a defesa e promoção dos direitos das populações discriminadas historicamente pelo Estado; Assessorar, articular e integrar os poderes executivos e legislativos, as entidades não governamentais e governamentais no combate ao racismo através da política; por fim, posicionar, monitorar e participar da definição da dotação orçamentária.

O pleno do CMPPIR, por sua vez, constitui-se em uma lógica de funcionamento bipartite, sendo composto por governo e sociedade civil organizada (instituições, e representantes das regiões metropolitanas administrativas - RPA). Compõe o Conselho 24 membros titulares e 24 suplentes. Dividem-se em 16 que representam a sociedade civil e 8 representantes do governo municipal.

Os representantes são eleitos na Conferência Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial (COMPIR). O COMPIR configura-se como o espaço de monitoramento social da política, sendo realizado a cada dois anos este de duração da gestão democraticamente eleita. No COMPIR, são eleitos, 8 representantes dos movimentos negros e entidades com largo histórico no combate ao racismo e que tenham no mínimo de 24 meses em pleno exercício documentado e reconhecido em cartório; 6 representantes das RPA; e 2 representantes das minorias étnicas (População indígena; Judeus, Árabes, Palestinos e Ciganos).

O pleno do CMPPIR elege uma coordenação colegiada composta por 2 pessoas da sociedade civil organizada e 1 representante governamental. Também institui comissões de trabalho buscando debater os campos da moradia e habitação, saúde, orçamento, emprego e renda, juventude, mulheres negras, religiosidade, cultura, educação.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO CMPPIR

A história contada, a partir da memória, é um dos mecanismos de resistência mais relevantes ensinado pelos povos originários e povos africanos. Contar a história é uma maneira de conectar os passos dados durante essa jornada¹¹. Para a Comissão de enfrentamento ao Racismo e o CRP, durou de 2017 a 2022. Buscaremos pensar essa história a partir de alguns aspectos. 1. Dos posicionamentos políticos; das construções políticas;

A primeira gestão durou do ano 2017 a 2019. O CRP02, através da representação de Wellington Albuquerque, participou da IV Conferência Municipal da Política de Igualdade Racial do Recife (2017). Em um primeiro momento, sendo delegado eleito na pré-conferência e, posteriormente, conselheiro eleito em votação. Gioconda Sousa foi eleita conselheira suplente no CMPPIR. Também fomos designados como suplentes para a Conferência Estadual da Política. A segunda gestão foi iniciada em 2020 e será finalizada com a V Conferência Municipal da Política de Promoção da Igualdade Racial em 2022. Tivemos o mandato prorrogado de 2020-2021 para 2022 em decorrência do contexto de pandemia e do processo organizativo da V Conferência municipal.

Diante da gestão, nós realizamos o I ENCONTRO DE FORMAÇÃO DO CMPPIR: A IGUALDADE RACIAL NO BRASIL. Tivemos como Convidado o advogado João Candido e o professor Aristeu dos Anjos. Realizado em 2018 na sede Conselho Regional de Psicologia, o intuito foi ocupar o CRP tendo como protagonistas, os movimentos negros educador. Também realizamos a roda de diálogo análise de conjuntura atual e igualdade racial com João José. Em 21 de julho de 2021, a *live*: *Os cuidados ancestrais

¹¹ Para o fim desse texto, a história contada será compactada, isto é, seu processo é bem maior do que as palavras inseridas nos parágrafos que seguirão. Diante disso, cabe construir textos específicos para contar a experiência vivenciada pela comissão no contexto com CMPPIR durante os anos de 2017 a 2022.

na saúde mental das mulheres negras e os seus desafios*, em alusão ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha; em 2021, a *live* de abertura do COMPIR, intitulada: Conferências de políticas públicas: participação social, responsabilidade e ética na luta antirracista.

Nos posicionamentos no dia 21 de janeiro de 2019 devido à data alusiva ao dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa que foi instituída pela lei nº 11.635/2007; 2 de outubro 2019 contra a ação truculenta da Polícia Militar que, de forma violenta e abrupta, encerrou a XI Noite do Dendê, uma das festividades mais tradicionais do Recife. A comemoração, que acontece, anualmente, no bairro do Pina, reuniu mais de 300 artistas que se encontraram na sede do Maracatu Porto Rico; em 4 de junho de 2020, no caso do Menino Miguel, criança negra de 5 anos e filho da Mirtes Santana, mulher negra, na época, empregada doméstica. Miguel foi morto quando foi abandonado por Sari Corte em um elevador. Sari é mulher branca e patroa de Mirtes Santana. O CMPPIR posicionou-se diante do racismo evidenciado do ato da Sari; no dia 31 de julho de 2021, posicionou seu repúdio e ao caso de racismo religioso proferido pelo Pr. Aijalon Berto. Nas suas redes sociais, o Pastor direcionou seu ódio às religiões de matrizes africanas praticando o racismo religioso de forma nítida. O CMPPIR solicitou respostas urgentes das autoridades.

Feito esse aparato histórico, devemos refletir sobre alguns pontos principais dessa jornada. O acesso do CRP ao CMPPIR foi um marco importante. Tivemos contato com diversos atores que atuam a décadas na promoção da política de igualdade racial, como a Rosilene Rodrigues; João José; Ricardo Herculano; Rose Santos; Pedro Cavalcanti; Mãe Fátima; Petrônio Filho; Girlana Diniz; Marcelo Diniz; Jean Pierre, entre tantas/os conselheiras fundamentais. A experiência vivida, nesse território, possibilitou trabalhar o racismo dentro do espaço do sistema conselho.

A produção feita pela comissão de enfrentamento ao racismo no tocante aos trabalhos temáticos, aos debates realizados, às formações construídas, estavam intimamente relacionados com os debates realizados no CMPPIR. Entendíamos que os diálogos institucionais, pautados na orientação da categoria, deveriam estar interligados com a conjuntura política muito bem trabalhada pelo CMPPIR através

do monitoramento da Política de Igualdade Racial. Debates como a experiência das mulheres negras encarceradas; genocídio dos jovens negros; da saúde da população negras, foram temas também debatidos no CMPPIR. A presença do CRP no CMPPIR avança a pauta racial, seja no campo das políticas públicas, seja na produção acadêmica-científica para orientação das mais de 16 mil pessoas que hoje podem exercer a função de Psicologia no Estado de Pernambuco.

O PAPEL FUNDAMENTAL DO MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR PARA A PSICOLOGIA

A psicologia, enquanto ciência e profissão, constitui um campo de saber-poder. Sua produção acadêmico-científica tem efeitos consideráveis na sociedade (ROSE, 2008). Os modos de subjetivação presentes a partir de conceitos do ideal de ser, sujeito, de *self*, basilares para várias abordagens da Psicologia, muitas vezes, usam, enquanto norma classificatória, padrões produzidos por ideais racistas e machistas. O ideal de ser branco, europeu, muitas vezes, é o auge do que se nomeia enquanto individuação.

A pauta racial, portanto, não alcança o saber da Psicologia a partir do seu próprio interesse dos efeitos do racismo na psique da população negra e não negra, mas através de um movimento, educador, potente, mobilizador. O Movimento Negro Educador, como bem colocado pela professora Nilma Lino Gomes (2017)¹², pode ser entendido como o processo organizativo de luta do povo negro diante dos processos históricos-sociais e político de discriminação e preconceito direcionados ao povo negro.

Diante disso, o movimento negro coloca a raça como central para os debates de desigualdade e emancipação popular. A raça aqui é

¹² Nilma Lino Gomes é uma mulher negra, natural de Belo Horizonte, que construiu uma carreira importante no campo da Pedagogia. No Brasil, tornou-se a primeira mulher negra a comandar uma Universidade Pública Federal, sendo nomeada reitora da UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

entendida enquanto uma construção social estratégica da burguesia brasileira para dividir e hierarquizar os povos, através de sua cor, raça, história e cultura. A hierarquia dos povos constrói lugares sociais de ser e poder e a classificação delimita o que cada povo representa. É diante desse entendimento que os movimentos negros questionam, politizam e ressignificam a ideia de raça, entendendo-a enquanto uma invenção científica¹³ e política para produção de privilégio. Estes são eficazes e estratégicos para que a população branca goze (direta ou indiretamente) de um país sustentado nas desigualdades de raça, classe e gênero (SCHUCMAN, 2014).

Domingues ajuda-nos a entender o movimento negro. Segundo ele:

“é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (DOMINGUES, 2017).

Os movimentos negros atuam nos mais diversos seguimentos, como na cultura (movimentos de dança, artísticos, literários, capoeiristas, poéticos, afoxé), religiosos (de matriz africana/terreiro), acadêmicos (Núcleos de Estudos afro-brasileiros), políticos (organizações e ONG que buscam promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo). O CMPPIR, portanto, busca reunir toda essa diversidade a partir de um único ponto, o combate inegociável do Racismo. Inegociável, aqui, pelo fato de que, se existem políticas públicas que não se racializam, elas de fato e de direito, não estão combatendo as estruturas das desigualdades sociais, pois a sua base é a raça, classe e gênero. Para essa agenda de enfrentamento ao racismo, o CMPPIR reúne movimentos importantes como o Movimento Negro

¹³ Cabe a leitura do livro “o espetáculo das raças” da Lillian Schwarcz. Lília é Antropóloga e doutora em Antropologia Social pela USP.

Unificado (MNU), a União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), Afoxé Omó Oba Dê, Ilê Yemanjá Ogunté, Instituto Nacional Afro Origem (INAÔ), Urso Brilhante do Coque, União dos Capoeiristas Leão do Norte e o Conselho Regional de Psicologia. Temos representação dos Povo Muçulmano e das 6 Regiões Políticas Administrativas (RPAs).

O movimento negro, há muito tempo já questionava os modelos hegemônicos. É importante citar os impactos para a ciência dos trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues e do Gilberto Freyre.

O Raimundo Nina Rodrigues foi um médico psiquiatra e escritor. Sua produção, assim como a da escola baiana de antropologia, causaram efeitos consideráveis na sociedade brasileira. Era do interesse de Nina Rodrigues e de seus estudantes compreender o papel da “população negra, africana ou afro-brasileira, na constituição da sociedade brasileira”. Para isso, desenvolveu o conceito de “degeneração da raça”. O conceito de degeneração da raça, produzido por Nina Rodrigues, consolidou um modelo do que seria o “negro brasileiro” e o que o “convívio com essa raça poderia acarretar para a sociedade brasileira”. Produziram-se ideias, representação e padrões para subjugar e marginalizar os povos não desejados pela elite (SCHUCMAN; HILDEBERTO, 2017).

Um outro modelo, que impactou a sociedade, brasileira foi o proposto pelo Gilberto Freyre. O autor argumenta que a miscigenação das raças produziu uma democracia racial não hierarquizada. O Brasil Tropical seria democrático e diverso, aceitando e integrando todas as raças como uma só. Enquanto Nina Rodrigues propõe a raça enquanto algo degenerado, Gilberto Freyre introduz uma “positividade” das relações interracialis. Não esqueçamos, portanto, que essas relações são de poder e a miscigenação deu-se pelo estupro da mulher negras. As ideias propostas, portanto, têm seu berço em uma história de violência (SCHUCMAN; HILDEBERTO, 2017).

Os movimentos negros, enquanto um campo de saber localizado, histórico e político, podem atuar enquanto educador da Psicologia. A Psicologia deve interagir, escutar, compreender a luta por emancipação dos povos negros enquanto produção de saberes potentes para a própria ciência da Psicologia. Sua atuação deve se dar alinhadas aos artigos do código profissional e a orientação presente na resolução 18/2002.

A PSICOLOGIA E O COMPROMISSO ÉTICO-CIENTÍFICO NO COMBATE AO RACISMO.

Há algum tempo as ciências “Psis”¹⁴ vêm se debruçando com os estudos críticos das relações étnico-raciais. Podemos citar obras brasileiras como “Tornar-se negro” da Professora Neusa Santos Souza¹⁵; o pacto da branquitude construído pela professora Cida Bento¹⁶; e a produção coletiva “Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”¹⁷. A nível internacional, temos obras importantes como os de Frantz Fanon (2008)¹⁸: “Pele negra, máscaras brancas, Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos, os condenados da terra”; e os de Grada Kilomba¹⁹ Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano.

Evidente que as obras/autoras citadas não refletem a magnitude das pesquisas realizadas no Brasil e exterior, mas, sim, alguns intelectuais importantes que devem ser citados. Podemos mencionar importantes intelectuais como: Jesus Moura; Ceça Costa; Jaqueline Gomes de Jesus; Virgínia Bicudo; Maria Aparecida Silva Bento; Maria

¹⁴ Psicologia, Psicanálise e Psiquiatria.

¹⁵ Psicanalista e Psiquiatra brasileira foi uma das mulheres pioneiras nos estudos de como o racismo afeta a psique negra. A teoria da Psicanálise, portanto, foi o instrumento analítico utilizado pela Professora durante sua produção acadêmico-científica.

¹⁶ Maria Aparecida da Silva Bento, também conhecida como Cida Bento, é formada em psicóloga e Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Brasileira, Cida é uma mulher negra, cientista e ativista no campo dos estudos das relações étnico-raciais e de gênero. Dirige o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)

¹⁷ Obra produzida por importantes cientistas como a Professora Isildinha noqueira, Prof.^a Fúlvia Rosemberg, Prof. Edith Pizza entre outras/os.

¹⁸ Psiquiatra e Filósofo francês, Fanon debruçou-se em desvelar as violências e opressões coloniais francesas contra os descendentes de África. Suas obras passaram por regimes autoritários, sendo silenciadas por décadas até a sua retomada no final da década de 90 e início dos anos 2000.

¹⁹ Psicóloga, artista e escritora, Grada Kilomba é de origem portuguesa e nasceu em Lisboa. Tem exercido papel fundamental em democratizar a psicanálise a partir da arte, refletindo sobre o racismo e a opressão de gênero. No Brasil, apresentou a exposição “Grada Kilomba : Desobediências poéticas” realizada na Pinacoteca de São Paulo.

Lúcia; Edna Roland, que, a partir de uma atuação comprometida com a equidade e os direitos humanos, atuaram historicamente, para que possamos produzir uma psicologia social crítica com responsabilidade e ética.

Independente do espaço de atuação que o profissional de Psicologia esteja atuando, sua prática necessita ser antirracista. O enfrentamento ao racismo, portanto, configura-se como uma responsabilidade profissional para o cuidado integral da pessoa humana. O/a negro/a que vivencia a realidade brasileira, passa por processos históricos de discriminação e violência, direta ou indiretamente. Partimos do conceito que o racismo é estrutural e estruturante da sociedade. Reproduz e atualiza ideologias coloniais que dividem, classificam e hierarquizam pessoas entre sujeitos e não sujeitos; civilizados e incivilizados; bonitos e feios.

Diante disso, perceber o compromisso do Sistema Conselho de Psicologia em combater historicamente o racismo, demonstra como a pauta racial está se fazendo presente no campo Psi. É necessário rever teorias e conceitos sustentados em ideários racistas e aproximar coletivos, movimentos sociais, núcleo de estudo afro-brasileiros, para que por via da sua histórica contribuição societal, possam educar a Psicologia. O CMPPIR demonstra-se como um campo fundamental no processo de atuação do sistema conselho para o combate ao racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema conselho de Psicologia é uma autarquia que representa a categoria de Psicologia. Podemos identificar que são três os aspectos fundamentais de sua atuação, a orientação, fiscalização e disciplina. Enquanto uma entidade, o Conselho atua com responsabilidade ético-social pautada no código de ética profissional. Diante disso, deve-se atuar não apenas com o campo teórico-científico, isto é, apenas com a classe da Psicologia, mas com a sociedade civil

organizada e os movimentos sociais que a partir dos seus saberes localizados, buscam por emancipação e equidade entre os povos.

O CMPPIR, enquanto um mecanismo de controle social, reúne uma diversidade inestimável de experiências de luta e enfrentamento ao racismo, seja no campo da cultura, educação, saúde, habitação, religiosidade. As populações negras encontram-se nesse espaço para debater sobre a política de igualdade racial e as formas necessárias de enfrentar a estrutura racista. O CMPPIR, portanto, é um órgão colegiado de caráter deliberativo da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial e suas ações são efetivadas a partir do monitoramento, acompanhamento, fiscalização e construção da Política no território do Recife.

A Comissão de Enfrentamento ao Racismo, grupo institucional do CRP02, esteve presente em 5 anos de experiência compondo as gestões do CMPPIR. Tal vivência fez a pauta racial ser avançada dentro do CRP e nos espaços de orientação da categoria, seja por via das oficinas, *lives*, debates ou participação em eventos. Na perspectiva da comissão, a presença do CRP, nos espaços de controle social, foi fundamental para sua atuação, alinhando a teoria (científica) à prática (política).

REFERÊNCIA

CFP. RESOLUÇÃO CFP Nº 010/05. BRASÍLIA, 2005.

CFP. RESOLUÇÃO CFP Nº 018/02. BRASÍLIA, 2002.

CRPPE. **alerta sobre expressões racistas**. Recife, PE: CRPPE, 2016. Disponível em: www.crppe.org.br/noticias/crp-02_alerta_sobre_expressoos_racistas. Acesso em: 20 maio. 2020.

CRPPE. **Nota de Posicionamento Alusiva ao dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo: população negra e a pandemia por covid-19**. Recife, PE: CRPPE, 2020. Disponível em: [crppe.org.br/noticias/nota_de_posicionamento_-_alusiva_ao_dia_nacional_de_denuncia_contra_o_racismo](http://www.crppe.org.br/noticias/nota_de_posicionamento_-_alusiva_ao_dia_nacional_de_denuncia_contra_o_racismo). Acesso em: 20 maio. 2020.

CRPPE. **Saúde da População Negra e a pandemia da COVID-19**. Recife, PE: CRPPE, 2020. Disponível em: http://www.crppe.org.br/noticias/a_segunda_live_do_crp-02_trara_o_tema_-_saude_da_populacao_negra_e_a_pandemia_da_covid-19. Acesso em: 20 maio. 2022.

CRPPE. **25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra**. Recife, PE: CRPPE, 2016. Disponível em: http://www.crppe.org.br/noticias/25_de_julho_-_dia_internacional_da_mulher_negra_latino-americana_e_caribenha_e_dia_nacional_de_tereza_de_benguela_e_da_mulher_negra. Acesso em: 15 maio. 2020.

CRPPE. **CRP-02 promove edição de novembro do Café com Direitos Humanos**. Recife, PE: CRPPE, 2019. Disponível em: http://www.crppe.org.br/noticias/crp-02_promove_edicao_de_novembro_do_cafe_com_direitos_humanos. Acesso em: 5 maio. 2022.

CRPPE. **CRP-02 promove edição de novembro do Café com Direitos Humanos**. Recife, PE: CRPPE, 2019. Disponível em: http://www.crppe.org.br/noticias/crp-02_promove_edicao_de_novembro_do_cafe_com_direitos_humanos.

[org.br/noticias/crp-02_promove_edicao_de_novembro_do_cafe_com_direitos_humanos](http://www.crppe.org.br/noticias/crp-02_promove_edicao_de_novembro_do_cafe_com_direitos_humanos). Acesso em: 5 maio. 2022.

CRPPE. **CRP-02 promove evento sobre a Despatologização da criança e do adolescente**. Recife, PE: CRPPE, 2018. Disponível em: http://www.crppe.org.br/noticias/crp-02_promove_evento_sobre_a_despatologizacao_da_crianca_e_do_adolescente. Acesso em: 5 maio. 2022.

CRPPE. **Dia da Consciência Negra e Zumbi dos Palmares**. Recife, PE: CRPPE, 2016. Disponível em: http://www.crppe.org.br/noticias/20_de_novembro_-_dia_da_consciencia_negra_e_zumbi_dos_palmares. Acesso em: 5 maio. 2022.

CRPPE. **Nenhum Direito a menos -CRP-02 defende os Direitos Humanos**. Recife, PE: CRPPE, 2019. Disponível em: http://www.crppe.org.br/noticias/21_e_24_de_marco_-_nenhum_direito_a_menos_-_crp-02_defende_os_direitos_humanos. Acesso em: 5 maio. 2022.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, vol. 12, n. 23, 2007, p. 100-122.

Eleição do Conselho Municipal da Igualdade Racial acontece nesta quarta (8) - <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/07/11/2017/eleicao-do-conselho-municipal-da-igualdade-racial-acontece-nesta-quarta-8>

FANON, Franz. **Pele negra máscaras brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.

GOMES, Nilma. **O Movimento Negro Unificador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2017.

Prefeitura do Recife. **Conferência Municipal de Igualdade Racial é encerrada com eleição de novos conselheiros**. Recife, PE: CRPPE, 2017. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/09/11/2017/conferencia-municipal-de-igualdade-racial-e-encerrada-com-eleicao-de-novos>. Acesso em: 10 maio. 2022.

RECIFE (PE). Lei Municipal 17.311/2007. CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. [...]. Recife: Prefeitura Municipal de Recife, 2007. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/legislacao/leis/173112007>

leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2007/1732/17311/lei-ordinaria-n-17311-2007-cria-o-conselho-municipal-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

ROSE, Nikolas. PSICOLOGIA COMO UMA CIÊNCIA SOCIAL. **Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 155-164, 2008.

SCHUCMAN, L **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade**, São Paulo, p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, L.; MARTINS, H. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia e o Discurso Racial**, São Paulo, p. 172-185, 2017.

COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO: MEMÓRIAS, DESAFIOS E ATRAVESSAMENTOS 2019-2022

Gioconda de Sousa Silva Lima

O presente escrito tem como intenção um breve e pessoal registro de memórias, enfrentamentos e atravessamentos que passaram a Comissão de Enfrentamento ao Racismo e o grupo que colaborou com o XVI Plenário entre os anos de 2019 e 2022. Para tanto, lançarei mão de registros formais e informais, recorrendo ao que foi descrito enquanto metodologia, por Tereza Haguete, como História de Vida e resgatado enquanto poder ancestral pela *Escrevivência* de Conceição Evaristo.

Palavras-chave: Enfrentamento ao racismo; Psicologia; Vivências

INTRODUÇÃO

Por onde começo, de onde falo?

No corrente ano - de 2022 - a Psicologia completa 60 anos de formalização no Brasil. Nos mais vastos cenários, usos, teorias e construções, muitos foram os avanços para toda a categoria e para a sociedade como um todo, mas, ainda, precisamos continuar avançando, muito ainda se há por fazer. E neste sentido, do quão já foi feito e o quanto precisamos lembrar, comemorar e resguardar, recebemos do plenário a proposta de registrarmos em um *e-book* as contribuições da Comissão ao longo dessa gestão.

Para tamanha missão, precisarei voltar alguns anos atrás e resgatar a minha própria trajetória. Embora não seja um artigo sobre mim, é um escrito sobre a minha percepção que muito foi moldada pelas vivências, apagamentos e aprendizados anteriores.

Embora sempre tenha me reconhecido e identificado como uma pessoa negra, o entendimento político de tal afirmação só foi de fato internalizado, na idade adulta. No final da graduação em Psicologia, desenvolvi, na “Prática de Pesquisa”, um estudo que visava à discussão racial por meio da análise de instrumentos de identificação atrelados às denúncias de violência contra a mulher. Ainda assim, mesmo trabalhando com o tema, resistia a ele. Passados oito anos, quando estava na fase final de uma especialização, e, ao aceitar um convite para compor Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo no CRP 02 (Conselho Regional de Psicologia), que passei a compreender a importância social da minha identificação racial e do posicionamento político que ela representava. Identificar-me como uma pessoa negra deixou de ser sobre como eu me relacionava comigo e passou a ser sobre a minha relação com o mundo e o compromisso com os meus pares.

Durante muitos anos, o mito da democracia racial, questionado pelos movimentos negros, foi bandeira defendida de forma ferrenha por vários setores da nossa sociedade. Conforme denunciado por Lélia Gonzales, entre outros, falar sobre o racismo era urgente e ao mesmo tempo um impedimento, pois falar sobre algo que não existia seria concebê-lo. Ou seja, o mito da democracia racial negava a existência do racismo e garantia o impedimento de uma discussão e reflexão mais incisiva sobre o tema.

Havia, não se pode negar, quem reconhecesse a existência do racismo no Brasil, mas este seria considerado um racismo velado. Talvez, pelos velórios de tantos corpos negros, talvez...

O fato é que o racismo no Brasil sempre se fez presente, estruturando nossa sociabilidade. Esse mesmo racismo negado, velado, estruturante, é responsável por tantas desigualdades — por serem os jovens negros, a maioria entre os jovens mortos em decorrência da violência; ou a grande maioria da população em situação de desemprego

e alta vulnerabilidade, e para encerrar essa pequena e incompleta lista, a maioria das pessoas em situação grave cometidas pela Covid-19.

Um argumento simplório (eufemismo para racista) que pode ser utilizado (porque racista anda perdendo a vergonha de ser racista) é dizer que a população negra é a maioria no país. Nem precisa ter aproximação com a temática das relações raciais para responder, basta a compreensão de que só somos maioria em dados que não são positivos. Não temos a maioria dos empregos com os melhores rendimentos; não temos as melhores moradias, não temos acesso a alimentação de melhor qualidade e variedade e, pra encerrar de forma simplista, tal qual o argumento utilizado, morremos mais de covid-19 por não termos acesso às mesmas condições de tratamento que a população não negra, em sua maioria, tem.

Há ainda, fruto dessa mítica democracia racial, os violentos processos de embranquecimento sofridos pela população negra desde a travessia. Como já é sabido, não houve um planejamento ou política pública no pós-abolição, pelo contrário, a população negra foi marginalizada. Nenhum aspecto positivo era atribuído às pessoas negras. Eram feias, com cabelos ruins, preguiçosas, as mulheres eram sedutoras/manipuladoras e os homens violentos.

Para que houvesse uma chance maior de sobrevivência ou para que as violências cotidianas fossem minimizadas, era necessário negar a negritude e embranquecer-se. Era o que exigia o racismo inexistente de uma democracia racial (ironia, mais uma figura de linguagem). Entre as várias formas de garantir esse embranquecimento, a miscigenação foi amplamente usada, inclusive, com estudo que projetou a extinção de pessoas negras no Brasil. Em 1984, Neusa Santos, Psicanalista, publicou um livro, fruto de pesquisa do mestrado, que falava sobre processos de embranquecimento e a relação com a ascensão social:

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que ressegure o respeito, as diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível

de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, *a priori*. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SOUZA, 1984, p.77)

Quando, em 1976, o IBGE realizou o censo, foram relatadas 136 identificações de raça/cor. Em sua maioria, eram pessoas negras, que não se identificavam como negras e criavam nomenclaturas que associassem à cor sem que fosse necessária essa identificação direta com uma raça tão à parte. Este, é só um exemplo que corrobora com a ideia do genocídio da população negra pelo processo de embranquecimento. Vale salientar que essa negação de uma marca tão evidente, tem um custo. Assim como as demais violências decorrentes do racismo, a saúde da população negra, paga um preço alto pela sobrevivência.

O fato de não se dizer negro é mais profundo do que o simples escamoteamento da cor da pele e dos traços físicos é tentativa de esconder que descendem de pessoas que a sociedade considera não-humanas. (...). Estaria salvando-os da não-humanização, por conter em si o humano para a sociedade, o branco. Para tentar se humanizar os negros que não se dizem negros, se desumanizam. Para retomar em suas mãos a direção humana de sua identidade, não basta ter consciência de que vivem cobertos por uma que lhes foi outorgada. (SILVA, 1987, p.147)

Entendendo o embranquecimento e a negação da negritude como ferramentas racistas que estruturam a nossa socialidade, retorno para o início da minha narrativa, onde afirmo que sempre me identifiquei como uma pessoa negra. Não quero com isto, invalidar a reflexão que tenho feito até então, mas chamar atenção para o lugar de exceção que ocupo.

Mesmo me reconhecendo como uma pessoa negra, entendo que estou em processo de enegrecimento, estou tornando-me negra. Um processo de enegrecimento implicado socialmente, e cujo desenvolvimento me faz questionar, tensionar, propor e, (talvez) antes de tudo, desejar ser agente de mudança.

A Psicologia a qual tive acesso na graduação, embora falasse sobre diversidade, inclusão e compromisso social, não me fazia

perceber essa pluralidade pelos corredores, ou entre os autores e autoras. Após 20 anos da minha entrada na universidade muita coisa mudou, na Psicologia e naqueles mesmos corredores.

DESENVOLVIMENTO

A MINHA TRAJETÓRIA SE ENTRELAÇA AO CRP-02 E À COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

A história de vida se diferencia daquelas não só em termos da perspectiva adotada para o desenvolvimento do trabalho, assim como nos métodos utilizados. (...). Já a história de vida atende mais aos propósitos do pesquisador que do autor e está preocupada com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo. (HAGUETTE, 1992, p.80)

Como já foi dito algumas linhas acima, no início de 2016, eu recebi a ligação e mais um convite, que dessa vez foi respondido de forma diferente. Foi assim que, em fevereiro, eu chegava ao CRP-02 para uma reunião no Grupo de Trabalho (GT) de Enfrentamento ao Racismo, a convite da então coordenadora psicóloga e referência na discussão das relações raciais e no enegrecimento da psicologia, Jesus Moura.

Ao longo do referido ano, passei a ter contato com uma Psicologia enegrecida e antirracista, após 08 anos de formada... Nesse mesmo ano, o GT²⁰ passou a ser uma Comissão e coordenada por mim e por Wellington Albuquerque. Esse retorno à gestão anterior faz-se importante na medida em que esse grupo pensou e articulou ações que passaram a ser replicadas em anos subsequentes.

²⁰ Colaboravam com o GT: Christine Lima, Nathália Rocha, Rita Ferreira, Deyne Cavalcanti, lalley Lopes, Lúcia Salgueiro

Considerando a importância de contextualizar essas memórias implicadas com muito afeto e ressignificações, trago de volta, a já citada, Jesus Moura. Mulher negra, nordestina, mãe e docente e psicóloga clínica, Jesus Moura é referência dentro do movimento negro, movimento de mulheres e na Psicologia, tendo fundado e integrado o “Observatório Negro”. Trazê-la como referência justifica-se pela implicância na minha trajetória e no enegrecimento da Psicologia.

Não é segredo que a Psicologia teve seu início marcado pelas exclusões, tendo servido a propósitos segregadores e violentos. Foi só a partir dos anos 2000 que a Psicologia, através do compromisso social, passa a colocar-se de forma mais posicionada a favor dos Direitos Humanos e contra as diversas formas de preconceito.

O que era, até então, trazido de forma isolada com produções acadêmicas por profissionais da Psicologia e afins, passou a ter o embasamento enquanto referência²¹ para a categoria. Em 2002, sob o número 018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publica uma resolução que remete à prática profissional em situações de racismo, preconceito, discriminação racial. Tal publicação teve texto escrito com a participação determinante de Jesus Moura.

Embora o código de ética seja firme quanto a uma atuação livre de preconceitos e o acolhimento das demandas trazidas, diante de uma sociedade racista, fez-se necessário uma resolução que não só reconhecesse a existência do racismo como posicionasse a categoria nas respectivas situações. Tal posicionamento, ratifica o compromisso social da Psicologia e os avanços da categoria que durante muito tempo atuou em benefício da manutenção da ordem social vigente que se faz racista, sexista, classista.

Historicamente, a Psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tomar por padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira. (CFP, 2017, p.75)

A divulgação da Resolução 018 (tratamento carinhoso de quem goza de certa intimidade) foi basilar para as diversas ações realizadas

²¹ Em 2017 o CFP lança Referências técnicas sobre Relações raciais e a atuação para a categoria.

pela comissão de enfrentamento ao racismo. Que por sua vez, atendia à demanda encaminhada pela APAF (Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças) para os regionais a partir dos GT's. Em 2021, anos depois da publicação de resolução e da deliberação da APAF para divulgação, já compondo o atual plenário (CRP-02 XVI), passo a integrar o GT da APAF sobre a Resolução 018, representando o CRP-02 e substituindo Jesus Moura.

Chegamos a 2019, ano eleitoral para o sistema Conselhos. Ano após um pleito acirrado nas eleições federais para o cargo da presidência.

Essa é mais uma referência e contextualização importante porque impacta, diretamente, nas minorias sociais e, por consequência, nas pessoas que compõem a Comissão de Enfrentamento ao Racismo. Após o pleito presidencial de 2018, a preocupação dentro dos grupos negros e antirracistas foi generalizada. Era sabido que as políticas públicas estavam em xeque, assim como as discussões sobre o direito ao corpo e políticas para pessoas LGBTQIA+.

Com esse clima de preocupação com a pauta antirracista e a defesa do Direitos Humanos, componho a chapa para concorrer ao CRP. Chapa única, que consegue mobilizar um bom número de profissionais da categoria, mas que ainda a sente distante do envolvimento direto com o Conselho.

Em setembro, o XVI Plenário assume a gestão do CRP-02 com uma missão delicada ao ser alvo, enquanto sistema conselhos, de ações contrárias por parte do Governo Federal.

Inicialmente, a mudança de gestão, a qual eu compunha juntamente com outro membro da comissão, abala o funcionamento do grupo. É proposto que um conselheiro que não tinha vínculo com o grupo assuma a coordenação da Comissão, o que não é aceito pelo grupo, por haver articulação anterior para que um membro ativo assumisse a coordenação. Em plenária, é discutida essa movimentação e entendido que, por ser uma Comissão ativa, seria mantido o encaminhamento e um dos participantes assumiria a coordenação. A condição não só para esta, mas para as demais comissões e GT's era que as coordenações precisariam estar alinhadas com as pautas da gestão e fazerem-se presentes nas reuniões.

Mas tal situação, por mais que tenha sido resolvida, juntamente com o cenário político federal, impactou o grupo e levou a uma nova configuração entre colaboradoras e colaboradores²².

Em processo de reorganização, a Comissão participa de ação promovida pela ANPSINEP²³ (Articulação Nacional de Psicólogas Negras/es e Pesquisadoras/es) no início de novembro. O 1º Encontro Pernambucano de Psicologia de Estudantes, Profissionais e Pesquisadoras/es Negras/es ocorreu nos dias 08 e 09 de novembro de 2019 e contou com a Presidente do CRP-02 Alda Roberta na mesa de abertura.

Em seguida, compondo o calendário de atividades da comissão, haveria uma ação em virtude do 20 de novembro. Data em que foi proposta uma atividade e desenvolvido pequeno texto explicativo para divulgação nas redes do conselho. Nesse ano, seria sobre o compromisso social da psicologia, trazendo o movimento social e periférico para discutirmos. O evento foi cancelado, mas a comissão participou de ações promovidas por outras comissões.

O então e atual coordenador Wellington Albuquerque esteve presente na ação promovida pela Comissão de Direitos Humanos, discutindo sobre “A Psicologia e as facetas do racismo”. Em outra oportunidade, estivemos em evento proposto pela comissão de Envelhecimento debatendo sobre a saúde mental para essa população.

Em paralelo às atividades propostas e aos convites aceitos, a Comissão participou do pleito para composição do Conselho Municipal de Políticas Promoção de Igualdade Racial do Recife e, desde 2017, representa o CRP-02 nesse importante dispositivo público de controle social. Em novo pleito realizado em 2020, o CRP-02 passa a coordenar o CMPPIR sob a representação de Wellington Albuquerque, que segue com essa missão até os dias atuais.

Após um período de recesso, o ano de 2020 inicia com atividades para a Comissão referentes ao CMPPIR e discutindo saúde mental com Grupo de Trabalho da Política da População Negra (GTSPN), mais uma vez, com a participação do coordenador da Comissão.

E, num piscar de olhos, estávamos em março, reconfigurando rota a partir do decreto da Organização Mundial de Saúde que nos falava

²² Elencar integrantes da Comissão nesse momento.

²³ Naquele momento a psicóloga Ceça Costa, também docente e referência no antirracismo, figurava como coordenadora regional (Nordeste) da ANPSINEP e hoje compartilha a coordenação Nacional da referida articulação.

sobre a Pandemia Covid-19. Os protocolos envolvendo isolamento social, fechamento de estabelecimentos comerciais, considerados não essenciais, causaram e vêm causando impactos sociais, financeiros, físicos e psicológicos na população mundial. No Brasil, os encaminhamentos propostos pelo governo federal e respectivo Ministério da Saúde trouxeram, para este âmbito a polarização política que vivenciamos na eleição de 2018.

E, mais uma vez, a população que sofre as mais duras consequências é negra e pobre.

Após um período para adaptações e proposições, o CRP-02 lança uma série de *lives*, conversas por meio eletrônico virtual, abertas nas redes do conselho. Iniciando com uma discussão sobre o atendimento *on-line*, dúvida maciça da categoria em novos tempos, houve, em seguida, *live* proposta pela Comissão de Enfrentamento ao Racismo²⁴.

Estive, junto ao coordenador, na segunda *live* proposta pela Comissão para dialogar sobre o porquê de uma Psicologia antirracista.

Como já ressaltado, havia sido elaborado, pela comissão um calendário de ações que seriam propostas anualmente, a partir de datas significativas. Uma dessas datas é o 25 de Julho, dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Dia Nacional de Teresa de Benguela. Em virtude da data, promovemos uma campanha, divulgando personalidades mulheres e negras, dentro e fora da Psicologia, que contribuíram para o antirracismo. Foi divulgada a imagem e pequeno texto sobre cada uma delas e algumas das mulheres que eram de Pernambuco, participaram de *live* que foi mediada por Nathália Rocha, colaboradora da Comissão desde 2016.

Em articulação com as comissões de Direitos Humanos e Gênero e Sexualidade, a pauta antirracista é levada ao diálogo (*live*) sobre "Visibilidade Lésbica e saúde integral" pela colaboradora Raphaella Maia.

Foi um ano com muitas ações sendo realizadas pelo CRP, a proposta das *lives* cumpria um calendário que, com o passar dos meses, tornou-se cansativo. Tudo era atípico e potencializado. O virtual deu-nos a sensação de podermos assumir ainda mais compromissos, aumentando o tempo de exposição à tela e, muitas vezes, diminuindo

²⁴ Coordenador da Comissão de Enfrentamento ao Racismo do CRP-02, dialogando com a convidada Rose Santos - Bióloga, Sanitarista e pesquisadora em saúde da população negra e saúde da mulher negra, membra da Associação Brasileira de Pesquisadoras(es) Negras(os) (ABPN). Sob o tema: Saúde da população Negra e pandemia Covid-19.

o autocuidado. Inúmeras reuniões, atendimentos, muito se falou sobre saúde mental, acessibilidade e reprodução de desigualdades. Muito se demandou da Psicologia e de quem a faz. Também foram numerosas as notas de pesar em virtude da pandemia, da falta de uma conduta federal séria e comprometida com a população, da falta de vacina...

Em novembro, o CFP lança a campanha “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?” e participo da discussão com a comissão de Direitos Humanos para divulgação em Pernambuco.

Entramos, em 2021, com uma situação ainda mais delicada. O fosso da desigualdade ampliado, como se já não o fosse...

Notas de pesar, desemprego, hospitais abarrotados, vacinas insuficientes e questionadas, condutas genocidas.

Diante de tantas perdas e agravamentos, o ritmo já não é o mesmo. Nos meses anteriores, participamos, informalmente, da maioria das *lives* propostas pelas demais Comissões e GT's, o que passa a tornar-se inviável em 2021. Ainda assim, estive presente na *live* alusiva ao Dia Internacional da Mulher falando sobre ser mulher em tempo de pandemia.

Em atividade alusiva ao 25 de Julho, a proposta pensada pela Anpsinep levou em consideração as diversas perdas sofridas pelo povo negro e agravadas pela pandemia, o cansaço físico e mental e a necessidade de autocuidado. Estive participando, juntamente com Raphaella Maia, da “Oficina: Ciranda de Afetos” que compunha o calendário nacional oficial do Julho das Pretas.

Iniciados os eventos preparatórios para o COREP (Congresso Regional de Psicologia), O coordenador da comissão, Wellington Albuquerque, participa do debate sobre masculinidades negras, indígenas e quilombolas.

Entramos, em 2022, com boa parte da população tendo acesso à vacina, garantido até mesmo a 4ª dose para idosos e idosas. A diminuição de casos graves da doença, flexibilizamos protocolos, e as máscaras, já não são mais obrigatórias.

O CMPPIR promove ação para lançamento da 5ª Conferência Municipal da Política de Promoção da Igualdade Racial do Recife com a participação de Wellington Albuquerque, coordenador do CMPPIR enquanto representante do CRP-02 e coordenador da Comissão de Enfrentamento ao Racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ENCERRANDO UM CICLO

Ao longo do período que colaboro com o CRP-02, finalizei uma especialização, iniciei e concluí o mestrado, “professorei” e iniciei o doutorado. Em todos esses espaços, o CRP-02 e a Comissão de Enfrentamento ao Racismo estiveram comigo e ajudaram-me a embasar repertórios, trajetos. As memórias, aqui resgatadas e compartilhadas, vieram carregadas de afetos, cheiros, sabores.

Vieram quase que como um diário construído por ter sido vivido coletivamente. Um quilombo vivo, pulsante.

Um futuro de melhor qualidade para a população afro-brasileira só poderá ocorrer pelo esforço enérgico de organização e mobilização coletiva, tanto da população negra como das suas inteligências e capacidades escolarizadas, para enorme batalha no front da criação teórico-científica. (...) Condenada a sobreviver rodeada ou permeada de hostilidade, a sociedade afro-brasileira tem persistido nesses quase quinhentos anos sob o signo de permanente tensão. Tensão esta que consubstancia a essência e o processo do quilombismo. (NASCIMENTO, 2019, p.290-291)

Estão postas, as memórias, como uma celebração aos 60 anos da Psicologia, ao compromisso social, ao antirracismo, e em forma de agradecimento por eu ter podido vivenciar e contribuir (de certa forma). Um capítulo que se encerra para que outros possam vir... (sim, me permiti ser clichê nessa despedida).

REFERÊNCIAS

CFP. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Ipea [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA & FBSB. **Atlas da violência 2020**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3ª edição. Petropolis, Ed. Vozes, 1992.

MARINHO, Fátima ; TEIXEIRA, Renato et al. Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo. Informativos Desigualdades Raciais e Covid19, AFRO-CEBRAP, n. 8, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**. Editora: Perspectiva; 3ª edição
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Formação da identidade e formação no Limoeiro. **Caderno de Pesquisa**, (63) Nov, 1987.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1983.

SOBRE AS REDES NA GESTÃO DO CRP-PE DURANTE O XVI PLENÁRIO E O BALANÇAR O MUNDO

Telma Maria Albuquerque Gonçalves de Melo

Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Eu não posso mudar o mundo

Mas eu balanço

Mas eu balanço

Mas eu balanço o mundo

Balanço só por balançar

Balanço às vezes por querer

Balanço só pra me amostrar

Balanço pra sobreviver...

(Balançeiro, Juliana Linhares)

Falar da gestão do XVI Plenário é falar sobre uma convocatória de demarcar posição em relação aos rumos que desejávamos ao mesmo tempo para o país e para a Psicologia no Brasil, isso porque vivíamos tempos difíceis de ataques à democracia, direitos humanos e tudo a eles relacionados. Então, tomamos nas mãos essa responsabilidade, repletas de dúvidas e inseguranças, mas com muita vontade de acertar, de estarmos do lado certo da história, juntas com tantas companheiras e companheiros que assumiam desafios semelhantes em diversos outros espaços que se entrelaçam.

A psicologia vem, desde a década de 1980, acumulando experiências e consolidando conhecimentos pautados na defesa dos direitos humanos e no compromisso social. Como tal, vem pautando temas como igualdade racial e de gênero, feminismo, defesa da cultura e direitos dos povos originários, combate à violência, LGBTQIA+fobia, antiproibicionismo, luta antimanicomial, defesa das políticas públicas, mobilidade humana e urbana e tantas outras.

Não bastasse tamanhos desafios, com pouco tempo de nossa gestão os mesmos foram amplificados a partir do advento da pandemia da covid-19. Passamos, então, a ter que oferecer uma série de respostas à categoria e à sociedade em um contexto de muitas incertezas, dúvidas e medos, pessoais e coletivos. Nesse contexto, foi preciso ‘balançar pra sobreviver’, como nos inspira Linhares (2021) em sua canção “Balanceiro”. Sim, porque tínhamos um governo que apostava no negacionismo e que lançava a população brasileira à morte. No entanto, “eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”, frase marcante dos movimentos populares de resistência, servindo-nos de bússola. É sobre lampejos dessas nossas vivências enquanto diretoria do XVI Plenário do CRP 02 que desejamos registrar aqui, nessa escrita comemorativa aos 60 anos da Psicologia no Brasil, e que teve o atravessamento da pandemia da covid-19.

NO BALANÇO DO AFETO COMO POSICIONAMENTO POLÍTICO: REDES AFETIVAS E EFETIVAS

Em meio a tantas incertezas, posicionamos-nos por ter, como uma pauta prioritária, a transversalização do cuidado com todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a nossa gestão, especialmente, com cada uma das conselheiras, das trabalhadoras, das psicólogas da nossa região e da população vulnerabilizada.

Diversos espaços de escuta e trocas sempre foram organizados de forma a caber o cuidado com as dores e incertezas

das pessoas envolvidas, fosse nos grupos de WhatsApp, nas reuniões sistemáticas com as trabalhadoras ou nas lives. Tentávamos pensar em como promover encontros entre pessoas, com suas subjetividades e implicações políticas de forma indissociável.

Essa parece ter sido uma estratégia de sobrevivência e, especialmente, de resistência em um momento em que se fazia fundamental o não perder a esperança de dias melhores e que hoje parece ter se tornado uma marca e uma certeza de que é possível seguir lutando quando não se está sozinha.

Em especial, queremos destacar nosso grupo da diretoria, que precisou se refazer mais perto do fim dos três anos, pela reorganização para a próxima gestão em que uma decidiu continuar precisando ser substituída por uma conselheira na composição, e as demais iriam encerrar um ciclo. Foi um grupo que, apesar das mudanças, agiu sempre de forma uníssona e coletiva, buscando, antes de tudo, o cuidado entre si e para com as demais pessoas por quem se fazia responsável, buscando prezar pela psicologia em suas bases mais humanizadas. Foi e ainda está sendo muito trabalhoso, mas decidimos que seria com risadas conjuntas e lamentos escutados entre nós, dores acolhidas e seguindo como tinha que ser. Decidimos, numa espécie de inconsciente coletivo, que teríamos prazer juntas enquanto grupo de mulheres potentes que escolhem e (se)acolhem!

NO BALANÇO DAS NOVAS NUANCES E DOS VELHOS PROBLEMAS

Tem sido comum evidenciar que a pandemia explicitou as desigualdades sociais historicamente existentes, a exemplo do racismo, feminicídio e da presença do manicômio. Apesar de serem pautas já presentes em outros Plenários no sentido de sua superação, no contexto de um governo antidemocrático, negacionista, e com a pandemia, tais problemas sociais passaram a apresentar contornos ainda mais dramáticos. Desta forma, tivemos que estar presentes e nos posicionando sobre fatos concretos por meio de nossas comissões, e gostaríamos aqui de registrar alguns enfrentamentos emblemáticos de nosso plenário: posicionamentos quanto às desigualdades raciais e suas

consequências no cotidiano, como por exemplo o Caso Miguel, que teve repercussão nas mídias a partir das mobilizações e posicionamentos dos movimentos sociais.

Em meio a vários ataques à Política Nacional de Saúde Mental, álcool e Outras Drogas, que tinha como base a Lei 10.216/01 e diversas portarias ministeriais, a exemplo da 3088/11 que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), um grupo composto por diversas instituições e movimentos sociais organizados resolveu formar em abril de 2020 a Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental, com o objetivo de fortalecer o enfrentamento aos retrocessos vivenciados na Política Nacional na tentativa de impedir que os mesmos atingissem as gestões do estado e dos municípios pernambucanos.

O CRP 02 compõe desde o seu início a referida Frente e vem assumindo compromissos com as pautas antiproibicionistas e antimanicomiais. Nesse sentido, destacamos a participação ativa na organização dos 'passeatos do dia 18 de maio', em alusão ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial e em defesa da Reforma Psiquiátrica, nos anos de 2020, 2021 e 2022, bem como a incidência parlamentar e nos Conselhos de Políticas sobre Drogas estadual e nos municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Recife.

Outro ponto que merece destaque é o fortalecimento da parceria entre o CRP-PE, o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-PE e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, com articulações em várias frentes de atuação e principalmente em defesa da implementação da Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica no estado e nos municípios de Pernambuco.

Defendemos ainda pautas de grande relevância no contexto atual brasileiro, como a da autonomia e qualidade das Universidades Públicas e do combate à manipulação pelas redes sociais em articulação com outras entidades, a exemplo da União Latinoamericana de Entidades da Psicologia – Ulapsi, da qual o CRP-PE faz parte.

Ainda nas lutas pelas pautas, por meio da participação e controle social, conselheiras e colaboradoras se distribuíram nas representações do CRP-PE em diversos espaços (conforme Tabela 1), reiterando o compromisso da psicologia com a defesa dos direitos humanos e com o cuidado em liberdade.

Tabela 1: Lista das representações do CRPPE - 2ª Região - XVI Plenário 2019 - 2022

PAUTA / ÁREA	ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Conselho Estadual da Assistência Social de Pernambuco
	Conselho Municipal de Assistência Social de Recife
	Conselho Municipal da Assistência Social Garanhuns
	Conselho Municipal da Assistência Social de Afogados da Ingazeira
	Conselho Municipal da Assistência Social de Surubim
	Conselho Municipal da Assistência Social de Bom Jardim
	Conselho Municipal da Assistência Social Cabo de Stº Agostinho
	Fórum Estadual de Trabalhadores da Assistência - PE
SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	Cepad - Conselho Estadual de Política Sobre Álcool e Outras Drogas
	Compad Recife- Conselho Municipal de Política Sobre Álcool e Outras Drogas
	Compad Jaboatão- Conselho Municipal de Política Sobre Álcool e Outras Drogas
	Comissão Estadual Revisora Interações Psiquiátricas - Portaria Nº 820/2019
	Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental
DIREITOS HUMANOS	Conselho Estadual de Direitos Humanos
	Movimento Nacional de Direitos Humanos
	Fórum de Segurança Pública
	Provita
	PEPDDH
	Comitê Nacional de Combate a Tortura
	Conselho da Comunidade do Recife (TJPE)
ENFRENTAMENTO AO RACISMO	Conselho Municipal de Política de Promoção da Igualdade Racial (CMPPIR)
	Anpsinep
SAÚDE	Conselho Municipal de Saúde do Recife
	Conselho Estadual de Saúde
	Fórum dos Conselhos de Saúde de Pernambuco
	Câmara de Violência Obstétrica - Caruaru
PESSOA IDOSA	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Comdir
ANTIPROIBICIONISMO	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
	Rede Nacional Coletivo e Ativista Antiproibicionista
ULAPSI	União Latino-Americana de Entidades de Psicologia
CRIANÇA E ADOLESCENTE	GT- Atendimento às Crianças e Adolescentes em situação de rua
	Cedca - Comitê Estadual de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de PE.

Para assegurar uma psicologia em prol das pessoas e da sociedade, é necessário constantemente realizarmos ações, enfrentamentos, discussões, orientações e espaços de aprimoramentos. Assim, realizamos enquanto autarquia algumas ações específicas de orientação à categoria através dos seguintes projetos e ações:

- Projeto Saúde Mental de Janeiro a Janeiro - campanha realizada com o objetivo de abordar a importância da saúde mental por todo o ano;
- Café com Direitos Humanos - espaço sistemático de exposições e debates acerca de temas em torno dos direitos humanos, conduzido pela Comissão de Direitos Humanos;
- Calendário temático - enfatizando a importância de temas diversos ao longo de toda a gestão através das redes sociais;
- Referências técnicas - documentos base para atuação nas diversas áreas da psicologia, construídos por meio de pesquisas com profissionais das áreas específicas conduzidas através do CREPOP;
- Colaboração direta e/ou indireta na elaboração de diversas Resoluções publicadas pelo CFP, às quais se caracterizam como legislações que norteiam as práticas profissionais, entre as publicadas no período em análise foram as referentes às psicoterapias realizadas por psicólogas, atuação na área da saúde, alienação parental e avaliação psicológica.

NOVAS ESTRATÉGIAS FRENTE À PANDEMIA

Foram necessárias adequações para uma maior organização institucional para o enfrentamento da pandemia e para garantir a melhor qualidade possível da realização das ações precípua do Conselho de orientar e fiscalizar a categoria no exercício profissional da Psicologia.

A participação no Fórum dos Conselhos de Saúde contribuiu para a construção de ações integrais e interdisciplinares visando a melhoria da saúde da população pernambucana. Os conselhos que compõem o Fórum participaram ativamente do Plano de convivência da Secretaria Estadual de Saúde – SES para enfrentamento da pandemia da covid-19, com reuniões sistemáticas e elaboração de protocolos específicos para cada categoria e atuação profissional.

Dentre as ações fundamentais para o enfrentamento da pandemia enfatizamos a relevância de termos instituído um Comitê de Crise que ficou como coordenador do planejamento das diversas medidas a serem tomadas junto à categoria e à população em geral no âmbito das atribuições do CRP 02. O comitê teve um papel fundamental no período mais crítico da pandemia, no entanto não se restringiu ao referido período, pelo contrário, o mesmo vem tendo papel fundamental na emergência recente decorrente das fortes chuvas ocorridas no Estado durante o mês de Junho. O comitê de crise realizou também oficinas para a categoria sobre “Atuação da psicologia em situação de emergências e desastres”, “Importância da psicologia na atuação com imigrantes e refugiados”, entre outras. Destacamos a articulação do comitê de crise com diversas instituições públicas e privadas para realização das atividades, a exemplo do Cáritas, o Médico Sem Fronteiras e a Secretaria Municipal de Saúde do Recife.

Outras ações importantes foram realizadas pelo CRP-PE, como podemos citar:

- Encontro das Instituições de Ensino Superior - IES - sempre no enfoque de que Educação se faz com presença. No VII Encontro, realizado em 2022 foi inaugurada a participação de estudantes de psicologia dos últimos períodos com a oportunidade de inscrição e apresentação de trabalhos;
- Realização de Lives com diversos temas de interesse da categoria de forma sistemática durante todo o primeiro

ano da pandemia, representando um espaço de diálogo direto com a categoria.

- Adaptação da Reunião de Acolhimento das novas psicólogas/os/es, garantindo que o conteúdo fundamental sobre os aspectos éticos e da relação com o Conselho, no formato online síncrono, para garantir o espaço de diálogo com a categoria.

Além das ações da ordem da ética e da técnica desenvolvidas com e para a categoria, a gestão teve que adotar um plano de contingenciamento institucional para o enfrentamento da pandemia, sempre associando às medidas sanitárias, o cuidado com a manutenção das atividades essenciais e com a saúde mental da equipe e pessoas colaboradoras. O referido Plano contou com avaliação periódica acerca da situação pandêmica no Estado para analisar a retomada das atividades de forma presencial.

Dentre as ações do referido plano, podemos citar:

- Implantação de atendimento remoto de todas as atividades essenciais. Com momentos de modelos híbridos em alguns momentos, através de plantões na Sede.
- Ajustes nos fluxos e procedimentos com vistas a atender a categoria remotamente.
- Chamamento de alguns profissionais do concurso, com atenção a necessidade de recursos humanos e as condições financeiras da instituição.
- Elaboração e publicização de Resoluções e Portarias informando a forma de funcionamento e atendimento à categoria.
- Elaboração de protocolos de atuação para a categoria - atendendo às orientações das autoridades sanitárias estaduais e da Organização Mundial da Saúde - OMS.
- Atendimento à categoria nas sedes e subsedes por meio de agendamento visando evitar aglomerações.

- Revisão dos contratos e das despesas de um modo geral, vislumbrando contornar os desafios advindos da crise econômica em decorrência da pandemia. O que viabilizou não apenas a manutenção de salários e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como garantiu o pagamento integral dos salários de todo quadro funcional e de assessores, bem como a aplicação do percentual de reposição das perdas inflacionárias no último ano da gestão.
- Adequação da estrutura física da sede de tal forma que o ambiente garantisse o distanciamento necessário para proteção individual e coletiva.
- Disponibilização de transporte para a equipe nos dias de plantão, a partir da análise da situação pandêmica, visando evitar a utilização de transporte público.
- Orientação quanto aos cuidados de prevenção e funcionamento da instituição para a equipe e a categoria, através de cartazes, notas e Comunicação Interna.

Um dos grandes desafios ainda foi garantir o avanço da interiorização, e para tal apostamos na oferta de suporte às subsedes para que pudessem ser potencializadas nas ações nesse período desafiador. Para lograr tal objetivo abrimos espaço para a participação das/os coordenadoras/os nas reuniões de diretoria, reuniões com cada subsede para criação de estratégias frente a dificuldades singulares. No entanto, consideramos que ainda não foi superado de todo o hiato para a visibilidade e pronta resposta às demandas das subsedes, o que em grande parte foi dificultado pela pandemia que nos exigiu uma série de desafios, conforme pode ser observado ao longo de nossa discussão. Desejamos verdadeiramente que tal desafio possa ser suplantado nas gestões que nos sucederão.

PAUTANDO A VIDA QUE SEGUE, OU SOBRE AS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL RUMO AO FUTURO

Nesse espaço gostaríamos de pautar os ajustes institucionais realizados durante esse período, visando qualificar o funcionamento da autarquia de tal forma a garantir que os investimentos e os processos de trabalhos estejam alinhados com os princípios e prioridades da gestão, e ainda garantindo a estabilidade financeira e institucional, garantindo uma perspectiva de novos e mais arrojados projetos. Com tal finalidade registramos as seguintes ações realizadas:

- Projeto de Volta pra Casa - Projeto vinculado à reforma da sede própria com vista ao retorno do funcionamento da autarquia na sua sede própria, para tal houve aprovação de Grupo de Trabalho que vem atuando na reforma da Sede do CRP-PE, situada na Rua Afonso Pena, 475, Santo Amaro. E que atualmente já dispõe de projeto arquitetônico realizado de forma a suprir as necessidades de funcionamento atual com início da reforma prevista para o ano de 2023.
- Aprimoramento da Tecnologia da Informação (TI) - Considerando as demandas geradas na pandemia de no sentido do funcionamento virtual de várias ações do Conselho, uma série de ações foram realizadas no sentido de qualificar as ações, ampliando qualitativamente o contrato de Assessoria de Informática, e investindo em máquinas, softwares. Gerando a possibilidade de realizar a migração de Sistemas de Cadastro/Financeiro e a implementação do SEI.
- Gestão de Pessoas - Grande investimento foi realizado no sentido de apoiar e fortalecer os processos de tra-

balho da equipe do CRP- PE entre esses investimentos destacamos a implantação de reuniões mensais com a equipe com os Núcleos para identificação das demandas e aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho o que garantiu a construção das ideias de forma coletiva motivando a participação da equipe. Foram ainda nomeados funcionárias/os concursados, contratada uma Assessoria Contábil, organizado procedimentos administrativos, financeiro e contábeis, ofertadas oficinas (remotas) em parceria com o CIEE, mensalmente, sob diversos temas que perpassam pelas organizações de trabalho, tais como, atendimento ao cliente, ética nas relações de trabalho e ainda realizadas capacitação da equipe, referentes a temas pertinentes para a execução das atividades, tais como: SEI, LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

BALANÇO PARA SOBREVIVER...

Sim, olhando para todo esse percurso, concluímos que muito ainda há por ser feito e que caminhar acompanhadas é preciso. Não vislumbramos outra forma de termos caminhado com nosso objetivo ousado de mudar o mundo, senão o do afeto, da implicação com as causas defendidas, com a certeza que pudemos fazer a diferença em um momento histórico tão desafiador, mas que também nos convocou a estar presente em nome de um país mais justo e solidário, em que a psicologia enquanto ciência e profissão mais uma vez se fez presente e se posicionou de forma inequívoca a favor da democracia, direitos humanos, da ciência, da liberdade e das singularidades (BOCK, 1999).

E por isso, esse capítulo teve que ser escrito, almejando que a psicologia continue a construir sua história sem deixar para trás os seus princípios, e para lembrar que a psicologia se faz, parafraseando Lancetti (2001, 2006) de pessoas, com pessoas e para pessoas, e que não pode haver cuidado baseado em perspectivas neutras. Com isso queremos dizer que estamos tratando aqui de uma convocação à categoria de psicologia para participar do espaço democrático do Sistema Conselhos e assim poder se ver nessa construção cidadã, senão mudando o mundo, ao menos balançando-o com uma participação afetiva e efetiva para a coletividade. Sigamos...

REFERÊNCIAS

CAMPOS, G. W. S. **O Anti-Taylor**: sobre a invenção de um Método para co-governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 14, n.4, p. 863-870, 1998.

BOCK, A. M. B.. **A Psicologia a caminho do novo século**: identidade profissional e compromisso social. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 1999, v. 4, n. 2 [Acessado 24 Agosto 2022], pp. 315-329. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>>. Acesso em: 10 Ago. 2022.

LANCETTI, A. (Org.). **Saúde mental e saúde da família**. Saúde loucura 7. São Paulo: Hucitec, 2001.

-----, A. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006.

QUEM SOMOS: AS ORGANIZADORAS

ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU:

Psicóloga, graduada em 1988, redutora de danos, psicoterapeuta, especialista em Psicologia da Família e em saúde coletiva. Ministra aulas de saúde mental, álcool e outras drogas e redução de danos em cursos de pós-graduação em faculdades do Recife e região metropolitana. Coordenadora do Espaço Trilhares e do Têxtil de psicologia e saúde. Conselheira Presidente do Conselho Regional de Psicologia - XVI Plenário (2019 - 2022) e articuladora do Coletivo Intercambiantes Brasil. Mulher brasileira, nordestina, mãe, feminista, antiproibicionista, antirracista e antimanicomial.

DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO:

Mulher, pernambucana, recifense, nascida e criada na classe média na Zona Sul e "na praia". Branca, hétero, cis, casada e no momento gestante. Psicóloga, especialista em psicologia social, mestra e doutora em psicologia pela UFPE, servidora pública, atualmente trabalhando em hospital estadual e CAPS 24h transtorno em Recife. Psicoterapeuta e docente de pós-graduação, iniciando o XVI plenário do CRPPE como conselheira suplente, finalizando como secretária. Feminista, em busca de práticas baseadas nos Direitos Humanos e na liberdade das pessoas. Conhecida como Daniele Rabello.

POUCAS PALAVRAS

Não foi fácil chegar aqui! Achamos que o tempo não ia dar, e não dava mesmo, porque para conciliar com as outras inúmeras demandas era inviável. Mas resolvemos não desistir pois o projeto era maior. Articulamos, demonstramos a importância e conseguimos. Eis aqui o resultado deste registro simbólico de muito mais que foi realizado.

Atravessadas por perdas e conquistas, com muitas conversas de *whatsapp* para sermos mais céleres, escritas, *e-mails*, ligações, o intangível, construímos às muitas mãos aqui presentes esta organização, junto com o final de uma gestão inimaginável em meio a uma pandemia.

Não podemos deixar de mencionar os suportes que recebemos, de familiares, de colegas, do CRPPE, e as inspirações nos momentos de maior cansaço. Cada uma e cada um foi fundamental para tecermos essa rede invisível que constrói esse registro histórico.

Agradecemos pelas trocas e pela oportunidade desta construção emocionada e fundamentada na história e na ciência. Reiteramos mais uma vez o convite para quem desejar conhecer, participar mais próximo de tudo o que representa o Sistema Conselhos de Psicologia.



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

